A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

O debate na década de 2000

João Pedro Stedile (org.)
Douglas Estevam (assistente de pesquisa)

A QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

O debate na década de 2000

1ª edição

EDITORA
EXPRESSÃO POPULAR

São Paulo – 2013

Revisão: *Maria Elaine Andreoti*
Projeto gráfico e diagramação: *ZAP Design*
Capa: *Marcos Cartum*
Impressão e acabamento: *Cromosete*

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Q5 A questão agrária do Brasil: o debate na década de 2000./
João Pedro Stedile (org.) ; Douglas Estevam (assistente de pesquisa).--1.ed.-- São Paulo : Expressão Popular, 2013.
288p. : tabs., fots.—(A questão agrária; v. 7)

Indexado em GeoDados - http://www.geodados.uem.br
ISBN 978-85-7743-219-6

1. Reforma agrária – Brasil. 2. Movimentos sociais rurais - Brasil. 3. Agronegócio – Brasil. I. Stedile, João Pedro, Org. II. Estevam, Douglas, (Ass. de Pesq.) III. Título. IV. Série.

CDD 3072420981
CDU 333.013.6(81)

Catalogação na Publicação: Eliane M. S. Jovanovich CRB 9/1250

1ª edição: março de 2013

EDITORA EXPRESSÃO POPULAR
Rua Abolição, 201 – Bela Vista
CEP 01319-010 – São Paulo – SP
Fone: (11) 3522-7516 / 4063-4189 / 3105-9500
Fax: (11) 3112-0941
expressaopopular.com.br
editora.expressaopopular.com.br
livraria@expressaopopular.com.br

SUMÁRIO

A HISTÓRIA DA QUESTÃO AGRÁRIA NO BRASIL

Existem diversas formas para analisar e estudar a questão agrária no geral e no Brasil em particular. Nesta coleção, o enfoque principal está na economia política e na história, utilizadas como instrumento científico de interpretação da questão agrária pelos autores e teses publicados. É uma forma específica de analisar a questão. Se quisermos mais abrangência, poderemos buscar outras áreas do conhecimento, como a análise da evolução das classes sociais no campo, ou do desenvolvimento das forças produtivas, ou do desenvolvimento das lutas e dos movimentos sociais. Para todos esses vieses, existe uma ampla literatura de pesquisa e de estudos, realizados e publicados pelos nossos historiadores, cientistas políticos e sociólogos.

A questão agrária I – O debate tradicional – 1500-1960

Primeiro volume da coleção, traz uma coletânea de autores, considerados "clássicos", que se debruçaram na pesquisa, durante a década de 1960, para entender a questão agrária brasileira no período colonial. Foram estes os primeiros autores que, do ponto

de vista da economia política e da história, procuraram interpretar as relações sociais e de produção na agricultura brasileira.

A questão agrária II – O debate na esquerda – 1960-1980

O segundo volume reúne textos que aprofundam ainda mais os estudos, que chegam aos anos 1980 com a publicação do histórico documento *A Igreja e os problemas da terra*, uma análise sociológica da natureza dos problemas agrários. Esta análise representou um elo entre a polêmica criada pelos estudos da década de 1960 até o fim da ditadura nos anos de 1980.

A questão agrária III – Programas de reforma agrária – 1946-2003

O terceiro volume é uma coletânea dos diversos projetos e programas políticos que setores sociais, classes e partidos ofereceram à sociedade brasileira como interpretação e solução do problema agrário. A opção pela publicação desses textos se baseou no fato de representarem vontades coletivas de partidos ou de movimentos sociais, e não simples expressões individuais. Assim, reunimos todas as principais propostas – desde a do Partido Comunista do Brasil (PCB), na Constituição de 1946, até o programa unitário dos movimentos camponeses e entidades de apoio, de 2003.

A questão agrária IV – História e natureza das Ligas Camponesas – 1954-1964

O quarto volume tem o objetivo de divulgar as experiências de luta e as iniciativas de organização das Ligas Camponesas num período específico da história recente do Brasil, mobilizando, na luta direta, durante dez anos, milhares de camponeses.

A questão agrária V – A classe dominante agrária – natureza e comportamento – 1964-1980

O quinto volume é um profundo estudo realizado por Sonia Regina de Mendonça sobre a natureza das principais organizações políticas da classe dominante no meio rural, em especial a Sociedade Nacional de Agricultura, União Democrática Ruralista (UDR), a Sociedade Rural Brasileira, bem como seus representantes. A autora analisa também as relações promíscuas entre as classes dominantes e o Estado brasileiro, particularmente no que se refere à sua influência nos rumos da política agrária e agrícola.

A questão agrária VI – A questão agrária na década de 1990

O sexto volume foi inicialmente publicado pela editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), de Porto Alegre, com o título *A questão agrária hoje*. Como havia uma demanda da própria universidade para atender às necessidades do intenso debate que houve naquele período permeado pela redemocratização do país, ele acabou sendo publicado antes dos demais. Foi um esforço para publicar análises e polêmicas de diversos autores, pesquisadores da questão agrária, que surgiram, ou ressurgiram, após a queda da ditadura, sobretudo com a reaparição dos movimentos sociais no campo.

A questão agrária VII – O debate na década de 2000-2010

O sétimo volume resgata o debate ocorrido nestes anos de 2000-2010, marcado pela derrota político-eleitoral do programa democrático-popular que incluía a implementação de uma reforma agrária clássica no Brasil. Com essa derrota, é implantado no país um novo modelo de dominação do capital na agricultura, dentro da lógica do neoliberalismo, conhecido como agronegócio.

A questão agrária VIII – Situação e perspectivas da reforma agrária na década de 2000-2010

O oitavo volume da coleção reúne o debate havido, e que ainda está em curso, sobre as mudanças que têm ocorrido na natureza

da reforma agrária. Aglutinam-se aqui diversos textos analíticos de pesquisadores e representantes dos movimentos sociais que atuam no campo que procuram refletir sobre as diferentes interpretações que ocorreram na natureza da reforma agrária a partir das mudanças estruturais analisadas no sétimo volume. O debate central gira em torno do argumento da classe dominante de que não há mais necessidade de reforma agrária no Brasil.

***

Neste sétimo volume de nossa coleção "A Questão Agrária no Brasil", reunimos textos que abordam alguns dos principais elementos que configuram o debate sobre a questão agrária brasileira no contexto da nova fase da agricultura brasileira agora dominada pelo capital financeiro e as empresas transnacionais em aliança com os grandes proprietários de terra.

Esse modelo do agronegócio foi se implantando paulatinamente, pelas condições subjetivas criadas com a derrota do programa democrático-popular em 1989. E, também, pela lógica natural de expansão do capitalismo, que se internacionalizou e ampliou sua velocidade sob a égide do capital financeiro e das empresas transnacionais. Portanto, ele começa a se instalar ainda na década de 1990 e se consolida de forma mais clara na de 2000.

Uma parte das formulações teóricas e expressões políticas presentes no debate nesse período começaram a ser elaboradas ainda na década de 1990, o que explica a presença aqui de alguns textos datados. Como nos outros volumes, procuramos apresentar textos de matizes teóricos diversos, para que no confronto de ideias e análises possamos ter uma visão de conjunto, ampla e diversa, do debate político, teórico e das lutas sociais no campo do Brasil contemporâneo.

Desejamos uma boa leitura e esperamos que este material possa ser um subsídio para estudantes, pesquisadores, professores, especialistas, intelectuais, militantes, para as dezenas de milhares de homens e mulheres que lutam pela terra em nosso país, e para todos e todas que estejam interessados em compreender um dos temas que continuam a ser fundamentais para a sociedade brasileira.

João Pedro Stedile

INTRODUÇÃO

DOUGLAS ESTEVAM
JOÃO PEDRO STEDILE

A NATUREZA DO DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA NA AGRICULTURA BRASILEIRA

Este volume reúne o debate contemporâneo sobre a questão agrária brasileira. Há muitos estudos, ensaios, relatórios de pesquisa, nas universidades e no governo, que apenas descrevem ou fazem apologia do sucesso do modelo do capital na agricultura. Esse modelo de dominação chamado agronegócio gerou mudanças estruturais na agricultura brasileira. As principais foram o domínio da esfera do capital financeiro e das empresas transnacionais sobre a produção das mercadorias agrícolas, que ao mesmo tempo controlam os preços e o mercado nacional e internacional. Esse processo levou a uma grande concentração da propriedade da terra, dos meios de produção, dos bens da natureza (água, florestas, minérios etc.) e das sementes. Levou a reorganizar a produção agrícola brasileira sob a égide das necessidades do mercado mundial. E, com isso, concentrou-se a produção em praticamente soja, milho, cana e pecuária extensiva, que juntos ocupam mais de 80% de todas as terras agricultáveis.

Neste volume não incorporamos os estudos e ensaios de pesquisadores que apenas fazem loas a esse modelo e o transformam no "fim da história", como já havíamos lido sobre o neoliberalismo; aqui reunimos textos de pesquisadores críticos, com uma visão popular e democrática, que partem da compreensão de que os bens da natureza devem estar a serviço de toda a sociedade, e de que o modelo do capital gera contradições sociais, econômicas e ambientais que algum dia deverão ser solucionadas.

Na primeira parte, reunimos textos que nos permitem analisar a natureza do desenvolvimento capitalista na agricultura. No período em questão, a hegemonia do capital financeiro se concretiza e passa a determinar a lógica capitalista, que atua particularmente na agricultura através das empresas transnacionais. Com os novos investimentos oriundos da esfera financeira, essas empresas passaram a controlar, concentrar e centralizar, em nível internacional, diversos setores da agricultura, como produção, comercialização, insumos, máquinas etc. A crise do capital financeiro que eclodiu em 2008 não poupou a agricultura. Os capitais voláteis que circulam no sistema financeiro passaram a buscar proteção e lucro nos investimentos em ativos fixos como terras, especulando nas bolsas com mercadorias agrícolas. O quadro se completa com a crise do petróleo e a corrida por agrocombustíveis. A inter-relação entre os diversos elementos deste processo e suas contradições é analisada por João Pedro Stedile. Uma análise mais detalhada acerca do controle oligopólico das empresas sobre as sementes é feita pelo engenheiro agrônomo Horácio Martins. Ele nos aponta as consequências das mudanças na matriz tecnológica representada pelas sementes transgênicas sobre as formas de organização do campesinato, sua identidade social e étnica, destacando o papel ideológico das comunicações e a atuação do Estado como impulsionador desse modelo.

No Brasil, a agricultura adquire uma nova função na política macroeconômica que começou a se articular no país em meados

dos anos 1990 e vem se consolidando. Este é o tema do estudo do economista Guilherme Delgado, que mostra as consequências da estratégia de primarização da economia, centrada nas exportações de *commodities* agrícolas e minerais, com o objetivo de gerar saldos comerciais para a remuneração dos capitais estrangeiros.

As políticas de crédito rural e a frouxidão da regularização fundiária pelo Estado desencadearam um novo ciclo de valorização fundiária no mercado de terras, impondo novas barreiras à reforma agrária. Essa análise é semelhante à de Gerson Teixeira, para quem os limites regulatórios e os estímulos creditícios, fiscais e tributários – incentivos à atração de capitais estrangeiros – têm uma influência determinante no expressivo fenômeno de corrida pela terra e bens ambientais, principalmente na região amazônica, no marco da opção brasileira de se tornar um exportador de *commodities*. Ele faz uma análise do marco regulatório no Brasil e um levantamento dos processos de concentração de terra e do volume de terras improdutivas a partir das Estatísticas Cadastrais de 2010 do Incra.

O professor Ariovaldo Umbelino complementa a análise do modelo econômico internacional examinando os três processos que configuram a mundialização do capital: o movimento internacional de capitais, a produção mundializada e a ação dos governos em nível internacional. A inserção do Brasil no mercado internacional como exportador de *commodities*, defendida por alguns setores como sendo o Brasil moderno, continua recriando a barbárie no campo brasileiro, caracterizada pela violência, pela criminalização dos movimentos sociais e pelo agravamento das condições de trabalho. O autor questiona ainda as teses de que a modernização da agricultura teria eliminado o latifúndio e o campesinato e de que não haveria mais necessidade de reforma agrária.

O professor Bernardo Mançano questiona as concepções explicitadas por Abramovay em seu livro *Paradigma do capitalismo*

agrário, segundo o qual as transformações constitutivas do modo de vida camponês – ao se tornar uma nova categoria social chamada agricultor familiar, através de sua integração plena ao mercado – seria a forma de recriação desse segmento social que o marxismo condenava ao desaparecimento. Bernardo analisa as concepções presentes na obra de Abramovay, faz uma crítica teórica dessa abordagem e apresenta um outro paradigma da questão agrária, segundo o qual o avanço do capitalismo recria, pelos conflitos e lutas sociais, o campesinato. Ele conclui relembrando parte das lutas recentes que vem recriando o campesinato.

Complementando a análise da natureza do desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira, um conjunto de textos aborda a dimensão rural do Brasil, a presença e a importância do campesinato e da agricultura familiar no país. Uma parte deste debate foi determinada pela relação entre rural e o urbano. José Graziano da Silva faz uma análise dos novos e velhos mitos que caracterizam o que ele chama de novo rural. Num cenário de redução do emprego agrícola e do trabalho rural, o autor argumenta que o meio urbano vem dinamizando uma nova economia rural através do que ele chama de "atividades rurais não agrícolas" (serventes de pedreiro, empregadas domésticas, motoristas e uma série de atividades precárias, de baixa qualificação e remuneração). Entre os velhos mitos que persistem nesse novo rural, temos as afirmações de que ele é sinônimo de atraso ou que é predominantemente agrícola e familiar. Entre os novos mitos, estão os de que a reforma agrária não é mais necessária e de que essas atividades não agrícolas poderiam, sozinhas, resolver o problema do campo.

José Eli da Veiga também pensa que é um equívoco tratar o rural como sinônimo de conjunto de atividades econômicas ligadas à agropecuária, salientando as vantagens comparativas da economia rural (paisagem, tranquilidade, espaços para congressos etc.). As oportunidades para os centros rurais dependem do relacionamento

que possam ter com os centros urbanos. Revisando categorias e indicadores para definir urbano e rural, combinando critérios de tamanho e densidade populacional e localização, o autor chega à conclusão de que 80% dos municípios e 30% da população no Brasil seriam essencialmente rurais.

O *Censo agropecuário de 2006*, cujos resultados finais foram apresentados em outubro de 2009, teve uma grande importância e repercussão, pois, pela primeira vez, a categoria de agricultura familiar foi definida e adotada nas pesquisas do IBGE. Os resultados apontam a grande importância e relevância da agricultura camponesa no Brasil, gerando forte reação de setores do agronegócio – como CNA, Abag e Ministério da Agricultura. Bernardo Mançano faz uma análise territorial e por regiões desse documento, apontando os paradoxos que formam o Brasil agrário, onde 84,4% dos estabelecimentos agrícolas são unidades familiares vivendo em condições de pobreza, embora sejam responsáveis por gerar emprego para 74% da população rural, ocupando somente 24% das áreas agricultáveis e com acesso a apenas 15% dos créditos, num contexto de crescente concentração de terras.

Acreditamos que o conjunto desses artigos consegue nos dar uma visão ampla e aprofundada das mais diferentes características do modelo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira, mas sobretudo suas consequências e contradições. Poderíamos concluir ainda que, na fase histórica da hegemonia do capitalismo industrial, a questão agrária centrava-se no tema da concentração da propriedade da terra, na integração subordinada à indústria e no mercado interno. Agora, na etapa dominada pelo capital financeiro e internacionalizado via empresas transnacionais, a questão agrária amplia seu leque de interfaces, frente às inúmeras contradições e consequências que esse modelo de dominação impôs à agricultura. Assim, agora, é necessário estudar e compreender os temas relacionados com o domínio do território, dos outros bens da

natureza (minérios, água, florestas etc.), do controle das sementes, do controle dos preços e do mercado mundial, determinados hoje em escala internacional.

TENDÊNCIAS DO CAPITAL NA AGRICULTURA*

JOÃO PEDRO STEDILE**

APRESENTAÇÃO

Este texto tem o objetivo de apresentar de forma sucinta um subsídio para reflexão e debate das principais formas de atuação do capital na agricultura, e em especial através das empresas transnacionais.

Há uma lógica natural de funcionamento do capitalismo, na fase atual dominado pelo capital financeiro, que atua também sobre a agricultura. Ela tem ainda características específicas determinadas pela atual crise do capital financeiro. Isso está trazendo consequências para a organização da produção agrícola e para a vida

---

* Este texto foi apresentado pela primeira vez na V Conferência Internacional da Via Campesina, realizada em Maputo, Moçambique, em 2008. Uma segunda versão desse documento, contendo análises mais específicas sobre a realidade brasileira, foi publicada em janeiro de 2012 no *Caderno de debates n. 1 – Preparação para o VI Congresso Nacional do MST, 2013*. O texo que aqui publicamos é uma síntese dos dois documentos, reunindo análises mais gerais sobre o contexto internacional e abordando as particularidades desse processo no caso brasileiro.

** Graduado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e mestre em Economia pela Universidade Autônoma do México (Unam). Membro da direção nacional do MST e da Via Campesina.

dos camponeses e gerando contradições que precisamos entender para atuar sobre elas.

Neste texto, apresentamos os principais elementos do que poderia ser um programa camponês para a agricultura, em especial para os países do hemisfério Sul, onde ainda predomina a forma camponesa de viver no campo e onde mais se sofrem as consequências do domínio do capital internacional sobre a tecnologia, a produção e o comércio agrícola.

Na última parte, apresentamos alguns desafios organizativos e políticos que o movimento camponês precisa enfrentar e superar, em nível local e internacional, na atual e desfavorável correlação de forças, caraterizada pela ofensiva do capital internacional sobre o domínio da natureza, da produção e dos bens agrícolas.

Esta análise é realizada a partir da realidade vivida na América Latina e em especial no Brasil, marcada pelo domínio do capital sobre a agricultura, pelas experiências de luta e de resistência dos movimentos camponeses e por suas reflexões e debates sobre como enfrentar o capital com um modelo alternativo, popular e camponês.

I – AS TENDÊNCIAS DO CAPITAL NA AGRICULTURA

1. Os movimentos do capital na atual fase hegemonizada pelo capital financeiro e de nível internacional

O desenvolvimento do modo de produção capitalista passou por várias fases. Iniciou no século XV como capitalismo mercantil, depois evoluiu para o capitalismo industrial nos séculos XVIII e XIX. No século XX, desenvolveu-se como capitalismo monopolista e imperialista. Nas últimas duas décadas, estamos vivenciando uma nova fase do capitalismo, agora dominada pelo capital financeiro globalizado. Essa fase significa que a acumulação do capital, das riquezas, se concentra basicamente na esfera do capital financeiro. Mas este precisa controlar a produção das mercadorias (na indús-

tria, nos minérios e agricultura) e o comércio em nível mundial para poder apoderar-se da mais-valia produzida pelos trabalhadores agrícolas em geral.

O capital financeiro internacionalizado passou a controlar a agricultura através de vários mecanismos:

a) O primeiro deles é que, através do excedente de capital financeiro, os bancos passaram a comprar ações de centenas de médias e grandes empresas que atuavam em diferentes setores relacionados com a agricultura e, a partir do controle da maior parte das ações, promoveram então um processo de concentração das empresas que atuavam na agricultura. Em poucos anos, elas tiveram um crescimento fantástico de seu capital, em consequência dos investimentos feitos pelo capital financeiro, e passaram a controlar os mais diferentes setores relacionados com a agricultura, como: comércio, produção de insumos em geral, máquinas agrícolas, agroindústrias, medicamentos, agrotóxicos, ferramentas etc. É importante compreender que foi um capital acumulado fora da agricultura, mas que, aplicado nela, aumentou rapidamente a velocidade dos processos de crescimento e concentração que, pelas vias naturais de acumulação de riqueza das mercadorias agrícolas, levariam anos...

b) O segundo mecanismo de controle foi através do processo de dolarização da economia mundial. Isso permitiu que as empresas se aproveitassem de taxas de câmbio favoráveis, entrassem nas economias nacionais e pudessem comprar facilmente empresas e dominar os mercados produtores e o comércio de produtos agrícolas.

c) O terceiro mecanismo foi obtido por meio das regras do livre-comércio impostas por organismos internacionais, como a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), e acordos multilaterais, que normatizaram o comércio de produtos agrícolas de acordo com os interesses das grandes empresas e obrigaram os governos servis a liberalizarem o comércio desses produtos. Com isso, as empresas

transnacionais puderam entrar em diversos países e controlar o mercado nacional dos produtos e insumos agrícolas em praticamente todo o mundo.

d) O quarto mecanismo foi o crédito bancário. Em praticamente todos os países, o desenvolvimento da produção agrícola está cada vez mais dependente de insumos industriais e à mercê da utilização de créditos para financiar a produção. Esses créditos permitiram financiar a ofensiva desse modo de produção da "agricultura industrial" e suas empresas produtoras de insumos. Ou seja, os bancos financiaram a implantação e o domínio da agricultura industrial em todo o mundo.

e) Por último, na maioria dos países, os governos abandonaram as políticas públicas de proteção do mercado agrícola nacional e da economia camponesa. Liberalizaram os mercados e aplicaram políticas neoliberais de subsídios justamente para a grande produção agrícola capitalista. Esses subsídios governamentais foram praticados principalmente através de isenções fiscais, nas exportações ou importações, e na aplicação de taxas de juros favoráveis à agricultura capitalista.

O resultado dessa lógica de domínio do capital financeiro sobre a produção agrícola, durante as últimas duas décadas, é que agora as aproximadamente 50 maiores empresas transnacionais controlam a maior parte da produção e do comércio agrícola mundial.

2. A crise recente do capital financeiro e suas consequências para a agricultura e os bens da natureza

Durante os anos 1990-2008, houve uma ofensiva do capital financeiro sobre a agricultura. Ela se agravou nos últimos anos, com a crise do capital financeiro, nos Estados Unidos e na Europa.

Esta crise está agravando ainda mais os efeitos do controle do capital internacional sobre as economias periféricas, sobre a agricultura e a economia camponesa. Isso vem acontecendo por diversas razões:

a) Os grandes grupos econômicos do hemisfério Norte, diante da crise, das baixas taxas de juros por lá praticadas (ao redor de 0,2% ao ano), da instabilidade do dólar e de suas moedas, correram para a periferia buscando proteger seus capitais voláteis através da aplicação em ativos fixos como terra, minérios, matérias-primas agrícolas, água, territórios com elevada biodiversidade, investimentos em setores produtivos e na produção agrícola e também no controle de fontes de energias renováveis, como hidrelétricas ou usinas de etanol.

b) A crise do preço petróleo e suas consequências sobre o aquecimento global e o meio ambiente levou o complexo automobilístico-petroleiro a investir grandes somas de capital na produção de agrocombustíveis, principalmente na produção de cana e milho para etanol; e soja, amendoim, mamona e palma de dendê (palma africana) para óleo vegetal. Isso produziu uma verdadeira ofensiva do capital financeiro e das empresas transnacionais sobre a agricultura tropical no sul.

c) O terceiro movimento resultante da crise conjuntural é que esses capitais financeiros se dirigiram às bolsas de mercadorias agrícolas e de minérios para aplicar seus ativos e assim especular no mercado futuro ou simplesmente transformar o dinheiro em mercadorias futuras. Esse movimento gerou uma elevação exagerada nos preços dos produtos agrícolas negociados pelas empresas nas bolsas mundiais de mercadorias. Os preços médios dos produtos agrícolas em nível internacional já não têm mais relação com o custo médio de produção e o valor real medido pelo tempo de trabalho socialmente necessário. Eles são resultado dos movimentos especulativos e do controle oligopólico dos mercados agrícolas por essas grandes empresas.

3. A situação atual do controle das empresas transnacionais e do capital financeiro sobre a agricultura

Há muitos aspectos que poderiam ser analisados sobre a situação e consequência da ação das empresas sobre a agricultura. Aqui vamos nos deter nos aspectos econômicos:

a) Houve uma concentração do controle da produção e do comércio mundial de produtos agrícolas por parte de poucas empresas que dominam esses produtos em todo o mundo, em especial os produtos agrícolas padronizáveis, como grãos e laticínios. Elas dominam também toda a cadeia produtiva dos insumos e máquinas utilizados pela agricultura.

b) Houve um processo acelerado de centralização do capital. Ou seja, uma mesma empresa passou a controlar a produção e o comércio de um conjunto de produtos e setores da economia, como a fabricação de insumos (fertilizantes químicos, venenos, agrotóxicos) e máquinarias agrícolas, fármacos, sementes transgênicas e uma infinidade de produtos oriundos da agroindústria, seja ela alimentícia, de cosméticos ou de produtos supérfluos.

c) Há uma simbiose cada vez maior, dentro de uma mesma empresa, entre o capital industrial, comercial e o financeiro.

d) Há um controle quase absoluto sobre os preços dos produtos agrícolas e dos insumos agrícolas em nível mundial. Embora os preços devessem ter sua base no valor real (tempo de trabalho médio necessário), o controle oligopólico dos produtos faz com que se pratiquem preços acima do valor, e, assim, as empresas obtêm lucros extraordinários, levando à falência os pequenos e médios produtores, que não conseguem produzir nos mesmos níveis de escala que as empresas internacionais controlam.

e) Há uma hegemonia das empresas sobre o conhecimento científico, a pesquisa (que exige cada vez maiores volumes de recursos) e as tecnologias aplicadas à agricultura, que impõe em todo o mundo o modelo tecnológico da chamada "agricultura industrial", dependente de insumos produzidos fora da agricultura. Esse modelo é apresentado como sendo a única, melhor e mais barata forma de produzir na agricultura, ignorando as técnicas milenares do saber popular e da agroecologia. Essa hegemonia das empresas é decorrente da ausência do Estado no investimento em

pesquisa agropecuária. Ao longo do século XX, muitos Estados nacionais investiam recursos públicos na pesquisa agropecuária, obtendo resultados que eram democratizados e acessíveis a todos os agricultores de determinados países. Agora, o conhecimento e a pesquisa foram privatizados, e seus resultados são usados como mercadoria para se obterem maiores taxas de lucro. Na maioria dos casos, as empresas cobram inclusive *royalties* dos agricultores, pelo uso de novas tecnologias, embutidos nos elevados preços das sementes com modificações genéticas ou nos elevados preços das máquinas agrícolas e dos agrotóxicos colocados no mercado.

f) Houve uma imposição da propriedade privada das empresas sobre os bens da natureza, em especial sobre as sementes modificadas geneticamente e, recentemente, sobre as fontes de água potável para a população e reservatórios para energia ou irrigação. Também há uma ofensiva na tentativa de privatizar territórios no hemisfério Sul que detêm riqueza da biodiversidade vegetal e animal.

g) Houve uma exagerada concentração da produção dos produtos agrícolas, em especial os destinados ao mercado externo, por um número cada vez menor de grandes proprietários de terra aliados às empresas. O caso do Brasil é ilustrativo, onde cerca de 10% de todos os estabelecimentos agrícolas do país controlam 80% do valor da produção.

h) Está em curso uma perigosa padronização dos alimentos humanos e animais em todo o mundo. A humanidade está sendo induzida a alimentar-se cada vez mais com verdadeiras "rações" padronizadas pelas empresas. A comida se transformou numa mera mercadoria, que precisa ser consumida de forma massiva e rapidamente. Isso traz consequências incalculáveis para a destruição dos hábitos alimentares locais, da cultura, e riscos para a saúde humana e dos animais.

i) Há um processo generalizado em todo o mundo de perda da soberania dos povos e dos países sobre os alimentos e o processo

produtivo em decorrência da desnacionalização da propriedade das terras, das empresas, das agroindústrias e do comércio, da tecnologia, colocando em risco a soberania nacional como um todo. Já existem mais de 70 países que não conseguem mais produzir o que seus povos precisam para se alimentar.

j) Implantaram-se grandes extensões de cultivos de árvores homogêneas em plantações industriais de eucalipto, pínus, palma africana etc., destinados à produção de celulose, madeira ou agroenergia, que estão afetando gravemente o meio ambiente pela destruição total da biodiversidade e alteração dos lençóis freáticos.

k) Construiu-se uma aliança maquiavélica nos países do sul entre os interesses dos grandes proprietários de terra, latifundiários e fazendeiros capitalistas crioulos e as empresas transnacionais. Essa aliança está impondo o modo de agricultura industrial de forma muito rápida e concentrando a propriedade da terra de forma assombrosa. Está destruindo e inviabilizando a agricultura camponesa e despovoando o interior de nossos países. Nesse modo de agricultura, usam-se agrotóxicos e mecanização intensiva, que expulsa a mão de obra e provoca a migração de grandes contingentes da população rural.

l) Está em curso uma nova divisão internacional da produção e do trabalho que condena a maior parte dos países do hemisfério Sul a ser meros exportadores de matérias-primas agrícolas e minerais.

m) A maior parte dos governos, embora eleitos em processos eleitorais tidos como democráticos, é na verdade conduzida pela força da lógica do capital e por todo tipo de manipulação midiática, resultando em governos servis a esses interesses. Suas políticas agrícolas têm sido totalmente subalternas aos interesses das empresas transnacionais. Abandonaram o controle do Estado sobre a agricultura e os alimentos, as políticas públicas de apoio aos camponeses e à soberania alimentar e a preservação do meio ambiente local.

4. O modelo macroeconômico brasileiro

a) O modelo macroeconômico brasileiro praticamente não se alterou com a mudança de governo, mantendo sua lógica centrada nos ganhos especulativos ligados ao capital financeiro. Ou seja, independente do governo, mantiveram-se altas taxas de juros no mercado, que abasteceram a acumulação financeira. O governo manteve o superávit primário no orçamento da união, como forma de garantir pagamento de juros da dívida interna, e não teve o controle do câmbio. Isso significa que a taxa de câmbio flutuou de acordo com as necessidades de especulação de interesses do capital internacional sobre a nossa economia.

b) Este processo resultou, nos oito anos de governo Lula, numa transferência para o capital financeiro de mais de R$ 700 bilhões, e isso somente para pagamento de juros da dívida interna. Isso contribuiu para concentração e centralização do capital, pois, segundo estudos de Márcio Pochmann, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), os credores e beneficiários desses juros são menos de 20 mil pessoas.

c) Este processo se deu a partir de 1999, inaugurando uma nova fase na política para a agricultura, priorizando os instrumentos da política comercial e cambial. Criaram-se, assim, as condições macroeconômicas para a aliança política conhecida como agronegócio. Reedita-se a vinculação/articulação da propriedade fundiária com o capital financeiro.

d) Agora, o agronegócio passa a ter uma expressiva função econômica no modelo do capital financeiro (gerar saldos comerciais para ampliar as reservas cambiais, condição essencial para atrair os capitais especulativos para o Brasil). E este avanço do agronegócio bloqueia e protege as terras improdutivas para uma futura expansão dos seus negócios, travando a obtenção de terras para a reforma agrária.

5. As mudanças estruturais na produção e propriedade da terra no Brasil

a) O processo de desenvolvimento do capital, nessa forma cada vez mais dependente do exterior e que organiza a produção na forma do agronegócio, trouxe mudanças estruturais na propriedade, na produção, no mercado, nas classes e nos trabalhadores rurais de todo Brasil.

b) Os empresários capitalistas, brasileiros e do exterior, passaram a priorizar os investimentos na produção de soja, milho, cana-de-açúcar (com suas usinas para açúcar e etanol) e monocultivo de eucalipto para celulose e carvão (nas guseiras siderúrgicas de exportação do minério de ferro).

c) As 50 maiores empresas agroindustriais de capital estrangeiro e nacional controlam praticamente toda produção e o comércio das *commodities* agrícolas no Brasil.

d) Houve uma crescente centralização do capital que atua na agricultura: uma mesma empresa controla sementes, fertilizantes, agroquímicos, o comércio e a industrialização de produtos agrícolas.

e) Os fazendeiros capitalistas, a estas empresas vinculados, que produzem um PIB agrícola ao redor de R$ 150 bilhões por ano, necessitam de crédito rural adiantado no valor de aproximadamente R$ 120 bilhões por ano. Depois, repartem suas taxas de mais-valia com as empresas fornecedoras dos insumos, com as empresas compradoras das mercadorias e com os bancos que adiantaram o capital financeiro.

f) Nos últimos dez anos, houve um processo acelerado de concentração da propriedade da terra. O índice que mede essa concentração continua crescendo. O índice de Gini, em 2006, estava em 0,854, que é maior inclusive do que em 1920, quando havíamos acabado de sair da escravidão. Nas estatísticas do cadastro do Incra, vê-se que entre, 2003 e 2010, as grandes propriedades passaram de 95 mil unidades para 127 mil unidades, e a área con-

trolada por elas passou de 182 milhões de ha para 265 milhões de ha em apenas oito anos.

g) Analisando-se as grandes propriedades classificadas pelos critérios da Lei Agrária de 1993, com base nas informações declaradas pelo proprietário ao Incra, via-se que em 2003 havia 47 mil grandes propriedades improdutivas, detentoras de 109 milhões de ha, e que, em 2010, passaram a ser 66 mil grandes propriedades improdutivas, controlando 175 milhões de ha.

h) Analisando os dados por estabelecimentos (critério adotado pelo IBGE), percebe-se que, no último censo de 2006, havia 22 mil grandes propriedades acima de 2 mil ha de terra, que seriam os latifúndios; e outros 400 mil estabelecimentos entre 500 e 2 mil ha, que seriam as fazendas modernas integradas no modelo do agronegócio.

i) Os grandes e médios proprietários que representam o agronegócio controlam 85% das terras e praticamente toda a produção de *commodities*.

j) Houve também uma concentração da produção agrícola por produto e, em 2010, 80% das *commodities* e das terras por elas utilizadas se destinavam a soja, milho e cana.

k) Houve um aumento acelerado na desnacionalização da propriedade da terra, com avanço de empresas estrangeiras. Mas é impossível ter aferição estatística, pois o capital estrangeiro compra as ações de empresas brasileiras, que possuem as terras sem necessidade de alterar o cadastro no Incra. No entanto, estima-se que as empresas estrangeiras devem controlar mais de 30 milhões de ha de terras no Brasil.

l) O agronegócio possui prioridades regionais para sua expansão. A soja é prioridade para todas as regiões. A cana, na região centro-sudeste. A celulose, no sul da Bahia, norte do Espírito Santo e Mato Grosso do Sul. Já a madeira para produção de carvão ganha dimensão no Norte do país e em Minas Gerais, sobretudo onde

se instalaram a indústria siderúrgica. No semiárido nordestino, as frutas irrigadas. E, no litoral do Nordeste, o camarão cultivado. E a pecuária extensiva vai ficando nas regiões mais degradadas e na fronteira agrícola, reservando a terra para o avanço paulatino do capital. Quanto à pecuária leiteira, esta vem sendo empurrada para região Sul do Brasil, na medida em que a cana vai ocupando as pastagens do Sudeste. Outro produto importante é o algodão, que cresce nas grandes fazendas do Centro-Oeste.

m) Houve um aumento significativo da produtividade agrícola por hectare e por trabalhador, em todos os ramos de produção. No entanto, essa produtividade esteve combinada com o aumento de escala dos monocultivos e com o uso intensivo de venenos e máquinas agrícolas.

n) O capital procura se expandir na agricultura incorporando novas áreas para o ageronegócio na região Centro-Oeste, no bioma do cerrado, no sul da Amazônia e pré-Amazônia, no chamado Mapito (sul do Maranhão, sul do Piauí, oeste da Bahia e norte de Tocantins). Nesse sentido, o capital enfrenta alguns empecilhos jurídicos para sua expansão, como o Código Florestal, que impõe uma reserva nativa, em cada propriedade, de 80% para o bioma da Amazônia e de 40% para o cerrado. E também as áreas de quilombolas, que depois de reconhecidas não podem mais ser vendidas, além das áreas indígenas. Nesse sentido, os povos indígenas enfrentam a sanha do capital com maior vigor no Centro-Oeste.

o) Nota-se nesse processo do agronegócio uma parceria ideológica de classe com os meios de comunicação da burguesia, em especial televisão, revistas e jornais, que fazem sua defesa e propaganda permanente como único projeto possível, moderno e insubstituível. Portanto, a reprodução ideológica agora é realizada pelos meios de comunicação de massa. E há uma simbiose entre os grandes proprietários dos meios de comunicação, as empresas do agronegócio, as verbas de publicidade e o poder econômico.

p) No desenvolvimento das forças produtivas, em nível de Brasil, percebe-se que o número de máquinas agrícolas vendidas (tratores e colheitadeiras) tem aumentado no tamanho de potência, mas não no número de unidades. Na década de 1970, quando os agricultores familiares tinham acesso a crédito e estavam vinculados à agroindústria de maneira mais intensa, o mercado de tratores era de 75 mil unidades/ano. E agora, nos últimos anos, baixou para 36 mil unidades/ano, embora tenha aumentado a potência média. Mas, no geral, os índices de mecanização da agricultura brasileira são baixíssimos, se comparados com os volumes de produção. O número total de tratores existentes na agricultura brasileira é de apenas 802 mil, segundo o último censo (uma média de 2 tratores para cada propriedade do agronegócio). Já comparando-se com o nível de desenvolvimento das forças produtivas da agricultura dos Estados Unidos, em 1920, eles possuíam 900 mil tratores na agricultura!

6. As classes sociais resultantes no Brasil

a) Utilizando-se de outras formas de classificação, há autores (José Eli da Veiga, Ariovaldo Umbelino de Oliveira etc.) que adéquam os dados estatísticos à situação de classe e concluem que, no Brasil, há um setor patronal (dos que possuem a terra, a produção, mas não trabalham) que seria representado por aproximadamente 450 mil estabelecimentos ou empresários capitalistas, que controlam 300 milhões de ha e toda a produção de *commodities* para exportação. Nesses estabelecimentos, trabalham 400 mil assalariados nas propriedades acima de mil ha, e outros 1,8 milhão nas propriedades de 500 a 2 mil ha, totalizando, assim, 2,2 milhões de trabalhadores assalariados no agronegócio.

b) Na década de 1980, o número de trabalhadores assarialados na agricultura, entre permanentes e temporários, variava entre 6 e 10 milhões. Portanto, houve uma redução da classe de trabalhadores proletários rurais.

c) Entre a classe camponesa ou de agricultores familiares, há 4,8 milhões de estabelecimentos e famílias. Destes, 1 milhão de famílias, aproximadamente, seriam camponeses remediados, que vivem de seu trabalho familiar, contratam esporadicamente trabalho assalariado e estão integrados no mercado. São os que mais acessam as linhas de crédito do Pronaf. A maioria deles produz as mercadorias integradas à agroindústria, como suínos, aves, fumo, leite e algumas frutas.

d) Há outros 3,8 milhões de estabelecimentos/famílias de camponeses pobres que estão inviabilizados por esse modelo, que produzem basicamente para subsistência e vendem pequenos volumes de excedentes, sem condições de acumular.

e) Nos vários segmentos de agricultores familiares/camponeses, há 14,4 milhões de pessoas adultas que trabalham no campo. Entre eles, os camponeses sem-terra.

f) Percebe-se que há uma superexploração do trabalho agrícola no Brasil. Entre os camponeses, pelo aumento da jornada de trabalho, pelo envolvimento de toda família e pela baixa remuneração recebida. Entre os proletários rurais, empregados no agronegócio, há uma superexploração relativa em função da comparação dos seus salários, que são maiores do que dos camponeses, mas muito menores do que seus equivalentes trabalhadores das mesmas *commodities* agrícolas em outros países do mundo. Em média, os tratoristas brasileiros recebem apenas 20% do salário de seu equivalente nos países do hemisfério Norte para trabalhar na mesma produção de soja, milho etc.

g) Há ainda casos de trabalho não pago, análago à escravidão. Segundo os dados do Ministério do Trabalho e da Polícia Federal, registram-se ao redor de 5 mil casos por ano. Apesar da ignomínia que eles representam, não podemos fazer com que a acumulação do agronegócio se baseie nisso. Em geral, esse tipo de exploração é utilizada na fronteira agrícola para desmata-

mento, para amansar e valorizar a propriedade da terra pelos latifundiários especuladores e atrasados. Houve casos também no corte de madeira e também na colheita de cana.

7. O modelo do capital para a agricultura: o agronegócio

Em resumo, pode-se dizer que o capital e seus proprietários capitalistas, representados pelos grandes proprietários de terra, bancos, empresas nacionais e transnacionais, estão aplicando em todo o mundo o chamado modelo de produção do agronegócio (*agribusiness*), que se caracteriza sucintamente por: organização da produção agrícola na forma de monocultivo (um só produto) em escalas de áreas cada vez maiores; uso intensivo de máquinas agrícolas, também em escala cada vez mais ampla, expulsando a mão de obra do campo; a prática de uma agricultura sem agricultores; uso intensivo de venenos agrícolas, os agrotóxicos, que destroem a fertilidade natural dos solos e seus micro-organismos, contaminam as águas dos lençóis freáticos e inclusive a atmosfera, ao adotarem desfolhantes e secantes que evaporam e regressam com as chuvas e, sobretudo, contaminam os alimentos produzidos, trazendo consequências gravíssimas para a saúde da população; uso cada vez maior de sementes transgênicas, padronizadas, e agressão ao meio ambiente com técnicas de produção que buscam apenas a maior taxa de lucro em menor tempo.

Esse modelo, que busca a produção de *commodities* e dólares, e não a de alimentos, passa a dominar e utilizar cada vez mais terras férteis para a produção de agrocombustíveis, para "alimentar" os tanques dos automóveis de transporte individual, a plantação industrial de árvores homogêneas para celulose, destinadas às embalagens da indústria, e a energia na forma de carvão vegetal.

II. AS CONTRADIÇÕES DO CONTROLE DO CAPITAL SOBRE A AGRICULTURA, EM ESPECIAL NO HEMISFÉRIO SUL

A descrição do poder econômico sobre a agricultura, a natureza e os produtos agrícolas assusta a todos! Isso pode levar a um pessimismo sobre a possibilidade de reverter tal situação, tamanha a força que o capital internacional e financeiro exerce sobre eles. No entanto, todos esses processos econômicos e sociais trazem consigo contradições. E são essas contradições que geram revoltas, indignação, efeitos contrários que irão levar à sua superação em médio prazo.

Destacaremos aqui algumas dessas contradições do domínio do capital sobre a agricultura e a natureza para que possamos entendê-las e atuar sobre elas para provocar as mudanças necessárias:

a) O modelo de produção da agricultura industrial é totalmente dependente de insumos, como fertilizantes químicos e derivados do petróleo, que têm limites físicos naturais de escassez de reservas mundiais de petróleo, potássio, calcário e fósforo. Portanto, tem sua expansão limitada em médio prazo e custos/preços acima do valor real. No caso brasileiro, a situação agrava-se pela dependência das importações, o que afeta inclusive a soberania nacional da produção agrícola. Na última safra, foram importados 16 milhões de toneladas de fertilizantes.

b) O controle oligopólico de algumas empresas sobre os alimentos tem gerado preços acima do seu valor, e isso provocará fome e revolta da população impedida de ter acesso à alimentação por falta de renda. Ou seja, condicionar o alimento simplesmente às taxas de lucro trará em curto prazo graves problemas sociais, já que a população mais pobre e faminta não terá renda suficiente para tornar-se consumidora dos alimentos transformados em meras mercadorias. A FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação) revelou que mais de 1 bilhão de seres humanos passam fome todos os dias. Pela primeira vez na história

da humanidade atingimos tal magnitude de famintos. No entanto, a produção de alimentos cresce sistematicamente.

c) O capital internacional está controlando e privatizando a propriedade dos recursos naturais, representados pela terra, água, florestas e biodiversidade. Isso afeta a soberania nacional dos países e vai provocar a reação de amplos setores sociais contrários, e não somente dos camponeses.

d) A agricultura industrial se baseia na necessidade de usar cada vez mais agrotóxicos como forma de poupar mão de obra e de produzir em monocultivo de larga escala. Isso produz alimentos cada vez mais contaminados e que afetam a saúde da população. As populações da cidade, que têm mais acesso a informação, certamente reagirão (as classes ricas já estão se protegendo e, nas redes de grandes supermercados, aumenta cada vez mais o consumo de produtos alimentícios produzidos de forma orgânica). O Brasil controla apenas 5% da área cultivada entre os 20 maiores países agrícolas no mundo. No entanto, consome 20% da produção mundial de venenos. Os venenos destroem a biodiversidade, alteram o equilíbrio do meio ambiente, afetam as mudanças climáticas e, sobretudo, afetam a saúde das pessoas, com a proliferação de doenças como o câncer. O modelo do agronegócio não consegue produzir alimentos sadios.

e) O modo de produzir em grande escala expulsa mão de obra do meio rural e faz com que aumente a população das periferias das grandes cidades. Essas populações não têm alternativa de emprego e renda e isso gera novas contradições, com o aumento da desigualdade social e do êxodo rural em todos os países do mundo.

f) As empresas estão ampliando a agricultura baseada nas sementes transgênicas. Mas, ao mesmo tempo, aumentam as denúncias e ficam mais visíveis as consequências devastadoras destas sobre a biodiversidade, o clima e os riscos que causam para a saúde humana e dos animais. Estão aparecendo cada vez mais

as reações da natureza a essa homogeneização da vida vegetal, já que as sementes transgênicas contaminam as demais e não podem conviver com outras espécies semelhantes. Por outro lado, surgem novas enfermidades e plantas que resistem aos venenos usados em combinação com as sementes transgênicas.

g) A agricultura industrial, de monocultivo, destrói sistematicamente toda biodiversidade. A destruição da biodiversidade altera o regime de chuvas, o clima e contribui para o aquecimento global. Essa contradição é insustentável, e as populações da cidade começarão a dar-se conta e exigir mudanças.

h) A privatização da propriedade das águas, seja dos rios e lagos ou dos lençóis freáticos, aumentará o seu preço, restringirá o consumo para as populações de baixa renda e trará graves consequências sociais. Em diversos países do continente americano, as três maiores empresas do setor, Nestlé, Coca-Cola e Pepsi já detêm o controle da maior parte do mercado de água potável vendida em garrafas.

i) O aumento da compra de terras pelas empresas estrangeiras e sua desnacionalização de forma incontrolável traz contradições na soberania política dos países.

j) A ampliação e o uso da agricultura industrial para produção de agrocombustíves ampliam ainda mais o monocultivo e o uso de fertilizantes de origem petroleira e não resolvem o problema do aquecimento global e da emissão de gás carbônico. A causa principal desse problema é o crescimento do uso do transporte individual nas grandes cidades, estimulado pela ganância das empresas automobilísticas. Portanto, o fomento da agricultura de agrocombustíveis não resolverá o problema, apenas o agravará, pelos efeitos perversos na destruição da biodiversidade.

k) O projeto de redivisão internacional do trabalho e da produção transforma muitos países do hemisfério Sul em meros exportadores de matérias-primas e inviabiliza projetos de desenvolvimento nacional que possam garantir emprego e distribuição de renda para

suas populações. Isso vai gerar concentração de renda, desemprego e migração para os países do hemisfério Norte.

l) As empresas do agro, aliadas com o capital financeiro, estão avançando também na concentração e centralização das redes de distribuição de supermercados, com o oligopólio mundial das redes Wal-Mart, Carrefour etc. Esse processo vai destruir milhares de pequenos armazéns e comerciantes locais, gerando consequências sociais incalculáveis.

m) A agricultura industrial precisa utilizar cada vez mais hormônios e remédios industriais para a produção em massa de animais para abate em menor tempo, como aves, gado e suínos. Isso traz consequências para a saúde da população consumidora.

n) Os grandes proprietários de terra não controlam mais o processo de produção e as margens de lucro. Eles estão reféns das empresas que controlam a produção e o comércio. Por isso, a maior parte do lucro fica com as empresas na esfera do comércio. Para compensar essa divisão de sua taxa de lucro, os capitalistas do agro aumentam a exploração dos trabalhadores assalariados, impõem o trabalho sazonal, temporário, com emprego apenas alguns meses por ano. Em diversos países tem ressurgido formas de trabalho análogas ao trabalho escravo e a superexploração, nas quais os salários não são suficientes para a reprodução humana e os trabalhadores ficam sempre devendo aos "patrões". Aumenta também a exploração do trabalho feminino e infantil, sobretudo nos períodos de colheita de produtos que exigem muita mão de obra, estimulando a migração de trabalhadores temporários, sem lhes garantir nenhum direito social.

o) No modelo de dominação do capital sobre a agricultura, não há alternativas de emprego e renda para a juventude. Isso é uma enorme contradição, pois, se um setor produtivo não contar com a juventude, não terá futuro.

p) Imensas regiões do interior dos países estão ficando desabitadas, como se a única forma de sobrevivência humana fosse

a aglomeração da população nas grandes cidades. Nestas, com tamanha concentração demográfica, as condições de vida pioram cada vez mais. Pratica-se uma agricultura sem gente! O exemplo mais ilustrativo dessa contradição é que hoje, nos Estados Unidos, a população carcerária é maior do que a população que vive no meio rural.

O OLIGOPÓLIO NA PRODUÇÃO DE SEMENTES E A TENDÊNCIA À PADRONIZAÇÃO DA DIETA ALIMENTAR MUNDIAL*

HORÁCIO MARTINS DE CARVALHO**

INTRODUÇÃO

Os recursos genéticos vegetais, uma herança comum de toda a humanidade há mais de 10 mil anos, foram sendo transformados gradual e crescentemente, a partir do início do século XX, em propriedade de um reduzido grupo de empresas privadas norte-americanas e europeias.

Se outrora as sementes constituíam um acervo comunitário e cultural dos povos camponeses[1] e indígenas de todo o mundo, cuja obtenção, guarda e reprodução eram muitas vezes mediados pelo

---

* Capítulo do livro *Sementes – patrimônio do povo a serviço da humanidade* (Expressão Popular, 2003).

** Engenheiro agrônomo formado pela Escola Nacional de Agronomia da Universidade Rural do Brasil e especialista em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. É membro do Conselho da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra).

1 Sob a expressão "camponeses", estou englobando para fins deste texto tanto os pequenos proprietários de terras, como os posseiros, arrendatários, parceiros, pescadores artesanais, ribeirinhos, quilombolas e extrativistas.

sagrado e tinham na partilha desse bem comum um valor material e simbólico que as tornavam sinônimos da vida, contemporaneamente as sementes transformaram-se em mercadorias, em objetos de negócios cujo objetivo precípuo é o lucro através da exploração e submissão dos produtores rurais de todo o mundo não por potências estrangeiras, mas por corporações privadas capitalistas de âmbito multinacional.[2]

A apropriação privada oligopolista da geração, reprodução e distribuição de sementes híbridas e transgênicas pelas empresas multinacionais com o controle direto da oferta dos insumos que elas requerem, a determinação da oferta de matérias-primas para a agroindústria e o controle efetivo da oferta de produtos para o abastecimento alimentar têm delimitado o tipo, o volume, a diversidade, a periodicidade e a qualidade dos alimentos que serão oferecidos às populações.

Mantido o atual modelo econômico para a agricultura e o comportamento da maioria da população de sentir-se mais como consumidora do que como cidadã, tudo leva a crer que caminhamos para uma tirania das grandes corporações multinacionais sobre a dieta alimentar dos povos em todo o mundo.

A tendência econômica é a de se consolidar uma padronização universal da dieta alimentar ou dos tipos de alimentos a serem ofertados aos consumidores na maioria dos países do mundo independentemente da sua história cultural e dos seus hábitos alimentares.

---

2 Segundo RIBEIRO (2003), "(...) a ingerência das megacorporações, cuja maioria é estadunidense, na vida econômica, política e social dos países e suas populações é o traço definitório da globalização (...). O Grupo ETC (antes denominado Rafi) tem seguido este processo há décadas. Esta forma de integração vertical (dentro do mesmo ramo) e horizontal (com outros ramos) é particularmente alarmante no setor agroalimentar e farmacêutico. Até 20 anos atrás existiam milhares de empresas de sementes, e nenhuma delas alcançava um por cento do mercado. Hoje, dez empresas controlam 30% do mercado mundial. Na mesma época existiam 65 empresas de insumos agrícolas. Hoje, uma dezena de empresas controla 90% do mercado".

Essa tendência à padronização da dieta alimentar já está sendo efetivada, com graus variados de intensidade, através do controle da oferta de alimentos industrializados nos supermercados, produtos estes originários da agroindústria oligopolizada multinacional.

A intensa propaganda comercial, nos meios de comunicação de massa, dos produtos dessas agroindústrias multinacionais de alimentos, aliada ao estímulo direto e subliminar para o consumo de massa, tem permitido a mudança dos hábitos alimentares de grande parte da população para a adoção de uma dieta similar àquela praticada pela classe média assalariada dos grandes centros urbanos: consumir alimentos originários das agroindústrias.

Essa aceitação dos alimentos industrializados e homogeneizados – como os temperos instantâneos, os achocolatados, os flocos de milho, as massas secas, os enlatados ou envasilhados, os pães industrializados, as margarinas, os óleos vegetais, os refrigerantes, as carnes congeladas, os alimentos prontos para consumo imediato e outros – não se restringiu aos grandes centros metropolitanos, mas, via meios de comunicação de massa e facilidades de transporte de mercadorias, estruturou a composição alimentar das populações das médias e pequenas cidades e no meio rural.

No meio rural, em particular para os camponeses e povos indígenas, a adoção massiva das sementes híbridas e transgênicas e a aceitação ideológica e prática de uma dieta a partir de alimentos industrializados determinou mudanças tanto na matriz tecnológica e na forma de organização da produção quanto na matriz de consumo alimentar familiar. Essas mudanças desorganizaram a base social e familiar da vida camponesa e dos povos indígenas, facilitando a perda da sua identidade social e étnica. Essa perda de identidade vem contribuindo sobremaneira para a exclusão social dessas populações.

A questão atual com que se defrontam os camponeses e os povos indígenas é a de resistir à tendência crescente da sua exclusão social

ou, em situações particulares e minoritárias – como nas relações comerciais de integração do camponês com a agroindústria para a produção –, à sua inclusão social subalterna aos interesses dos oligopólios multinacionais.

Essa resistência familiar e social à exclusão pressuporá mudanças nas matrizes de produção e de consumo familiar. Isso significará, antes de tudo, mudanças culturais importantes que afetarão o cotidiano da vida camponesa e indígena.

PADRONIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E DO CONSUMO

O domínio das grandes corporações sobre a produção e distribuição de sementes determina o que, como e quando a maioria dos produtores rurais poderá produzir. Delimita ou interfere de maneira decisiva sobre quais as matérias-primas que serão ofertadas para as agroindústrias. E, indiretamente, permite que um grupo de grandes corporações privadas escolha quais produtos estarão disponíveis para o abastecimento alimentar no varejo através das redes nacionais e internacionais oligopolizadas de supermercados.

Esse controle sobre os mercados de sementes, de matérias-primas para as agroindústrias e de abastecimento alimentar no varejo é alicerçado econômica e politicamente pelo direcionamento das políticas públicas governamentais para a afirmação do atual modelo econômico, que tem como uma das suas estratégias a abertura dos mercados nacionais aos capitais, produtos e patentes das empresas multinacionais. Tais políticas públicas são orientadas pelas diretrizes de livre comércio da OMC e do FMI, respaldadas em leis nacionais que facilitam a oligopolização dos mercados pelas corporações multinacionais e acatadas interesseiramente pelo empresariado de origem local ou nacional.

Do ponto de vista ideológico, esse domínio é aceito e legitimado pela maioria da população em consequência da manipulação da opinião pública através dos meios de comunicação de massa que

favorece, seja pela propaganda comercial, seja pela afirmação de novos valores de comportamento em relação ao consumo, a aceitação passiva da oferta de novos bens alimentares industrializados produzidos a partir dos interesses econômicos das corporações multinacionais de alimentos.

As grandes corporações tecnocráticas dos meios de comunicação de massa veiculam propagandas comerciais e difundem valores a elas associadas que tornam o consumo a moral do mundo contemporâneo. O consumo surge como modo de resposta global que serve de base a todo o nosso sistema cultural (cf. Baudrillard, 1968 e 1995).

A globalização do consumo torna-se consequência não apenas das mudanças nas relações econômicas internacionais que conduziram à abertura dos mercados e à facilitação da comunicação pelos meios eletrônicos, mas pela nova forma de comportamento das pessoas, que passa a ser ditada pelo consumo. O mercado oligopolizado estabelece um regime convergente que impõe o que consumir. E, mais, os meios eletrônicos que fizeram irromper as massas populares na esfera pública foram deslocando o desempenho do cidadão para as práticas de consumo (Canclini, 1995, p. 23).

Quando as pessoas se deparam com as gôndolas dos supermercados repletas de produtos alimentares artificialmente variados – as dezenas de tipos de enlatados, de massas secas, de embutidos, de adoçantes artificiais, de pães ou de temperos –, deixam de perceber que essa diversidade tem a mesma base econômica: a agroindústria multinacional. Os sabores, as cores e as texturas dos alimentos fantasiam seus lugares de origem, mas não são alimentos daquela origem.

A ambiência dos supermercados e dos centros de compras estimula a alienação do consumidor. Fascinado pela abundância, pela evidência do excedente que o amontoado de objetos sugere, ele se deixa possuir pela presunção da terra da promissão, mergulhado que está na sensação de opulência (Baudrillard, 1995, p. 16-19).

Conforme Schwartz (2003), apesar do modelo neoliberal ter provocado uma crise de proporções catastróficas naqueles países que o adotaram de maneira ortodoxa, esse modelo saiu fortalecido. A tendência observada é de maximizar o "efeito rede": a tendência de um produto ou serviço de alta tecnologia aumentar de valor à medida que o número de usuários ou empresas complementares aumentam, segundo o enfoque liberal do hipercrescimento para sobrevivência.

Portanto, não é de se estranhar que em ramos da produção nos quais a alta tecnologia está presente, como o dos organismos geneticamente modificados (por exemplo, as sementes transgênicas) e o da química fina (medicamentos), haja uma tendência para o hipercrescimento através da concentração oligopolista.

A tirania estabelecida pelo controle oligopolista das sementes e pela oferta de novos e variados produtos industrializados para o consumo alimentar alterou de maneira substantiva a estrutura e a organização da produção, assim como a dieta alimentar dos camponeses e dos povos indígenas. Introduziu elementos novos na concepção de mundo dessas populações pela negação do tradicional em nome do moderno. Rompeu a multiculturalidade e esterilizou a diversidade de iniciativas.

Nesse complexo processo social, os camponeses e povos indígenas perderam as suas identidades. Anômicos, tornam-se parte do exército de reserva de força de trabalho para o capital multinacional ou vão constituindo enormes contingentes populacionais, objeto de políticas públicas compensatórias facilitadoras do clientelismo político e da alienação social.

Ainda que esse processo de exclusão social esteja em curso, centenas de milhões de famílias de camponeses e de indígenas em todo o mundo sobrevivem alternativamente sob as mais diversas formas de resistência; e essa resistência à exclusão é um dos mais fortes comportamentos de reafirmação da cidadania.

A DESTRUIÇÃO DA MULTICULTURALIDADE

O camponês e o índio eram, e em diversas regiões ainda o são, produtores de ampla variedade de cultivos e criações. Cada um deles, seja a família ou a comunidade, deveria produzir, selecionar e guardar as suas próprias sementes para o plantio na temporada seguinte, inclusive realizando trocas com outros grupos camponeses, num processo de partilhas que lhes permitiam aumentar a diversidade genética à sua disposição. Com essa prática milenar, foram obtidas variedades bem adaptadas a condições de produção específicas e com boa produtividade relativa.

No entanto, desde o início da década de 1970, os camponeses e povos indígenas vêm incorporando no cotidiano da suas vidas duas novas matrizes ou maneiras de ser: a de produção agrícola a partir de sementes híbridas e transgênicas e a de consumo alimentar familiar a partir de alimentos industrializados. As mudanças que se verificaram nessas duas dimensões da vida restringiram as margens de decisão dessas populações com relação ao que e como produzir e se alimentar.

Camponeses e índios, ao introduzirem no seu universo de produção uma nova matriz tecnológica, tiveram que aceitar também, pela imposição da assistência técnica pública e privada e do crédito rural governamental subsidiado, novas práticas de motomecanização, de adubação, de combate a pragas, de controle de doenças e de plantas invasoras. Seus produtos, agora destinados aos mercados internacionais – como a soja, o milho, o café, o algodão e a cana-de-açúcar, entre outros –, exigiram maior escala de produção para se tornarem competitivos com a dos grandes empresários rurais. A ampliação da área plantada na unidade de produção rural do camponês e indígena eliminou, na grande maioria das regiões do país (no caso do Brasil), os esforços familiares para a produção de produtos destinados ao autoconsumo.

Ao não mais utilizarem a semente varietal nativa (semente crioula), historicamente preservada pela prática da produção e de

consumo do produto pelos camponeses e indígenas, abandonaram, também, a maneira tradicional camponesa ou indígena de produzir. A alteração na matriz de produção afetou a divisão do trabalho familiar e comunitário no mundo camponês, as práticas agrícolas e as de criação, a natureza dos insumos utilizados para a produção, a diversificação de cultivos e criações e as suas relações com o mercado, com a natureza e com a saúde das pessoas.

Essa imersão no mercado capitalista de *commodities* rompeu com valores e com comportamentos que configuravam os jeitos de ser e de viver do camponês e do índio. Uma das mais relevantes rupturas foi consequência da inserção dessas populações nos mercados de consumo de massa. Mudaram os tipos de sementes e de insumos para a produção; e assim mudou também, por efeito indireto, a dieta alimentar. Introduziram-se, na vida das famílias camponesas e indígenas, os hábitos alimentares do proletariado urbano: os alimentos industrializados. E, ao trazerem para dentro das suas casas os valores da classe média urbana, deixaram-se levar pelo consumo de massa e adquiriram, seja por motivo de comodidade no trabalho doméstico, seja para aparentarem *status* social elevado perante seus pares e estranhos, hábitos alimentares tipicamente urbanos: todos os itens da sua dieta alimentar vêm sendo adquiridos ou nos supermercados urbanos ou nos mercados rurais (bodegas, quiosques, armazéns ou tendas).

Hoje, com exceções muito limitadas, todos os produtos da produção camponesa e indígena são destinados para o mercado de *commodities*. A produção para o autoconsumo foi drasticamente reduzida ou, na maioria dos casos, eliminada. Nem a proteína para o consumo alimentar familiar é obtida com a criação de frangos e suínos. No limite da "descampesinação" e da perda de identidade étnica, os temperos (como o cheiro verde), as verduras e as frutas são adquiridos nos supermercados.

Apesar da adoção da nova matriz de produção, os camponeses e índios não ampliaram, na sua maioria, seus rendimentos líqui-

dos. Empobrecidos, veem seus filhos migrarem para as cidades em busca de emprego sazonal para obter rendimento complementar para a família. Desestrutura-se a organização familiar camponesa. A possibilidade futura da família singular ou do grupo doméstico permanecer na terra deixa de ser uma certeza. Com a migração dos jovens para as cidades, permanecem na terra apenas os mais velhos.

A assistência técnica rural governamental e a privada, ao não apoiarem concepções de matrizes tecnológicas alternativas às dominantes sob controle das grandes corporações multinacionais, contribuíram direta e indiretamente para esse desenraizamento dos camponeses e dos povos indígenas.

A vida econômica do camponês e do índio, apesar de tecnologicamente modernizada segundo o padrão dominante, integrada ao mercado e inteiramente monetarizada, não garantiu recursos líquidos suficientes para a reprodução simples dos meios de vida e de trabalho da maioria dessas populações. Nem a produção para o autoconsumo nem o artesanato permaneceram como alternativas de geração de renda. Com muito pouco dinheiro no final de cada ciclo agrícola, camponeses e índios permaneceram ou têm permanecido na dependência das políticas compensatórias dos governos. Portanto, já vivenciando de perto a exclusão social.

O abandono dos métodos e processo tradicionais na produção provocou o afastamento das práticas artesanais, sejam aquelas relacionadas à alimentação (como fazer o pão caseiro ou a massa de farinha de trigo), seja a de aproveitamento e estocagem de produtos agrícolas e animais (como as compotas de frutas de época ou da salga e defumação de carnes). Não só deixaram de possuir as habilidades artesanais do fazer como estão sendo perdidas as memórias do modo de fazer. *O não fazer e o não saber como fazer culminaram no não saber o que fazer.* Mudou a maneira de produzir, mudou a forma de consumir, mudou a percepção do mundo vivenciado. Mudou, então, a cultura desses povos (Carvalho, 2002).

Essa mudança cultural ocorreu em curto prazo: foi produto de uma modernização excludente, determinada autoritariamente pela globalização econômica e ideológica neoliberal. Milhões de camponeses abandonaram as suas terras, e inúmeros povos indígenas tornaram-se reféns das tutelas políticas e das ajudas financeiras governamentais.

A falsa dicotomia entre o tradicional e o moderno foi enraizada e sectarizada. Perdeu-se a capacidade de adaptação, inovação e convivência com o diferente. Na ideologia do consumo de massa, o "próprio" foi descartado: desterritorializou-se o produto local. O produto adquirido do alheio, sob o apelo de ser do outro, industrializado e de presença internacional, passou a ter representação fetichizada de prestígio por ser "moderno". O "nosso" foi negado. Perdeu-se nesse processo a fidelidade a elementos relevantes da história camponesa e indígena, e com isso fragilizaram-se as identidades sociais. Camponeses e indígenas foram e estão sendo desenraizados.

A multiculturalidade tem sido esgarçada. Esse novo rearranjo socioeconômico e cultural, imposto pelas corporações multinacionais em situação de oligopólio, não permite que haja a integração socioeconômica e cultural entre o tradicional e o moderno.

POLÍTICAS PÚBLICAS E OLIGOPOLIZAÇÃO

As políticas públicas governamentais têm sido as principais emuladoras dessa modernização com tendência socialmente excludente e homogeneizadora de comportamentos e valores.

O crescente desenvolvimento dos métodos e técnicas de melhoramento de plantas pelas empresas privadas, desde a Segunda Guerra Mundial, permitiu a produção de uma ampla gama de tipos de sementes congênitas, híbridas, sintéticas e, contemporaneamente, de organismos geneticamente modificados (OGMs). Os novos conhecimentos e tecnologias de melhoramento de plantas induziram as empresas privadas multinacionais a pressionar os poderes

legislativos da maioria dos países do mundo para a promulgação de uma legislação que garantisse os direitos dos melhoristas e o patenteamento dos seus produtos.

Porém, esse tipo de pressão sobre os governos não é recente. Um exemplo histórico correlato a esse tipo de imposição deu-se em 28 de março de 1883. Nessa data, o Brasil foi signatário da Convenção de Paris, que criou a União Internacional para a Proteção da Propriedade Industrial, na época sob a hegemonia das nações que detinham a tecnologia no mundo, como Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos. O Brasil, naquele ano, ainda em pleno escravismo, não possuía nenhuma universidade, enquanto os EUA já dispunham de 175, e, na Inglaterra, as universidades de Oxford e Cambridge já existiam há mais de 600 anos. Mesmo assim, o governo brasileiro predispôs-se a assinar tal convenção. Portanto, não é de se estranhar que governos favoráveis aos interesses dos grandes grupos dominantes locais e internacionais tenham aprovado continuadamente legislação favorável à oligopolização das sementes pelo capital estrangeiro e à legitimidade da propriedade intelectual.

Entretanto, essa pressão política das grandes corporações multinacionais não se restringiu às mudanças nas legislações nacionais para favorecer os seus interesses econômicos. No caso particular da agricultura, o conjunto das políticas públicas e das estratégias das instituições governamentais foi sendo ajustado aos interesses dessas corporações, conforme ocorreu nas áreas da pesquisa agropecuária governamental, da assistência técnica aos agricultores e aos povos indígenas, do crédito rural subsidiado e da aquisição de produtos agrícolas pelo governo para fins de estoques reguladores. Essas políticas públicas foram indispensáveis para que as teses e as práticas do que então foi denominado "revolução verde" fossem exitosas. E, na atualidade, para que os produtos transgênicos dominem o mercado.

Como o interesse pela geração de material genético transgênico por parte das grandes corporações multinacionais é muito elevado,

seja com o objetivo da produção agrícola diretamente, seja para a produção farmacêutica – dada a possibilidade de patente da inovação e a expectativa do lucro potencial a ser gerado –, tudo leva a crer que os centros de pesquisa governamentais, como os privados, já se tornaram reféns dessa tecnologia de manipulação genética. No Brasil, até 2002, foram autorizados 1.076 experimentos em ambiente pela agência reguladora da biotecnologia (CTNBio) através de 171 instituições credenciadas com certificado de qualidade em biossegurança (CQB) para trabalhar com transgênicos (Rollo, 2003).

Vive-se em todo o mundo um processo de privatização do material genético. Essa privatização está sendo realizada há décadas – ao menos desde 1970 nos países do terceiro mundo. Ela se deu, de maneira gradual e crescente, pelo abandono intencional do papel das instituições governamentais na assistência técnica aos camponeses e aos povos indígenas e na geração científica e tecnológica de interesse público.

A privatização do material genético pelas empresas multinacionais está sendo a via mais fácil e segura de controle oligopólico dos mercados mundiais de alimentos – estes, indispensáveis para a vida humana. Portanto, o controle oligopolista das sementes, em especial das transgênicas e daquelas que vierem a lhe suceder, não afeta apenas a saúde humana e ambiental pelo que se desconhece dos seus efeitos no meio ambiente, mas, sobretudo, a segurança alimentar mundial.

Para os grandes empresários, rurais essa privatização da pesquisa e da assistência técnica ainda lhes é oportuna. Entretanto, com a crescente oligopolização das sementes e dos demais insumos agrícolas e com a integração entre as empresas fornecedoras de insumos agrícolas e a agroindústria de transformação de alimentos, tudo leva a crer que mesmo os empresários rurais tornar-se-ão sufocados pela pinça econômica expressa nesse controle de produtos e de preços a montante e a jusante da unidade de produção rural.

A retirada ou redução drástica dos recursos financeiros governamentais para a produção científica e tecnológica na agricultura e para as instituições públicas de assistência técnica rural ocorreu por meio de formas diretas e indiretas, tais como:

- a redução dos orçamentos públicos para essas áreas;
- redução drástica do pessoal técnico e administrativo dessas instituições;
- realização de acordos e convênios entre as instituições governamentais com empresas privadas para a realização de pesquisas, tendo em vista a obtenção de financiamentos pelas empresas privadas;
- estímulo à assistência técnica rural privada ou através de cooperativas de serviços;
- amplo e continuado processo de formação de pessoal no exterior, em universidades altamente dependentes de financiamentos privados, com a consequente ideologização da pesquisa e da assistência técnica a partir dos interesses das empresas privadas;
- cooptação de pesquisadores pelas fundações e empresas privadas através de bolsas de estudos avançados, de créditos para pesquisa, de viagens ao exterior para a participação em simpósios, congressos e encontros, de participação comercial pela venda dos produtos gerados;
- pressões econômicas, políticas e ideológicas sobre os parlamentares e os dirigentes do Poder Executivo para a aprovação de legislação favorável aos interesses da privatização da pesquisa na agricultura e a redução dos orçamentos para pesquisa e formação avançada de pessoal das instituições públicas ligadas à agricultura;
- direção intelectual e moral por parte dos setores dominantes dos governos e do empresariado sobre a maior parte da intelectualidade técnica e científica relacionada com a agropecuária, preconizando que a pequena agricultura familiar, seus saberes e habilidades eram reminiscências românticas de um passado já enterrado pela modernização tecnológica.

RESISTÊNCIA E SUPERAÇÃO

A resistência social dos camponeses e povos indígenas à exclusão social exigirá um processo prolongado de resgate das suas identidades social e étnica através da redescoberta de seus saberes, habilidades e práticas de produzir, de se alimentar e de cuidar da saúde, experiências de vida que rejeitaram porque lhes disseram que se tratava de saberes e fazeres ultrapassados. Nessa redescoberta, voltarão a conviver harmoniosamente com a natureza numa relação sujeito-sujeito, e não através da percepção da natureza como recurso inesgotável podendo ser usufruído apenas para gerar lucros. Voltarão a celebrar as suas datas queridas, a se orgulhar das suas danças, canções, festejos ou comemorações ao vivenciarem o seu modo os momentos de referências históricas e sociais próprias. Não se sentirão mais inibidos ou envergonhados de conviverem com as memórias do passado, subjetivamente rejeitadas porque tradicionais.

No entanto, esse resgate deverá ser flexível, de tal maneira que seja capaz de se apropriar criticamente dos novos conhecimentos que emergem cotidianamente, dos recursos tecnológicos e culturais que permitem reduzir os custos humanos para produzir e reproduzir a vida humana, vegetal e animal. Enfim, que o moderno não seja percebido e vivenciado como a negação do tradicional, mas como um movimento histórico em que a diversidade seja o elemento potencializador da vida social e pessoal.

O uso continuado da semente nativa ou crioula é a maneira social e ambientalmente mais contundente de resistência contra a exclusão social. É a forma mais direta de rejeição (negação) do modelo tecnológico imposto pelas empresas multinacionais oligopolistas de sementes híbridas e transgênicas. Essa opção converte-se em ação política construtiva não apenas por negar aquilo que vem socialmente excluindo os camponeses e índios, mas por opor-se a um processo de oligopolização na produção, na oferta de produtos alimentares no varejo e no modo de conceber o mundo.

A semente crioula, historicamente adaptada às mais diversas condições "edafo-climáticas" pelos camponeses e pelos povos indígenas, dá-lhes a possibilidade de implantar modelos de produção e formas de organização do trabalho familiar ou comunitário que lhes permitam obter autonomia diante das políticas públicas e das empresas oligopolistas de sementes e insumos, assim como inserir-se eficazmente nos mercados de produtos agrícolas. Isso amplia as margens de escolhas, pois se pode produzir a partir dos recursos disponíveis: as sementes próprias e os insumos gerados na sua unidade de produção.

Ao diversificarem a produção poderão retomar, segundo cada realidade local e comunitária objetiva, a produção de alimentos para o autoconsumo, o artesanato, as formas de preservação de alimentos tradicionais, entre tantas outras iniciativas possíveis.

Ao se tornarem diferentes da mesmice do modelo dominante, geram novas e diversificadas demandas de pesquisa e experimentação agropecuária e de tecnologia de alimentos e de assistência técnica. Exigirão, assim, como sujeitos sociais, redefinições das políticas públicas e da relação entre público e privado. Produzirão e reproduzirão democraticamente suas concepções de mundo, rompendo com o pensamento único imposto pelas tentativas de oligopolização privada do saber e da consciência sociais.

Nessa dinâmica de mudanças, passam da resistência para a proposição de novas maneiras de ser e viver a vida na sociedade. E assim contribuem com outras classes sociais e povos ameaçados de exclusão social para a superação do modelo econômico, político e ideológico dominante, tornando-se sujeitos sociais.

A forma de resistência aqui sugerida traz no seu interior a própria negação do modelo econômico atual, superando-o pelo exercício de um novo.

Alguns pontos podem ser considerados como basilares para o direcionamento de iniciativas contra o oligopólio das sementes e

como superação da tendência à padronização da dieta alimentar mundial:

- assumirmos a responsabilidade pública de sermos contra a propriedade intelectual sobre qualquer forma de vida;

- considerarmos os recursos genéticos como um patrimônio da humanidade;

- lutarmos para que os governos decretem moratória na bioprospecção (exploração, coleção e recoleção, transporte e modificação genética) enquanto não existam mecanismos de proteção dos direitos das comunidades camponesas e indígenas para prevenir e controlar a biopirataria;

- considerarmos a biodiversidade como a base para garantir a soberania alimentar, como um direito fundamental e básico dos povos, posições estas que não são negociáveis;

- resgatarmos, cada um segundo suas possibilidades, e pormos em prática o plantio e a distribuição massivas das sementes "crioulas" de e em todo o mundo, como uma forma de resistência popular e de superação do modelo agrícola dominante.

Se esses pontos basilares possuem o caráter estratégico da luta contra a tirania decorrente do oligopólio das sementes, do ponto de vista tático será necessário:

- um amplo esforço de esclarecimento, motivação e mobilização da opinião pública com relação a essas situações de constrangimento ou de perda de liberdade de escolha sobre o que produzir e consumir – produção e, consequentemente, consumo de alimentos dirigidos por grupos oligopolistas internacionais;

- que as ações de denúncias e de protestos deverão dar-se a partir de movimentos de massa capazes de anunciar a toda a população a tirania de novo tipo que está sendo exercida pelo controle privado das sementes e a tendência à padronização da dieta alimentar mundial;

- estímulo e pressão sobre os governos para realizarem investimentos massivos diretos nas suas instituições de pesquisa agrope-

cuária e de assistência técnica rural e/ou através de organizações populares de produtores rurais para o resgate, a geração e a reprodução massiva de sementes varietais de domínio público.

Se a concepção de mundo neoliberal quis impor ao mundo o pensamento único, as empresas multinacionais oligopolistas de sementes (integradas à indústria mundial de alimentos) desejam definir centralmente a natureza dos alimentos a serem produzidos e consumidos; ensaiam estabelecer uma nova dieta alimentar de tendência universal construída a partir de apenas alguns produtos básicos que favoreçam os seus interesses econômicos monopolistas; aspiram, pela manipulação e beneficiamento dos alimentos a serem consumidos, criar um paladar homogeneizado; e, em última instância, pelo direcionamento do que a população deverá gostar e ter como prazer à mesa, subalternizar as mentes e paixões das pessoas em todo o mundo.

Caso os movimentos de massa não impeçam essa ofensiva das empresas oligopolistas das sementes, estaremos adentrando em pouco tempo pelo portal da nova tirania: a definição centralizada do sentir e vivenciar o prazer de comer (e beber). Quem sabe, a ditadura do paladar uniforme.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUDRILLARD, Jean. *Le système des objets*. Paris : Galimard, 1968.

_______. *A sociedade de consumo*. Lisboa: Edições 70, 1995.

CANCLINI, Néstor Garcia. *Consumidores y ciudadanos. Conflictos multiculturales de la globalización*. México: Grijalbo, 1995.

CARVALHO, Horacio Martins. *Comunidade de resistência e de superação*. Curitiba, mimeo, 48 p., 2002.

RIBEIRO, Silvia. "Quiénes comen y quiénes nos comen", *in*: *La Jornada*, México D. F., 1º mar. 2003.

ROLLO, Luiz. "Transgênico deve monopolizar debate". *Folha de S.Paulo*, Caderno Especial Agrishow, 28 abr. 2003, p. 2.

REESTRUTURAÇÃO DA ECONOMIA DO AGRONEGÓCIO – ANOS 2000*

GUILHERME DELGADO**

I. ANTECEDENTES

A abordagem histórica do capítulo 4 [do livro *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*] analisa um período de transição intermediário entre duas graves crises cambiais – 1982 e 1999. A primeira crise deflagra um conjunto de mudanças econômicas externas, que, somadas às mudanças institucionais autônomas da Constituição de 1988, interrompem, sem reverter, a estratégia integrada de expansão dos complexos agroindustriais, mercado de terras e sistema de crédito rural, bases da construção do modelo de capital financeiro na agricultura analisado nos capítulos iniciais (1, 2 e 3).

---

* Este texto corresponde ao capítulo 5 do livro *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*, atualmente no prelo, para a Série Estudos Rurais, da Editora da UFRGS (edição de Sérgio Schneide).

** Doutor em economia pela Unicamp e pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Por sua vez, 1999 é marco de outra grave crise cambial que, de certa forma, interromperá o período de transição – dos meados dos anos 1980 até final dos 1990 – para demarcar a construção de um novo projeto de acumulação de capital no setor agrícola, concertado por dentro da política econômica e financeira do Estado. Este projeto, que se autodenomina "agronegócio", requer uma espécie de varredura conceitual prévia e uma clara demarcação histórica para poder ser devidamente analisado. Vou iniciar pela tarefa de esclarecimento conceitual.

2. CONCEITUAÇÃO

Agribusiness é uma noção puramente descritiva das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas e processamento industrial realizadas antes, durante e depois da produção agropecuária, cuja soma econômica constituiria uma espécie do novo setor de atividade econômica. Os americanos Davis e Goldberg usaram esta noção em 1957, mas ela já era utilizada, independentemente e há muito tempo, por outros autores – de maneira aproximada. As noções de complexos agroindustriais, complexo rural, cadeia produtiva e *filière* são análogas. Estas noções são empregadas em textos de administração, marketing, sociologia, economia e ciência política como informações técnicas, inseridas em algum enfoque teórico dessas disciplinas científicas, porque as noções técnicas contêm fatos e informações, mas não constituem propriamente um conceito seminal, teoricamente explicativo, de relações econômicas e sociais determinadas.[1]

[1] Para uma análise das diferentes noções de agronegócio, complexo agroindustrial e complexo rural referidas no texto e do seu emprego em distintos contextos teóricos e ideológicos, ver HEREDIA, Beatriz *et al.*, "Sociedade e economia do 'agronegócio' no Brasil", 2010; e também, dos mesmos autores, "Sociedade e economia do agronegócio – um estudo exploratório", 2006.

Como mera descrição de fenômeno, o produto medido por transações monetárias, sem dupla contagem, que se gera neste setor de agronegócios está aquém de um conceito teórico. É pura descrição de fenômeno empírico, cujo recorte taxonômico somente terá sentido na acepção de *theoria* se, ao recorte assim denominado, atribuirmos algum significado, alguma relação real estável entre fenômenos que de alguma maneira caracterize um sentido de determinação à constituição ou ao funcionamento deste setor de atividade.

Falar em agronegócio no sentido convencional, de negócios no campo e nos ramos de produção a montante e a jusante da agricultura, como se costumava dizer no período de primazia de noção de complexos agroindustriais, é apenas uma informação técnica para a busca de um esforço ulterior. Este precisa desvendar, desnudar e desencobrir[2] o sentido essencial das relações econômicas e sociais que se dão no interior deste setor (do agronegócio) para justificar o corte taxonômico proposto. Sem este segundo passo, a expressão é apenas uma informação técnica, carente de pretensão heurística, ou seja, sem hipótese à descoberta científica e, portanto, ainda precária para análise técnico-científica.

Evidentemente não é essa concepção descritiva que nos propusemos enfocar ao tratar da economia brasileira do agronegócio neste capítulo. Isto nos obriga desde logo a estabelecer os limites conceituais e históricos a que nos reportamos.

Como observamos nos capítulos iniciais deste livro, há uma passagem histórica específica no Brasil, da economia agrícola convencional do setor primário da economia para uma agricultura integrada tecnicamente com a indústria; em seguida propusemos o

---

[2] Para uma exposição fundamentada da teoria científica e da essência do trabalho técnico, no sentido aqui referido, recorro ao pensamento de HEIDEGGER, especialmente aos ensaios "Ciência e pensamento de sentido" e "A questão da técnica", *in*: *Ensaios e conferências,* 2002.

conceito de integração de capitais na agricultura, que dará ensejo à formulação teórica do "Capital financeiro na agricultura", título primitivo de livro que publiquei em 1985. Não usei na época a noção de *agribusiness* porque não precisaria fazê-lo. A discussão dos complexos agroindustriais, ou cadeias agroindustriais, como posteriormente se enfatizou, é suficientemente embasada para localizar um dos recortes empíricos então invocados – os complexos agroindustriais. Mas, no caso brasileiro, o mercado de terras e o sistema de crédito rural, ambos sob patrocínio fundamental do Estado, são peças essenciais para possibilitar a estratégia de capital financeiro na agricultura. Portanto, há uma historicidade original concreta de construção dessa estratégia (regime militar); e um arranjo teórico específico, de inspiração marxiana e keynesiana, à teoria de capital financeiro na agricultura.

O recurso à história econômica e às teorias sobre o desenvolvimento do capitalismo na história concreta de um país, como ora se propõe, tem o propósito de desvendar a natureza da estrutura do sistema econômico e de seus movimentos históricos concretos. Neste sentido, penso que, se não tivermos a pretensão científica de propor conceitos explicativos ao movimento do real, historicamente observado, correremos o risco de investigar uma casuística infinita de fenômenos empíricos, sob a denominação genérica de agronegócio ou de qualquer outro objeto, sem captar as dimensões essenciais dessa estrutura e do seu movimento. Essa pretensão teórica necessária precisa se fazer acompanhar de sólida demonstração de sua adequação explicativa à classe de fenômenos que se propõe desvendar, sob pena de esvanecer-se no ar do teoricismo. Este é vício acadêmico invertido, mas com implicações à descoberta científica similares ao do empiricismo, porque ambos produzem escasso conhecimento significativo sobre os próprios fenômenos enfocados.

A história econômica brasileira do período militar revelou um processo concreto de articulação do grande capital agroindustrial,

do sistema de crédito público à agricultura e à agroindústria e da propriedade fundiária, para estruturar uma estratégia econômica e política de modernização conservadora da agricultura. Esse processo, do ponto de vista da acumulação de capital, tem o caráter de um pacto da economia política, em sua acepção clássica, e é fundamentado na organização dos interesses hegemônicos de classes sociais no interior do aparelho do Estado. Mas será que a teoria do capital que tentou captar e explicar estes fenômenos para um dado período histórico (1965-1985) teria algum potencial explicativo além desse período? Vamos verificar isto e, sob condições históricas concretas, propor essa abordagem teórica, aplicada à economia brasileira do agronegócio no século XXI.

Decorridas quase duas décadas de crise econômica e crise de Estado, a estratégia de acumulação de capital no espaço do agronegócio retorna com força nos anos 2000, ao mesmo tempo obscurecida pelo abandono das formulações teóricas vinculadas aos clássicos do pensamento econômico; mas agora referida a noções puramente descritivas de fenômenos empíricos.

Observe-se que, na formulação original – do capital financeiro na agricultura –, a acumulação de capital, sob múltiplas formas, é integrada ao capital aplicado em terras. E, nessa integração de capitais, a captura da renda de terra é essencial. Da mesma maneira, a montagem institucionalizada de um sistema de crédito para a agricultura (SNCR) é também essencial ao processo de construção dos complexos agroindustriais e da função dos capitais aí operantes, com clara estratégia de perseguição da taxa média de lucro do capital aplicado em múltiplos setores e atividades.

Como historicamente a estratégia de capital financeiro na agricultura depende desses mercados organizados – de terras, de crédito e dos complexos agroindustriais –, e como esses mercados dependem essencialmente da regulação (ou desregulação, conforme o caso) e provisão estatal, o capital financeiro na agricultura

irá se configurar como virtual pacto de economia política entre cadeias agroindustriais, grande propriedade fundiária e Estado, tendo em vista viabilizar uma pareceria estratégica. Tudo isto é estranho à noção convencional de agronegócio, que não é nem tem pretensão de ser teoria do capital.

Mas, sem teoria adequada à classe de fenômenos que se pretende explicar, não se avança no conhecimento. Daí que, para entender o que se passa no Brasil em termos de expansão das atividades do setor primário a partir dos anos 2000, recorro à teoria do capital financeiro na agricultura. Esta é a matriz teórica explicativa do processo real de acumulação de capital neste setor, empiricamente designado "agronegócio", mas alargado no contexto das relações de uma economia política concreta e nunca restrita aos limites de sua convencional empiria.

Em síntese, o *approach* teórico apropriado para captar uma dada estratégia de captura do excedente econômico ou de acumulação de capital no campo empírico dos agronegócios é o da economia política clássica de Marx, adaptada ao estilo keynesiano para o caso brasileiro, em sentido estritamente econômico, sob a denominação de capital financeiro na agricultura brasileira.

Por outro lado, a economia política clássica e a crítica à economia política d'*O capital* de Marx são teorias econômicas do movimento das classes sociais hegemônicas. Este enfoque foi abandonado pela economia convencional desde os neoclássicos do final do século XIX, passando praticamente por quase por todas as escolas de pensamento econômico do século XX, com exceção do próprio marxismo e das teorias do desenvolvimento de corte estrutural. Essa vertente crítica é recuperada nesta abordagem, como se verá mais adiante [capítulo 6 de *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio*], naquilo que concerne à problemática em foco.

Finalmente, creio que a ideia-força da acumulação de capital em múltiplos setores – agricultura, cadeias agroindustriais, mercado de terras e sistema de crédito, sob patrocínio do Estado – retornará ao centro do debate das políticas públicas no Brasil dos anos 2000, agora como estratégia econômica principal do comércio exterior; mas também como pacto da economia política, no sentido clássico das classes sociais associadas politicamente, para captura do excedente econômico e, particularmente, da renda fundiária agrícola e mineral. Este enfoque de economia política, tendo sempre por referência teórica a retomada do capital financeiro na agricultura, será revisitado para caracterizar e interpretar a economia do agronegócio, historicamente recomposta na década de 2000. Esta é a abordagem que se segue nas seções deste capítulo.

3. CONDIÇÕES EXTERNAS E INTERNAS PARA O RELANÇAMENTO DA ECONOMIA DO AGRONEGÓCIO DEPOIS DA CRISE CAMBIAL DE 1999

Novamente em final de 1998, a crise de liquidez internacional afeta a economia brasileira, provocando enorme fuga de capital e forçando a mudança do regime cambial. Desde então, a política do ajuste externo se altera. Recorre-se forçosamente aos empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI) em três sucessivas operações de socorro: 1999, 2001 e 2003.

A política de comércio exterior é alterada ao longo do segundo governo FHC e passa a perseguir a estratégia que abandonara em 1994: gerar saldos de comércio exterior a qualquer custo, tendo em vista suprir o déficit da conta-corrente. Este, por seu turno, se exacerba, pela pressão das saídas de rendas de capital, antes mesmo que se fizessem sentir os efeitos da reversão na política de comércio externo (ver a comparação do déficit na conta-corrente com os saldos comerciais entre 2000 e 2010 na tabela 1).

Acrescente-se ainda que ocorre fuga, e não ingresso líquido de capitais no período imediatamente anterior e posterior à crise cambial (1996 até 2000). A Balança de Pagamentos[3] apresenta déficit continuado, de modo a promover acentuada perda de reservas internacionais

Outra vez, como ocorrera na primeira crise da dívida, em 1982, os setores primário-exportadores são escalados para gerar esse saldo comercial. Nesse contexto, a agricultura capitalista, autodenominada de agronegócio, volta às prioridades da agenda da política macroeconômica externa e da política agrícola interna. Isto ocorre depois de forte desmontagem dos instrumentos de fomento agrícola no período precedente (anos 1990), incluindo crédito rural, preços de garantia, investimento em pesquisa e em infraestrutura comercial – a exemplo dos serviços agropecuários, dos portos, da malha viária etc. Isto tudo, aliado à relativa desvantagem do país no comércio internacional durante o período do Real sobrevalorizado, adiou o relançamento da economia do agronegócio para o início do século XXI.

Observe-se que agronegócio, na acepção brasileira do termo, é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária.[4] Essa associação realiza uma estratégia econômica de capital financeiro perseguindo o lucro e a renda da terra sob patrocínio de políticas de Estado.

O segundo governo de Fernando Henrique Cardoso iniciou o relançamento do agronegócio – se não como política estruturada,

---

3 A Balança de Pagamentos tecnicamente acumula os saldos (positivos ou negativos) da conta-corrente e do investimento estrangeiro. Em caso de soma negativa desses fluxos em determinado ano, necessariamente caem as reservas internacionais do país em questão.

4 A formação de uma estratégia de capital financeiro na agricultura brasileira estrutura-se com a modernização técnica dos anos 1970. Essa modernização dissemina relações interindustriais com a agricultura mediadas pelo crédito rural subsidiado; este, por sua vez, aprofunda também, no período, a valorização da propriedade fundiária, com ou sem modernização técnica (ver DELGADO, G. C., 1985).

ao menos com algumas iniciativas que ao final convergiram: i) um programa prioritário de investimento em infraestrutura territorial, com "eixos de desenvolvimento",[5] visando à criação de economias externas que incorporassem novos territórios, meios de transporte e corredores comerciais ao agronegócio: ii) um explícito direcionamento do sistema público de pesquisa agropecuária (Embrapa), operando em perfeita sincronia com empresas multinacionais do agronegócio; iii) uma regulação frouxa do mercado de terras, de modo a deixar fora do controle público as "terras devolutas", mais aquelas que declaradamente não cumprem a função social, além de boa parte das autodeclaradas produtivas (ver análise da seção 4); iv) a mudança na política cambial, que, ao eliminar naquela conjuntura a sobrevalorização do real, tornaria a economia do agronegócio competitiva junto ao comércio internacional e funcional para a estratégia do ajustamento macroeconômico perseguida; v) a provisão do crédito rural nos Planos de Safra, iniciada com o programa Moderfrota, é reativada e retomada com vigor no período 2003-2010 (ver análise e dados da seção 5).

Este esforço de relançamento, forçado pelas circunstâncias cambiais de 1999, encontrará um comércio mundial muito receptivo na década 2000 para meia dúzia de *commodities* em rápida expansão[6] nos ramos de *feedgrains* (soja e milho), açúcar-álcool, carnes (bovina

---

5 O Plano Plurianual de Governo (2000-2003), do segundo governo FHC, elege os eixos territoriais de desenvolvimento como programa prioritário naquilo que denominou "Brasil em ação", que consiste num conjunto de compromissos de investimento em obras rodoviárias, ferroviárias e portuárias, tendo em visita a melhoria e ampliação da infraestrutura territorial no Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Nordeste. Os investimentos efetivamente realizados foram de pouca monta, mas boa parte desses projetos será retomada no Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) do segundo governo Lula.

6 As exportações físicas de carne bovina e de frango, soja, milho e açúcar crescerão aceleradamente no período 2000/2008; taxas médias anuais de 15%, 12%, 9,8% e 10,6% para os quatro primeiros produtos e acima de 15% para açúcar-alcool (cf. DELGADO, 2008).

e de aves) e celulose de madeira, que juntamente com os produtos minerais crescerão fortemente e passarão a dominar a pauta das exportações brasileiras no período 2000-2010 (ver gráfico 1).

Por outro lado, é preciso contextualizar o escopo macroeconômico sob o qual se deu o relançamento da estratégia do agronegócio no segundo governo FHC. Sua sequência histórica é completamente continuada e reforçada no primeiro governo Lula, com resultados macroeconômicos aparentemente imbatíveis. Mas já no segundo governo Lula ocorrerá recrudescimento do desequilíbrio externo. Este desequilíbrio fora o motivo original da forçada opção por exportações primárias como uma espécie de solução conjuntural/estrutural para o comércio exterior, que aparentemente livraria o país do déficit em conta-corrente.

O sucesso aparente da solução exportadora significará, na primeira década do século XXI, uma quadruplicação do seu valor em dólares – o valor médio anual das exportações de 50 bilhões de dólares no período 1995-1999 cresce para cerca de 200 bilhões no final da década de 2000; mas o grande campeão dessa evolução é a categoria dos produtos básicos, que pula de 25% da pauta para 45% em 2010. Se somarmos aos produtos básicos os "semimanufaturados", que na verdade correspondem a uma pauta exportadora das cadeias agroindustriais e minerais, veremos que esse conjunto de exportações primárias "básicos" + "semielaborados" evoluirá de 44%, no período 1995-1999, para 54,3% no triênio 2008-2010, enquanto que de forma recíproca as exportações de manufaturados involuirão em termos proporcionais no mesmo período, caindo de 56% para 43,4% da pauta. Uma visualização gráfica para um período mais longo – 1964-2010 (ver gráfico 1) – mostra com clareza que o fenômeno da "reprimarização" do comércio exterior é efetivamente desta década dos anos 2000, em contraponto à fase áurea de crescimento da economia no período militar (1964-1984), quando ocorreu avanço proporcional da exportação dos manufaturados.

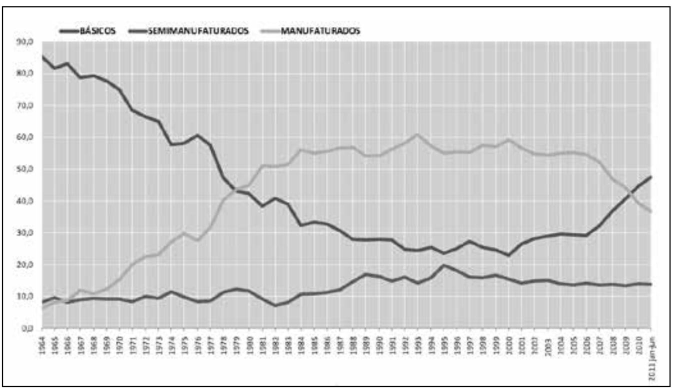
Mas o sucesso mais imediato da opção primário-exportadora caberá ao governo Lula no período 2003-2007, quando vigorosos saldos comerciais oriundos dessas exportações superam o déficit de serviços da "conta-corrente", tornando-a superavitária.[7] A partir de 2008, contudo, recrudescerá o déficit na conta-corrente, tornando frágil o argumento da via primária como solução estrutural para o desequilíbrio externo.

Tabela 1: Evolução e composição das transações externas correntes na década de 2000 (bilhões de dólares)

Períodos	Saldo médio da Balança Comercial	Saldo médio da conta-serviços	Total – saldo da conta-corrente
1995-1999	-4,75	-23,71	-26,22
2000-2002	+5,01	-25,26	-18,36
2003-2005	+34,07	-27,86	+9,92
2006-2007	+43,06	-39,83	+7,59
2008	+27,78	-57,23	-28,19
2009	+25,30	-52,90	-24,30
2010	+20,28	-70,63	-47,52

Obs.: O saldo da conta de transações correntes é a soma algébrica dos saldos das balanças – Comercial, de Serviços e das Transferências Unilaterais.

Gráfico 1: Exportação brasileira por fator agregado



7 Para uma análise das transações externas da economia brasileira no período, ver DELGADO, "O setor primário e o desequilíbrio externo", 2009.

Na verdade, o que as "transações correntes" revelam, acrescido da informação da forte elevação das exportações "básicas" e da forte perda relativa dos "manufaturados", é a aparente certa tendência à especialização no comércio exterior, de certa forma vinculada a compensar o déficit estrutural dos "serviços". Estes serviços, por sua vez, refletem a remuneração do capital estrangeiro aqui aportado, sob diversos títulos, cuja resultante em termos de exportações líquidas é fortemente negativo. O setor primário é escalado para suprir esta brecha, e o faz de maneira exitosa nas conjunturas de crise cambial. Mas não é razoável imaginar esta equação conjuntural como solução estrutural ao desequilíbrio externo.

Dois fenômenos irão minar no tempo a estratégia primário-exportadora como solução ao desequilíbrio externo: 1) a perda de competitividade das exportações de manufaturados, de maneira geral; 2) o crescimento exacerbado do déficit da conta-serviços, atribuível ao maior peso do capital estrangeiro na economia brasileira, sem contrapartidas de exportações líquidas. A resultante desses fenômenos, agravada por outros fatores conjunturais, é o recrudescimento do déficit em conta-corrente, a partir de 2008, com tendências à ampliação subsequente.

Finalmente, deve-se atentar para o fato de que há na presente conjuntura certa confusão de situações críticas da economia mundial que dificulta compreender a natureza vulnerável de nossa inserção externa. A via primária das exportações não resolve o desequilíbrio externo, mas é conjunturalmente uma fonte precária à solvência do balanço de pagamentos. Mas é absolutamente inviável como solução estrutural ao desequilíbrio externo, até mesmo porque a persistência do déficit no quadriênio 2008-2011 evidencia um custo de remuneração ao capital estrangeiro que não pode ser compensado por saldos comerciais gerados pelas "vantagens comparativas" das exportações primárias.

4. MUDANÇAS CÍCLICAS NO "MERCADO DE TERRAS": EXPANSÃO DE COMMODITIES, VALORIZAÇÃO E DESREGULAMENTAÇÃO FUNDIÁRIA

O movimento de expansão da exportação na década passada, com destaque à exportação de produtos primários, que demonstramos na seção precedente, suporta um processo intenso de valorização das terras agropecuárias e irá propiciar uma clara reversão do ciclo de desvalorização observado nos anos 1990. Vários estudos recentes de análise do mercado de terras no Brasil – a exemplo de Sauer e Leite (2011); e Gasques *et al.* (2007) –, demonstram, com dados de evolução dos preços das terras e arrendamentos, as mudanças significativas ocorridas no período para os vários tipos de terra em quase todos os Estados brasileiros.

Na verdade, o preço da terra, como o caracterizamos no capítulo 3, é a expressão empírica da expectativa da renda da terra capitalizada, calculada pelos agentes de mercado em cada conjuntura. Os dados comparativos para o período 1994-1997 e 2000-2006 revelam (ver tabela 2) um movimento claro de deslocamento cíclico da renda da terra no Brasil, fruto de várias mudanças da economia e política econômica. Estas mudanças dão lugar ao projeto de expansão da economia do agronegócio nesta década, que por diversas razões estiveram ausentes no período precedente (aos 1990), daí denominá-lo "período de transição".

O processo de relançamento da valorização fundiária, visto que este mesmo surto fora observado no período 1967-1986, reflete o *boom* de *commodities* mundiais da década. Neste sentido, outros mercados nacionais de terras e arrendamentos também o refletem – a exemplo da análise empírica do preço da terra para a economia norte-americana entre 2000 e 2007 (Gasques *et al.*[8]).

[8] Para uma análise de evolução recente dos preços das terras e arrendamentos rurais nos Estados Unidos da América, cf. GASQUES *et al.*, 2008, p. 11-14.

Por outro lado, como o mercado de terras transaciona títulos de direito patrimonial ou contratos de arrendamento, e não mercadorias como outras quaisquer, os preços referenciais desses títulos não são meros subprodutos dos mercados de *commodities,* e nem tampouco a posse do ativo transacionado encerra as relações econômico-sociais nesses mercados. Isto porque, se os mercados de terras no Brasil e nos EUA podem ser comparados pelos preços dos ativos transacionados, diferenciam-se, por sua vez, pelo conjunto de instituições nacionais distintas que regulam a apropriação da renda fundiária aqui e lá.

Considerando, como já referido, que a década de 2000 carrega uma forte diferença com relação à anterior no que concerne à valorização fundiária, é importante observar os dados de duas fases bem distintas dos ciclos de desvalorização/valorização recentes (tabela 2), interpretando-os nos seus contextos históricos devidos.

Tabela 2: Variações reais médias do preço da terra em fases distintas do ciclo agropecuário: 1994-1997 e 2000-2006 (terras de lavoura)

Regiões	**Período: 1994-1997 (média anual)**	**Período: 2000-2006 (média anual)**
Norte	-8	+4,61
Nordeste	-10	+4,72
Sudeste	-12	+7,2
Sul	-10,6	+11,36
Centro-Oeste	-13,1	+9,40
Brasil	-11,2	+10,16

Fontes: Dados primários da FGV; dados para o período 1994 a 1997 elaborados por DELGADO e FLORES, 1998 (p. 23); e, para o período 2000-2006, cf. GASQUES, 2007 (p. 6 e 8).

É preciso destacar que a formação do preço da terra e a apropriação de terras públicas ou privadas sempre se constituíram nos ciclos fortes de expansão agrícola – como o atual –, em processos peculiares de associação dos grandes proprietários com as agências de Estado encarregadas da política fundiária. Esses processos se repetem na década de 2000, sob novas roupagens, mas fundamen-

talmente com o mesmo sentido. E isto irá configurar, para o setor do agronegócio, um campo peculiar de valorização da sua riqueza, propiciada pelo *boom* das *commodities* e alavancada (para usar uma expressão tão ao gosto do sistema financeiro) pela frouxidão da política fundiária, como pretendo demonstrar na seção seguinte.

4.1. Políticas incidentes sobre a renda fundiária e o preço da terra

Considerando-se a renda fundiária como núcleo teórico de explicação do preço da terra (ver, a este respeito, a abordagem do capítulo 3, seção 3.1), o preço das mercadorias produzidas ou potencialmente produzíveis na terra e as demais condições suscetíveis de gerar renda fundiária afetam os preços das terras e arrendamentos, propiciando ganhos ou perdas codeterminados ora pelo movimento conjuntural dos mercados agrícolas, ora pela política econômica. Em particular, a política fundiária do Estado desempenha esse papel regulador no espaço do mercado de terras nacional, sobre o qual incide a soberania territorial do Estado.

Isto posto, ocorrendo uma mudança cíclica da demanda por *commodities*, conforme observado na seção 3, os preços da terra e dos arrendamentos deverão refletir essa mudança, propiciando incorporação das novas terras e melhor utilização daquelas já incorporadas ao mercado. Em ambos os casos, haverá elevação da renda fundiária macroeconômica e, *ipso facto,* do preço das terras rurais em geral.

Mas a dinâmica de expansão da renda fundiária para novos e antigos territórios não é estritamente mercantil, a menos que se considere a terra como uma mercadoria como outra qualquer, e sua oferta, um caso particular de produção econômica. Mas, como não são teoricamente consistentes essas hipóteses, porque a terra é recurso natural não produzido pelo homem, e sua propriedade privada caracteriza-se como monopólio de recurso natural juridicamente regulado, a renda oriunda da posse ou propriedade é claramente

uma arbitragem público-privada de captura da renda social, sob regulação prévia do regime de propriedade.

É importante ter em conta que, ao longo do ciclo recente de expansão do preço da terra, são reestruturados vários dos mecanismos de política pública incidentes sobre a renda fundiária. A direção dessa incidência é distinta daquela que se deu no período anterior (anos 1990), configurando assim uma implícita estratégia público-privada para o mercado de terras.

Observe-se que, para o mercado de terras, a década de 1990 terá sido estruturalmente distinta do período atual. Essa diferença, peculiarmente acentuada, reflete dois processos independentes, mas convergentes, para aquilo que diz respeito à determinação da renda fundiária: 1) a existência do *boom* de *commodities* nos anos 2000 e sua irrelevância no período anterior; 2) a distinta manipulação pelas políticas agrícolas, comercial e financeira, dos instrumentos forjadores de "rendas extraordinárias", literalmente eliminadas nos anos 1990 e restauradas de outra forma nos anos 2000. Sobre esta segunda distinção, convém aclarar o contraponto, acentuando a diferença em relação à década anterior (anos 1990), de forte desvalorização do preço da terra:

> A convergência dos efeitos da desmontagem da política agrícola convencional (anos 1990), da abertura comercial e da estabilização monetária, enquanto regras estruturais de regulação econômica, implicaram a eliminação das rendas extraordinárias, que por longo período mantiveram no chamado pacto da 'modernização conservadora' o preço da terra protegido e institucionalmente valorizado no peculiar mercado de terras do Brasil. O processo recente de liberalização, desestatização e estabilização monetária trouxe reações em cadeia, convergentes à desvalorização dos patrimônios fundiários.
> O movimento social pela reforma agrária, por seu turno, alimentado pelas tensões inusitadas do desemprego, criadas pelo mesmo processo de globalização e liberalização, realimentou este processo de desvalorização dos patrimônios fundiários ao pressionar e conseguir, mediante ocupação física, a desapropriação por interesse social de latifúndios

> improdutivos em todo o país. Na prática, a ação do movimento social e sindical pela reforma agrária resgata o princípio jurídico da função social da propriedade, forçando a União a abandonar a inércia e omissão neste campo.[9]

O contraponto relativo às condições de valorização fundiária no mercado de terras rurais é completo nos anos 2000, como bem revelam os dados, confrontando-se aquilo que se observou sobre *rendas extraordinárias*, principalmente no período pós-Real (1994-1999). Nesse período se executaram praticamente todas as políticas negativas à captura das "rendas diferenciais" extraordinárias, oriundas das políticas agrícola e financeira.

Consultando-se dados dos "Planos de safra"[10] do período 1999 a 2010, observa-se substancial elevação do crédito rural (ver especificamente a seção 5 deste capítulo), sucessivas recomposições da dívida agrária para com os bancos, retorno paulatino da política de garantia de preços sob novas bases,[11] taxa de câmbio mais favorável no primeiro quinquênio e forte incremento das exportações, como já observado. Todas essas condições de política agrícola e comercial irão recompor as condições de geração da "renda diferencial" extra, que, somadas ao *boom* do mercado de *commodities*, explicam o novo ciclo do preço da terra.

---

9 Cf. DELGADO e FLORES, *op. cit.*, 1998, p. 32 e 33.

10 Os "Planos anuais de safra" preparados todos os anos pelo Ministério da Agricultura, em interação com o Ministério da Fazenda, e anunciados no início do segundo semestre, contêm, no formato que se mantém há mais de 45 anos, a previsão anual do crédito a ser concedido e as respectivas condições de financiamento, os preços de garantia, as condições do seguro agrícola e demais inovações legais pertinentes ao calendário agrícola do ano safra que se está planejando.

11 A Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) nos dois governos Lula retomam a relevância aos instrumentos de comercialização agrícola, manejando principalmente os instrumentos de "equalização de preços", inicialmente com baixa formação de estoques físicos. Mas, já no final do segundo governo, a formação dos estoques pela via das aquisições do governo federal volta a ter destaque.

Por seu turno, a política fundiária da década reflui para uma posição mais defensiva da perspectiva dos movimentos sociais agrários e ostensivamente pró-agronegócio, do ponto de vista do Executivo federal.

O controle da "função social" da terra, previsto constitucionalmente, tornou-se cada vez mais frouxo, sob condições de refluxo do movimento social e ostensiva operação de grilagem de terras públicas, de que nos dá conta mais recentemente a legalização desses processos mediante emissão de sucessivas MPs – sendo a principal delas a MP 458/2008,[12] que autoriza a entrega de 67,4 milhões de ha de terras públicas na Amazônia Legal a ocupantes e prováveis grileiros.

A não atualização dos índices de produtividade desde 1975, prevista na Lei Agrária que regulamenta os artigos 184 a 186 da Constituição Federal (Função Social), muito embora sistematicamente prometida pelo governo Lula, é possivelmente o sintoma mais evidente da frouxidão da política fundiária federal. Essa política passou a depender das estratégias parlamentares da bancada ruralista no Congresso, cuja articulação com várias iniciativas de captura de renda e riqueza fundiária são explícitas.

A todos esses eventos recentes, somam-se agora as iniciativas para afrouxamento das regras florestais de controle das áreas de Preservação Permanente (mata ciliar e encostas de morro) e de Reserva Legal, ocasião em que as estratégias privadas dos ruralistas têm se revelado ostensivas, de apelo exclusivo ao direito privado

[12] A MP n. 458/2008 foi antecedida por várias iniciativas governamentais que gradativamente foram elevando as áreas máximas de terras públicas alienáveis, sob o critério de "reconhecimento de posse": o artigo 118 da Lei 11.196 elevou o limite para 550 ha; a MP 422/2005, emitida em março de 2008, permitiu ao Incra titular diretamente, sem licitação, propriedades na Amazônia Legal com até 15 módulos rurais, ou 1,5 mil ha; e, finalmente, a MP 458/2008 autoriza a União a licitar áreas excedentes às até então regularizáveis, ampliando o limite para 2,5 ha, dando preferência de compra aos seus ocupantes.

e fortemente antagônicas às regras de preservação ambiental dos espaços públicos.

Finalmente, uma palavra precisa ser dita sobre gestão fundiária do território nacional. O Censo Agropecuário do IBGE de 2006 identifica, compondo uma categoria de "Áreas com outras ocupações do território", uma imensa superfície territorial provavelmente desregulada. Cerca de 308,5 milhões de ha são assim definidos, ou seja, 36,2% do território nacional. Essa área, à margem dos conceitos de "estabelecimento rural" ou "imóvel rural", respectivamente do IBGE e do Incra, exclui ainda as "Áreas de conservação" e as "Áreas indígenas", sob controle legal do Ibama e da Funai, e outras áreas que o IBGE identifica como superfícies urbanas e zonas submersas. É aparentemente "terra devoluta pública", sem qualquer controle público, potencialmente zona privilegiada à grilagem de terras. Isto já era conhecido por ocasião do "Plano Nacional de Reforma Agrária" de 2003[13] em dimensões um pouco menores; mas agora virou informação oficial sobre o tamanho dessa grande lacuna da desregulamentação fundiária.

5. RELANÇAMENTOS DO SISTEMA DE CRÉDITO SOB PROVISÃO DE FUNDOS PÚBLICOS

O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), implantado a partir de 1965 com a Lei do Crédito Rural (n. 4829, de 5 de novembro de

[13] O documento "Plano Nacional de Reforma Agrária", coordenado por Plinio Arruda Sampaio em 2003, identifica essa lacuna de terras não regularizadas, para o que contou com o inestimável trabalho de investigação do professor Ariovaldo Umbelino e a colaboração indispensável dos funcionários do Incra, envolvidos na ocasião na preparação do plano. Mas, desde então, essa informação circulou como um dado oficioso de um documento semipúblico que o governo Lula não adotou. O IBGE, em 2006, oficializou essa informação, dando-nos conta da virtual desregulamentação de pouco mais de um terço do território nacional. Esse documento – o PNRA de 2003 –, não oficializado, propunha ações de política na contramão da concentração/especulação fundiária em evidência.

1965), é a base principal sobre a qual se apoia a modernização técnica da agricultura brasileira. Esse sistema, desde sua origem até o presente, tem funcionado com diferentes arranjos de engenharia financeira, que em última instância reciclam recursos financeiros públicos e privados para aplicação nas atividades do setor rural, designados normativamente. Essas aplicações estão sujeitas à redução significativa de juros, como também de outras condições favoráveis relativas às condições do crédito bancário geral.

A peculiar combinação de política monetária e fiscal, que nos primórdios do SNCR viabilizou a transferência de recursos subvencionados para o crédito rural, é por mim analisada no livro *Capital financeiro e agricultura*..." (*op. cit.*, p. 66-75). No presente, essa combinação de políticas é diferente na forma institucional, mas, no essencial, mantém a primazia dos recursos públicos em expansão e continua a prover subvenções direcionadas ao que atualmente se chama *agronegócio*.

Pela natureza de suas funções e da demanda que o afeta conjunturalmente no calendário agrícola, o crédito rural costuma se adaptar às variações conjunturais, inclusive de normas que em todos os anos agrícolas comparecem aos "Planos safra". Mas não é este o enfoque que pretendo adotar neste texto, e sim a identificação de um período de relançamento do sistema, depois de um longo período de transição, a partir de meados dos anos 1980, gerado pelo concurso de fatores conjunturais e da estrutura do próprio sistema financeiro. Nesse ínterim, caem substancialmente as aplicações do crédito rural bancário sob respaldo do SNCR. Somente a partir de 1998 as aplicações do sistema voltam a crescer, com pequena defasagem em 1999, mas praticamente em franca expansão durante toda a década dos anos 2000. O incremento do crédito concedido se dá a taxas reais médias de 9,5% a.a. (ver tabela 3) no período 2001-2010, tomando-se a média de triênio 1999-2001 por referência. Isto significa que, num período de dez anos, cresceu 148% o crédito real concedido segundo as regras do SNCR.

Tabela 3: Índice do crédito rural concedido pelo SNCR (1990-1992 = 100)

Índice / Anos e períodos	Índice do crédito concedido em valor real	Valores em reais (milhões de 2009*)	Taxa de incremento real por período (%)
1979-1981	386	123.142,97	-286
1990-1992 (base)	100	31.904,33	–
1994-1996	93,87	29.948	-6,13
1996-1998	81,14	25.887,87	-13,57
1999-2001	98,32	31.369,33	+21,17
2001	109,82	35.085,07	+11,84
2002	121,88	38.664,14	+10,98
2003	136,79	43.638,56	+12,31
2004	162,59	51.873,19	+18,86
2005	159,18	50.786,98	-2,10
2006	163,20	52.074,19	+2,50
2007	181,58	57.930,58	+11,25
2008	211,10	67.352,30	+16,26
2009	235,66	75.186,15	+11,26
2010	244,15	77.895,51	+3,60

Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural (Banco Central do Brasil) – 2009 e 2010
(*) IGPDI – índice médio anual.

Observa-se que, não obstante a notável recuperação do crédito bancário subvencionado na última década, ele ainda se situa pouco acima de 60% do volume de crédito concedido na fase de pico do período militar (1979-1981), anterior à crise cambial de 1982 (conforme os dados oficiais do Banco Central reunidos na tabela 3).

Por seu turno, decorridos 45 anos da criação do SNCR, sua estrutura de fontes e usos de recursos continua a depender fortemente de fundos públicos reciclados por uma peculiar combinação de políticas monetária e fiscal, que de certa forma convém revisitar[14] a fim de entender a atual recuperação.

[14] No período 2001-2010, variam ano a ano as fontes público-privadas do crédito rural concedido. Mas, no geral, o perfil desses recursos é muito parecido com aquele apresentado na tabela 5.4 – aproximadamente 65% tem origem em fundos públicos

Consultando-se as fontes de recursos do crédito concedido, anualmente divulgadas pelo *Anuário Estatístico do Crédito Rural*, verifica-se que continuam os recursos das antigas "exigibilidades sobre os depósitos à vista dos bancos comerciais" (agora denominados recursos obrigatórios) a comparecer com praticamente metade das fontes financiadoras, acrescidos de cerca de 15% de recursos oriundos de Fundos Constitucionais e Finame-BNDES, 25% da Poupança Rural e o restante de uma miscelânea de outras fontes. O caráter público da maioria desses recursos advém não apenas das fontes monetárias e fiscal, que praticamente suprem dois terços do crédito rural (ver dados da tabela 5). Outra caracterização relevante é o fato de que quase todos os recursos aplicados em crédito rural gozam do benefício de juros menores para o público financiado (por exemplo, 6,75% em 2009 para uma taxa Selic do dobro), como também da subvenção do Tesouro creditada aos bancos a título de equalização relativamente à taxa de juros Selic. Essas subvenções financeiras não são de pouca monta. Totalizaram entre 2000-2010 cerca de R$ 86,6 bilhões (a preços de 2010), ou cerca de R$ 7,9 bilhões anuais médios, a preços de 2010, distribuídos em subvenções de juros do crédito rural, subvenções da política de preços (PGPM) e subvenções para rolagem da dívida agrária, segundo os levantamentos realizados no período por Jose Garcia Gasques *et al.*, da Assessoria de Gestão Estratégica do Mapa[15] (ver dados da tabela 4). O mesmo padrão de gasto se mantém no período mais recente. Esses mesmos levantamentos identificam no gasto financeiro, discriminado em subvenções de juros e de preços, a parcela mais importante do gasto fiscal (cerca de 50%) realizado pela União nas chamadas "função agricultura" e "função organização agrária",

identificados, 25% na Caderneta de Poupança Rural e 10 % numa miscelânea variável de fundos públicos e privados.

15 Cf. "Intercâmbio comercial do agronegócio", 2009.

grosso modo exercidas pelos Ministérios da Agricultura e Ministério do Desenvolvimento Agrário. Nesses conceitos orçamentários supracitados, deixa-se de fora a despesa com rolagem da dívida agrária, assumida pelos encargos financeiros da União, cujo custo anual de rolagem no período 2003-2005 foi da ordem 2,7 bilhões ao ano, caindo nos períodos subsequentes (conforme dados da tabela 4).

Tabela 4: Despesas com sustentação das políticas de crédito e comercialização – 2000-2010 (em bilhões de reais de 2010)

Período	2000/ 2002*	2003/ 2005*	2006/ 2008*	2009	2010
1 – Crédito rural	6,68	5,34	4,75	3,24	3,27
a) Subvenções à equalização de taxas de juros	2,93	3,54	2,88	2,98	3,02
b) Renegociação de dívidas dos agricultores (+)	3,75	1,80	1,87	0,26	0,25
2 – Comercialização	2,58	2,01	2,56	4,52	3,80
a) Formação de estoques públicos	0,95	0,88	0,86	3	1,25
b) Subvenções de comercialização vinculadas a PGPM	1,63	1,13	1,70	1,52	2,55
Total (1+2)	**9,27**	**7,35**	**7,31**	**7,77**	**7,08**

Fonte: GASQUES e BASTOS, 2011 – "Dez anos de gastos públicos na agricultura". Trabalho apresentado no Seminário Internacional da Universidade Federal de Viçosa, outubro de 2011 (não publicado). Ver também, dos mesmos autores, "Gastos públicos na agricultura – uma retrospectiva", *Revista de Política Agrícola,* 2010.
(*) Média anual

Observa-se que esse padrão de gastos na equalização de juros depende basicamente, no que concerne ao crédito, do volume de crédito concedido e do diferencial dos juros mínimos administrados pelo Banco Central (taxa Selic, relativamente às taxas arbitradas pelo SNCR). Daí que a tendência dessa despesa é aumentar com o aumento dos juros internos, mas como não se coloca nos limites do controle do superávit primário, porque é despesa financeira, nunca aparece na mídia como fonte de pressão sobre gastos públicos.

Por sua vez, a engenharia financeira de criação da poupança financeira rural mediante reciclagem de recursos pelo próprio mercado pouco evoluiu nos últimos 25 anos.

Das fontes de recursos do crédito rural que comparecem no SNCR, as fontes livres do próprio mercado financeiro correspondem a mais ou menos 7% dos recursos totais (ver tabela 5 – Outras fontes), se excluirmos a Poupança Rural desse cálculo. Há muita literatura e inovação legislativa nesse campo, mas a evidência empírica de seu poder de captação de poupança financeira no sistema de crédito é baixa, conforme observado anteriormente. Sendo esta uma informação essencial à caracterização do sistema de crédito bancário rural, vamos discriminá-la com mais detalhes na tabela 5.

Tabela 5: Crédito rural concedido segundo fontes, anos 2000, 2008, 2009 e 2010 (em %)

Fontes	**2000**	**2008**	**2009**	**2010**
1 – Exigibilidade sobre depósitos à vista	51,80	47,42	48,30	46,77
2 – Fundos constitucionais	5,85	7,71	7,27	7,93
3 – BNDES-Finame	5,66	5,82	7,02	6,64
4 – Recursos do Funcafe	1,95	2,90	2,23	1,87
5 – Recursos do Tesouro	0,19	0,56	0,55	0,19
6 – Outros recursos públicos*	1,43	0,56	0,37	0,23
7 – Recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)	12,71	1,33	1,19	1,16
8 – Caderneta de Poupança Rural	14,39	25,99	26,05	30,15
9 – Outras fontes	6,02	7,71	7,02	5,06
10 – Total	**100**	**100**	**100**	**100**

Fonte: Anuário Estatístico do Crédito Rural, 2000, 2008, 2009 e 2010
(*) "Outros recursos públicos" compreende recursos de governos estaduais e Incra-Banco da Terra

Observa-se que, conforme os dados da tabela 5, os recursos de fontes públicas do crédito rural concedido com origem monetária (Exigibilidades sobre depósito à vista) e fiscal (itens de 2 a 6) totalizam um mínimo de 63,6% em 2010 e um máximo de 66,9% em 2000.

Por seu turno, a fonte "Caderneta de Poupança Rural" é a única fonte privada significativa e crescente no período, variando de um mínimo de 14,4% no ano 2000 para um máximo de 30,15% em 2010. Mas, como a captação de recursos nessa fonte esteve protegida pela garantia de juros reais anuais (6% a.a.) e, ainda, pela isenção do Imposto de Renda, sua aplicação no crédito rural requer despesa tributária com equalização de juros e encargos financeiros. Esta condição, de certa forma, converte o sistema de Poupança Rural, como também os recursos do FAT (item 7), em fontes de caráter público-privado.

6. OS COMPLEXOS AGROINDUSTRIAIS SE REARTICULAM

No período que ora estamos considerando (2000-2010), determinadas cadeias agroindustriais cresceram substancialmente à frente do conjunto da economia e o fizeram graças à inserção externa que vêm realizando, sob as condições externas e de economia política interna que aqui caracterizamos como economia do agronegócio. Segundo a classificação do Ministério da Agricultura e Pecuária (Intercambio Comercial do Agronegócio – 2007), de uma denominada "Balança Comercial do Agronegócio" que assim considera "*os produtos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), que pertencem à cadeia produtiva de uma matéria-prima agropecuária, independente do grau de agregação*" (p. 11), esses complexos têm uma clara hierarquização nas exportações, segundo o *ranking* do agronegócio construído conforme essa delimitação empírica, com a seguinte evolução recente:

Tabela 6: Exportações do agronegócio por grupo de produtos – Participação e evolução das principais cadeias entre 2000 e 2005

Grupo de produtos	Ano 2000	Ano 2005	Incremento no período (%)
1º Complexo – Soja	22,2	21,7	125,8
2º Complexo – Carnes	10,3	18,8	318,6
3º Complexo – Produtos florestais	20,1	15,5	89,4
4º Complexo – Sucroalcooleiro	6,6	10,8	277,6
5º Complexo – Couros e calçados	7,4	7	118,1
6º Complexos – Café	9,4	6,7	64,1
7º Complexos – Fumo e tabaco	4,4	3,9	102,8
Subtotal	80,4	84,4	–
Outros ramos do agronegócio	196	15,6	–
Total do agronegócio	**100**	**100**	**130,7**

Fonte: Mapa – Intercâmbio Comercial do Agronegócio, 2007, p. 1-6

Ainda que se possa fazer restrição à noção de agronegócio das estatísticas do Mapa, em razão da grande flexibilidade admitida à agregação industrial, notadamente para as cadeias exportadoras de mais alto grau de valor agregado industrial (como "Couros e calçados de couro" e "Produtos florestais, madeira, e celulose de madeira"), utilizamos mesmo assim essa informação. Isto porque, para todos os complexos exportadores listados no *ranking* do agronegócio do Mapa, há claramente um aumento de participação das exportações vinculadas à competitividade externa da matéria-prima utilizada pela agroindústria. Ademais, há uma concentração muito forte de determinados segmentos do comércio externo, ligados a produtos alimentares e rações para animais (carnes, açúcar e complexo soja), que representam mais da metade dessas exportações, enquanto que os produtos vinculados à utilização de madeira para fins industriais (celulose de madeira) são o grande fator de explicação da relevância dos produtos florestais.

Em síntese, a evolução recente do *ranking* das cadeias produtivas na exportação do agronegócio entre 2000 e 2005 evidencia algo que fica muito mais claro com a associação da matéria-prima agrícola

propriamente dita. Os complexos soja, carnes e sucroalcooleiro, que já respondem por 70% das exportações do agronegócio, continuam campeões de incremento das exportações do período 2002-2008.

Este dado evidencia a hipótese da vantagem comparativa natural, e não os conceitos mais complexos de competitividade adquirida, como explicação provável para o *boom* dos bens primários no comércio externo.

7. SÍNTESE E CONCLUSÕES

Neste texto, demonstramos as evidências das mudanças havidas na inserção do setor primário no comércio exterior, tendo em vista responder e readequar o conjunto da economia brasileira às restrições externas de balanço de pagamentos impostas a partir da crise cambial de 1999. Essa crise adveio de um continuado e aprofundado desequilíbrio na Conta de Transações Corrente de bens e serviços com o exterior, que pretendeu se resolver mediante inusitado incremento nas exportações de produtos primários agrícolas e minerais, cuja demanda mundial revelava-se, e ainda se revela, altamente impactada no período.

Por outro lado, esse movimento de ajuste macroeconômico externo vai ensejar um virtual pacto de economia política, relançado no presente, mas com características muito parecidas às de uma estratégia de capital financeiro agricultura, construída no período militar (1965-1985) e desarticulada na fase mais ostensiva de liberalização dos mercados agrícolas (anos 1990). O que fica evidente nos anos 2000 é o relançamento de alguns complexos agroindustriais, da grande propriedade fundiária e de determinadas políticas de Estado, tornando viável um peculiar projeto de acumulação de capital, para o qual é essencial a captura da renda de terra juntamente com a lucratividade do conjunto dos capitais consorciados no agronegócio.

As evidências empíricas apresentadas nas diversas seções deste capítulo revelam, em paralelo ao *boom* exportador de *commodities*, três processos de inflexão nos mercados e na política agrária: 1) reconstitui-se o crédito público bancário, sob a égide do Sistema Nacional de Crédito Rural, como principal via de fomento da política agrícola, associada aos mecanismos de apoio e garantia da comercialização agropecuária (PGPM); 2) os preços da terra e dos arrendamentos rurais experimentam uma substancial inflexão para cima em todas as regiões e para todos os tipos de terra, refletindo a alta das *commodities*. Mas esses preços também são afetados pela forte liquidez bancária, associada às subvenções da política agrícola e de determinada frouxidão da política fundiária relativamente à regulação do mercado de terras; 3) aprofunda-se a inserção externa das cadeias agroindustriais que manipulam com maior evidência as vantagens comparativas naturais da matéria-prima principal do seu processo produtivo.

A articulação público-privada da política agrária e das estratégias privadas de acumulação de capital no espaço ampliado do setor agrícola tradicional e dos complexos agroindustriais, perseguindo lucro e renda da terra, constitui aquilo que denomino novo pacto da economia política do agronegócio.

Haverá certamente similitudes e diferenças com o padrão de capital financeiro na agricultura do período militar, como também consequências sociais e ambientais problemáticas, suscetíveis de recolocar a questão agrária em novos termos políticos, temas que são objeto do capítulo seguinte.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros e folhetos

CASTRO, Ana Célia *et al. Evolução recente e situação atual da agricultura brasileira*. Brasília: Binagri, 1979.

DELGADO, Guilherme C. *Capital financeiro e agricultura no Brasil, 1965-1985*. São Paulo: Incone/Unicamp, 1985.

FURTADO, Celso. *Introdução ao desenvolvimento – enfoque histórico-estrutural.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GUMARÃES, Alberto Passos. *A crise agrária.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_______. *Quatro séculos de latifúndio.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

HEIDEGGER, Martin. *Ensaios e conferências.* Petrópolis: Vozes, 2002.

HILFERDING, Rudolf. *El capital financiero.* Madrid: Editorial Tecnos S.A., 1963.

HEREDIA, Beatriz *et al. Sociedade e economia do agronegócio – um estudo exploratório.* Disponível em: <www.campohoje.net.br>, 2006.

HOBSON, John A. *Evolução do capitalismo moderno – um estudo da produção mecanizada*. São Paulo: Abril, 1983.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária.* São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KEYNES, John M. *A Treatise on Money I – the pure theory of Money.* Londres: MacMillan Press, 1971.

_______. *Teoria general de la ocupación, el interés y el dinero,* 1977.

MARINI, Ruy Mauro. *Dialética da dependência.* Petrópolis: Vozes, 2000.

MARX, Karl. *O capital – Crítica da Economia Política.* Livros I, II e III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MULLER, Geraldo. *O complexo agroindustrial.* São Paulo: FGV, 1981.

PRADO JR, Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1966.

PENSON JR, John e LINS, David A. *Agricultural finance – an introduction to micro and macro concepts.* Englewood Cliffs-New Jersey Prentice-Hall, 1980.

RANGEL, Ignacio. *A questão agrária brasileira*. Recife: Comissão de Desenvolvimento Econômico de PE, 1962.

RICARDO, David *Princípios da Economia Política e Tributação*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

SCHUMPTER, Joseph A. *Capitalismo, socialismo y democracia.* Madrid: Aguillar, 1971.

_______. *A teoria do desenvolvimento econômico.* São Paulo: Abril, 1982.

Artigos de periódicos ou coleção de ensaios

BELUZZO, L. G. e ALMEIDA, Julio G. "O mergulho da indústria". *Carta Capital,* 22 jun. 2011.

_______ e TAVARES, Maria da Conceição. "Ainda a controvérsia da demanda efetiva: uma pequena intervenção". *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 1, n. 3, jul.-set. 1981.

COUTINHO, L. e BELUZZO, L.G. "O desenvolvimento do capitalismo avançado e a reorganização da economia mundial". *Estudos CEBRAP*, n. 23, São Paulo (s.d.).

DELFIM NETO, Antônio. "Pensar o futuro". *Carta Capital*, 6 jul. 2011.

DELGADO, G. C. "Capital e política agrária no Brasil: 1930-1980", *in*: SZMRECSANYI, Tamás e SUZIGAN, Wilson (orgs.). *História econômica do Brasil contemporâneo*. São Paulo: HUCITEC, 1997, p. 209-226, 1977.

_______. "Tensões externas e internas sobre os preços dos alimentos", *in: Conab – abastecimento e segurança alimentar – o crescimento da agricultura e a produção de alimentos no Brasil.* Brasília: Conab, 2008.

_______. "O setor primário e o desequilíbrio externo", *in: Conab – abastecimento e segurança alimentar – o crescimento da agricultura e a produção de alimentos no Brasil.* Brasília: Conab, 2009.

_______ e FLORES, J. F. "Determinantes da queda recente do preço da terra no Brasil". *Economia Ensaios* (Departamento de Economia da UFU), v. 12-13, n. 1-2, jul.-dez. 1998.

_______ e CONCEIÇÃO, Junia A. "Políticas de preços agrícolas e estoques de alimentos – origens, situação atual e perspectivas". *Revista Paranaense de Desenvolvimento* (Ipardes – Curitiba), n. 108, jan.-jun. 2005, p. 25-32.

GASQUES, José G. "Preços da terra no Brasil". Anais do XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Rural – Sober, Rio Branco (AC), 2008.

GIANNOTTI, José Arthur. "Formas de sociabilidade capitalista". *Estudos do Cebrap*, n. 24, Petrópolis: Vozes (s.d.).

GUIMARÃES, Alberto Passos. "A agricultura capitalista: uma perspectiva de inviabilidade?" *Boletim Reforma Agrária*, ano VII, Nov.-dez. 1978.

HEREDIA, B.; PALMEIRA, M. e LEITE, S. "Sociedade e economia do agronegócio no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, n. 74, out. 2010.

HOMEM DE MELLO, Fernando. "Agricultura, energia e recessão". *Revista de Economia Política*, v. 3, n. 2, abr.-jun. 1983.

KEYNES, John M. "Toward the general theory" e "After the general theory", *in:* MOGGRIDGE, Donald. *The collected writings on John Maynard Keynes*, v. XXIX, Londres: Macmillan Press, l977.

MURRAY, Robin. "Value and theory of rent: part two". *Capital and Class*, n. 4, Spring, 1978.

PEGO FILHO, Bolívar e SABOYA, Maurício P. "Os passivos contingentes e a dívida pública no Brasil – evolução recente (1996-2003) e perspectivas (2004-2006)". Texto para Discussão n. 1007. Brasília, Ipea, jan. 2004.

PRADO JR., Caio. "Nova contribuição para análise da questão agrária brasileira", *in*: *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

RANGEL, Ignácio M. "Estrutura agrária, sociedade e estado". *Boletim Reforma Agrária*, ano VII, n. 6, nov.-dez. 1968.

RANGEL, Ignácio M. "Questão agrária e agricultura". *Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 7, jan. 1979.

SAUER, Sergio e LEITE, Sergio. "Agrarian structure, foreign land ownership and land value in Brazil". Paper presented at the International Conference on Global Land Grabbling – 6-8 abr. 2011, University of Sussex, Inglaterra.

SZMRECSANYI, Tamás. "Nota sobre o complexo agroindustrial e a industrialização da agricultura". *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 3, n. 2, abr.-jun. 1983.

TAVARES, Maria da Conceição. "O sistema financeiro brasileiro e o ciclo da expansão recente", *in:* BELLUZZO, L. G e COUTINHO, Renata. *Desenvolvimento capitalista no Brasil*, n. 2, São Paulo: Brasiliense, 1983.

Publicações oficiais

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Anuário Estatístico do Crédito Rural* – 2008-2009 e 2010 (internet).

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Revista Conjuntura Econômica* (vários anos).

IBGE – *Censo Agropecuário 1996* e *Censo Agropecuário 2006.*

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (Mapa). *Intercâmbio Comercial do Agronegócio.* Brasília: Mapa, 2007 e 2009.

_______. *Revista da Política Agrícola*, ano XIX, jul. 2010.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL – *Anuário Estatístico da Previdência Social* (vários anos).

Textos mimeografados ou em circulação restrita na internet, não publicados

PIOLA, Sérgio e SERVO, Luciana M. *Estudos sobre políticas e programas previdenciários – avaliação dos benefícios por incapacidade* – Relatório final. Brasília: Ipea, dez. 2007 (não publicado).

REZENDE, Gervásio Castro. *Crédito rural, subsídio e preço da terra no Brasil.* Rio de Janeiro: Ipea-Inpes, 1981.

SILVA, Sérgio. *Sobre a estrutura de produção no campo II*. Campinas: IFCH-Unicamp, 1983.

_______. *Observações sobre a questão agrária* – Estudo n. 3. Campinas: IFCH-Unicamp, 1984.

OS INDÍCIOS DO AGRAVAMENTO DA CONCENTRAÇÃO DA TERRA NO BRASIL NO PERÍODO RECENTE*

GERSON TEIXEIRA**

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

Desde as suas origens, notadamente com o regime de sesmarias e com a Lei de Terras de setembro de 1850, a concentração da propriedade fundiária no Brasil foi ampliada e consolidada como marca ao que parece indissolúvel da nossa história. Tanto que o século XXI iniciou com a notícia do IBGE sobre a imutabilidade, nos 20 anos decorridos até 2006, dos níveis da concentração da terra no país, conforme apurado pelo último Censo Agropecuário.

Os fatores relacionados à frouxidão dos controles e dos marcos regulatórios sobre o acesso à terra representam o padrão institucional brasileiro graças ao qual foram se constituindo e consolidando a assimetria e demais anomalias na estrutura de posse e uso da terra

---

* Texto publicado em julho de 2011 na página eletrônica do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (Nera).

** Ex-presidente da Associação Brasileira de Reforma Agrária (Abra) e membro do Núcleo Agrário do Partido dos Trabalhadores (PT).

no Brasil. Graças a essa marca, fruto da forte influência política da classe dos grandes proprietários rurais, mantém-se no Brasil o anacronismo das leis, normas e práticas administrativas por meio do qual são admitidas permissividades descabidas, como a possibilidade concreta do acesso *sem limites* à propriedade fundiária, ainda que pesem vedações ou limites presentes na Constituição de 1988; contudo, originariamente sem eficácia por conta dos efeitos de outros dispositivos conflitantes no próprio Estatuto Federal, ou por reinterpretações judiciais. Ou, ainda, por dispositivos não executados e, neste caso, por motivos até grotescos. Dentre estes, cite-se o discurso utilizado para justificar o não cumprimento do artigo 51, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (CF/1988), vinculado ao disposto no artigo 49, XVII, da CF de 1988, que fixa a aprovação prévia, pelo Congresso Nacional, da alienação ou concessão de terras públicas com área superior a 2,5 mil ha. Pelo referido dispositivo, foi definida a revisão, "pelo Congresso Nacional, através de comissão mista, nos três anos a contar da data da promulgação da Constituição, de todas as doações, vendas e concessões de terras públicas com área superior a 3 mil ha realizadas no período de 1º de janeiro de 1962 a 31 de dezembro de 1987".

Instalada e executada a CPMI, a pretendida revisão, sem qualquer resultado, levou o relator ao seguinte desabafo: "Não há, portanto, como fugir à triste conclusão com que fechamos este Relatório, qual seja, a de que, sem o necessário aparelhamento do Congresso para cumprimento de missões de tal porte, estaremos condenados ao sentimento de frustração, inevitável a todos quantos para cá vierem imbuídos pelo ideal de bem servir".[1]

Outra restrição legal aparente à posse ilimitada da terra no Brasil reside na condição imposta pelo artigo 5º, XXIII, da Cons-

[1] Fonte: Resposta da Secretaria do Congresso Nacional à solicitação interna de informações sobre o tema por parte do deputado federal Beto Faro (PT-PA).

tituição. Pelo texto deste dispositivo, o direito de propriedade está condicionado ao cumprimento da função social. Todavia, o artigo 185 do mesmo Estatuto Federal, na prática, revoga tal condição quando torna a propriedade produtiva imune à desapropriação. Ou seja, sendo produtiva, condição de fácil caracterização no Brasil,[2] a grande propriedade pode descumprir os demais graus e requisitos para o cumprimento da função social e, ainda assim, estará imune à desapropriação.[3]

No contexto do ambiente institucional acima, o Incra, por meio das Estatísticas Cadastrais de 2010, detectou indícios de agravamento, nos últimos anos, do quadro de concentração da terra no Brasil marcadamente na Amazônia, o território de expansão do agronegócio. Essa possibilidade está retratada no confronto desses dados com os seus equivalentes de 2003.

O presente texto analisa parte dos dados das Estatísticas Cadastrais do Incra, objetivando aferir os indícios desse processo. Nesses termos, o documento não é definitivo. Cabe à academia, às instituições de pesquisa e organizações da sociedade civil afetas ao tema o desenvolvimento de estudos cientificamente mais criteriosos para o diagnóstico final a respeito, entre outros procedimentos, da necessidade de maior crítica e depuração de eventuais inconsistências nos dados do Incra.

---

[2] Os parâmetros referenciais da mensuração do Grau de Utilização (GU) e do Grau de Eficiência das Explorações (GEE) têm como base os dados da agropecuária brasileira de 1975. Ou seja, no Brasil, a grande propriedade produtiva é assim classificada, hoje, quando observa os índices de rendimentos agropecuários de 35 anos atrás.

[3] Pelo artigo 186 da CF, a função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos: I – aproveitamento racional e adequado; II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho; IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Contudo, os dados do Incra mostram-se consistentes com o inegável potencial impactante sobre a estrutura fundiária do país, no caso, de fatores internos e externos que adquiriram relevo desde a década passada. Em um ambiente de flancos regulatórios, provavelmente esses fatores venham provocando, de fato, expressivo fenômeno de *corrida pela terra e pelos bens ambientais* no Brasil e, mais especificamente, na Amazônia.

Entre tais fatores, destacamos a "opção brasileira", reforçada nos anos recentes pela transformação do país em um grande protagonista no comércio internacional de *commodities* minerais e agrícolas, incluindo os agrocombustíveis.

No caso agrícola, integram as medidas nessa direção o expressivo reforço às políticas de estímulos creditícios, tributários e fiscais para a agricultura produtivista; os incentivos para a atração de capital externo para segmentos nobres do agronegócio; e os estímulos para a criação de empresas brasileiras de "classe mundial". Vale sublinhar, ainda, as medidas institucionais nas esferas fundiária e ambiental, efetivadas ou em curso, visando a remoção de constrangimentos estruturais para a expansão da grande exploração agrícola.

Ao mesmo tempo e associadamente, incitam, também, o referido processo, as repercussões fundiárias da procura de terras no país pelo capital externo, movida: i) pela aposta no mercado global do etanol; ii) pelos investimentos das "papeleiras"; iii) pelo estado de vulnerabilidade da oferta alimentar por conta de sistemáticas quebras de safra em todo o mundo, provavelmente já refletindo os efeitos das mudanças climáticas; e iv) pelas apostas na atratividade dos instrumentos de mercado decorrentes dos acordos no âmbito das COPs do Clima.

Não é possível estimar com confiabilidade a escala desse recente movimento de "tomada de terras" no Brasil, pelo capital estrangeiro, em função do descontrole e da frouxidão regulatória interna nesta seara – em parte contidos pelos efeitos do Parecer AGU/LA-01, acolhido pelo presidente Lula em 2010.

O texto disponibiliza um sumário comparativo nacional, por região e unidades federadas, dos dados das duas posições consideradas das Estatísticas Cadastrais (2003 e 2010), com o auxílio de algumas das suas variáveis mais comuns, que sugeririam o fenômeno de reconcentração da terra no Brasil preponderantemente na sua fronteira de expansão agropecuária. Procura mostrar, ainda, os indícios de agravamento dos níveis de ociosidade das grandes propriedades e, associadamente, o incremento do número desses imóveis classificados como improdutivos e, portanto, passíveis de desapropriação para fins de reforma agrária.

2. ASPECTOS METODOLÓGICOS

A base do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) envolve as informações cadastrais coletadas, declaradas pelo detentor do imóvel rural e/ou seu representante legal, no último recadastramento realizado pelo Incra, em 1992, e pela manutenção cadastral feita com base nos pedidos de atualização cadastral efetuados durante os anos posteriores. No caso, as atualizações de outubro de 2003 e de 26 de janeiro de 2010.

Do tratamento da base de dados do cadastro de imóveis rurais, a opção foi a de restringir a abordagem via utilização das categorias de classificação fundiária que orientam as políticas agrárias, a saber: minifúndio, pequena propriedade, média propriedade e grande propriedade.[4]

O minifúndio foi instituído no Inciso IV, do artigo 4º, da Lei n. 4.504, de 30 de novembro de 1964, e definido no artigo 22, inciso I, do Decreto n. 84.685/1980, como o imóvel rural

[4] As Estatísticas Cadastrais também disponibilizam as informações por classes de área em hectares e em módulos fiscais. E, no caso da base de dados de 2010, oferecem essas informações desagregadas, ou agregadamente pelas três esferas da Federação, Amazônia Legal, grandes regiões etc.

de área inferior a um módulo fiscal.[5] A pequena propriedade encontra-se definida no Inciso II, do artigo 4º, da Lei n. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, como o imóvel rural com área entre 1 e 4 módulos fiscais. A média propriedade, conceituada no Inciso III, do artigo 4º, da Lei n. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, é o imóvel rural com área superior a 4 módulos fiscais e até 15 módulos fiscais. A mencionada legislação omitiu a definição da grande propriedade, a qual, no entanto, passou a ser tida na prática das políticas agrárias como o imóvel rural com área superior a 15 módulos fiscais.

Procuramos sintetizar as informações específicas sobre a estrutura fundiária, agregando-as pelas seguintes variáveis:

a) O número e a área dos imóveis rurais a cada uma das categorias antes colocadas.

b) No caso da grande propriedade, desagregamos as informações apresentando os dados sobre a "propriedade improdutiva". Isto com o propósito de demonstrar a evolução dos seus níveis de

---

[5] O módulo fiscal, criado originalmente para fins tributários. Está definido no § 2º, do art. 50, da Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964, com as alterações introduzidas pela Lei 6.746, de 10 de dezembro de 1979, regulamentada pelo Decreto n. 84.685, de 6 de maio de 1980. Diz o mencionado dispositivo do art. 50: "O Módulo Fiscal de cada município, expresso em hectares, será determinado levando-se em conta os seguintes fatores:

a) o tipo de exploração predominante no município:

I – hortifrutigranjeira;

II – cultura permanente;

III – cultura temporária;

IV – pecuária;

V – florestal;

b) a renda obtida no tipo de exploração predominante;

c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; e

d) o conceito de 'propriedade familiar', definido no item II do artigo 4º desta lei.

Posteriormente, com a edição da Lei n. 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, o Módulo Fiscal passou a ser utilizado para a classificação fundiária do imóvel quanto ao tamanho da propriedade, conforme definido no artigo 4º da referida lei."

ociosidade, nos planos nacional, regional e estadual, assim como o estoque de áreas potencialmente sob o alcance do instrumento da desapropriação para fins sociais. O Incra calcula o número e área das grandes propriedades produtivas; para o cálculo dos dados correspondentes às improdutivas, subtraímos das "grandes" os números das "grandes produtivas".

c) Foram excluídos do banco de dados gerado os imóveis "não classificados", em decorrência do artigo 7º da Lei n. 8.629/1993, pois usam dessa prerrogativa por estarem sendo objeto de implantação de projeto técnico. Por razões óbvias, também não foram incluídos os "imóveis inconsistentes", à medida que registraram incorreções constatadas nas informações básicas constantes da Declaração de Cadastro apresentada.

3. QUADRO COMPARATIVO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA NO BRASIL (2003-2010)

Conforme colocado, desconsideramos, nas estatísticas do Incra, os imóveis não classificados e os inconsistentes, cujas áreas totais no Brasil somam cerca de 3,5 milhões de ha no caso da Atualização de 2010.

Portanto, consideramos, para o confronto proposto, os imóveis classificados pelo próprio Incra, conforme a legislação, nas categorias de minifúndio, pequena, média, grande propriedade e grande improdutiva.

Vale esclarecer que, para a grande propriedade improdutiva, o indicador utilizado de participação da área, diversamente das demais categorias, está relacionado à área da grande propriedade, e não à área total dos imóveis.

Feitos esses esclarecimentos, a tabela 1 apresenta a posição agregada nacional para as categorias acima nas posições de 2003 e 2010.

Tabela 1: Brasil – Imóveis rurais: número e área (2003-2010)

Categoria	2003		2010	
	N. de imóveis registrados	Área (ha)	N. de imóveis registrados	Área (ha)
Minifúndio	2.736.052	38.973.371	3.318.077	46.684.657
Pequena propriedade	1.142.924	74.194.228	1.338.300	88.789.805
Média propriedade	297.220	88.100.418	380.584	113.879.540
Grande propriedade	112.463	214.843.868	130.515	318.904.739
Grande improdutiva*	58.331	133.774.803	69.233	228.508.510
Total	**4.288.672**	**416.112.784**	5.167.476	568.258.741

(*) Refere-se à participação nas respectivas áreas totais das grandes propriedades

Tabela 1-A: Indicadores comparativos

Categoria	Participação área – 2003	Participação área – 2010
Minifúndio	9,40%	8,20%
Pequena propriedade	17,80%	15,60%
Média propriedade	21,20%	20%
Grande propriedade	51,60%	56,10%
Grande improdutiva*	62,3%	71,7%

(*) Refere-se à participação nas respectivas áreas totais das grandes propriedades

Das Tabelas acima, são possíveis conclusões:

a) O número de imóveis rurais cresceu de 4.288.672, em 2003, para 5.167.476, em 2010, e as respectivas áreas cadastradas, de 416.112.784 ha para 568.258.741 ha (36,5%).

b) As áreas de todas as categorias apresentaram variação positiva, sendo as grandes propriedades as que apresentaram o maior incremento, 48,4%, taxa que resultou da incorporação adicional, por essa categoria, de 104 milhões de ha, dos quais 73 milhões de ha, ou 70%, na região Norte. Ao se considerar o território da Amazônia Legal (neste caso incluindo inadequadamente, para simplificação, todo o Estado do Maranhão), conclui-se que praticamente a área

ampliada das grandes propriedades, de 2003 a 2010, ocorreu naquela região, conforme demonstramos na sequência.

c) Esse acréscimo de área das grandes propriedades correspondeu a 68% do acréscimo geral das áreas dos imóveis rurais no período, de 152 milhões de ha.

d) Com os resultados acima, em 2010, as grandes propriedades passaram a deter 56,1% da área total dos imóveis contra 51,6% em 2003.

e) As demais categorias sofreram redução na participação das áreas respectivas nas áreas totais:

- minifúndio: de 9,4% para 8,2%;
- pequena: de 17,8% para 15,6%;
- média: de 21,2% para 20%.

f) No Brasil, existem 69,2 mil grandes propriedades improdutivas (2010), portanto passíveis de desapropriação, com área equivalente a 228,5 milhões de ha. Apenas para fins aproximativos, vale considerar que, de acordo com o IBGE, há no Brasil (posição de 2006), 94 milhões de ha com matas e/ou florestas naturais (incluindo-se 50,2 milhões de áreas destinadas à APP e RL). Subtraindo-se da área total das grandes improdutivas toda a área com matas e florestas naturais (não apenas das grandes), conclui-se que haveria, pelo menos, área improdutiva dentro das grandes propriedades improdutivas de 134 milhões de ha.

g) Em relação ao ano de 2003, ocorreram incrementos de número e área das grandes improdutivas, respectivamente, de 18,7% e de 70,8%. Esses dados, considerando os comentários do ponto anterior, demonstram a falácia dos argumentos dos ruralistas sobre a necessidade de mudanças no Código Florestal para a liberação de áreas para permitir a expansão do agronegócio.

h) Sintomaticamente, em que pese o maior crescimento de área das grandes improdutivas ter ocorrido no Norte do país (155,5%), em termos de número de imóveis, o maior incremento ocorreu na

região Sul do Brasil. Conforme veremos adiante, em 2003 havia naquela região 5.413 imóveis classificados como grandes improdutivas. Em 2010 esse número passou para 7.139, o que correspondeu a uma expansão de 32% contra 30% no Norte. Há, no Sul, 5,3 milhões de ha de áreas improdutivas em grandes propriedades.

i) Em todas as regiões foi observado o crescimento do número de imóveis e áreas das grandes propriedades improdutivas.

j) Por fim resta informar que, das 130,5 mil grandes propriedades cadastradas em 2010 com área de 318,9 milhões de ha, 23,4 mil com área de 66,3 milhões de ha não têm a propriedade reconhecida. Ou seja, são imóveis detidos a título precário, isto é, objeto de posse ou misto.

k) Portanto, há um amplo território em todas as regiões do país para a execução da reforma agrária com obtenção via desapropriação, sem ameaçar a "eficiência" da grande exploração do agronegócio.

4. QUADRO POR REGIÃO

- Região Norte: é a região onde foram observados os indícios mais gritantes de reconcentração. Conforme frisamos, os dados podem refletir inconsistências nas Estatísticas Cadastrais do Incra, mas são fortes os indícios da ocorrência, na década de 2000, naquela região, como também em toda a Amazônia, de intenso processo de apropriação de grandes extensões de terras pelos motivos expostos na apresentação deste ensaio. A tabela 2 permite as seguintes conclusões sobre as alterações na estrutura fundiária de 2003 para 2010:

a) A área total cadastrada experimentou aumento expressivo de 90,5% no período. Portanto, praticamente dobrou de 2003 a 2010.

b) Grandes propriedades: crescimento da área de 133%, passando de 54,8 milhões de ha em 2003 para 127,8 milhões de há em 2010.

c) O número de grandes improdutivas aumentou de 12.613 para 16.452 imóveis.

d) Médias propriedades: ampliação da área em 33% (4,6 milhões de ha).

e) Pequenas: aumento de 2 milhões de ha.

f) Minifúndios: aumento de 1,2 milhão de ha.

g) No entanto, ainda que tenha ocorrido a expansão absoluta de áreas para todas as categorias, quando se considera a participação da área de cada uma delas em relação às áreas totais dos imóveis rurais, somente as grandes propriedades tiveram incremento. Representavam 61% das áreas em 2003 e passaram para 75% em 2010. As demais tiveram as seguintes reduções:

- minifúndio: de 8,4% para 5,1%;
- pequena propriedade: de 15% para 9%;
- média propriedade: de 15,5% para 11%.

h) Na Amazônia (incluindo todo o MA), a área cadastrada aumentou de 177 milhões de ha para 284 milhões de ha (107 milhões ha, ou 61%).

i) Dos 107 milhões de ha ampliados, 90 milhões, o equivalente a 84% dessa expansão de área, se deu na categoria das grandes propriedades.

j) Considerando a participação de área de cada categoria com as respectivas áreas totais dos imóveis em 2003 e 2010, o quadro é o seguinte:

- minifúndios: participação caiu de 8,2% para 4,6%;
- pequenas propriedades: detinham 12,8% da área e declinaram para 9,8%;
- médias propriedades: de 18% em 2003, passaram a 14,7% em 2010.
- grandes propriedades: a única categoria que teve incremento na participação na área, subindo de 63% para 71%.

Tabela 2: Região Norte – imóveis rurais: número e área (2003-2010)

	2003		2010	
N. imóveis – total	344.990		408.482	
Área total	89.439.467		170.361.080	
Categoria	**N.**	**Área (ha)**	**N.**	**Área (ha)**
Minifúndio	194.848	7.506.520	228.561	8.684.039
Pequena propriedade	109.572	13.332.735	126.755	15.484.276
Média propriedade	25.071	13.847.605	32.938	18.436.935
Grande propriedade	15.499	54.752.609	20.228	127.755.830
Grande improdutiva*	12.613	45.523.439	16.452	116.294.865

(*) Refere-se à participação nas respectivas áreas totais das grandes propriedades

- Região Nordeste: com base na tabela 3, assim resumimos o quadro nesta região:

a) A área total cadastrada aumentou 30% no período.

b) A categoria que teve maior ganho de área foi a grande propriedade: 37%, seguida pela média, com 36%.

c) A somatória das áreas das grandes propriedades cresceu 37%.

d) O número de grandes propriedades improdutivas foi ampliado em 25,2%, e a área correspondente cresceu 44%.

e) Em relação à variação ocorrida na participação das áreas de cada categoria nas respectivas áreas totais, o quadro foi o seguinte:

- minifúndio: queda de 16% para 14,7%;
- pequena propriedade: queda de 24% para 22%;
- média propriedade: aumento de 23% para 24%;
- grande propriedade: aumento de 37% para 39%.

Tabela 3: Região Nordeste – imóveis rurais: número e área (2003-2010)

	2003		2010	
N. imóveis – total	1.206.936		1.440.404	
Área total	84.410.543		109.889.860	
Categoria	**N.**	**Área (ha)**	**N.**	**Área (ha)**
Minifúndio	925.584	13.741.872	1.095.651	16.127.817
Pequena propriedade	210.743	19.982.682	251.744	24.424.822
Média propriedade	53.954	19.433.685	73.012	26.483.500
Grande propriedade	16.655	31.252.305	19.997	42.853.720
Grande improdutiva*	12.205	24.749.873	15.282	35.564.950

(*) Refere-se à participação nas respectivas áreas totais das grandes propriedades

- Região Sudeste: nessa região, o crescimento das áreas de médias e pequenas propriedades (24,5% e 18,6%), bem acima ao das grandes (6,6%), teria constituído fato positivo na direção de uma maior simetria fundiária se não fosse o incremento significativo das áreas de minifúndios (24,2%).

a) Quando se coteja a participação das áreas de cada categoria nas áreas totais dos imóveis rurais nos anos correspondentes, tem-se que a pequena se manteve estável (25%); a média cresceu de 28% para 30%; os minifúndios, de 10,7% para 11,4%; e as grandes tiveram redução de 35,6% para 32,6%.

b) O número de grandes improdutivas teve incremento de 14,3%, sendo que a área desses imóveis improdutivos foi ampliada em 1.768.547 ha.

Tabela 4: Região Sudeste – imóveis rurais: número e área (2003-2010)

	2003		**2010**	
N. imóveis – total	1.157.464		1.405.368	
Área total	68.438.914		79.804.311	
Categoria	**N.**	**Área (ha)**	**N.**	**Área (ha)**
Minifúndio	690.939	7.353.785	861.484	9.136.500
Pequena propriedade	340.752	17.231.108	393.510	20.431.513
Média propriedade	99.589	19.478.387	121.950	24.250.928
Grande propriedade	26.197	24.375.634	28.424	25.985.370
Grande improdutiva*	10.411	10.051.549	11.902	11.820.096

(*) Refere-se à participação nas respectivas áreas totais das grandes propriedades

- Região Sul: com base na tabela 5, destacamos:

a) A área cadastrada dos imóveis rurais cresceu 24% no período.

b) A média propriedade foi a categoria que teve a maior expansão de área (36%), seguida da grande, com 23%. Em seguida, o minifúndio, cuja área cresceu 20%. O crescimento de área das pequenas foi de 18%.

c) O número de grandes propriedades improdutivas cresceu 32%, sendo que o crescimento da área sob essa condição foi de 40%. Há mais 7 mil imóveis classificados como grandes proprie-

dades improdutivas no Sul, mesmo com os parâmetros de aferição técnica baseados no ano de 1975.

d) Em termos de participação da área de cada categoria nas áreas totais dos imóveis, houve a manutenção dos minifúndios (17%) e das grandes (33%); uma pequena redução das pequenas (de 30% para 29%); e a discreta ampliação das médias (de 20% para 22%).

Tabela 5: Região Sul – imóveis rurais: número e área (2003-2010)

	2003		2010	
N. imóveis – total	1.244.551		1.497.166	
Área total	41.434.773		51.286.344	
Categoria	**N.**	**Área (ha)**	**N.**	**Área (ha)**
Minifúndio	794.486	7.050.528	962.490	8.471.569
Pequena propriedade	377.051	12.490.165	437.638	14.752.607
Média propriedade	55.529	8.285.500	75.032	11.292.578
Grande propriedade	17.485	13.608.580	22.006	16.769.590
Grande improdutiva*	5.413	3.788.530	7.139	5.288.915

(*) Refere-se à participação nas respectivas áreas totais das grandes propriedades

- **Região Centro-Oeste**: alguns pontos a destacar:

a) Crescimento da área cadastrada: 18,5%.

b) Todas as categorias incorporaram área: média, 36,3%; grande, 23,2%; pequena, 18,1%; e minifúndio, 20,2%.

c) As grandes controlam 67,3% da área total dos imóveis rurais da região, e a área das grandes improdutivas cresceu 20%.

Tabela 6: Região Centro-Oeste – imóveis rurais: número e área (2003-2010)

	2003		2010	
N. imóveis – total	334.718		416.056	
Área total	132.388.187		156.917.146	
Categoria	**N.**	**Área (ha)**	**N.**	**Área (ha)**
Minifúndio	130.195	3.320.669	169.891	4.264.733
Pequena propriedade	104.819	11.157.539	128.653	13.696.587
Média propriedade	63.077	27.055.241	77.652	33.415.599
Grande propriedade	36.627	90.854.740	39.860	105.540.227
Grande improdutiva*	17.689	49.661.412	18.458	59.539.682

(*) Refere-se à participação nas respectivas áreas totais das grandes propriedades

BARBÁRIE E MODERNIDADE: AS TRANSFORMAÇÕES NO CAMPO E O AGRONEGÓCIO NO BRASIL*

ARIOVALDO UMBELINO DE OLIVEIRA**

A classe roceira e a classe operária
Ansiosas esperam a reforma agrária
Sabendo que ela dará solução
Para a situação que está precária
Saindo o projeto do chão brasileiro
De cada roceiro plantar sua área
Sei que na miséria ninguém viveria.
E a produção já aumentada
Quinhentos por cento até na pecuária.
(Goiá e Francisco Lázaro, "A grande esperança")

1. A BARBÁRIE

Em pleno início do século XXI, os movimentos sociais continuam sua luta pela conquista da reforma agrária no Brasil. As elites concentradoras de terra respondem com a barbárie. Assim, o país prossegue no registro das estatísticas crescentes sobre os conflitos e a violência no campo. A luta sem trégua e sem fronteiras que travam os camponeses e trabalhadores do campo por um pedaço de chão e contra as múltiplas formas de exploração de seu trabalho amplia-se por todo canto e lugar, multiplica-se como uma guerrilha civil sem reconhecimento. Essa realidade cruel é a face da barbárie

---

* A primeira versão deste texto foi apresentada para discussão em reunião da CPT Nacional – Goiânia (GO) de 22 de outubro de 2003. A segunda versão, ampliada, foi apresentada no XII Encontro Nacional do MST – São Miguel do Iguaçu (PR), de 19 a 24 de janeiro de 2004.

** Professor titular do Departamento de Geografia da FFLCH-USP.

que a modernidade gera no Brasil. Aqui, a modernidade produz as metrópoles, que industrializa e mundializa a economia nacional, internacionalizando a burguesia nacional, soldando seu lugar na economia mundial, mas prossegue, também, produzindo a exclusão dos pobres na cidade e no campo. Esta exclusão leva à miséria parte expressiva dos camponeses e trabalhadores brasileiros.

No Brasil, o desenvolvimento contraditório e desigual do capitalismo gestou também, contraditoriamente, latifundiários capitalistas e capitalistas latifundiários. Os integrantes do mundo do agronegócio continuam a pedir o fim dos subsídios agrícolas nos países desenvolvidos, para que a produção mundializada da agricultura brasileira chegue ao mercado externo. Insistem também na recusa em aceitar a reforma agrária como caminho, igualmente moderno, para propiciar aos camponeses que querem produzir e viver no campo acesso à terra. Como tenho escrito em meus textos, isso não se trata de um retorno ao passado, mas de um encontro com o futuro.

A incansável luta pelo acesso à terra no Brasil tem esta dimensão da modernidade incompreendida pela elite latifundiária e por parte da intelectualidade brasileira. Há aqui intelectuais que preferem acreditar que o campo acabou e que a agricultura é atividade de "tempo parcial" (*part-time farmer*). As pluriatividades estariam agora na agenda do dia, e, assim, a produção agrícola estaria irremediavelmente em segundo plano. Estes intelectuais afirmam, com apoio de parte da mídia brasileira, que o campo se urbanizou e não há mais sentido falar em rural. A onda agora é o "novo rural brasileiro", o "rururbano". O campo do Brasil real foi substituído pelo Brasil virtual, que emerge das análises estatísticas da Pesquisa Nacional por Amostragem Domiciliar (Pnad) que o IBGE levanta. Aliás, esses intelectuais continuam a fazer com que a *"estatística seja a arte de torturar os números até que eles confessem"*, como disse um dia o genial economista José Juliano de Carvalho

Filho, da FEA-USP, nas reuniões de elaboração do II Plano Nacional da Reforma Agrária do governo Lula. Há também, entre estes intelectuais, aqueles que travam uma "briga falsa" com as estatísticas do IBGE. Como este instituto toma como base para seus levantamentos estatísticos o perímetro urbano definido por lei em cada município do país, este critério dos tempos getulistas "esconderia" um Brasil majoritariamente rural, pois a maioria das cidades brasileiras vive das atividades rurais. Para eles, portanto, a maior parte da população levantada como urbana pelo IBGE é também, nesta "ficção virtual da também virtual teoria", uma população rural.

Assim, o Brasil rural virou urbano, ou, então, o Brasil urbano virou rural. Certamente, nem mesmo os mais dialéticos dos filósofos imaginariam tamanha "dialética do virtual". Para estes intelectuais, que no *campus* universitário procuram entender o campo, as estatísticas servem *a priori* para justificar e fundamentar concepções contraditórias. É muito provável que nem um nem outro tenha razão. É preciso ponderar que a amostragem das estatísticas da Pnad está contaminada pela presença de grande número de amostras que caíram no urbano clandestino computado como rural. Não são somente as estatísticas que registram um Brasil majoritariamente urbano, mas há de fato, em todas as partes deste país-continente, o modo de vida urbano dominando simultânea e contraditoriamente a cidade e o campo. É possível que tenha faltado a necessária compreensão de que não são os dados que determinam a realidade, mas, ao contrário, é a realidade que determina os dados. Aliás, têm faltado realidade e Geografia do Brasil nos estudos destes intelectuais.

Outros intelectuais, movidos pela busca da compreensão do Brasil real, vão ao campo estudar as lutas travadas pelos movimentos sociais, procuram interpretar a barbárie que os dados sobre conflitos no campo levantados pela CPT registram. Assim, o campo contém

as duas faces da mesma moeda: de um lado, está o agronegócio e sua roupagem da modernidade; de outro, o campo em conflito. A mesma série estatística que registra os conflitos retransmite o recado vindo do campo: nem a violência dos jagunços nem a repressão social-democrata do governo FHC e de muitos governos estaduais, como o do PSDB em São Paulo, ou mesmo os textos dos intelectuais e a opinião da mídia representante das elites que não veem esta realidade são suficientes para impedir a já longa e paciente luta de uma parte dos trabalhadores do campo e também dos excluídos da cidade para "entrarem na terra", para se transformarem em camponeses.

Estamos diante da rebeldia dos camponeses no campo e na cidade. Nesses dois espaços eles estão construindo um verdadeiro levante civil para buscar os direitos que lhes são insistentemente negados. São pacientes, não têm pressa, nunca tiveram nada, portanto apreenderam que só a luta garantirá, no futuro, a utopia curtida no passado. Por isso avançam, ocupam, acampam, plantam, recuam, rearticulam-se, vão para as beiras das estradas, acampam novamente, reaglutinam forças, avançam novamente, ocupam mais uma vez, recuam outra vez se necessário for. Não param, estão em movimento; são movimentos sociais em luta por seus direitos. Têm a certeza de que o futuro lhes pertence e que será conquistado.

Mas as elites, ao contrário, como têm que garantir o passado, veem na violência e na barbárie a única forma de manter seu patrimônio expresso na propriedade privada capitalista da terra.

Assim, a lei vai sendo invocada por ambos: uns para mantê-la, outros para questionar o seu cumprimento. O direito vai sendo subvertido, e a justiça ficando de um lado só – o lado do direito reivindicado pelas elites. Muitos magistrados são capazes de dar reintegração de posse a um representante da elite que não possui o título de domínio de uma terra reconhecidamente pública. Como

tal, sendo pública, ela não deveria ser passível do reconhecimento da posse. Entretanto, a justiça cega não vê porque não quer. Mas muitos magistrados apenas veem quando os camponeses em luta abrem para a sociedade civil a contradição da posse capitalista ilegal da terra pela Constituição. Nesse momento, o direito é abandonado, e a justiça vai se tornando injustiça. Aqueles que assassinam ou mandam assassinar estão em liberdade. Aqueles que lutam por um direito que a Constituição lhes garante estão sendo condenados ou já estão presos. Repetindo, é a subversão total do direito e da justiça.

A luta e a própria reforma agrária vão para o banco dos réus. Os camponeses são processados e condenados. Instaura-se, em nome do rigor do cumprimento da lei, a velha alternativa de tornar presos políticos em réus comuns. Aliás, de há muito neste país história e farsa, farsa e história se confundem aos olhos dos mortais. Por isso,

> por defenderem a implantação da reforma agrária no Brasil, 17 trabalhadores rurais ligados ao MST foram detidos em todo o país. Em uma manobra para intimidar o Movimento, instâncias judiciais emitem mandados de prisão e abusam do seu poder. A detenção de cada um desses trabalhadores representa a prisão de todos os sem-terra do Brasil, tratados como fora da lei por lutarem contra o latifúndio e pela terra.

Em São Paulo, foram três os militantes rurais detidos: José Rainha Júnior e Felinto Procópio, o Mineirinho, foram presos em 11 de julho, em Teodoro Sampaio, Pontal do Paranapanema, acusados de formação de bando e quadrilha. A esposa de Rainha, Deolinda Alves de Souza, foi detida em 10 de setembro. Suas prisões fazem parte de uma estratégia para criminalizar o MST que foi desencadeada pelo juiz Atis de Araujo, que, em pouco mais de um ano, decretou a prisão preventiva de 30 integrantes do Movimento, na região do Pontal. No Estado, a Justiça conti-

nua perseguindo os trabalhadores: a expedição de mandados de detenção inclui outros oito integrantes do MST: Cledson Mendes, Márcio Barreto, Messias Duda, Eduardo de Morais, Zelitro Luz, Valmir Rodrigues Chaves, Sérgio Panteleão e Roberto Rainha.

No Estado da Paraíba, oito integrantes do MST foram presos em junho de 2002: Antônio Francisco da Silva, José Inácio da Silva, José Luiz dos Santos, José Martins de Farias, Marcelo Francisco da Silva, Severino José da Cruz, Severino Ramos dos Santos e Ivanildo Francisco da Silva. Em Goiás, na cidade de Fazenda Nova, desde 4 de julho quatro trabalhadores também foram presos: Josnei Dias, Claudinei Lúcio Soares dos Santos, Valdinei Vicente Silva e Milton Felipe de Moraes. No Mato Grosso do Sul, Carlos Aparecido Ferrari e Antonino Alves Lima, o Toninho Borborema, foram presos em 26 de agosto, na cidade de Dourados, em um presídio de segurança máxima. Os mandados de prisão estavam decretados desde dezembro de 2000, quando o então juiz Eduardo Magrinelli Júnior decretou ainda a prisão de outros 19 trabalhadores rurais.[1]

São os novos presos políticos do Brasil da modernidade. Assim, a injustiça da Justiça vai decifrando e interpretando às avessas a continuidade do processo de formação do campesinato brasileiro moderno em pleno século XXI. Um campesinato curtido na rebeldia de quem é capaz de revolucionar a história, mas, contraditoriamente, não é compreendido pelas elites, em grande parte pela mídia e, o que tem sido mais cruel, não é reconhecido por muitos intelectuais, cujo único trabalho tem sido ser pago com dinheiro dos próprios trabalhadores para pensar estratagemas contra estes. Dessa forma, parece que duas faces de um mesmo processo revelam que em uma delas está a realidade violenta e

[1] Informações do *Jornal dos Trabalhadores Rurais SEM TERRA*, ano XXII, n. 233, set. 2003, p. 10.

assassina das lutas no campo. Nela os latifundiários e seus jagunços continuam a assassinar os camponeses a bala. Na outra, está uma parte dos intelectuais a "assassinar" em seus estudos os camponeses que lutam, perdem seus companheiros assassinados, mas continuam no caminho pelo direito de possuir algum dia um pedaço de chão deste país-continente, apropriado privadamente por tão poucos.

Os números das estatísticas da CPT são implacáveis e revelam que os conflitos no campo seguem sua marcha ascendente. Em 2000, aconteceram 660 conflitos; em 2001, foram 880; em 2002, 925; em 2003, até o mês de novembro, já são 1.197. Entre os conflitos trabalhistas, destacam-se aqueles relativos à superexploração e ao desrespeito aos direitos e, particularmente, à presença do registro de 45 casos caracterizados como "trabalho escravo" em 2001 e 147 em 2002. Aliás, casos como esses, que diminuíram entre 1993 e 1998 (quando foram registrados 14), voltaram a crescer, atingindo o maior número de casos desde 1990. A situação em 2003, segundo documento da CPT de 17 de dezembro, recrudesceu:

> O trabalho escravo, apesar de toda a ação do governo, também apresenta considerável crescimento. Foram recebidas denúncias de 223 situações em que estaria havendo ocorrência de trabalho escravo, envolvendo um número de 7.560 pessoas, 51,7% maior que o total do ano 2002, com 147 situações; e 35% maior no número de pessoas, 5.559. Destas situações, 144 foram fiscalizadas e 4.725 trabalhadores foram libertos. O Pará continua sendo o Estado com o maior número de ocorrências: 169 denúncias envolvendo 4.464 pessoas. Destas denúncias, 80 foram fiscalizadas (47,3% do total das denúncias) e 1.765 trabalhadores foram libertos.

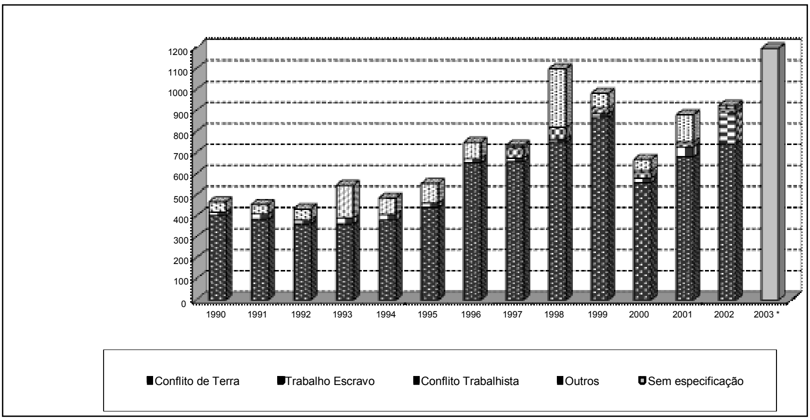
Como se não bastasse a execrada existência e prática do "trabalho escravo", o limite da barbárie não tem fim. No dia 28 de janeiro de 2004, quatro funcionários do Ministério do Trabalho foram fuzilados quando realizavam vistorias em propriedades

onde havia denúncia de "trabalho escravo", conforme mostra a reportagem a seguir:

> Três auditores fiscais e um motorista do Ministério do Trabalho foram mortos com tiros na cabeça, ontem, quando realizavam vistorias de rotina a 50 quilômetros de Unaí, no noroeste de Minas. Na região são comuns as denúncias de trabalho escravo. Eles fiscalizavam a colheita de feijão e costumavam receber ameaças de fazendeiros e de 'gatos' – pessoas que intermediam a contratação da mão de obra.[2]

Esta é mais uma prova da quase permanente barbárie que a modernidade capitalista produz no Brasil, para a sua contínua e histórica acumulação primitiva do capital. O gráfico 1, a seguir, ilustra este processo recente:

Gráfico 1: Brasil – conflitos no campo (1990-2003)



Sobre o crescimento dos conflitos no campo, a Comissão Pastoral da Terra manifestou-se, no dia 17 de dezembro de 2003, em nota à sociedade: "A CPT registrou de janeiro a novembro deste ano, 1.197 conflitos no campo, número 36% maior que o

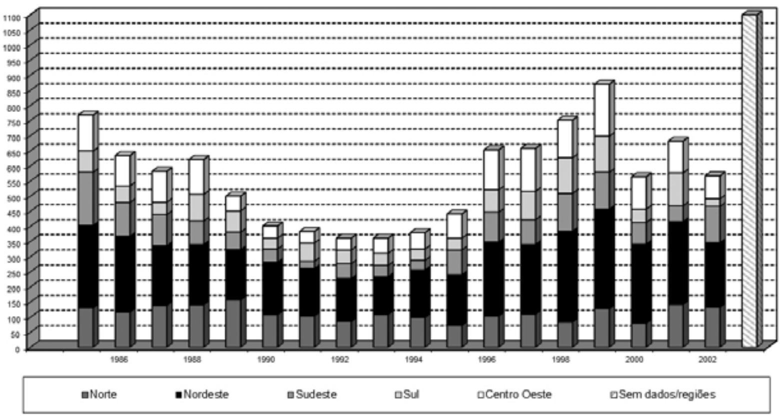
---

2 *O Estado de S.Paulo*, 29 jan. 2004, p. A1.

registrado em igual período de 2002 (879). Destes, 181 foram no Pará, 160 em Pernambuco e 113 no Paraná".

Os conflitos relativos à terra indicam, portanto, que, após o crescimento contínuo registrado entre 1993 e 1999, quando o número saltou de 361 para 870, a pequena queda registrada no ano 2000 (556 conflitos) não sinalizava um novo período de queda igual o que havia ocorrido entre 1987 e 1992. Ao contrário, os 681 casos relativos ao ano 2001 e os 743 de 2002 voltaram a indicar o crescimento dos conflitos já no novo século. Inclusive em 2003, eles atingiram 1.099 casos, como mostra o gráfico 2.

Gráfico 2: Brasil – conflitos de terra (1985-2003)



Fonte: CPT
Org.: OLIVEIRA, A.U. (2003*:sem dados/ regiões até novembro)

O documento da CPT sobre os dados atualizados referentes aos conflitos de terra de 17 de dezembro de 2003 trouxe ainda a essência que marcou a diferença na estratégia de ação dos movimentos sociais face ao novo quadro conjuntural gerado pela vitória de Lula: *era necessário disputar politicamente o governo Lula*. E assim passaram a fazê-lo, pois esta tem sido sua longa história, e

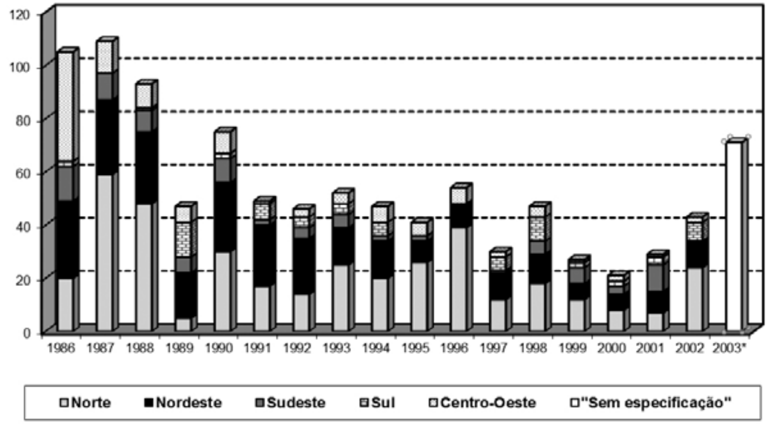
suas conquistas somente nasceram das lutas. A continuidade da luta foi o caminho:

> Os conflitos de terra foram 1.099 até novembro de 2003, contra 742 em 2002. As ocupações e os acampamentos tiveram aumento considerável: foram 328 ocupações, em 2003, contra 176 em 2002. Um crescimento de 86,36%. Já o número de acampamentos foi 209% maior neste ano: 198 contra 64 no ano passado. Pernambuco tem o maior número de ocupações, 83; seguido do Paraná, onde ocorreram 51 ocupações; Minas Gerais, com 35; São Paulo, com 23; Mato Grosso, 17; Goiás, 15; e Pará, 14. Pernambuco também lidera o número de acampamentos com 40, seguido por Goiás e Pará, com 24 cada; Tocantins, com 21; São Paulo, com 19; e Bahia, com 15. O número de famílias que participaram de ocupações este ano foi de 54.368 contra 26.958 durante todo o ano de 2002, 101,6% a mais. Já o número de famílias que acamparam chegou a 44.087 contra 10.750 durante todo o ano passado – 310% a mais do que todo o ano de 2002.

Quanto à distribuição territorial dos conflitos por terra, verifica-se que, embora a maior parte violenta deles ocorra na Amazônia, as regiões brasileiras de ocupação historicamente antigas continuam registrando também uma quantidade expressiva dos mesmos. Assim, a luta pela terra no Brasil não é um fenômeno exclusivo da fronteira e nem mesmo está fechada, como defendem alguns intelectuais. A luta pela terra é um fenômeno presente em todo o campo brasileiro, de norte a sul, leste a oeste.

Outro indicativo da barbárie produzida pela modernidade são, sem dúvida, os assassinatos no campo. Eles, que, com pequenas oscilações, vinham caindo entre 1998 e 2000 (de 38 para 20), também voltaram a aumentar em 2001, chegando a 29 assassinatos; em 2002, subiu para 43; e, até novembro de 2003, foram 71. No Estado do Pará, a violência chegou a cerca de um terço das ocorrências; no Mato Grosso, Pernambuco e Maranhão ela também registra índices muito altos. O gráfico 3 ilustra esta cruel realidade:

Gráfico 3: Brasil – assassinatos no campo (1986-2003)*



Fonte: CPT
Org: OLIVEIRA, A.U. (2003 * – até novembro)

A CPT, retratando este cenário da barbárie, relatou os primeiros números da violência em 2003:

> De janeiro a novembro, a CPT contabilizou 71 assassinatos em conflitos no campo, o maior número nos últimos 13 anos; 77,5% a mais que no mesmo período do ano passado, 40 (43 durante todo o ano de 2002). O Pará é o Estado onde a violência contra os trabalhadores continua a ser a maior: 35 assassinatos, dos 71. Pernambuco e Rondônia o seguem com oito assassinatos cada um; Mato Grosso, com 6; e Paraná, com 5. Também cresceram outras formas de violência. Até novembro de 2003, ocorreram 67 tentativas de assassinato contra 38 em igual período de 2002, 76,3% a mais. O número de feridos em 2003 foi de 50, em 2002, por sua vez, foi de 25, um crescimento exato de 100%. O número de trabalhadores presos foi 265 contra 229 no mesmo período de 2002, ou seja, um aumento de 15%. Os despejos tiveram um crescimento de 227%.
>
> Apesar de estar surgindo membros do Judiciário que incorporaram uma visão social da sua função, no seu conjunto, o Judiciário tem aparecido como o grande aliado do latifúndio. A propriedade ainda é vista como um valor absoluto. Os dados sobre os despejos judiciais falam por si só. A prisão de um grande número de trabalhadores, acusados de formação de quadrilha, quando já há jurisprudência consagrada

negando que a luta pelos direitos possa ser considerada como tal, dá o tom da "isenção" de boa parte do Judiciário.

O número de famílias despejadas ultrapassou qualquer limite. Foram 30.852 famílias em 138 ordens de despejo, o maior número desde que a CPT iniciou este registro, em 1985. No mesmo período do ano passado, os despejos atingiram 9.243 famílias, em 63 ordens judiciais. Um crescimento de 227% no número de famílias e de 119% em mandados judiciais. O Estado com o maior número de famílias despejadas foi o de Mato Grosso, com 5.155; seguido de São Paulo, com 4.080; Goiás, com 3.344; Pernambuco, com 3.197; Pará, com 2.167; e Paraná, com 2.080.

O número de famílias expulsas da terra, até novembro de 2003, foi de 2.346 contra 1.249 no ano passado. Crescimento de 87,8%. O Pará foi o Estado com o maior número de famílias expulsas, com um total de 684; em seguida ficou Pernambuco, com 570; Paraíba, com 363; e Paraná, com 310.

Dessa forma, pelo caminho da violência, as elites procuram impor seu desmando e desrespeito à Constituição Federal, que manda desapropriar as terras improdutivas. Este quadro, com a eleição de Lula, passou a conhecer contradições interessantes do ponto de vista político. Os movimentos sociais compreenderam o momento histórico novo, e novas estratégias de luta foram desencadeadas. A CPT sistematizou as informações sobre o que se desenrolava no campo, e concluiu corretamente.

2. A MODERNIDADE: O LUGAR DO BRASIL NO CAPITALISMO MUNDIALIZADO[3]

A geografia do mundo mudou, mudando assim também a geografia do Brasil. Consolidou-se assim a fase monopolista do capitalismo através da unidade contraditória das empresas multinacionais e das classes sociais nacionais. Os capitalistas das multinacionais

---

[3] Este item é parte resumida do trabalho "A mundialização do capitalismo no final do século XX e início do século XXI", apresentado no II Fórum Social Mundial em Porto Alegre (RS), de 31 de janeiro a 5 de fevereiro de 2002, na oficina "A nova ordem geopolítica internacional e suas implicações nos contextos territoriais regionais e locais" – organizada pela Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB).

estão em todos os países onde estas atuam; o seu mercado não é só aquele dos países industrializados. A mundialização do capitalismo uniu dialeticamente o mercado dos países altamente industrializados com todos os demais, de média ou pequena presença industrial. O centro do capitalismo não está mais localizado somente nos países ricos, mas em todo lugar do mundo onde as empresas multinacionais estão. Esta sim é a nova ordem internacional criada pelo capitalismo monopolista, que, por sua vez, está gestando uma nova divisão internacional do trabalho, redesenhando uma nova organização territorial em escala mundial do capitalismo. O centro está onde for possível conectar interesses nacionais, internacionalizando-os. O centro está portanto, em Nova York, Tóquio, Frankfurt, Paris, Londres, Moscou, Adelaide e, por que não, México, Buenos Aires, São Paulo, Bangcoc, Joanesburgo etc. A luta de classes está ganhando uma dimensão simultaneamente nacional e internacional. É o imperialismo em sua plenitude mundial.

2.1. O processo de mundialização do capital

A mundialização assumiu, portanto, as características básicas do capitalismo monopolista no final do século XX, integrando o capital na escala mundial, criando as empresas mundiais. Ou seja, a ordem é *produzir em qualquer lugar do mundo* onde as possibilidades de redução de custo e acesso ao patamar tecnológico vigente sejam possíveis. Segundo o economista francês François Chesnais, a mundialização revela os seguintes aspectos importantes:

> - O investimento externo direto suplantou o comércio exterior como vetor principal no processo de internacionalização...
> - O investimento externo direto caracteriza-se por alto grau de concentração dentro dos países adiantados...
> - O chamado intercâmbio intrassetorial é a forma dominante do comércio exterior...
> - A integração horizontal e vertical das bases industriais nacionais separadas e distintas está ocorrendo a partir do investimento externo

> direto. As multinacionais beneficiam-se, simultaneamente, da liberalização do comércio, da adoção de novas tecnologias e do recurso a novas formas de gerenciamento da produção (o toyotismo).
> - As exigências de proximidade da produção toyotista e as oportunidades proporcionadas pelos grandes mercados continentais (União Europeia e Nafta), bem como as exigências de proximidade ao mercado final da concorrência oligopolista, explicam a regionalização do comércio exterior...
> - Os grupos industriais tendem a se reorganizar como 'empresas-rede'...
> - O grau de interpenetração entre os capitais de diferentes nacionalidades aumentou. O investimento internacional cruzado e as fusões/aquisições transfronteiras engendram estruturas de oferta altamente concentradas em nível mundial.[4]

O desenvolvimento do capitalismo, no período posterior à Segunda Guerra Mundial caracterizou-se, portanto, pelo processo de consolidação dos *oligopólios internacionais* que deu origem às *empresas multinacionais,* sejam elas *cartéis, trustes* ou *monopólios industriais* e/ou *financeiros*. Esse processo histórico teve como sujeitos principais a emergência dos Estados Unidos como potência econômica capitalista e a transformação interna das empresas norte-americanas.[5]

A generalização da presença das empresas multinacionais como característica do mundo pós-guerra está intimamente ligada ao processo de reconstrução da economia capitalista destruída pela guerra na Europa e no Japão. Mas está também relacionada com a expansão da indústria norte-americana em decorrência da Segunda Guerra e da Guerra Fria.

As multinacionais são, portanto, a expressão mais avançada de um capitalismo que, a partir da crise interimperialista, moldou novas formas de organização interna e de relações de produção e de trabalho que, por sua vez, permitiram superar as contradições

4 CHESNAIS, François "A mundialização do capital" São Paulo: Xamã, 1996, p. 33.

5 Conforme escrevi no capítulo 5 do livro *Geografia do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1996.

geradas pela disputa de mercados e fontes de matérias-primas entre as empresas nacionais e estrangeiras. O domínio e a expansão das empresas multinacionais, dessa forma, envolvem simultaneamente três processos relacionados: necessidade de *movimentos internacionais de capitais, produção capitalista internacional* e existência de *ações de governos em nível internacional.*

2.1.1. O movimento internacional de capitais

O primeiro processo, o *movimento internacional de capitais*, foi determinado pela necessidade de reconstrução da Europa e do Japão depois da Segunda Guerra Mundial. O Plano Marshall e as fusões entre empresas industriais americanas e europeias, as bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki, os acordos de São Francisco e a Guerra Fria serviram de base para os fluxos de capitais norte-americanos na Europa, no Japão e no mundo todo.

Estes movimentos internacionais de capitais, em última análise, derivam dos investimentos diretos dos monopólios empresariais em suas filiais, subsidiárias e diferentes formas de associações no exterior. Esses investimentos, entre a década de 1940 e 1960, chegaram a mais de 800 bilhões de dólares para as multinacionais norte-americanas e mais de 50 bilhões para as não norte-americanas. Eles estimularam o crescimento das finanças internacionais, dos depósitos em bancos estrangeiros, dos investimentos, no mercado europeu e depois no japonês, de divisas e títulos e, particularmente, dos investimentos em capital acionário de empresas multinacionais efetuados por investidores não nacionais. O investimento direto de capitais no estrangeiro pelas multinacionais constituiu a base de uma enorme superestrutura de captação de capitais em todas as partes do mundo. Os fluxos de capitais privados associados de um país para outro, não pertencentes às multinacionais, passaram a crescer mais do que os investimentos diretos dessas empresas. Isso foi, em síntese,

a constituição/unificação contraditória (capital nacional *versus* capital estrangeiro) do mercado financeiro internacional.

2.1.2. A produção capitalista internacionalizada

O segundo processo, a *produção capitalista internacionalizada,* derivou dos monopólios da pesquisa e, consequentemente, da tecnologia, que, somados ao fluxo de capitais internacionais, abriram as economias nacionais, internacionalizando-as. Ao mesmo tempo, geraram as bases da produção internacional, qual seja, o controle da força de trabalho, dos mercados e das fontes de matérias-primas nacionais. Este controle redundou na formação do mercado mundial de mão de obra e, simultaneamente, na posse dos monopólios das fontes de matérias-primas e na repartição dos mercados, substituindo a disputa pela cooperação entre as empresas estrangeiras que se associaram ou se fundiram com as nacionais.

A produção capitalista internacional derivou, portanto, da incorporação de mão de obra de muitos países em uma estrutura produtiva empresarial mundialmente integrada. Dessa forma, a maior parte da força de trabalho empregada pelas multinacionais está fora de seus países de origem. Por exemplo, as 500 maiores empresas multinacionais americanas têm cerca de 30% a 50% de sua mão de obra fora dos Estados Unidos. Essa mão de obra deve chegar a mais de 8 milhões de pessoas empregadas direta ou indiretamente.

2.1.3. As ações internacionais de governos

O terceiro processo, as *ações internacionais de governos,* decorreu dos dois anteriores somados à necessidade da intervenção do Estado na economia e na definição dos projetos de cooperação internacional. As organizações governamentais internacionais constituem uma realidade do mundo pós-Segunda Guerra Mundial. A criação da Organização das Nações Unidas (ONU), do Banco Mundial,

do Fundo Monetário Internacional (FMI), entre outros órgãos, e a presença de organismos supranacionais (os blocos econômicos), formados por governos nacionais empenhados em uma economia internacionalizada, passaram a compor cada vez mais o capitalismo mundializado. A formação de verdadeiros governos internacionais derivou do desgaste dos poderes clássicos dos Estados nacionais e do emprego crescente de instrumentos de política econômica internacional consentâneos com a tendência de internacionalização do capital e do trabalho pela empresa multinacional.

Os empréstimos concedidos aos governos dos países têm que ser aprovados pelo conselho do FMI, formado pelos representantes dos países doadores dos recursos. Para conceder esse empréstimo, porém, o FMI faz exigências que geralmente incluem reformas nas economias dos países. Principalmente depois da reunião que ficou conhecida como "Consenso de Washington", esse programa de reformas passou a incluir ajuste fiscal, fim de subsídios para produtos agrícolas e combustíveis e privatização de companhias estatais não lucrativas, medidas consideradas impopulares. Para atenuar um pouco sua impopularidade, o FMI tem colocado algumas medidas de cunho social em seus novos acordos, como a exigência de redução dos níveis de desemprego.

Estas "receitas" de política econômica do Fundo Monetário Internacional há muito estão se tornando políticas econômicas nacionais de muitos Estados onde ocorrem investimentos de multinacionais. Estas constituíram, no pós-guerra, uma verdadeira rede mundial de aplicação/captação de capital e mão de obra. Disso resultou a unificação simultânea do capital mundial e da força de trabalho mundial no seio de um novo sistema que modificou completamente o funcionamento característico do capitalismo concorrencial nas economias nacionais. Essa unificação reduz a independência dos Estados e exige a formação de instituições supranacionais para manejar a interdependência crescente destes.

Foi dessa forma que FMI e Banco Mundial implementaram o Consenso de Washington, que está na base dos planos de estabilização e ajustamento das economias dos países endividados internacionalmente, de modo a adaptá-los à nova realidade do capitalismo mundial. Resumidamente, ele prevê a estabilização da economia (combate à inflação), a realização de reformas estruturais (privatizações, desregulamentação do mercado, liberalização financeira e comercial) e a retomada dos investimentos estrangeiros para alavancar o desenvolvimento. O Plano Real é, na sua totalidade, o próprio Consenso de Washington. É, pois, assim que surgem também os mercados comuns e as comunidades econômicas que passam a compor o cenário do comércio mundial. Nafta, CEE, Mercosul etc. são exemplos da nova organização do capitalismo monopolista mundializado que agora pode, no limite, até prescindir do Estado nacional. Aliás, no novo acordo de tarifas da Organização Mundial do Comércio (OMC), pretende-se que todas as barreiras alfandegárias sejam removidas; enfim, que o mundo seja finalmente a "pátria" única do capital.

Os dados referentes às maiores multinacionais presentes na revista *Fortune*[6] sobre as "Global 500", de 2003, mostra que entre elas estão: 192 (38,4%) norte-americanas (em 1997, elas eram 162, ou 32,4%); 85 (17%) japonesas (em 1997, eram 12, ou 25,2%); 40 (8%) francesas; 35 (7%) alemãs; 35 (7%) inglesas; 14 (2,8%) canadenses; 13 (2,6%) holandesas; 13 (2,6%) sul-coreanas; 11 (2,2%) suíças; 11 (2,2%) chinesas; 9 (1,8%) italianas; 6 (1,2%) suecas; 6 (1,2%) australianas; 5 (1%) espanholas; 3 (0,6%) finlandesas; 3 (0,6) belgas; 3 (0,6%) russas; 2 (0,4%) mexicanas; 2 (0,4%) norueguesas; 1 (0,2%) luxemburguesa; 1 (0,2%) malaia; 1 (0,2%) indiana; 1 (0,2%) taiwanesa; e 1 (0,2%) cingapurense. Há

[6] *Fortune*, Europe edition, 28 jul. 2003, n. 14, p. F1-F10.

também, entre elas, quatro (0,8%) empresas brasileiras: Petrobras, Banco do Brasil, Itaú e Bradesco.

Verifica-se, portanto, que 461 (92,2%) empresas multinacionais pertencem ao bloco econômico capitalista rico, ou seja, 192 (38,4%) são norte-americanas, 163 (32,6%) europeias, 85 (17%) japonesas, 14 (2,8%) canadenses e 6 (1,2%) australianas. Enquanto isso, o bloco dos países emergentes possui apenas 39 (7,8%) das principais empresas multinacionais. É a reprodução da desigualdade em escala mundial, mas algumas empresas de capitalistas dos países emergentes vão se alinhando entre as maiores do mundo.

Com o desenvolvimento do processo de privatização, o chamado investimento externo direto aumentou. É o cumprimento do item terceiro do Consenso de Washington. Este processo gera fusões de empresas que, concentrando seu capital, procuram situar-se de forma competitiva no mercado agora mundializado. Dados referentes à década de 1990 mostram que a participação acionária no processo de fusão contemplou, no Brasil, a seguinte participação dos capitais no perfil das empresas: capital nacional, 70%; capital estatal, 6%; não identificado, 2%; e as multinacionais participaram com 22%. Estes dados mostram que o processo de fusão está sendo comandado pelo capital nacional, que busca no mercado financeiro mundial os recursos para o processo de fusão, daí o aumento da participação do setor privado na dívida externa brasileira.

2.2. A mundialização do capital

Desse modo, os três processos combinados contraditoriamente, a necessidade de *movimentos internacionais de capitais,* a *produção capitalista internacional* e a existência de *ações de governos em nível internacional* estão na base de formação do *mercado mundial,* sendo que este derivou da posição internacional alcançada pelas

empresas multinacionais norte-americanas gestadas na perspectiva monopolista do capitalismo desde o final do século XIX. Dessa realidade resulta sua posição de vanguarda no mundo.

A partir do processo desencadeado pelas multinacionais norte-americanas, as empresas europeias e, sobretudo, as japonesas aprimoraram o sistema e formam hoje de maneira integrada um *sistema financeiro internacional* e, por consequência, um mercado internacional de capitais. A interligação/unificação das Bolsas de Valores de Nova York, Tóquio, Londres, Paris, Frankfurt, Milão etc. constituem um exemplo dessa realidade. Praticamente nas 24 horas do dia há bolsas com pregão funcionando. Em função das diferenças de fusos horários, se tomarmos como exemplo o horário de Brasília, a primeira bolsa a abrir o pregão na Ásia é a de Tóquio, às 20h30, e funcionará até as 3h. Depois vêm as bolsas de Cingapura – abertura às 22h e fechamento às 6h; Hong Kong – das 22h às 4h45. Depois, as bolsas europeias, por exemplo Londres, que abre às 5h e fecha às 13h30. São Paulo, por sua vez, abre às 9h30 e fecha às 16h30. Nova York abre às 11h30 e fecha às 18h. Ou seja, das 24 horas do dia, 2,5 horas (entre 18h e 20h30) não há bolsas com pregão aberto.

Dessa forma, a economia capitalista monopolista finalmente engendrou sua própria *mundialização.* Essa mundialização é muito mais do que a pura e simples *internacionalização* ou *multinacionalização* da economia. A *internacionalização* decorreu dos processos de evolução dos diferentes setores industriais a partir de uma crescente integração dos fluxos de conhecimentos técnicos, matérias-primas, bens intermediários, produtos e serviços finais através de diversos países do mundo. A *multinacionalização,* por sua vez, originou-se do processo de transformação das empresas nacionais em empresas internacionais e multinacionais através da expansão, por diferentes países, via abertura de filiais, aquisições, fusões, associações etc.

A mundialização do capitalismo, por conseguinte, é um fenômeno novo na economia. Segundo Ricardo Petrella, ela é formada por um conjunto de processos que possibilitam

> produzir, distribuir e consumir bens e serviços a partir de mecanismos de valorização dos meios de produção, (materiais ou não) e que sejam organizados em bases mundiais (por exemplo, através de bancos de dados, de patentes, da formação superior dos recursos humanos etc.) (...) voltados (...) para mercados mundiais regulamentados (ou que ainda serão regulamentados) por normas e padrões mundiais (...) ditadas (...) por organizações criadas ou atuando em bases mundiais com uma cultura de organização que seja aberta e tenha como meta uma estratégia mundial; e cuja *territorialidade* (jurídica, econômica e tecnológica) seja difícil de se identificar em virtude das inúmeras inter-relações e integrações entre os elementos que participam das diferentes fases do processo produtivo.[7]

Muitos já são os exemplos desse processo: cartões de crédito, redes de *fast food*, rede informatizada interbancária etc. Assim, a mundialização não significa necessariamente produtos padronizados para mercados mundiais igualmente homogêneos, mesmo que se tomem os chamados bens de consumo final. Isso não quer dizer que se produzam mercadorias impecavelmente iguais em toda parte do mundo onde as empresas atuam. Ao contrário, a mundialização da economia capitalista pressupõe processos de adaptações aos mercados locais, em função de *diferentes fatores econômicos, climáticos, jurídicos e culturais.*

Assim, internacionalização, multinacionalização e mundialização são fenômenos integralmente *interconectados*. São expressões do processo de transformação do capitalismo industrial e financeiro, centrado principalmente nas economias nacionais, para um capitalismo centrado na economia mundial.

---

7 PETRELLA, A. R. "A mundialização da tecnologia e da economia", *in: Revista de Cultura Vozes*, ano 85, v. 85, jul.-ago. 1991, n. 4, Petrópolis, p. 390-391.

Esse processo cria novas bases para as relações entre o Estado e as empresas, que entram em uma nova dinâmica de alianças. A partir desse processo, os Estados nacionais permitem que tais empresas passem a ser as novas organizações de controle da economia mundial.

A lógica das novas alianças deriva de vários fatores: a crescente necessidade de integração entre as diversas tecnologias e os diferentes setores da economia; a presença de custos crescentes em pesquisa e desenvolvimento; o encurtamento do ciclo de vida útil dos produtos; a escassez relativa de pessoal altamente qualificado nos países industrializados.

Em resumo, a base da natureza das novas alianças entre as empresas multinacionais e os Estados nacionais está no fato de que

> as empresas necessitam dos Estados 'locais' (nacionais) para enfrentar a mundialização e para se mundializar; os Estados 'locais' necessitam das empresas mundializadas para garantir a continuidade de sua legitimidade e seu futuro enquanto formação política e social 'local'![8]

Consolida-se assim a fase monopolista do capitalismo através da unidade (contraditória) das empresas multinacionais e das classes sociais nacionais; ou seja, os capitalistas das multinacionais estão em todos os países onde elas atuam; o mercado da multinacional não é somente o dos países industrializados; a mundialização do capitalismo uniu dialeticamente o mercado dos países altamente industrializados com todos os demais de média ou pequena presença industrial. Portanto, *o capitalismo não está centrado somente nos países ricos, o centro do capitalismo está em todos lugares do mundo onde as empresas multinacionais estão.* Esta é, pois, a nova ordem internacional criada pelo capitalismo monopolista.

---

[8] PETRELLA, A. R., *op. cit.*, p. 398.

2.3. A nova divisão internacional do trabalho

O processo de mundialização da economia capitalista monopolista teve como pressuposto básico a necessidade de uma nova divisão internacional do trabalho. Não bastava mais um mundo dividido em países produtores de bens industrializados e países unicamente produtores de matérias-primas, fossem agrícolas ou minerais. A mundialização da economia pressupõe uma descentralização da atividade industrial e sua instalação e difusão por todo o mundo. Pressupõe também outro nível de especialização dos produtos oriundos dos diferentes países do mundo para o mercado internacional.

Assim, simultaneamente a indústria multinacional se implanta nos mercados existentes em todos os países (através de filiais, fusões, associações, franquias etc.) e cria bases para a produção industrial adaptada às necessidades desses mercados nacionais. Ao mesmo tempo, atua de forma a aprimorar a exploração e a exportação das matérias-primas requeridas pelo mercado internacional.

Esse processo de expansão industrial sobrepôs uma divisão vertical à antiga divisão horizontal do trabalho. Agora se combina a antiga divisão por setores (primário: agrícola e mineiro; e secundário: industrial) em níveis de qualificação dentro de cada ramo industrial.

Dessa forma, segundo Alain Lipietz, há a formação de três tipos de áreas de concentração da força de trabalho, caracterizadas pela presença de *engenharia e tecnologias avançadas*; ou pela presença de *atividades produtivas padronizadas, com a produção qualificada*; ou, ainda, pela presença de atividades de *execução e montagem desqualificadas*. Assim a divisão internacional do trabalho distinguiria três níveis distintos de países: os altamente industrializados; os de industrialização parcial e tardia; e os que adotaram a chamada economia de enclave, ou zonas francas. A presença das multinacionais solda e solidifica esses diferentes mercados em regiões igualmente diferentes do mundo.

2.4. As características básicas da agricultura no capitalismo mundializado[9]

Em um texto anterior,[10] procurei discutir este processo contraditório e desigual de desenvolvimento da agricultura. Ressaltei que, sobretudo via sua industrialização, ele tem eliminado gradativamente a separação entre a cidade e o campo, entre o rural e o urbano, unificando-os em uma unidade dialética. Isto quer dizer que campo e cidade, cidade e campo, formam uma unidade contraditória. Uma unidade em que a diferença entre os setores da atividade econômica (a agricultura, a pecuária e outros, em um, e a indústria, o comércio etc., em outro) vai sendo soldada, de um lado, pela presença, na cidade, do trabalhador assalariado (boia-fria) do campo – aliás, as greves dos trabalhadores do campo são feitas nas cidades; e, por outro, a industrialização dos produtos agrícolas pode ser feita no campo com os trabalhadores das cidades. Aí reside um ponto importante nas contradições do desenvolvimento do capitalismo, tudo indicando que ele mesmo está soldando a união contraditória que separou no início de sua expansão: a agricultura e a indústria; a cidade e o campo. Mas não são só os assalariados do campo que lutam na cidade por melhores salários; são os camponeses Sem Terra que lutam nas cidades para conquistar o direito do acesso à terra. São também os camponeses proprietários que lutam na cidade procurando obter um preço melhor para seus produtos, ou, ainda, para buscar condições e vantagens creditícias e/ou técnicas de modo a poder continuar sendo camponês, ou seja, continuar produzindo com sua família na terra. A cidade, hoje, revela estas contradições. Ela é, pois, palco e lugar das lutas rurais/urbanas e urbanas/rurais. O que significa dizer que a compreensão dos processos que atuam

---

9 Este subitem é parte do meu texto "A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro", *in:* CARLOS, A. F. (org.). *Novos caminhos da Geografia.* São Paulo: Contexto, 1999.

10 *Ibid.*

na construção e expansão de grande parte das cidades passa pela igualmente necessária compreensão dos processos que atuam no campo.

No caso brasileiro, esse processo histórico, ao mesmo tempo em que aprofunda a luta dos Sem Terra pela reforma agrária no campo (o aumento da violência é uma evidência deste processo), transfere paulatina, mas decididamente, esta luta para as cidades. Até mesmo os latifundiários da União Democrática Ruralista (UDR) atuam no campo, fazendo aumentar a violência, e também nas cidades, fazendo seu *marketing* político e suas manifestações públicas (leilões de gado, passeatas etc.). Aliás, esta violência tem ceifado, no campo e na cidade, a vida dos trabalhadores ou de suas lideranças sindicais, políticas, religiosas etc.

Dessa forma, cidade e campo vão se unindo dialeticamente, quer no processo produtivo, quer no processo de luta por melhores salários, por melhores preços para os produtos agrícolas e, particularmente, na luta pela reforma agrária.

O desenvolvimento da agricultura (via industrialização) revela, como dissemos, que o capitalismo está contraditoriamente unificando o que ele separou no início de seu desenvolvimento: indústria e agricultura. Esta unificação está sendo possível porque o capitalista tornou-se também proprietário das terras, latifundiário. Isto se deu, igualmente, porque o capital desenvolveu liames de sujeição que funcionam como peias, como amarras ao campesinato, fazendo com que ele produza, às vezes, exclusivamente para a indústria.

Um exemplo desse processo contraditório de desenvolvimento ocorre com as usinas ou destilarias de açúcar e álcool, onde atualmente indústria e agricultura são partes ou etapas de um mesmo processo. Capitalista da indústria, proprietário de terra e capitalista da agricultura têm um só nome, são uma só pessoa ou uma só empresa. Para produzir, utilizam o trabalho assalariado dos boias-frias que moram nas cidades.

O outro exemplo se dá com os produtores de fumo no sul do Brasil, que entregam sua produção às multinacionais do cigarro. Neste caso, o capitalista industrial é uma empresa industrial, enquanto que o proprietário da terra e o trabalhador são uma única pessoa: o camponês. Nos casos em que os camponeses arrendam terra para plantar o fumo com o trabalho de suas famílias, temos como personagens sociais deste processo o capitalista industrial, o proprietário da terra-rentista (que vive da renda em dinheiro recebida pelo aluguel da terra) e o camponês rendeiro, que com a família trabalha a terra.

O que estes processos contraditórios do desenvolvimento capitalista no campo revelam é que, no primeiro caso, o capital se *territorializa* – trata-se portanto do processo de *territorialização do capital monopolista* na agricultura. No segundo caso, este processo contraditório revela que o capital *monopoliza o território sem entretanto territorializar-se* – trata-se, pois, do processo de *monopolização do território* pelo capital monopolista.

No primeiro mecanismo deste processo contraditório, ou seja, quando o capital se territorializa, ele varre do campo os trabalhadores e os concentra nas cidades, quer para serem trabalhadores da indústria, comércio ou serviços, quer para serem trabalhadores assalariados no campo. Neste caso, o processo especificamente capitalista se instala, e a reprodução ampliada do capital desenvolve-se na sua plenitude. O capitalista/proprietário da terra embolsa simultaneamente o lucro da atividade industrial e da agrícola (da cultura da cana, por exemplo) e a renda da terra gerada por esta atividade agrícola. A monocultura se implanta e define/caracteriza o campo, transformando a terra num "mar" de cana, de soja, de laranja, de pastagem etc.

Já no segundo mecanismo, ou seja, quando o capital monopoliza o território, ele cria, recria, redefine relações de produção camponesa, familiar portanto. Ele abre espaço para que a produção

camponesa se desenvolva e, com ela, o campesinato como classe social. O campo continua povoado, e a população rural pode até se expandir. Neste caso, o desenvolvimento do campo camponês pode possibilitar, simultaneamente, a distribuição da riqueza na área rural e nas cidades, que nem sempre são grandes.

Ainda neste segundo caso, o próprio capital cria as condições para que os camponeses produzam matérias-primas para as indústrias capitalistas ou mesmo viabilizem o consumo dos produtos industriais no campo (ração na avicultura ou para a suinocultura). Este processo revela que o capital sujeitou a renda da terra produzida pelos camponeses à sua lógica, ou seja, estamos diante da metamorfose da renda da terra em capital. O que este processo revela, portanto, é que estamos presenciando o processo de produção do capital, que nunca é produzido por relações especificamente capitalistas de produção.

É por isto que o desenvolvimento do capitalismo no campo abre espaço simultaneamente para a *expansão do trabalho familiar camponês nas suas múltiplas formas*, como camponês proprietário, parceiro, rendeiro ou posseiro. É assim que os próprios capitalistas no campo se utilizam deste processo para *produzir o seu capital*.

É, pois, no interior desta lógica contraditória do desenvolvimento do capitalismo mundializado que entra a inserção cada vez maior do Brasil no agronegócio. É respondendo a esta lógica que se exporta para importar e importa-se para exportar. Não há mais limite para a busca do lucro máximo. O Brasil, que é um país que depende da importação do trigo, na safra de 2003, acreditem, exportou pela primeira vez trigo. Assim, as elites capitalistas no Brasil buscam seus ganhos máximos onde existir quem queira comprar.

A lógica é mundial, e o nacional fica submetido a ela. O agronegócio e suas *commodities* são expressões objetivas desta inserção capitalista das elites brasileiras ao capital mundial.

2.5. O moderno no campo brasileiro: o agronegócio

O *site* do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) trouxe, no dia 7 de janeiro de 2004, informações e dados sobre a Balança Comercial do Agronegócio no Brasil em 2003:

> O agronegócio brasileiro bateu mais um recorde histórico em 2003. As exportações do setor somaram US$ 30,639 bilhões no ano passado, segundo dados consolidados pela Secretaria de Produção e Comercialização do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O total supera em US$ 5,8 bilhões (ou 23,3%) as vendas externas de US$ 24,839 bilhões do setor em 2002. Com isso, a participação das exportações do agronegócio no total dos embarques brasileiros aumentou de 41,1% para 41,9% em 2003. As importações cresceram 6,6%, para US$ 4,791 bilhões.
>
> O saldo da balança comercial do agronegócio também bateu outro recorde, alcançando um superávit de US$ 25,848 bilhões – 27% acima do saldo de US$ 20,347 bilhões registrado em 2002. O resultado coloca o agronegócio como responsável pela totalidade do superávit global, de US$ 24,824 bilhões, da balança comercial do país, já que os demais setores apresentaram um déficit de US$ 1 bilhão no período. 'Em 2004, mantidas as atuais condições internas e externas, devemos ter um superávit entre US$ 27 bilhões e US$ 28 bilhões', diz o ministro Roberto Rodrigues.
>
> Soja lidera – O desempenho positivo das exportações em 2003 se deveu ao crescimento das vendas de todos os grupos de produtos, à melhora dos preços internacionais das principais *commodities* e à abertura de novos mercados. Cabe destacar a liderança do complexo soja. As exportações do complexo soja cresceram 35,2%, de US$ 6,008 bilhões para US$ 8,125 bilhões, resultado do aumento das vendas de soja em grãos (41,5%), farelo (18,3%) e óleo bruto (54,3%). Além do aumento do volume exportado em razão da safra recorde de 52 milhões de toneladas, a elevação dos preços internacionais também contribuiu para o crescimento das receitas de exportações do setor.
>
> Em alguns casos, cresceram mais as receitas com os produtos do que o volume embarcado. O complexo carne e os produtos florestais foram destaques. No setor de carnes, cujas vendas cresceram de US$ 3,1 bilhões para US$ 4,1 bilhões (+31%), dispararam as vendas de bovinos *in natura*, de US$ 776 milhões para US$ 1,154 bilhão (+49%). Em volume, o aumento foi de 44%. Em carne de frango *in natura*, o

> país saiu de vendas de US$ 1,3 bilhão para US$ 1,7 bilhão (+28%), exportando 20% acima do volume de 2002. As exportações de café cresceram 7%, para US$ 1,423 bilhão. Em volume, o aumento foi de apenas 1%.
>
> As vendas de algodão e fibras têxteis vegetais se recuperaram em 2003, crescendo de US$ 800 milhões para US$ 1,1 bilhão (+35%). Em trigo, o Brasil passou a exportar. Foram 50 mil toneladas em 2003. Antes, nada era vendido ao exterior. As vendas de 3,5 milhões de toneladas de milho somaram US$ 375 milhões, um resultado 40% superior a 2002. Nos produtos florestais, as exportações de papel e celulose cresceram 38%, de US$ 2 bilhões para US$ 2,8 bilhões. As vendas de madeira cresceram 18,4%, para US$ 2,6 bilhões. Houve ainda a performance positiva de sucos de frutas (17,5%); frutas e hortaliças (32,9%); couros, peles e calçados (5,3%); cacau (55,4%); fumo e tabaco (8,1%); e pescados (23,2%).
>
> Novos mercados – As vendas externas foram ainda mais diversificadas em 2003, e houve um expressivo aumento da participação de novos mercados, como Ásia, Oriente Médio e Europa Oriental. Em todos os principais blocos econômicos houve crescimento: Mercosul, 40%; Nafta, 17%; União Europeia, 22,4%; Europa Oriental, 26,8%; Ásia, 33,3%; Oriente Médio, 34,3%; e África, 9,7%. Mudou a participação desses blocos como destinos das exportações: a UE continuou na liderança, absorvendo 36,4% das exportações totais do agronegócio. A Ásia aumentou de 16,7% para 18,1% sua fatia, alcançando o Nafta, cuja participação apresentou uma redução de 19% para 18,1% em 2003. O Oriente Médio aumentou sua participação de 6,2% para 6,8%; a Europa Oriental, de 6,1% para 6,3%; e o Mercosul, de 2,7% para 3,1%. Os países que mais compraram produtos do agronegócio brasileiro foram China (66,2%); Turquia (67%); Romênia (114%); Ucrânia (35,9%); Hong Kong (35,9%); Taiwan (67,3%); Irã (71,7%); Israel (122,9%) e África do Sul (56,8%).[11]

O Brasil do campo moderno, dessa forma, vai transformando a agricultura em um negócio rentável regulado pelo lucro e pelo mercado mundial. Agronegócio é sinônimo de produção para o mundo. Para o mercado mundial, o país exportou produtos flo-

---

[11] "Agronegócio vendeu US$ 30,7 bilhões ao exterior e garantiu superávit da balança comercial em 2003". Disponível em: <www.agricultura.gov.br>. Acesso: 8 jan. 2004.

restais (papel, celulose, madeiras e seus derivados); carnes (bovina, suína e de aves); o complexo soja (soja em grão, farelo e óleo); café; açúcar e álcool; sucos de frutas; algodão e fibras têxteis vegetais; milho; trigo; couro, peles e calçados; fumo e tabaco; frutas, hortaliças e preparações; cereais, farinhas e preparações; pescados; cacau e suas preparações. Mas quis a ironia que em 2003 o Brasil tivesse que importar arroz, algodão e milho, além, evidentemente, do trigo. Assim, o mesmo Brasil moderno do agronegócio que exporta tem que importar arroz, feijão, milho, trigo e leite (alimentos básicos dos trabalhadores brasileiros) e tem que importar também soja em grãos, farelo e óleo de soja, algodão em pluma, matérias-primas industriais de larga possibilidade de produção no próprio país.

Mas o mercado é implacável. Ele cada vez mais não se regula pelo nacional. Mundializado, ele mundializa o nacional. Destrói suas bases e lança o país nas teias da rede capitalista mundial. Assim, ele se torna moderno, mas destituído da lógica que faz dos brasileiros um povo diferente no mundo. Não se trata de exaltar fora de hora o nacionalismo, mas de, na lógica do mercado, olhar a balança comercial e seus efeitos para a nação. À medida que o país exporta determinados produtos, obriga-se a importar outros. É o caso espetacular do algodão. Enquanto o agronegócio exporta esta fibra, as indústrias nacionais têm que importá-la. Ou, o que é pior, do ponto de vista do conforto corporal, importam-se fibras sintéticas para produzir no Brasil roupas ambientalmente inadequadas. A lógica e deciframento estão, pois, no mercado, aliás, cada vez mais no mercado mundial.

Quando se observa a pauta das exportações e importações do Brasil e das regiões ou Estados, verifica-se esta lógica perversa do mercado. O país produz e exporta a comida que falta no prato da maioria dos trabalhadores brasileiros. Em 2003, entre os cem principais produtos, o complexo soja (soja em grão, farelo e óleo) respondeu pelo item de maior valor em dólar na balança comercial

com o exterior. Esteve e está à frente das exportações de aviões, minério de ferro, automóveis, terminais portáteis de telefonia celular, alumínio etc. Em sua esteira vêm os tradicionais café e açúcar. Depois deles, aparece a pasta de celulose, os calçados e o couro, a carne de frango, o suco concentrado de laranja, o fumo, a carne bovina, a carne suína, o milho, as madeiras e a castanha de caju.[12]

Quanto às importações, entre os 100 primeiros, o trigo esteve, no ano de 2003, em segundo lugar; a soja importada (é isso mesmo: importa-se para exportar), em 19º; arroz, em 25º; o leite integral em pó (é isso mesmo também) e, ainda, a pasta de celulose, o papel-jornal, o cacau, a borracha natural etc. etc. etc.[13]

Assim, o agronegócio moderniza o país, e já não dependemos mais apenas da importação do trigo, mas agora também do leite. Estamos, pois, diante de uma terrível contradição. Quem produz, produz para quem paga mais, não importa onde ele esteja na face do planeta. Logo, a volúpia dos que seguem o agronegócio vai deixando o país vulnerável no que se refere à soberania alimentar. Como as *commodities* (mercadorias de origem agropecuária vendidas nas bolsas de mercadorias e de futuro) garantem saldo na balança comercial, o Estado financia mais as "ditas cujas". Então, mais agricultores capitalistas tentarão produzi-las. Dessa forma, produz-se o saldo da balança comercial que vai pagar os juros da dívida externa. É o cachorro correndo atrás do próprio rabo. Ou, como preferem os companheiros, é o neoliberalismo em sua plena volúpia. O *site* do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio disponibiliza as tabelas com os números do comércio exterior que ilustram estas páginas.

Quando se investiga a distribuição territorial do agronegócio, vamos encontrá-lo praticamente em todo o território nacional. A

---

[12] Disponível em: <www.mdic.gov.br>. Acesso: 8 jan. 2004.

[13] *Id.*

região Sul é seu grande paraíso. Na pauta das exportações de 2003, elas lá estavam ocupando, entre os 20 primeiros lugares, 16 deles (pela ordem: soja, carne de frango, fumo, couro e calçados, carne suína, madeiras, milho, açúcar etc.). Nas importações, pasmem: soja, trigo, milho, arroz, couro e derivados, pasta de celulose, cebola, leite integral etc.[14]

A região Sudeste, por sua vez, exportou, respectivamente, pasta de celulose, café, açúcar e álcool, suco concentrado de laranja, carne bovina, soja, papel, couro e calçados etc. Quanto às importações: trigo, borracha natural, pasta de celulose, papel-jornal, arroz etc.[15]

A região Centro-Oeste, que cada vez mais se torna uma expansão do Sul e Sudeste, exportou, entre os cem principais produtos, 78 do agronegócio. A lista começou com soja, carne bovina, algodão, carne de frango, carne suína, madeira, couro, milho, açúcar e terminou com as sementes forrageiras, sorgo, queijo, leite integral, derivados do tomate, milho verde, girassol, café, ervilha etc. Quanto às importações: carne bovina, trigo, batata-inglesa, azeite de oliva, ervilha, algodão, soja etc.

A região Nordeste também tem em sua pauta de exportações o agronegócio. De lá saiu para o exterior o tradicional açúcar e o álcool, pasta de celulose, castanha-de-caju, soja, pescado, cacau, couro natural e calçados, frutas (goiaba, manga, melão, uva etc.), papel, algodão, ceras vegetais, sisal, suco de laranja, banana, mel, sucos de frutas, fumo etc. Enquanto isso, ela importou trigo, cacau, algodão, óleo de soja, álcool e, pasmem novamente, arroz, óleo de dendê etc.

A região Norte, por sua vez, exportou do agronegócio madeira, pasta de celulose, soja, pimenta seca, pescado, café, castanha-do-

---

[14] *Id.*

[15] *Id.*

-pará, sucos de frutas, carne bovina etc. Importou em 2002: trigo, papel etc.

Este é, pois, o quadro territorial do agronegócio no país. O mercado mundial vai sendo sua meta e limite. Assim, cria-se internamente no Brasil uma nova burguesia internacionalizada. É o capitalismo mundial produzindo uma burguesia nacional mundial. Por isso, esta burguesia internacionalizada do agronegócio quer a Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Quanto mais inserção internacional, maiores as possibilidades de lucros. Aliás, muitos dos representantes dessa classe já possuem uma segunda (ou primeira) residência em Nova York, ou, como são pouco cultos (para não dizer ignorantes por excelências), estão em Miami, a *"cidade dos contra"*.

2.6. Mas... qual é o lugar do agronegócio brasileiro no capitalismo mundializado?

O Brasil exportava em 1964, ano do golpe militar, um total de 1,430 bilhão de dólares. Nesse total, os produtos básicos (a maioria dos produtos agrícolas) representavam 85,4%, os semimanufaturados, 8%, e os manufaturados, apenas 6,2%. Em 1984, último ano do governo militar, o país exportava 27,005 bilhões de dólares, ou seja, os produtos básicos participavam com apenas 32,2%, os semimanufaturados, com 10,6%, e os manufaturados passaram a 56%. Com os governos militares pós-64, teve início, portanto, um processo de inserção maior do Brasil no capitalismo internacional e, com ele, o processo de crescimento da dívida externa. Era necessário aumentar as exportações para pagar os juros da dívida. Aliás, em 1964, ela era de 2,5 bilhões de dólares; em 1984, era de 102 bilhões de dólares. Cabe salientar que, entre 1981 e 1984, foi pago pelo governo militar 30,7 bilhões de dólares de juros da dívida externa, ou seja, pouco mais de 30% de seu montante.

No governo Sarney, as exportações continuaram crescendo, e o país chegou ao final de 1989 com um total de 34,3 bilhões

exportados (27,8% de básicos, 26,9% de semimanufaturados e 54,2% de manufaturados). Entretanto, mesmo com a fragata da curta declaração de moratória da dívida externa, ela chegou aos 115,5 bilhões de dólares. O mais incrível é que o governo Sarney pagou 67,2 bilhões de dólares de juros da dívida externa, ou seja, 58,2% do montante total devido. Assim, a ciranda da dívida fazia com que o Brasil entrasse, via reunião do Consenso de Washington, no neoliberalismo. A partir de então, no final do governo Collor/Itamar, as exportações atingiram 43,5 bilhões de dólares (25,4% de básicos, 15,8% de semimanufaturados e 57,3% de manufaturados). Mas, como consequência, a dívida externa chegou também, naquele ano, a 148,2 bilhões de dólares, com um pagamento absurdo de juros no período do governo Collor/Itamar de 80,2 bilhões de dólares, ou seja, mais de 54% do total da dívida.

No governo FHC o cenário não foi diferente. O absurdo crescimento da dívida e dos pagamentos dos juros continuou ocorrendo junto à ampliação das exportações. Estas atingiram em 2002 um total de 60,3 bilhões de dólares (28,1% de básicos, 14,9% de semimanufaturados e 54,7% de manufaturados). A dívida externa, por sua vez, cresceu até 1998, quando atingiu 241,6 bilhões de dólares, em plena crise do Real. A partir de então, com a transferência de parte da dívida pública para a iniciativa privada via processo de privatização das estatais, a dívida externa passou a declinar, chegando em 2002 a 227,6 bilhões de dólares. Entretanto, durante os oito anos do governo FHC, pagou-se de juros da dívida externa o incrível montante de 102,4 bilhões de dólares, ou seja, 45% do total da dívida. É importante registrar também que FHC montou sua política de endividamento fazendo crescer a dívida pública interna, que passou de R$ 31,6 bilhões, em janeiro de 1995, para R$ 557,2 bilhões em 2002. A dívida externa federal era também, no final de 2002, de R$ 269,7. O

total da dívida pública federal (interna mais externa) era, pois, de R$ 826,9 bilhões.

Dessa forma, do governo Sarney até o governo FHC, o povo brasileiro pagou de juros um total incrível de 250 bilhões de dólares da dívida externa. Se a esse montante dos juros somarem-se as amortizações da dívida realizadas de 1985 a 2002 (385,7 bilhões de dólares), chegamos a um total maluco de 635,7 bilhões de dólares pagos. Ou seja, em 18 anos de neoliberalismo (1985 a 2002), o Brasil pagou várias vezes o total da dívida.

É nessa teia que entram as exportações. Tomando-se o saldo comercial obtido entre 1985 e 2002, as exportações geraram um superávit comercial de 143,4 bilhões de dólares. Já entre 1995 e 2000, gerou um déficit de 24,3 bilhões de dólares. O saldo líquido no período foi de 119,2 bilhões de dólares. Assim, o chamado, pelos neoliberais, "espetacular saldo do agronegócio e das exportações brasileiras" não chegou no período à metade do montante pago de juros da dívida externa, por isso a dívida cresceu, mesmo sendo paga várias vezes.

Repetindo, é o cachorro correndo atrás do próprio rabo, ou seja, quanto mais se exportou, mais a dívida cresceu e mais se pagou de juros.

A quem interessa esse processo é pergunta necessária neste momento.

Ao setor financeiro internacional, que se beneficia dos juros pagos, e aos capitalistas nacionais e internacionais, que aumentam seus lucros com o crescimento das exportações. Por isso, entre os "funcionários" do governo FHC estava um ministro da Fazenda que era ex-funcionário do Banco Mundial e um presidente do Banco Central que era ex-funcionário de um dos maiores capitalistas mundiais.

E quais foram os resultados no primeiro ano do governo Lula?

Em 2003, a balança comercial brasileira fechou com 73 bilhões de dólares em exportações. As importações alcançaram 48,2 bilhões de dólares, permitindo assim um superávit comercial de 24,8 bilhões de dólares. As exportações cresceram 21,1% em relação a 2002, com aumento absoluto de 12,7 bilhões de dólares. Entre o total exportado, os produtos básicos ficaram com 33,2%, os semimanufaturados, com 15,6%, e os manufaturados, com 54,3%.

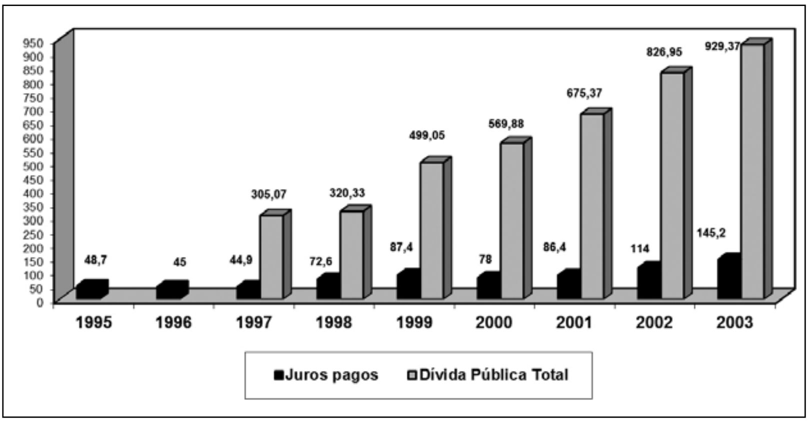
Cabe salientar que, por grupos de produtos, o setor de material de transporte foi o que gerou a maior receita de exportação, com vendas totais de 10,6 bilhões de dólares, correspondendo a 14,6% do total das exportações. Neste setor destacaram-se as exportações de veículos de carga, automóveis, autopeças, pneumáticos e motores para veículos. Em segundo lugar, com 11,1% do total ficou o grupo do complexo soja, com exportações de 8,1 bilhões de dólares. Em terceiro lugar, com 10%, veio setor metalúrgico, com 7,3 bilhões de dólares.

Assim, as exportações do agronegócio e os produtos do parque industrial instalado no país vão permitindo o crescimento das exportações, pois os compromissos com a dívida externa continuam. Lula recebeu o país com uma dívida externa de 227,68 bilhões de dólares e tinha que amortizar no ano de 2003 um total de 34,31 bilhões de dólares e pagar um total de 13 bilhões de dólares de juros. Os dados divulgados pelo Banco Central (presidido agora por um também ex-funcionário de um banco norte-americano) sobre a dívida externa, presentes também no banco de dados da FGV,[16] indicava que ela chegou a 219,9 bilhões de dólares. A dívida pública federal total, que inclui o endividamento externo, passou de R$ 826,9 bilhões em dezembro de 2002 para R$ 929,3 bilhões no final de 2003, com crescimento de 12%. A quantia de juros paga também cresceu e chegou a R$ 145,2 bilhões. Segundo

16 Disponível em: <www.fgv.org.br>.

o Ministério da Fazenda, o total de pagamentos feitos foi de R$ 332,3 bilhões (interna R$ 293,2 bilhões e externa R$ 39,1 bilhões, ou mais ou menos 13 bilhões de dólares). Assim, como o total da dívida no final de 2003 aumentou, foi necessário aumentar mais a dívida para pagar o que venceu. Resumindo, o país devia, em dezembro de 2002, R$ 826,9 bilhões, pagou da dívida R$ 332,3 bilhões[17] (R$ 102,4 bilhões da dívida nova e R$ 229,9 bilhões de pagamento de fato, incluindo-se aí os R$145,2 bilhões de juros) e terminou o primeiro ano de governo com R$ 929,3 bilhões de dívida total. Logo, o governo Lula pagou cerca de 28% da dívida e, mesmo assim, em janeiro de 2004, ela já era 12% maior do que no início do governo (cf. gráfico 4).

Gráfico 4: Brasil – dívida pública total e juros pagos (em bilhões de R$)



Fonte: Banco Central
Org.: OLIVEIRA, A.U

Qual foi então a diferença entre o governo FHC e o primeiro ano do governo Lula?

17 Disponível em: <www.fazenda.gov.br>.

A dívida pública federal era, em dezembro de 1998, de R$ 320,3 bilhões e, em dezembro de 2002, de R$ 826,9 bilhões.[18] O governo FHC, em 1999, efetuou pagamentos de R$ 288,8 bilhões referentes à dívida pública federal. Pagou R$ 248,3 bilhões em 2000, outros R$ 248,9 bilhões em 2001 e R$ 256,4 em 2002. Assim, no segundo mandato, FHC pagou um total de R$ 1,42 trilhão de reais (sendo R$ 506,6 bilhões de dívidas novas e R$ 535,8 de pagamento de fato, incluindo-se aí R$ 365,8 bilhões de juros). Logo, o pagamento do governo FHC referente à dívida no segundo mandato foi de mais de quatro vezes a dívida, mas, mesmo assim, terminou devendo perto de 160% a mais do que em dezembro de 1998 (56% em 1999, 14% em 2000, 18% em 2001 e 22% em 2002).[19]

No primeiro ano do governo Lula, o pagamento total efetuado foi 30% maior do que em 2002, e o percentual do crescimento da dívida foi 5% maior, uma vez que nesse mesmo ano cresceu 3%. A quantia de juros pagos foi 27% maior do que 2002. Aliás, o relatório do Banco Central divulgado em 14 de janeiro de 2004[20] sobre a dívida pública apenas enfatizou a mudança do seu perfil, deixando de lado o que era fundamental: a continuidade de seu crescimento. Ou o governo Lula revê sua estratégia frente à dívida pública federal (interna e externa) ou a ciranda financeira vai continuar: *mais pagamento para, no final do ano de 2004, ver a dívida maior ainda.* Cabe ressaltar que mais de 30% da dívida vencerá em 2004 e, para continuar a pagá-la será necessário, outra vez, mais de R$ 300 bilhões. Dessa forma, é inacreditável ver já no início do ano que, se nada diferente for feito, 2004 poderá ser pior do que 2003.

Esta é a ciranda financeira da mundialização do capitalismo. Quanto mais se paga, mais se deve. As elites brasileiras e estrangeiras

---

18 Em janeiro de 1995, a dívida pública interna era de R$ 31,6 bilhões.

19 Disponível em: <www.fazenda.gov.br>. Acesso: 17 jan. 2004.

20 *Id.*

do capitalismo mundializado, vendo seus ganhos aumentarem no país, idolatram através da mídia os resultados econômicos obtidos no primeiro ano do governo Lula, tais como a queda do dólar, do risco Brasil e da inflação, assim como as taxas do superávit primário. Mas a ciranda financeira continua. O Brasil tem agora um novo lugar no mundo do capital: tornou-se plataforma privilegiada de exportações do setor de transportes, além de continuar sendo um dos principais fornecedores mundiais de produtos básicos que vão do minério de ferro à soja e aos aviões. O Brasil se tornou parte do capitalismo mundializado, e a burguesia brasileira está, portanto, igualmente internacionalizada.

Uma outra pergunta deve ser feita: qual o papel das exportações brasileiras no comércio mundial e em seu interior qual o papel do agronegócio?

Os dados referentes às exportações brasileiras em 1980 e em 1985, respectivamente 20,1 e 25,6 bilhões de dólares, indicam que elas representavam 1,21% e 1,37% das exportações mundiais (1.924,2 e 1.872 bilhão de dólares), e as exportações do agronegócio (9,4 e 8,8 bilhões de dólares) representavam 0,48% e 0,47% das exportações mundiais.

Já os números dos anos 1990 e 1995 mostraram que as exportações brasileiras, respectivamente, 31,4 e 46,5 bilhões de dólares, representavam 0,93% e 0,92% das exportações mundiais (3.395,3 e 5.042 bilhões de dólares), e as exportações do agronegócio (8,6 e 13,3 bilhões de dólares) representavam 0,25% e 0,26% das exportações mundiais. Assim, caiu a participação relativa do Brasil no comércio internacional em mais de 40%.

Em 2002 e 2003, os indicadores apontavam que as exportações brasileiras, respectivamente, 60,4 e 73 bilhões de dólares, representavam 0,96% e 1,02% das exportações mundiais (6.262 e 7.119 bilhões de dólares), e as exportações do agronegócio (24,8 e 30,7 bilhões de dólares) representavam 0,39% e 0,43% das exportações mundiais. Portanto, cresceu a participação relativa do Brasil no comércio mundial.

Porém, pode-se afirmar que mesmo em 2003 as exportações do agronegócio não atingiram ainda o patamar de 1980 nas exportações mundiais. Isso quer dizer que se amplia a produção para continuar, em termos percentuais, com participação inferior do que antes. O Brasil de 2003 teve participação inferior nas exportações mundiais em termos percentuais em relação a 1980: 1,2% contra 1,02%.

Há, portanto, muito mito no papel do agronegócio no Brasil e na economia capitalista mundial. Mesmo assim, é preciso deixar claro que o Brasil foi, em 2002, o primeiro produtor mundial de café, açúcar, álcool e suco concentrado de laranja; o segundo produtor mundial de soja (41,9 milhões de toneladas contra o primeiro lugar dos EUA, que produziram 74,2 milhões de toneladas); o terceiro produtor mundial de milho (35,5 milhões de toneladas contra o primeiro lugar dos EUA, que produziram 228,8 milhões de toneladas); e o décimo produtor mundial de arroz (10,5 milhões de toneladas contra o primeiro lugar da China, que produziu 176,6 milhões de toneladas). Também cabe esclarecer que o Brasil foi, em 2002, o oitavo país exportador de produtos agrícolas, atrás respectivamente, de EUA, França, Holanda, Alemanha, Canadá, Bélgica e China. Ficou à frente, respectivamente, de Austrália, Itália, Espanha, Reino Unido, Argentina, Dinamarca e México.

3. AS CONTRADIÇÕES NO CAMPO BRASILEIRO: MITOS E VERDADES

Há também, entre os estudiosos da agricultura brasileira, controvérsias com relação a quem de fato tem a participação mais expressiva na produção agropecuária do país. Há autores (e a mídia em geral os repete) que inclusive chegam a afirmar que não há sentido, no interior da lógica capitalista, em distribuir terra através de uma política de reforma agrária. O capitalismo no campo já teria realizado todos os processos técnicos e passado a comandar a produção em larga escala. As posições expressivas na pauta de

exportações de produtos de origem agropecuária são apresentadas como indicativo desta assertiva. Assim, uma política de reforma agrária massiva poderia desestabilizar este setor competitivo do campo e deixar o país vulnerável em sua "política vitoriosa de exportações de *commodities* do agronegócio".

Nesse mesmo diapasão atuam os grandes proprietários de terra, embalando seus latifúndios em explicações, feitas inclusive por intelectuais progressistas, de que não há mais "latifúndio no Brasil", e sim modernas empresas rurais. Alguns mesmos acreditam que a modernização conservadora transformou os grandes proprietários de terra, que agora produzem de forma moderna e eficiente, tornando seus latifúndios propriedades produtivas. Não haveria assim mais terra improdutiva no campo brasileiro. Estes são alguns dos muitos mitos que se têm produzido no Brasil para continuar garantindo 132 milhões de ha de terras concentradas em mãos de pouco mais de 32 mil latifundiários.

3.1. A estrutura fundiária concentrada

O Brasil possui uma área territorial de 850,2 milhões de ha, da qual as unidades de conservação ambiental ocupavam, no final de 2003, aproximadamente 102,1 milhões de ha; as terras indígenas, 128,5 milhões de ha; a área total dos imóveis cadastrados no Incra, aproximadamente 420,4 milhões de ha. Portanto, a soma total destas áreas dá um total de 651 milhões de ha, o que significa que há ainda no Brasil aproximadamente 199,2 milhões de ha de terras devolutas, ou seja, terras que podem ser consideradas, à luz do Direito, terras públicas pertencentes aos Estados e à União. Mesmo se retirarmos 29,2 milhões dessa área ocupada pelas águas territoriais internas, áreas urbanas e ocupadas por rodovias, e posses que de fato deveriam ser regularizadas, ainda restam 170 milhões de ha. Essas terras devolutas, portanto públicas, estão em todos os Estados do país.

Entretanto, andando pelo Brasil, verificaremos que praticamente (exceto em algumas áreas da Amazônia) não há terra sem que alguém tenha colocado uma cerca e declarado ser sua. Assim, os que se dizem "proprietários" estão ocupando ilegalmente estas terras, ou seja, suas propriedades têm provavelmente uma área maior do que os títulos legais indicam.

Mesmo assim, vamos analisar os dados referentes ao Cadastro do Incra: no final do ano de 2003, havia 4.238.421 imóveis ocupando uma área de 420.345.382 ha.

O Brasil caracteriza-se por ser um país que apresenta elevadíssimos índices de concentração da terra. Nele estão os maiores latifúndios que a história da humanidade já registrou. A soma das 27 maiores propriedades existentes no país atinge uma superfície igual àquela ocupada pelo Estado de São Paulo, e a soma das 300 maiores atinge uma área igual à de São Paulo e do Paraná. Por exemplo, uma das maiores propriedades, da Jari S.A., que fica parte no Pará e parte no Amapá, tem área superior ao Estado de Sergipe.

Quais são os números dessa brutal concentração fundiária?

Segundo o Cadastro do Incra, a distribuição da terra está expressa na tabela 1 a seguir:

Tabela 1: Estrutura fundiária brasileira (2003)

Grupos de área total (ha)	Imóveis	% dos imóveis	Área total (ha)	% de área	Área média (ha)
Menos de 10	1.338.711	31,6	7.616.113	1,8	5,7
De 10 a -25	1.102.999	26	18.985.869	4,5	17,2
De 25 a -50	684.237	16,1	24.141.638	5,7	35,3
De 50 a -100	485.482	11,5	33.630.240	8	69,3
De 100 a -200	284.536	6,7	38.574.392	9,1	135,6
De 200 a -500	198.141	4,7	61.742.808	14,7	311,6
De 500 a -1.000	75.158	1,8%	52.191.003	12,4%	694,4
De 1.000 a -2.000	36.859	0,9%	50.932.790	12,1%	1.381,8
De 2.000 a -5.000	25.417	0,6%	76.466.668	18,2%	3.008,5
5.000 e mais	6.847	0,1%	56.164.841	13,5%	8.202,8
Total	**4.238.421**	**100%**	**420.345.382**	**100%**	

Fonte: Incra – situação em agosto de 2003, *in*: II PNRA, Brasília, 2003

Como se pode ver, enquanto mais de 2,4 milhões de imóveis (57,6%) ocupavam 6% da área (26,7 milhões de ha), menos de 70 mil imóveis (1,7%) ocupavam uma área igual a pouco menos que a metade da área cadastrada no Incra, mais de 183 milhões de ha (43,8%). O que isso quer dizer: *muitos têm pouca terra e poucos têm muita terra.*

A Lei n. 8.629 de 25 de fevereiro de 1993, que regulamentou os dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária prevista na Constituição de 1988, conceituou em seu artigo 4º a pequena propriedade como sendo aquela que possui área compreendida entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais; a média propriedade, como aquela que possui área superior a quatro (4) e até 15 (quinze) módulos fiscais; e a grande propriedade, como aquela que compreende mais de 15 módulos fiscais. A área dos módulos fiscais varia de região por região, Estado para Estado e, mesmo, de município para município. Atualmente, o menor módulo fiscal tem 5 ha e o maior possui 110 ha. Isto quer dizer que a pequena propriedade pode variar, por exemplo, de menos de 20 ha, no Distrito Federal, a até menos de 440 ha em municípios do Pantanal. O mesmo acontece com a média propriedade, que pode variar entre 20 ha e menos de 280 ha, no Distrito Federal, e entre 440 ha e menos de 1.540 ha em municípios do Pantanal. A grande propriedade, por sua vez, pode ter 280 ha ou mais, no Distrito Federal, e 1.540 ha ou mais em municípios do Pantanal.

Assim, é razoável tomar como referência os dados estatísticos do Incra para se classificar neste estudo, em termos médios, a pequena propriedade como aquela que vai até menos de 200 ha; a média propriedade, como aquela que vai de 200 a menos de 2 mil ha; e a grande propriedade, como aquela que tem 2 mil ha ou mais. Aplicada esta proposta à estrutura fundiária do Brasil, o resultado está expresso na tabela 2.

Tabela 2: Síntese da estrutura fundiária (2003)

Grupos de área total		N. de imóveis	%	Área (ha)	%	Área média (ha)
Pequena	Menos de 200 ha	3.895.968	91,9	122.948.252	29,2	31,6
Média	200 a menos de 2.000 ha	310.158	7,3	164.765.509	39,2	531,2
Grande	2.000 ha e mais	32.264	0,8	132.631.509	31,6	4.110,8
Total		**4.238.421**	**100**	**420.345.382**	**100**	**99,2**

Fonte: Incra
Org.: OLIVEIRA, A. U.

Como se pode verificar, praticamente 92% das propriedades podem ser classificadas como pequenas e ocupam 29,2% da área total. Estas pequenas propriedades, desde que seu proprietário possua apenas uma, não poderão ser desapropriadas para a reforma agrária, mesmo sendo improdutivas (parágrafo único do artigo 4º da Lei n. 8.629 de 1993). O mesmo acontece com a média propriedade, que ocupa mais ou menos 7,3% dos imóveis e 39,2% da área; se seu proprietário não possuir outra, ela também não pode ser desapropriada para reforma agrária, ainda que seja improdutiva.

Entretanto, as grandes, que representam menos de 1% do total dos imóveis, mas que ocupam uma área de cerca de 31,6%, caso sejam classificadas como improdutivas, poderão ser desapropriadas para fins de reforma agrária (artigos 184, 185 e 186 da Constituição Federal de 1988).

O Cadastro do Incra apresenta também os dados sobre o uso da terra e sua função social (artigo 184 da Constituição Federal). Os dados sobre a função social da propriedade em agosto de 2003 indicavam que apenas 30% das áreas das grandes propriedades foram classificadas como produtivas, enquanto que 70% foram classificadas como *não produtivas*. Portanto, o próprio cadastro do Incra, que é declarado pelos proprietários, indicava a presença da maioria das terras das grandes propriedades sem uso produtivo. Os dados (tabela 3) sobre a grande propriedade, definida segundo a Lei n. 8.629 de 25 de fevereiro de 1993, eram os seguintes em agosto de 2003:

Tabela 3: Grandes propriedades (15 módulos fiscais e mais)

Total		Improdutivo	
N. imóveis	**Área (ha)**	**N. imóveis**	**Área (ha)**
111.495	209.245.470	54.781	120.436.202

Fonte: Incra
Org.: OLIVEIRA, A. U.
Incra, agosto de 2003

Deve se esclarecer que a área das grandes propriedades, segundo o critério dos módulos fiscais, é maior do que aquela referente às propriedades com 2 mil ha ou mais. Mesmo assim, a rigor, se cumprisse a Constituição de 1988 e a Lei n. 8.629, o Incra deveria declarar imediatamente disponível para a reforma agrária esses 120.436.202 ha das grandes propriedades improdutivas existentes no país. Mas não é isto que tem acontecido. Entra governo, sai governo, e a Constituição e as leis referentes à reforma agrária não são cumpridas. É o oposto do que ocorre com as propriedades ocupadas pelos movimentos sociais, que imediatamente encontram um juiz para dar reintegração de posse ao proprietário da terra improdutiva. É preciso que a interpretação da lei seja invertida; não é o Incra que tem que provar que uma propriedade é improdutiva, mas sim o proprietário é que tem que provar que ela é produtiva. Como é ele quem faz a declaração no cadastro sob pena da lei, e se o seu imóvel é classificado como improdutivo, ele tornou-se réu confesso. Certamente, um bom caminho para o exercício da cidadania seria entrar com uma avalanche de ações civis públicas para que o Incra cumprisse os preceitos legais, publicasse anualmente a relação dos imóveis classificados como improdutivos e executasse a sua desapropriação.

Mas não cessa aí o não cumprimento da lei pelos governos. O Imposto Territorial Rural (ITR) é folclórico. Segundo os últimos dados divulgados pela Receita Federal, cerca de 50% dos proprietários com área superior a mil ha sonegavam este tributo.

Mas nunca se soube que algum deles teve seu imóvel levado a leilão para ressarcimento dos cofres públicos.

3.2. As pequenas unidades são as que mais empregos geram no campo

Para realizar a comparação entre os diferentes tamanhos das unidades produtivas no campo, serão tomados como referência também os dados do Censo Agropecuário de 1995-1996 do IBGE.[21] Dessa maneira, tomar-se-ão também os estabelecimentos agropecuários como menos de 200 ha, como sendo denominados pequenas unidades de produção (que é onde estão as unidades oriundas da reforma agrária); aqueles de 200 a menos de 2 mil ha serão considerados médias unidades de produção; e os com 2 mil ha e mais serão chamados de grandes unidades de produção, ou latifúndios. Esta classificação visa mostrar o papel das pequenas unidades de produção face às grandes no que se refere ao volume da produção; e também pode ser fundamentada no fato de que mais de 50% dos estabelecimentos com menos de 200 ha não possuíam nenhum trabalhador contratado, ou seja, predominava entre eles, segundo o Censo Agropecuário do IBGE, o trabalho familiar.

Quanto ao número de áreas ocupadas pelos estabelecimentos agropecuários do IBGE, havia a seguinte distribuição: os pequenos estabelecimentos representavam 93,8% (4.565.175) e ocupavam uma área de 29,2% (103.494.969 ha); os médios estabelecimentos eram 5,3% (252.154) em número e sua área ocupada era de 36,6% (129.617.964 ha); e os grandes estabelecimentos represen-

[21] O IBGE utiliza como unidade estatística censitária o estabelecimento que, por sua vez, deriva do uso econômico que se faz de uma área determinada autonomamente. Já o Incra utiliza o imóvel que é uma unidade jurídica (com ou sem título de propriedade).

tavam em número apenas 0,5% (20.854) e ocupavam uma área de 120.498.313 ha (34,2%).

A análise do número de pessoas ocupadas no campo indica que as pequenas unidades de produção geraram mais de 14,4 milhões de emprego, ou 86,6% do total. Enquanto isso, as grandes unidades foram responsáveis por apenas 2,5% dos empregos, ou pouco mais de 420 mil postos de trabalho. A tabela 4 mostra de forma inequívoca este quadro das relações de trabalho no campo brasileiro.

Tabela 4: Brasil – Pessoal ocupado (1995-1996)

Pessoal ocupado	**Pequena**		**Média**		**Grande**	
	N.	**%**	**N.**	**%**	**N.**	**%**
Total	14.444.779	86,6	1.821.026	10,9	421.388	2,5
Familiar	12.956.214	95,5	565.761	4,2	45.208	0,3
Assalariado total	994.508	40,3	1.124.356	45,5	351.942	14,2
Assalariado permanente	861.508	46,8	729.009	39,7	248.591	13,5
Assalariado temporário	133.001	72,8	395.347	21,6	103.351	5,6
Parceiros	238.643	82,4	45.137	15,6	5.877	2
Outra condição	255.414	71	85.772	23,9	18.361	5,1

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE 1995-1996
Org.: OLIVEIRA, A. U.

Muitos intelectuais costumam dizer que a relação de trabalho mais praticada nas grandes propriedades é o serviço de empreitada, por isso o pequeno número de emprego gerado nestas. Entretanto, os dados sobre este tipo de contratação de trabalhadores no campo mostram também que 85,9% foi feito pelas pequenas unidades produção, e não pelas grandes, que ficaram com apenas 1,5%.

3.3. A tecnologia também chegou às pequenas unidades

Outro mito que os defensores do agronegócio apresentam para justificar o baixo número de empregos na grande propriedade é a

sua integral mecanização e, consequentemente, a necessidade de poucos postos de trabalho. Assim, a grande propriedade seria a grande consumidora de tratores e outras máquinas e implementos agrícolas. Vamos então analisar a distribuição destes meios de produção pelas diferentes unidades de produção. Em primeiro lugar, é preciso verificar o quadro apresentado pelo tão propalado consumo produtivo de tratores. O Censo Agropecuário de IBGE indicava que, no total, 63,5% deles estavam nas pequenas unidades de produção, e apenas 8,2% nas grandes. Em todos os grupos de potência (CV), as pequenas unidades tinham mais tratores do que as grandes propriedades. Até entre aqueles de alta potência (mais de 100 CV), as pequenas unidades possuíam mais tratores do que as grandes. Os números da tabela 5 são meridianos ao demonstrarem que o consumo produtivo de tratores é maior nas pequenas unidades no Brasil.

Quanto às máquinas para plantio e colheita, o quadro não é diferente daquele dos tratores, pois 71,7% delas também se encontravam nas pequenas unidades, enquanto que nas grandes ficavam apenas 5,3%. Com os arados, a realidade é a mesma, pois 68,4% dos de tração mecânica estavam nas pequenas unidades, sendo que nas grandes havia apenas 5,8% deles. As pequenas unidades têm também a maior parte dos demais veículos de tração mecânica, com 59%, enquanto que nas grandes havia menos de 12% deles, quer fossem caminhões, utilitários ou reboques. A tabela 6 apresenta a participação percentual da distribuição destes bens produtivos.

Tabela 5: Brasil – Distribuição da tecnologia – Tratores (1995-1996)

Grupos de área total (ha)		N. total de tratores	% do n. total de tratores	% do n. de tratores menos de 10 CV	% do n. de tratores de 10 CV a menos de 20 CV	% do n. de tratores de 20 CV a menos de 50 CV	% do n. de tratores de 50 CV a menos de 100 CV	% do n. de tratores de 100 CV e mais
Pequena	Menos de 10	65.639	8,2	25,2	21,1	10,7	5,7	2,1
	10 a -20	86.486	10,8	16,8	20,1	13,2	10,3	3
	20 a -50	167.378	20,8	20,2	24,9	26,2	22,5	7,6
	50 a -100	100.647	12,5	9,9	10,5	12,7	14,2	8,2
	Menos de 100	420.150	52,3	72,1	76,6	62,8	52,7	20,9
	100 a -200	90.245	11,2	8,2	7,2	10,8	12,3	10,9
	Menos de 200	510.395	63,5	80,3	83,8	73,6	65	31,8
Média	200 a -500	113.906	14,2	8,7	7,5	12,3	14,9	19
	500 a -1.000	66.103	8,2	4,6	3,8	6,2	8,1	14,3
	1.000 a -2.000	47.759	5,9	3,1	2,4	3,8	5,4	12,9
	200 a -2.000	227.768	28,3	16,4	13,7	22,3	28,4	46,2
Grande	2.000 a -5.000	37.656	4,7	1,9	1,7	2,7	4	11,7
	5.000 a -10.000	14.287	1,8	0,6	0,5	0,8	1,4	5,1
	10.000 e mais	13.502	1,7	0,8	0,4	0,7	1,2	5,2
	2.000 e mais	65.445	8,2	3,3	2,6	4,2	6,6	22
Total	**%**	–	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**
	N.	**803.742 (*)**	–	**37.893**	**69.906**	**122.740**	**447.866**	**125.337**

* A diferença entre a soma e o total refere-se aos estabelecimentos sem declaração.
Fonte: Censo Agropecuário do IBGE – 1995-1996
Org.: OLIVEIRA, A. U.

Tabela 6: Brasil – Distribuição da tecnologia

Grupos de área total (ha)		Máquinas		Arados		% do n. de veículos				% do n. de embar-cações
		Para plantio	Para colheita	De tração mecânica	De tração animal	Caminhões	Utilitá-rios	Rebo-ques	Tração animal	
Pequena	Menos de 10	9,4	3,7	7,9	29,2	9,1	12,3	7,3	25,3	38,9
	10 a -20	12,5	7,2	11,9	28,4	8,8	12,1	12,2	23,7	16,5
	20 a -50	24,2	18,4	23,3	25,7	16,9	21	23,5	24,6	18,6
	50 a -100	15,1	14,4	13,8	8	12,9	14,4	13,3	10,2	10,6
	Menos de 100	61,2	43,7	56,9	91,3	47,7	59,8	56,3	83,8	84,6
	100 a -200	10,5	13,6	11,5	4,2	11,8	12,2	11,1	7,4	7
	Menos de 200	71,7	57,3	68,4	95,5	59,5	72	67,4	91,2	91,6
Média	200 a -500	12,1	16,8	13,5	3	14	12,8	13,1	5	3,9
	500 a -1.000	6,5	9,5	7,3	0,9	8,3	6,3	7,4	1,9	1,5
	1.000 a -2.000	4,5	7	5	0,4	6,4	4	5,4	1	1
	200 a -2.000	23,1	33,3	25,8	4,3	28,7	23,1	25,9	7,9	6,4
Grande	2.000 a -5.000	3,3	5,3	3,7	0,2	6	2,9	3,9	0,6	1
	5.000 a -10.000	1	1,9	1,1	0	2,8	1	1,4	0,1	0,4
	10.000 e mais	1	2,2	1	0	3	1	1,4	0,2	0,6
	2.000 e mais	5,3	9,4	5,8	0,2	11,8	4,9	6,7	0,9	2
Total		**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**	**100**

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE – 1995-1996
Org.: OLIVEIRA, A. U.

É evidente que, embora as pequenas unidades detenham o maior percentual da tecnologia em tratores, máquinas e veículos, a sua presença está longe de aparecer bem distribuída entre os diferentes estabelecimentos. A tabela 7 procura mostrar esta desigualdade. A mais significativa delas é que apenas 11% do total de estabelecimentos possuía tratores. Entre as pequenas unidades com menos de 10 ha, somente 2% delas tinham este bem. Quanto à distribuição dos tratores pelos estabelecimentos, encontra-se um trator para cada 37 estabelecimentos com área inferior a 10 ha. Entre as pequenas unidades, a média é um trator para cada 9 ha. Nas médias unidades de produção, a relação é de um trator para cada estabelecimento. Nas grandes unidades, a relação média é de três tratores por estabelecimento, chegando, naqueles com mais de 10 mil ha, a seis tratores por estabelecimento. Estes dados mostram a desigual distribuição também deste bem. Mas esta relação é média, pois entre os grandes estabelecimentos somente 72,4% declararam possuir tratores. Isto quer dizer que, mesmo entre as maiores unidades, nem todas possuíam trator.

Já com relação ao uso dos fertilizantes, o quadro é crítico, pois apenas 38,1% dos estabelecimentos os utilizam em suas unidades produtivas. Os demais retiram do solo apenas a fertilidade natural deste. Este cenário pode comprometer em longo prazo a produtividade. Outro dado curioso é que, também entre os pequenos estabelecimentos, estão os menores percentuais de uso dos fertilizantes e, simultaneamente, os maiores. Estes são inclusive superiores aos grandes estabelecimentos.

O quadro mais terrível do uso da tecnologia na agropecuária brasileira refere-se ao consumo de agrotóxicos quer para os vegetais, quer para os animais. Absurdamente mais da metade dos estabelecimentos informaram que consumiam estes produtos em 1995 e 1996. Excetuando-se os estabelecimentos com área inferior a 10 ha, nas pequenas unidades o uso chega a mais de 80% e,

entre as médias e grandes unidades, salta acima de 90%. Este uso generalizado dos agrotóxicos mostra qual foi o mais "espetacular resultado da modernização" da agricultura: seu envenenamento gradativo. Em sua maior parte, uma espécie de "indústria das doenças e da morte" a médio e longo prazo. E é óbvio que a maior parte da "indústria médica e farmacêutica agradece pelos seus clientes".

O uso da irrigação na agricultura ainda é reduzido. Seus índices não chegam a 10%. Este uso é maior nas médias e grandes unidades do que nas pequenas.

Tabela 7: Brasil – Indicadores de uso de tecnologia (1995-1996)

Estratos de área total (ha)		% do uso de tratores	N. de trator em relação ao n. total de estabelecimentos	% do uso de fertilizante total	% do uso de agrotóxicos	% do uso de irrigação
Pequena	Menos de 10	2,4	1 x 37	30,8	50	5,4
	10 a -20	10,7	1 x 11	52,5	78,7	6
	20 a -50	16	1 x 5	46,6	81,2	6,1
	50 a -100	17,7	1 x 4	39,1	82,5	6,2
	Menos de 100	7,7	1 x 10	38,1	63,4	5,7
	100 a -200	22,5	1 x 3	38,6	86,5	6,7
	Menos de 200	8,5	1 x 9	38,1	64,6	6,3
Média	200 a -500	36,5	2 x 3	43,6	92,9	8,3
	500 a -1.000	50,8	4 x 3	44,6	95	9,2
	1.000 a -2.000	62,5	3 x 2	47,5	96,2	9,3
	200 a -2.000	42,8	1 x 1	43,9	93,7	8,6
Grande	2.000 a -5.000	70,1	5 x 2	42,1	95,6	8,7
	5.000 a -10.000	76,5	4 x 1	37,8	94,9	7,9
	10.000 e mais	80,9	6 x 1	36	93,2	9,3
	2.000 e mais	72,4	3 x 1	40,7	95,2	8,7
Total		**10,5**	**1 x 6**	**38,3**	**55,1**	**5,9**

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE – 1995-1996
Org.: OLIVEIRA, A. U.

3.4. Os financiamentos obtidos por poucos e a distribuição profundamente desigual

Os números do crédito obtido na agricultura são outro indicativo da profunda desigualdade existente no setor. Os poucos créditos obtidos foram massivamente para o agronegócio das gran-

des unidades. Aquelas unidades com mais de 10 mil ha obtiveram parcelas médias de mais de R$ 1 milhão cada uma. As unidades menores, entre as pequenas que receberam financiamentos, tiveram que dividir entre si apenas R$ 2.900 a R$ 20 mil. Dessa forma, o crédito também vai engrossar as rendas do agronegócio, reproduzindo de forma aprofundada a desigual distribuição da riqueza na agricultura brasileira. Em termos gerais, inclusive as maiores parcelas dos financiamentos foram para as pequenas unidades e não chegaram a 10% dos agricultores dos grupos de área total que obtiveram estes recursos financeiros (tabela 8). Para se ter uma ideia do quão pequeno foi o total alocado, se fosse distribuído apenas entre os pequenos estabelecimentos, cada um teria recebido R$ 800. Também entre as pequenas parcelas de produção, há uma desigual distribuição dos recursos oriundos dos financiamentos. Os grupos de área total entre 50 e 100 ha e entre 100 e 200 ha ficaram com mais da metade dos recursos destinados às pequenas unidades, como pode ser observado na tabela 8. Este processo deriva e gera simultaneamente um processo de diferenciação interna no campesinato, fazendo com que se originem os camponeses pobres, os camponeses médios ou remediados, como se diz popularmente, e os camponeses ricos.[22] Esta diferença vai aparecer também nos demais dados referentes à produção agropecuária.

[22] LENIN, V. I. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985 (Coleção Os Economistas).

Tabela 8: Brasil – Financiamentos obtidos

	Grupos de área total (ha)	% do n. de produtores que obtiveram em relação ao n. total dos estabelecimentos dos grupos de área total	Participação % do n. de estabelecimentos sobre o valor total	Parcela média em R$ obtida por estabelecimento
Pequena	Menos de 10	1,9	3,5	2.900
	10 a -20	8,5	5,3	3.300
	20 a -50	9,1	11,2	5.600
	50 a -100	8,1	10	11.500
	Menos de 100	3,9	30	4.700
	100 a -200	8,2	11,1	20.300
	Menos de 200	4,1	41,1	6.600
Média	200 a -500	9,3	15,7	38.000
	500 a -1.000	9,9	11,5	73.500
	1.000 a -2.000	10,5	9,8	122.600
	200 a -2.000	9,6	37	57.000
Grande	2.000 a -5.000	9,9	11,4	284.200
	5.000 a -10.000	8,5	4,8	563.200
	10.000 e mais	9	5,5	1.044.653
	2.000 e mais	9,6	21,7	402.800
	Total	**5,3**	**100**	**14.400**

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE – 1995-1996
Org.: OLIVEIRA, A. U.

Com o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o quadro da desigualdade continua presente. Os camponeses que utilizam o Pronaf "D" e "E" têm ficado com as maiores parcelas dos recursos financeiros alocados. Os dados expressos pela tabela 9 testemunham esta evidência. Também cabe salientar o crescimento do acesso ao financiamento do grupo do Pronaf "A" e do aumento geral dos recursos financeiros disponíveis. A diferença entre o governo FHC e o governo Lula já aparece de forma nítida na política implementada nos financiamentos. Quanto ao financiamento geral da safra agrícola 2003/2004, o governo alocou R$ 32,5 bilhões. Deste total, foi reservado R$ 5,4 bilhões para o Pronaf.

Tabela 9: Desempenho do crédito rural para agricultura familiar – quadro comparativo

Grupos do Pronaf	Modalidade	2001		2002		2003		Variação % 2002-2003	
		N. de contratos	**Montante (R$ milhões)**	**N. de contratos**	**Montante (R$ milhões)**	**N. de contratos**	**Montante (R$ milhões)**	**Contra-tos**	**Montante (R$ milhões)**
A – Crédito para agricultores familiares assentados	Investimento	42.655	338,1	55.610	441,3	64.416	568,2	16	29
B – Microcrédito	Investimento	106.716	53,3	168.910	84,4	150.711	134,3	-11	59
C – Crédito para Agricultores familiares em transição	Custeio	347.411	414,7	375.189	478,2	497.162	801,8	33	68
	Investimento	22.147	160,6	35.225	218,4	30.478	222,8	-13	2
D – Crédito para agricultores familiares consolidados	Custeio	371.428	1.022,1	288.201	913,9	294.760	1.218,2	2	33
	Investimento	20.109	164,6	30.112	268,7	48.677	517,8	62	93
E – Crédito para agricultores familiares capitalizados	Custeio	–	–	–	–	27.162	250,3	–	–
	Investimento	–	–	–	–	432	7,2	–	–
Compras da agricultura familiar – Conab/Mesa	Pré Custeio / Comercialização	–	–	–	–	34.013	81,6	–	–
Subtotal	Custeio	718.839	1.436,7	663.390	1.392,1	819.084	2.270,3	23	63
	Investimento	191.627	716,6	289.857	1.012,7	294.714	1.450,3	2	43
Subtotal Pronaf		910.466	2.153,4	953.247	2.404,8	1.113.798	3.720,6	17	55
Total geral		**910.466**	**2.153,4**	**953.247**	**2.404,8**	**1.147.811**	**3.802,2**	**20**	**58**

Fonte: Agentes financeiros (Bacen, BB, BNB, Basa, Bansicred e Bancoob)
Elaboração: SAF/MDA
Fonte: Conab

Comparando-se os recursos financeiros disponíveis para financiamento na agricultura brasileira com a agricultura norte-americana, verifica-se que os subsídios agrícolas acessados naquele país chegam a cinco vezes mais. Os dados da tabela 10 indicam a situação entre os anos 2000 e 2002.

Tabela 10 – Subsídios recebidos pelos agricultores norte-americanos (em milhões de dólares)

Cultura	**2000**	**%**	**2001**	**%**	**2002**	**%**
Milho	9.267,95	18,7	6.549,98	12,7	4.578,72	11,6
Trigo	5.387,93	10,8	3.979,54	7,7	2.610,52	6,6
Soja	4.848,71	9,8	4.522	8,7	2.101,41	5,3
Carne bovina	1.426,76	2,9	1.669,90	3,2	1.450,91	3,7
Carne de frango	752,81	1,5	933,67	1,8	822,51	2,1
Carne suína	476,49	1	527,13	1	414,79	1
Subtotal	22.160,66	44,6	18.182,22	35,2	11.978,86	30,3
Total agrícola	**49.673,37**	**100**	**51.683,23**	**100**	**39.558,60**	**100**

Fonte: Icone – Instituto de Estudos de Comércio e Negociações Internacionais
Org.: OLIVEIRA, A. U.

Aliás, é este sistema de subsídios que garante aos EUA soberania e segurança alimentar, além do posto de maior exportador mundial de excedentes agrícolas. Assim, o programa de subsídios na agricultura norte-americana funciona através de uma fórmula complexa:

> O repasse é feito em duas fases: o primeiro, com base no produto e na área plantada, chega até dezembro, ou na data indicada pelo produtor. A segunda parcela é liberada em abril e determinada pelo preço do produto. Isso significa dinheiro direto na conta do produtor. Se o preço de mercado cair, o agricultor recebe a diferença do governo, uma espécie de garantia de preço.
> Para ter direito a um pacote de recursos, os candidatos precisam estar em sintonia com os programas governamentais de cuidados ambientais. O não cumprimento dos compromissos pode levar a sanções.
> Debaixo de um grande guarda-chuva de apoios, o seguro de safra é outro braço, assim como o incentivo para a preservação ambiental. O diretor executivo estadual da Agência de Serviços do Departamento de Agricultura dos EUA, William Graff, responsável pelo atendimento de 179 mil fazendas do Estado, explica que parte dos subsídios é encaminhada

> para pagamento dos programas de conservação – tipo de incentivo que a comunidade internacional não considera distorcivo ao mercado. O departamento ainda mantém programas de garantia de preços mínimos de *commodities*, observa Graff: 'Quanto maior o preço de mercado, menor a quantidade de dólares que mandamos aos agricultores'.[23]

Dessa forma, os financiamentos agrícolas vão entrando na ordem do dia do debate internacional e, certamente, na Organização Mundial do Comércio (OMC), será tema de interesse mundial. Mas deve-se registrar que a agricultura nos EUA, na Europa e no Japão, é fortemente subsidiada. Portanto, é necessário desmistificar a máxima divulgada pelo agronegócio de que aqui não há subsídio. Embora pouco, ele existe; e, além disso, há também a superexploração dos baixos salários pagos aos trabalhadores brasileiros e da renda recebida pela grande maioria dos agricultores camponeses que produzem os produtos de exportação.

Enfim, a terra nas pequenas unidades de produção é apropriada com fins produtivos, por isso intensamente ocupada. Logo, estas são também grandes consumidoras de produtos de origem industrial. Ao contrário, a maioria das grandes propriedades não é ocupada com fins produtivos, elas constituem uma reserva patrimonial e de valor dos latifundiários. Estes não são pessoas estranhas ao capitalismo, ao contrário, a maioria das grandes propriedades no Brasil está em mãos de grandes empresas industriais, financeiras e de serviços e, muitas vezes, em nome de seus familiares. Portanto, quem de fato gera emprego no campo são as pequenas unidades, acompanhadas de perto pelas médias. Então, no discurso, os grandes proprietários usam o agronegócio para encobrir suas terras improdutivas. Como se verá por meio dos dados relativos à produção agropecuária no Brasil, são as pequenas e as médias unidades as que de fato são responsáveis pelo seu crescimento e destaque, e não as grandes.

---

[23] Jornal *Zero Hora* – Suplemento Campo & Lavoura, 5 dez. 2003, Porto Alegre (RS), p. 2.

3.3. As pequenas unidades produzem mais em volume da produção

Os dados do IBGE referentes ao último Censo Agropecuário (1995-1996), mostram que são as pequenas unidades que produzem a grande maioria dos produtos do campo. Esta realidade precisa ser esclarecida, pois há o mito de que são as grandes propriedades que produzem no campo.

Com relação à utilização da terra, as lavouras (temporárias e permanentes) ocupavam 50,1 milhões de ha ou 14,1% da área total dos estabelecimentos; nelas, as pequenas unidades ficavam com 53%, as médias, com 34,5%, e as grandes, com 12,5%. As pastagens, por sua vez, ocupavam 177,7 milhões de ha ou 49,8% da área total dos estabelecimentos; nelas, as pequenas unidades ficavam com 34,9%, as médias, com 40,5%, e as grandes, com 24,6%. Já as áreas ocupadas pelas matas e florestas perfaziam 26,5% do total (94,2 milhões de ha) e as áreas ocupadas com terras produtivas não utilizadas representavam 4,6% (16,3 milhões de ha).

É necessário, neste momento, verificar quanto cada uma dessas unidades produz. Em primeiro lugar, será apresentado o total dos rebanhos e plantéis da pecuária no país (tabela 11).

Tabela 11: Brasil – Distribuição dos plantéis (%)

Rebanho	Pequena	Média	Grande
Bovinos	37,7	40,5	21,8
Bubalinos (búfalos)	24,6	44,5	30,9
Equinos	59,2	31,3	9,5
Asininos	87,1	11,3	1,6
Muares	63	25,3	11,7
Caprinos	78,1	19,2	2,5
Coelhos	93,1	6,4	0,5
Suínos	87,1	11	1,7
Ovinos	55,5	35,7	8,8
Aves	87,7	11,5	0,8

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE – 1995-1996
Org.: OLIVEIRA, A. U.

Como se pode ver, apenas o rebanho de búfalos era maior nas grandes unidades. Mesmo quanto ao rebanho bovino, as pequenas tinham um percentual de quase o dobro daquele dos latifúndios. É preciso repetir que, embora a área ocupada seja maior nos latifúndios, a terra não é posta para produzir. Ela fica com a função de patrimônio, ou seja, é retida apenas como reserva de valor.

Ainda discutindo a pecuária de bovinos, verifica-se que, quanto às matrizes vendidas, as pequenas unidades contribuíram com 38,5%, enquanto que os latifúndios, com apenas 19,3% (as médias tiveram 42,1%). Também em relação ao gado abatido, as pequenas unidades participaram com 62,3%, enquanto que os latifúndios, com apenas 11,2% (as médias ficaram com 26,4%).

Quanto à produção de leite, a posição das pequenas unidades foi majoritária: 71,5%, sendo que os latifúndios produziram apenas 1,9% (as médias ficaram com 26,6%). No que se refere à produção de lã, as pequenas participaram com 27,7%, enquanto que os latifúndios produziram apenas 17,7% (as médias produziram 54,6%). Já em relação à produção de ovos, 79,3% é proveniente das pequenas unidades, ficando as médias com 18,5% e as grandes com apenas 2,2%.

Assim, pode-se verificar que, em relação à produção de origem animal, o volume das pequenas unidades é superior ao das grandes, dos latifúndios.

Pode-se verificar na tabela 12 a participação na produção das lavouras temporárias. Em termos do volume da produção, entre as lavouras temporárias, apenas na cultura da cana-de-açúcar os latifúndios produziram mais que as pequenas unidades, pois, mesmo entre as famosas *commodities* – soja e milho –, as pequenas unidades produzem um volume maior do que as grandes.

Tabela 12: Brasil – Distribuição do volume de produção em lavouras temporárias (%)

Produtos	Pequena	Média	Grande
Algodão (herbáceo)	55,1	29,9	15
Arroz (em casca)	38,9	42,7	18,4
Batata-inglesa (1ª safra)	74	20,7	5,3
Batata-inglesa (2ª safra)	76,7	20,9	2,4
Cana-de-açúcar	19,8	47,1	33,1
Feijão (1ª, 2ª e 3ª safras)	78,5	16,9	4,6
Fumo em folha	99,5	0,5	Zero
Mandioca	91,9	7,3	0,8
Milho em grão	54,4	34,8	10,8
Soja em grão	34,4	43,7	21,9
Tomate	76,4	18,5	5,1
Trigo em grão	60,6	35,2	4,2

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE – 1995-1996
Org.: OLIVEIRA, A. U.

Quanto às lavouras permanentes (tabela 13), o cenário também não é diferente. As pequenas unidades de produção produziram mais que os latifúndios em termos de volume:

Tabela 13: Brasil – Distribuição do volume de produção em lavouras permanentes (%)

Produtos	Pequena	Média	Grande
Ágave (fibra)	73,4	23,7	2,9
Algodão (arbóreo)	75,9	20,1	4
Banana	85,4	13,6	1
Cacau (amêndoas)	75,4	23,7	0,9
Café (em coco)	70,4	27,9	1,7
Caju (castanha)	71,8	15	13,2
Chá-da-índia	47,3	52,7	Zero
Coco-da-baía	67	19,9	13,1
Guaraná	92,2	7,5	0,3
Laranja	51	38,1	10,9
Maçã	35,4	32,3	32,3
Mamão	60,1	35,1	4,8
Pimenta-do-reino	72,6	23,1	4,3
Uva (para mesa)	87,8	9,1	3,1
Uva (para vinho)	97	3	Zero

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE – 1995-1996
Org.: OLIVEIRA, A. U.

Como se pode verificar, também entre as *commodities* (laranja, café e cacau) as pequenas unidades (menos de 200 ha) tiveram o maior volume da produção. Neste setor, há que se destacar o café com uma participação das pequenas unidades acima de 70%.

Entre os produtos agrícolas oriundos da horticultura, a maior parte da produção recaiu massivamente entre as pequenas unidades, pois tradicionalmente são elas as maiores produtoras deste gênero alimentício. O mesmo processo ocorre na floricultura e entre os produtos oriundos do extrativismo vegetal. Neste setor da produção vegetal, praticamente mais de 50% do volume vem das unidades com menos de 200 ha, como pode ser observado na tabela 14:

Tabela 14: Brasil – Distribuição do volume de produção em extração vegetal (%)

Produtos	Pequena	Média	Grande
Borracha (coagulada)	60,1	20,5	19,4
Carvão vegetal	50,3	27,1	13,6
Castanha-do-pará	79,1	16,6	2,3
Erva-mate	67,6	25,8	6,6
Lenha	86,9	26,5	6,1
Madeiras em toras	49,7	26,5	23,8

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE – 1995-1996
Org.: OLIVEIRA, A. U.

O único setor da produção vegetal em que os latifúndios tiveram participação hegemônica foi na silvicultura (tabela 15). A razão desta hegemonia decorre da história de sua origem, atrelada às políticas de incentivos fiscais durante os governos militares.

Tabela 15: Brasil – Distribuição do volume de produção em silvicultura

Produtos	Pequena	Média	Grande
Carvão vegetal	11,2	18,1	**67,8**
Madeiras em tora	10	34,8	**55,1**
Madeiras para papel	8,3	18,6	**73,1**

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE – 1995-1996
Org.: OLIVEIRA, A. U.

3.4. As pequenas unidades de produção também geram mais renda no campo

Outro mito comum entre aqueles que analisam a agricultura brasileira refere-se à participação das diferentes unidades de produção na geração de renda neste setor. Costumam atribuir à grande exploração o papel de destaque, porém, a análise dos dados do valor da produção animal e vegetal do Censo Agropecuário mostram exatamente o oposto, pois quem detém a maior participação na geração de renda no campo brasileiro também são as pequenas unidades de produção com menos de 200 ha, que ficam com 56,8% do total geral. Os dados percentuais desta participação (tabela 16) são provas inequívocas:

Tabela 16: Brasil – Distribuição do valor da produção (%)

Setor	Total geral	Participação	Pequena	Média	Grande
Total geral	100	100	56,8	29,6	13,6
Total da produção animal	39,4	100	60,4	28,6	11,2
Animal de grande porte	25,2	100	46,4	37,2	16,4
Animal de médio porte	3,8	100	85,5	12,9	1,6
Pequenos animais e aves	10,4	100	84,8	13,6	1,5
Total da produção vegetal	60,6	100	53,6	31,2	15,2
Lavouras temporárias	42,1	100	49,2	33,8	16,7
Lavouras permanentes	12,6	100	70,5	24,3	5,2
Horticultura e floricultura	2	100	94,7	4,1	1,2
Extração vegetal	1,6	100	67,6	17,9	11,3
Silvicultura	2,3	100	16,8	23,4	59,8

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE – 1995-1996
Org.: OLIVEIRA, A. U.

Quanto às receitas totais geradas pelos estabelecimentos agropecuários, cabe destacar que as pequenas unidades também ficaram com o maior percentual, ou seja, 53,5% do total. As médias ficaram com 31,1%, e os latifúndios com apenas 15,4% do total geral (tabela 17). Dessa forma, em praticamente todas as variáveis, as pequenas unidades de produção na agricultura são mais produtivas do que os latifúndios. Este cenário indica que a terra na grande propriedade

não está sendo posta para produzir, mas sim, como já destacado, destinada às reservas patrimoniais e de valor.

Tabela 17: Brasil – Distribuição da renda líquida total (R$ 1.000)

Itens	Total	%	Pequena	%	Média	%	Grande	%
Receitas totais	43.622.749	100	23.359.659	53,5	13.520.289	31	6.701.117	15,5
Despesas totais	26.880.701	61,6	13.481.409	50,2	8.523.594	31,7	4.861.743	18,1
Renda líquida total	16.742.048	38,4	9.878.250	59	4.996.695	29,8	1.839.374	11,2

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE – 1995-1996
Org.: OLIVEIRA, A. U.

A distribuição da renda líquida total revela e reforça a tese central de que a pequena unidade de produção é responsável pela maior receita, despesa e volume financeiro, enquanto o latifúndio, por sua vez, ficou com a menor parcela.

Entretanto, aprofundando mais esta investigação, verifica-se que, como o número das pequenas unidades é elevado (88,85% do total), a parcela média obtida por unidade é também pequena. Por exemplo, na tabela 18, a quantia média do valor da produção por estabelecimento entre aqueles com área inferior a 10 ha variou de R$ 1.130 a R$ 4.240; Nos que possuem área entre 10 e 200 ha, a parcela média variou de R$ 6.500 a R$ 20.500. Enquanto que, nas grandes unidades, esta parcela média variou de R$ 231.000 a R$ 827.000.

A situação não foi diferente no item das receitas. Enquanto que nas pequenas o valor médio por estabelecimento variou de R$ 1.040 a R$ 18.800, entre as grandes ela variou de R$ 236.800 a R$ 881 mil. No item despesas, o quadro da desigualdade foi semelhante, o que também ocorreu com a renda líquida total média. Como o número dos grandes estabelecimentos é reduzido (0,5%), o resultado por unidade torna-se elevado. Cabe esclarecer que esta concentração é também resultado da histórica concentração da terra no país e, particularmente, pelo fato de que no Brasil parte significativa das exportações ainda é de produtos básicos ou apenas semimanufaturados. Assim, a elite se reproduz ao reproduzir a concentração da terra e da

renda. Vender para o mercado mundial mais produtos da agricultura, o que o Brasil fez em toda sua história, agora virou participar do agronegócio. Até a cidade de Ribeirão Preto, que foi "*a capital do café*", agora adotou um novo *slogan*: a "*capital do agronegócio*". Muda-se para não mudar nada. Com todo respeito aos incansáveis trabalhadores desta cidade, mas Ribeirão Preto continua sendo *"um fazendão iluminado"*, como afirmou um agente do setor imobiliário de lá.[24] Esta região tornou-se uma espécie de ícone do agronegócio. Aliás, há algum tempo, a Rede Globo fez um programa especial do Globo Repórter para chamar aquela região de "Califórnia brasileira". Existe pelos menos duas grandes diferenças entre ambas: a distribuição da terra e da renda. Na Califórnia, a sociedade norte-americana, desde o século XIX, tratou de fazer cumprir leis que limitaram o tamanho da propriedade da terra no centro e oeste do país:

> Esse processo de abertura do acesso à terra teve início com uma lei de 1820 que permitia a venda de terras do Estado em pequenas parcelas de 80 acres (32,3736 ha) ao preço de US$ 1,25 por acre (4.047 m^2). Em 1832, o Estado autorizou a venda de propriedades de até 40 acres (16,1868 ha). Por fim, em 1862, foi assinada a *The Homestead Act*, ou a lei da colonização americana, que permitia a concessão gratuita de terra para propriedades de 160 acres (64,7472 ha).[25]

Assim, parece que, sempre teimosamente, quando a história se repete, ela o faz como farsa. Este conjunto de resultados apresentados referentes aos dados da agricultura brasileira é mais um indicativo de que a necessária e fundamental melhor distribuição da renda na agricultura passa necessariamente pela redistribuição da terra. Maior acesso à terra significa possibilidade de obtenção de melhor fatia da renda geral.

---

24 BELTRÃO SPOSITO, M. E. *O chão arranha o céu: a lógica da (re)produção monopolista da cidade*. Tese (doutorado) defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana – FFLCH-USP, São Paulo, 1991.

25 OLIVEIRA, A. U. *Modo capitalista de produção e agricultura*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1990.

Tabela 18: Brasil – Valor da produção, receitas, despesas e renda líquida média por estabelecimento

Grupos de área total (ha)		N. de estabeleci-mentos	% do n. de esta-belecimentos	Valor médio da produção por estabelecimento	Valor médio das receitas totais por estabeleci-mento	Valor médio das despesas totais por estabeleci-mento	Valor médio da renda líquida otal por estabelecimento
Pequena	Menos de 1	512.032	10,5	1.130	1.040	525	515
	1 a -2	471.298	10	1.390	1.190	620	570
	2 a -5	796.724	16,4	2.610	2.320	1.200	1.120
	5 a -10	622.320	12,8	4.240	3.650	1.910	1.740
	Menos de 10	2.402.374	49,4	–			
	10 a -20	701.416	14,4	6.500	5.480	2.990	2.490
	20 a -50	814.695	16,8	9.000	7.760	4.500	3.260
	50 a -100	400.375	8,2	12.600	11.160	6.460	4.700
	Menos de 100	4.318.861	88,8	–			
	100 a -200	246.314	5,1	20.500	18.800	11.530	7.270
	Menos de 200	4.565.175	93,9	–			
Média	200 a -500	165.243	3,4	39.000	37.400	23.140	14.260
	500 a -1.000	58.407	1,2	77.000	74.900	43.600	31.300
	1.000 a -2.000	28.504	0,6	130.000	129.100	79.700	49.400
	200 a -2.000	252.154	5,2	–			
Grande	2.000 a -5.000	14.982	0,3	231.000	236.800	151.500	85.300
	5.000 a -10.000	3.688	0,1	410.000	451.100	325.100	126.000
	10.000 e mais	2.184	0,1	827.000	881.000	678.000	203.000
	2.000 e mais	20.854	0,5	–			
Total		**4.859.865 (*)**	**100 (*)**	**10.100**	**9.420**	**5.820**	**3.600**

* A diferença entre a soma e o total refere-se aos estabelecimentos sem declaração.
Fonte: Censo Agropecuário do IBGE – 1995-1996
Org.: OLIVEIRA, A. U.

4. A REFORMA AGRÁRIA É O CAMINHO, POIS AS PEQUENAS UNIDADES SÃO TAMBÉM AS QUE PODERÃO GERAR MAIS EMPREGOS

A análise do conjunto do pessoal empregado no campo brasileiro mostra que as pequenas unidades são aquelas que mais empregam e destinam parte expressiva de suas rendas para esta finalidade. Do total do pessoal empregado nos estabelecimentos (17,9 milhões de trabalhadores), as pequenas unidades empregaram 87,3% deste contingente, as médias, 10,2%, e os latifúndios, apenas e tão somente 2,5%. Quanto à massa total dos salários pagos e do volume de produtos igualmente pagos, as pequenas unidades participaram com 50,2%, as médias, com 31,7%, e os latifúndios, com apenas 18,1%.

Assim, de acordo com todos estes dados provenientes da agropecuária brasileira, os latifúndios "escondem" a terra improdutiva. Na realidade, o papel da grande propriedade no país sempre foi servir de reserva patrimonial e de valor às elites. A terra não é apropriada privadamente para produzir. Este processo tem uma história longa, de mais de 500 anos. Mas a terra não pode ser considerada uma mercadoria qualquer, que pode ficar retida, acumulada nas mãos de poucos. Ela é uma coisa especial. Dela depende a humanidade para sobreviver. Por isso que a maioria dos países impôs leis severas contra a concentração da terra. A terra somente tem sentido de ser apropriada com fins produtivos. E não é isto que se tem verificado com os latifúndios existentes no Brasil. Ao contrário, as pequenas unidades de produção na agricultura nacional sempre tiveram sua apropriação fundada na produção, daí sua participação expressiva inclusive no agronegócio. Assim, uma política de reforma agrária ampla e massiva, junto com uma política agrícola consistente e apropriada, vai aumentar significativamente a oferta de produtos agrícolas para o mercado interno e também para o mercado mundial. Uma política consistente de soberania alimentar no Brasil passa necessariamente por uma reforma agrária ampla e massiva e por

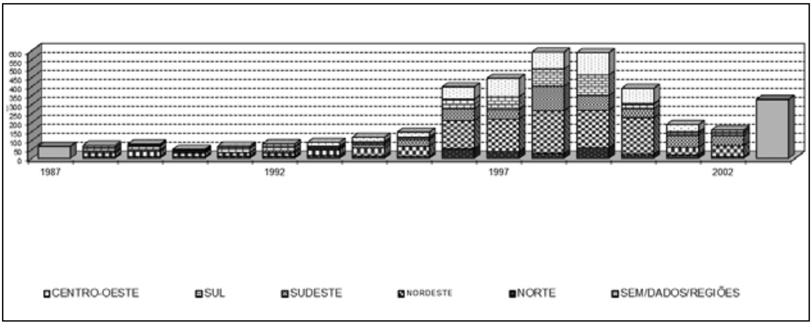
uma política agrícola de apoio às pequenas unidades de produção. Como o governo Lula foi eleito, para ser um governo das reformas, este deve ser seu rumo mais adequado. Trata-se, portanto, de fazer cumprir o que está expresso na Constituição Federal do país:

> Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social (...)
> Art. 185. São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária:
> I- a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra;
> II- a propriedade produtiva.

5. OS MOVIMENTOS SOCIAIS E OS CAMPONESES EM LUTA

Foi com paciência que os camponeses inscreveram-se como candidatos a beneficiários da reforma agrária virtual pelos correios, lançada no final do governo de FHC. Agora, aguardam que o governo Lula cumpra também esta parte da lei, assentando os mais de 800 mil inscritos. Outros mais de 170 mil foram para os acampamentos e ocupações, pois não podem mais continuar esperando esta reforma agrária que não vem. Assim, enquanto ela não ocorre, a luta continua a marcar os campos do país, e não há nenhum sinal de que ela vá diminuir; ao contrário, o surgimento de novos movimentos sociais indica que continuará a crescer. A queda de ocupações no final do governo FHC significou recuo tático, acúmulo de forças e retorno à luta (gráfico 5).

Gráfico 5: Brasil – Ocupações de terra – 1987 a 2003 (Número total – participação regional)



Fonte: CPT
Org.: OLIVEIRA, A. U.

Essas lutas trazem à cena os *novos personagens da política brasileira*, como escreveu um dia o brilhante Eder Sader. Os movimentos sociais que marcam suas ações pela luta por direitos são, portanto, parte constitutiva da modernidade. São portadores de novas práticas, novas ações, novos signos e novos sinais. Como tenho escrito repetidas vezes, um bom exemplo disto são as palavras e concepções do subcomandante Marcos e do zapatismo em Chiapas, no México:

> o zapatismo não é uma nova doutrina ou ideologia, nem uma bandeira que substitua o comunismo, o capitalismo ou a social-democracia. Nem chega a ter corpo teórico acabado. Somos escorregadios para definições. Escapamos dos esquemas. O zapatismo é um sintoma do que está ocorrendo no mundo, algo maior e mais geral, que em cada continente aparece de uma forma. Em cada lugar, essa rebeldia apresenta formas e reivindicações próprias. Por isso dizemos que as rebeliões pelo mundo afora têm muito do zapatismo.[26]

Outra questão central que os movimentos sociais do final do século XX trazem ao cenário político é a firme convicção política sobre a necessidade de se redefinir a questão do poder e as formas

[26] *Atenção,* ano 2, n. 8. São Paulo: Página Aberta, 1996, p. 41.

de se fazer política. Em decorrência desta visão, não reproduzem os esquemas baseados no princípio de que

> para mudar o mundo, é necessário tomar o poder, e, já no poder, organizá-lo como melhor convém ao mundo, isto é, como melhor convém a quem está no poder. Pensamos que, se mudarmos a maneira de ver o poder, afirmando que não queremos tomá-lo, isso produzirá outra forma de fazer política e outro tipo de político, diferente dos que sofremos hoje em todo o espectro, esquerda, centro, direita e as variações que haja.[27]

É por isso que o campesinato no Brasil segue sua já longa marcha. Caminham em busca do futuro. Caminham lutando contra o capitalismo rentista, que semeia a violência e a barbárie. Caminharam e lutaram contra o governo FHC, que, em vez de fazer a reforma agrária, tentou impor aos movimentos sociais a barbárie das medidas provisórias inconstitucionais. Continuam a caminhar apesar de os textos de muitos intelectuais os ignorarem ou os "assassinarem", caracterizando-os como sujeitos sociais fora do futuro. Por tudo isso também, penso que o caminho seja continuar a marcha que os poetas cantam:

> *Penso que cumprir a vida*
> *Seja simplesmente*
> *Compreender a marcha*
> *Ir tocando em frente...*[28]

E, como ainda não perdi a esperança, penso ser melhor continuar cantando os versos do poema-canção "A grande esperança", que nasceu nos fins de 1950 e início de 1960 com Goiá e Francisco Lázaro, e que tem sido reatualizado pelos movimentos sociais:

> *A classe roceira e a classe operária*
> *Ansiosas esperam a reforma agrária*
> *Sabendo que ela dará solução*

---

27 *Id.*, p. 32

28 Almir Sater e Renato Teixeira, "Tocando em frente".

Para a situação que está precária
Saindo o projeto do chão brasileiro
De cada roceiro plantar sua área
Sei que na miséria ninguém viveria.
E a produção já aumentada
Quinhentos por cento até na pecuária
Esta grande crise que há pouco surgiu
Maltrata o caboclo ferido em seu brio
Dentro de um país rico e altaneiro
Morrem brasileiros de fome e de frio
Em nossas manchesters de ricos imóveis
Milhões de automóveis já se produziu
Enquanto o coitado do pobre operário
Vivendo apertado ganhando um salário
Que sobe depois que tudo subiu.
Nosso lavrador que vive do chão
Só tem a metade de sua produção
Porque a semente que ele semeia
Tem que ser à meia com o seu patrão
Os nossos roceiros vivem num dilema
E o seu problema não tem solução
Porque o ricaço que vive folgado
Acha que o projeto, se for assinado,
Estará ferindo a Constituição.
A grande esperança que o povo conduz
Pedir a Jesus pela oração
Pra guiar o pobre por onde ele trilha
E a cada família não faltar o pão
Que ele não deixe o capitalismo
Levar ao abismo a nossa nação
A desigualdade que existe é tamanha
Enquanto o ricaço não sabe o que ganha
O pobre do pobre vive de tostão.

(São Paulo, nesta "fria" primeira primavera e início de verão do governo Lula)

QUESTÃO AGRÁRIA: CONFLITUALIDADE E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL*

BERNARDO MANÇANO FERNANDES**

Sonhar mais um sonho impossível
Lutar quando é fácil ceder
Vencer o inimigo invencível
Negar quando a regra é vender
Chico Buarque, "Sonho impossível"

INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de uma longa reflexão teórica que tem como bases e referências as pesquisas de campo e as leituras sobre a questão agrária no Brasil e, nos últimos dez anos, na América Latina. Tenho debatido o conteúdo deste trabalho em diversos

---

* Este texto foi elaborado a convite do professor Antônio Márcio Buainain. Participamos, em abril de 2004, juntamente com Carlos Enrique Guazinroli e Antony Hall, em seminários no Lincoln Istitute of Land Policy e na Harvard University debatendo a questão do acesso à terra e dos conflitos agrários no Brasil. Apresentamos visões distintas, o que possibilitou bom debate com os presentes e também entre nós. Buainain propôs que reuníssemos nossos textos em uma mesma publicação para expandir o debate, contribuindo com o desenvolvimento do conhecimento e, certamente, produzindo novos conflitos acadêmicos entre os teóricos da questão agrária.

** Geógrafo, professor no Departamento de Geografia e no Programa de Pós-graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp, *campus* de Presidente Prudente. Coordenador do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – Nera. Coordenador do Grupo de Trabalho Desenvolvimento Rural do Conselho Latino Americano de Ciências Sociais – Clacso. Coordenador da Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial.

espaços com pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento e distintos paradigmas.[1] Aqui, a questão agrária é tratada a partir de dois processos que comumente são analisados em separado: o conflito por terra e o desenvolvimento rural. Há, inclusive, uma compreensão predominante de que o conflito prejudica o desenvolvimento. Confrontando essa visão, afirmamos que conflito agrário e desenvolvimento são processos inerentes da contradição estrutural do capitalismo e paradoxalmente acontecem simultaneamente.

A questão agrária sempre esteve relacionada com os conflitos por terra; analisá-la somente neste âmbito é uma visão redutora, porque, por serem territoriais, eles não se limitam apenas ao momento do enfrentamento entre classes ou entre camponeses e Estado. O enfrentamento é um momento do conflito. Para compreendê-lo em seu movimento, utilizamos o conceito de conflitualidade, que é um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo. O movimento da conflitualidade é paradoxal ao promover, concomitantemente, a territorialização-desterritorialização-reterritorialização de diferentes relações sociais. A realização desses processos geográficos gerados pelo conflito é melhor compreendida quando analisada nas suas temporalidades e espacialidades. São processos de desenvolvimento territorial rural formadores de diferentes organizações sociais.

Um dos obstáculos que impedem uma leitura da territorialidade do conflito está na compreensão que os paradigmas têm da conflitualidade. Confrontamos os paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário em uma leitura crítica para analisar as contri-

[1] Meus agradecimentos aos caros amigos que se deram ao trabalho de ler e criticar a primeira versão deste texto: Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Cliff Welch, Carlos Walter Porto Gonçalves, Jorge Montenegro Gómez e Antonio Márcio Buainain. Também sou muito grato a Wilder Robles, Jorge Nef e Jean Yves Martin, com quem troquei muitas ideias e que contribuíram imensamente com as ideias desenvolvidas neste artigo.

buições e os limites de seus referenciais teóricos, suas dicotomias e preconceitos. Dois problemas explícitos nos estudos paradigmáticos são as restritas e lineares definições de conflito, de desenvolvimento e de território. Conta-se ainda com outros problemas de ordem prática, técnica e política quando nos referimos à estrutura fundiária e às ocupações de terra.

Nesta leitura crítica, debatemos o conflito não como um processo externo ao desenvolvimento, mas que acontece no seu interior e é produzido em diferentes escalas geográficas e dimensões da vida. Os conflitos por terra são também conflitos pela imposição dos modelos de desenvolvimento "territorial" rural e nestes se desdobram. Apresentamos uma crítica às visões de desenvolvimento territorial rural que não têm o conflito como processo presente. Esses conceitos são insuficientes, e os projetos realizados fracassam exatamente porque ignoram um dos principais movimentos do desenvolvimento – os conflitos sociais.

Analisamos as formas como o MST organiza os trabalhos de base para a formação de grupos de famílias e a realização de ocupações. Este é um trabalho formador de organizações sociais e de territorialização que contribui para o desenvolvimento. Basta ler os diversos relatórios de pesquisas, livros, teses, dissertações e monografias[2] para observar como milhares de famílias que, cotidianamente, realizaram ocupações se estabeleceram em diferentes municípios por todos os Estados brasileiros e estão contribuindo com o desenvolvimento territorial rural.

Essas famílias produzem e se reproduzem por meio dos conflitos e do território, ou seja, ao conquistarem a terra, ao serem assentadas, elas não produzem apenas mercadorias, criam e recriam igualmente a sua existência. Através da territorialização da luta pela

2 Ver, por exemplo, ROMEIRO, GUAZINROLI e LEITE, 1994; LIMA e FERNANDES, 2001; RAMALHO, 2002; LEAL, 2003; LEITE, 2004.

terra, elas realizam – também – novos assentamentos cuja maior parte é resultado do conflito que promove o desenvolvimento. Essas famílias organizadas em movimentos socioterritoriais não aceitam as políticas de mercantilização da vida e, por essa razão, usam meios "estranhos" ao capital, que é confrontado a todo momento. Por outro lado, as políticas mercantis não têm apresentado resultados amplos de ressocialização que possam impedir ou convencer as famílias sem-terra a abandonarem suas ações. O Estado também não consegue acompanhar os conflitos para solucioná-los. Por tudo isso, nas considerações finais, proponho o "empate" com espaço – diálogo em que os interessados possam debater o conflito como desenvolvimento, não criminalizar a luta, tratando-a por meio de diferentes políticas no processo da conflitualidade.

1. QUESTÃO AGRÁRIA E CONFLITUALIDADE

Compreender a questão agrária está entre os maiores desafios dos pesquisadores das ciências humanas. A amplitude e a complexidade deste problema possibilitam várias leituras, porque os cientistas que pensam este tema constroem diferentes paradigmas que projetam suas visões de mundo. Nas pesquisas a respeito da questão agrária, esses intelectuais têm seus respectivos métodos de estudos, seus referenciais teóricos, portanto suas ideologias, que compõem as análises e as influenciam, determinando as compreensões do problema. Desse modo, procurar compreender a questão agrária nos coloca num turbilhão que pode ser representado por um enunciado de José de Souza Martins (1994, p. 12-13): "Na verdade, a questão agrária engole a todos e a tudo, quem sabe e quem não sabe, quem vê e quem não vê, quem quer e quem não quer". Evidente que a questão agrária não é um enigma. Sua compreensão é possível, desde que seja analisada na sua essência, sem subterfúgios, reconhecendo e revelando os seus limites em um campo de possibilidades que exige uma postura objetiva nas tomadas de decisão em seu tratamento.

Ela está presente no nosso cotidiano há séculos. Pode-se querer escondê-la, encobrindo deliberadamente parte da realidade, mas ela se descortina dia a dia. Pode-se afirmar que é uma coisa do passado, mas é do presente, está ali, aqui e naquilo, em todo o lugar, ação e objeto. Em cada Estado brasileiro, a questão agrária se manifesta, principalmente, nas ocupações e nos acampamentos, nas estradas e nas praças. Igualmente está presente nos latifúndios, no agronegócio e nas *commodities*; nas teses, livros e relatórios. No dia a dia, é exposta nas manchetes dos jornais e de todas as mídias que explicitam a sua *conflitualidade*. Por sua complexidade, alguns pesquisadores e outros envolvidos com este problema desistem de tentar compreendê-la. Abandonam esse desafio, pois se investe tanto em busca de uma solução que nunca se realiza. A questão agrária derrota os políticos que prometem resolvê-la, vence os religiosos que creem no seu fim, atropela indiferente os cientistas que tentam afirmar sua inexistência.

A questão agrária nasceu da contradição estrutural do capitalismo que produz, simultaneamente, a concentração da riqueza e a expansão da pobreza e da miséria. Essa desigualdade é resultado de um conjunto de fatores políticos e econômicos. Ela é produzida pela diferenciação econômica dos agricultores, predominantemente do campesinato, por meio da *sujeição da renda da terra ao capital* (Martins, 1981, p. 175). Nessa diferenciação, prevalece a sujeição e a resistência do campesinato à lógica do capital. Na destruição do campesinato por meio da expropriação, ocorre simultaneamente a recriação do trabalho familiar através do arrendamento ou da compra de terra e, também, a transformação de uma pequena parte em capitalista pela acumulação de capital, compra de mais terra e assalariamento.

Por essa razão, a questão agrária gera continuamente *conflitualidade*. Porque é movimento de destruição e recriação de relações sociais: de territorialização, desterritorialização e reterritorialização

do capital e do campesinato; de monopólio do território camponês pelo capital (Oliveira, 1991, p. 24-25*).* A *conflitualidade*[3] é o processo de enfretamento perene que explicita o paradoxo das contradições e as desigualdades do sistema capitalista, evidenciando a necessidade do debate permanente, nos planos teóricos e práticos, a respeito do *controle político* e de modelos de desenvolvimento. Santos (1999) apresenta algumas ideias-elementos contidas no conceito de *conflitualidade*, que reproduzimos aqui, todavia acrescentadas de noções que contribuem com uma leitura da espacialização e da territorialidade da *conflitualidade*. As ideias-elementos são: 1) a complexidade das relações sociais construídas de formas diversas e contraditórias, produzindo espaços e territórios heterogêneos; 2) a historicidade e a espacialidade dos processos e conflitos sociais, dinamizadoras e não determinadas; 3) a construção política de uma perspectiva relacional das classes sociais em trajetórias divergentes e de diferentes estratégias de reprodução social; 4) o reconhecimento da polarização regra/conflito como contradição em oposição à ordem e ao "consenso"; 5) o posicionamento diante dos efeitos da globalização da sociedade, da economia e dos espaços e territórios, marcados pela exclusão das políticas neoliberais, produtora de desigualdades e ameaçando a consolidação da democracia (Santos, 1999, p. 12-13).

A vastidão da questão agrária alcança o campo e a cidade, atinge todas as instituições e abarca todas as dimensões do desenvolvimento. A questão agrária é composta da contradição e do paradoxo que

[3] São diversos os estudos a respeito da conflitualidade que abordam diferentes dimensões e escalas desse processo. Dois estudiosos da questão são o geógrafo Carlos Walter Porto Gonçalves (2004 e 2005), que tem realizado estudos amplos das conflitualidades na luta pela terra, inclusive classificando as distintas formas de conflito; e também o sociólogo José Vicente Tavares dos Santos (1999 e 2004), que tem investido na construção teórica de uma sociologia da conflitualidade. Neste artigo, trabalhamos com algumas dimensões da conflitualidade produzida pela questão agrária.

revelam sua complexidade. A primeira está na estrutura do sistema capitalista, e o segundo no movimento da questão agrária. E é este o seu caráter mais importante, porque manifesta *conflitualidade e desenvolvimento* através de relações sociais distintas, que constroem territórios diferentes em confronto permanente. Do reconhecimento dessas diferenças, compreendemos melhor a *conflitualidade* que promove o *desenvolvimento* do Brasil.

A conflitualidade é inerente ao processo de formação do capitalismo e do campesinato. Ela acontece por causa da contradição criada pela destruição, criação e recriação simultâneas dessas relações sociais. A conflitualidade é inerente ao processo de formação do capitalismo e do campesinato por causa do paradoxo gerado por sua contradição estrutural. A conflitualidade e o desenvolvimento acontecem simultâneos e consequentemente, promovendo a transformação de territórios, modificando paisagens, criando comunidades, empresas, municípios, mudando sistemas agrários e bases técnicas, complementando mercados, refazendo costumes e culturas, reinventando modos de vida, reeditando permanentemente o mapa da geografia agrária, reelaborado por diferentes modelos de desenvolvimento. A agricultura camponesa estabelecida, ou que se estabelece por meio de ocupações de terra e implantação de assentamentos rurais, resultantes de políticas de reforma agrária, promove conflitos e desenvolvimento. A agricultura capitalista, na nova denominação de agronegócio, se territorializa, expropriando o campesinato, promovendo conflito e desenvolvimento. É importante destacar, ainda, que uma parte fundante desse paradoxo é a obsessão pela destruição do campesinato[4] e pelo crescimento da organização camponesa em

[4] Referências a respeito deste debate são BRYCESON *et al.,* 2000; GOLDBERG, 1996. Na parte seguinte deste artigo, aprofundaremos essa questão a partir de uma análise dos principais paradigmas utilizados na leitura da questão agrária brasileira.

diferentes escalas e de diversas formas: no Brasil, na América Latina e no Mundo.[5]

Em todo o século XX, conflitualidade e desenvolvimento coexistiram, embora fossem tratados separadamente. O tratamento à parte desses processos simultâneos atrapalha a compreensão da questão agrária. Da forma como tem sido tratada, é como se o capitalismo só promovesse o desenvolvimento e a luta pela terra só motivasse o conflito. De um lado, a apologia ao agronegócio. De outro, a criminalização da luta pela terra. Mas, em verdade, ambos produzem conflitualidade e desenvolvimento. É preciso superar esta visão dicotômica para tratar a essência da complexidade da questão agrária.

O capital se realiza desenvolvendo a sua própria relação social, destruindo o campesinato, mas também se desenvolve na criação e na recriação deste. Nesta *condição*, a formação do campesinato acontece, em parte, por meio da subalternidade dirigida pela *lógica da reprodução ampliada das contradições do capitalismo* (Martins, 1986, p. 21). A relação capitalista se realiza em si mesma e pela reprodução de suas contradições. Esta é a marca de seu poder, cuja capacidade extraordinária de superação tem como fundamento o *controle político* das relações econômicas, explicitado pelas regras que regem o mercado, construídas a partir da lógica do capital. Desse modo, o mercado torna-se território do capital. Essas regras são determinadas por lei, a partir de princípios que representam interesses de uma classe, e são votadas no Congresso Nacional pela maior parte dos parlamentares eleitos democraticamente. Assim, os capitalistas, também denominados *ruralistas*, procuram sempre que possível deslocar as políticas relativas à questão agrária para o mercado.

[5] Um bom exemplo é a Via Campesina, que está organizada em todos os continentes, reunindo dezenas de movimentos camponeses (DESMARAIS, 2001; FERNANDES, 2004).

A formação do campesinato não acontece somente pela *reprodução ampliada das contradições do capitalismo*. A outra *condição* de criação e recriação do trabalho camponês é uma estratégia de criação *política do campesinato: a luta pela terra*. É por meio da *ocupação da terra* que historicamente o campesinato tem enfrentado a condição da *lógica do capital* (Fernandes, 2000, p. 279 e ss.). A ocupação e a conquista do latifúndio, de uma fração do território capitalista, significam a destruição – naquele território – da relação social capitalista e da criação e/ou recriação da relação social familiar ou camponesa. Este é o seu ponto forte, que gera a possibilidade da formação camponesa, da sua própria existência, fora da lógica da reprodução ampliada das contradições do capitalismo. Este também é seu limite, porque não possui o *controle político* das relações econômicas.

Essas duas *condições*, a reprodução ampliada das contradições do capitalismo e da política camponesa de construção de sua existência, geram a *conflitualidade que projeta diferentes modelos de desenvolvimento*. A conflitualidade resulta do enfrentamento das classes. De um lado, o capital expropria e exclui; de outro, o campesinato ocupa a terra e se ressocializa. A conflitualidade gerada pelo capital em seu processo de territorialização destrói e recria o campesinato, excluindo-o, subordinando-o, concentrando terra, aumentando as desigualdades. A conflitualidade gerada pelo campesinato em seu processo de territorialização destrói e recria o capital, ressocializando-se em sua formação autônoma, diminuindo as desigualdades, desconcentrando terra. Essa conflitualidade promove modelos distintos de desenvolvimento.

No interior desse processo, há os trabalhadores assalariados qualificados e os boias-frias, de origem rural e urbana. Estes últimos estão em movimento decadente por causa do desemprego estrutural gerado pela mecanização da agricultura e pela informatização da indústria e do comércio. Uma tendência na trajetória da vida dessas

pessoas é a de tornarem-se camponeses, por meio da ocupação de terra ou das políticas de crédito fundiário. É importante destacar que a ocupação da terra é uma saída para a ressocialização dessas pessoas que foram excluídas da condição de trabalho. Da mesma forma, trabalhadores desempregados de origem urbana encontram nessa possibilidade a condição de ressocialização. A ocupação gera o conflito, isso é fato. Entretanto, é preciso estar atento para a amplitude do fato e observar as dimensões da conflitualidade. Neste contexto, o *conflito*,[6] evidentemente, não é ocasionado unilateralmente. Ele é uma reação ao processo de exclusão. A ocupação não é o começo da conflitualidade, nem o fim. Ela é um desdobramento, uma forma de resistência dos trabalhadores sem-terra. O começo foi gerado pela expropriação, pelo desemprego, pelas desigualdades resultantes do desenvolvimento contraditório do capitalismo.

O desenvolvimento da agricultura acontece também pela conflitualidade perene das classes sociais, que se enfrentam e disputam a política e o território. Esse *desenvolvimento pela conflitualidade* é caracterizado pela contradição e pelo paradoxo insolúveis que vêm sendo registrados na história moderna por meio da territorialização do capital e da desterritorialização e reterritorialização do campesinato. De um lado, o capital destrói e recria o campesinato, a partir de sua lógica e princípios. De outro, o campesinato também se recria, rompendo com a lógica e com os princípios do capital. A reprodução de ambas as formas de organização social são incongruentes, mas realizam-se no mesmo espaço, disputando territórios, gerando conflitualidade, promovendo desenvolvimentos.

O capital gera a conflitualidade determinando a relação social dominante, tornando sempre subalterno o campesinato. Nessa condição, nasce o conflito, porque o capital, tentando manter sua

6 Vale a pena lembrar a etimologia da palavra conflito. Ela vem do Latim e é composta do prefixo *co* com o verbo *flictum*. O prefixo *co* explicita correlação (de forças); o verbo *flictum* denota choque, embate, oposição de forças.

lógica e seus princípios, enfrenta permanentemente os camponeses para continuar a dominá-los. Por sua própria dignidade, os camponeses lutam continuamente pela autonomia política e econômica.[7] A destruição e a recriação do campesinato pelo capital e a recriação do campesinato por si mesmo são processos diversos, com lógicas distintas, com valores diferentes. Enquanto o capital promove a recriação do campesinato no interior de suas relações, por meio do arrendamento e da compra e venda de terras, o campesinato ocupa terras e reivindica a desapropriação. Essa é uma forma de rompimento com a relação dominante, mas que não supera a subalternidade, já que, após a conquista da terra, os novos camponeses são dominados pelos capitalistas por meio da sujeição da renda da terra. Esse processo de dominação e resistência permanentes é constituinte estrutural da questão agrária, gerador de conflitualidade.

A questão agrária não é problema em si, mas é problema da contradição inerente do sistema capitalista, que se movimenta e se perpetua por meio de seu paradoxo. A contradição impossibilita a superação da questão agrária, gerando o paradoxo que alimenta a própria contradição. Como a questão agrária é insolúvel, ela tem movimentos diferenciados. Os movimentos de destruição e recriação dos camponeses por meio da expropriação, arrendamento e/ou ocupação da terra são maiores ou menores de acordo com a conjuntura política e econômica, a depender disso, o campesinato ocupa mais ou menos terra, para recriar-se e ressocializar-se. E, dessa forma, a questão estrutural permanece. A contradição e o paradoxo devem ser tratados no campo político de acordo com a essência da questão agrária, que explicita a luta de classes, construindo terri-

[7] Ou aceitam a dominação do capital sem questionar as suas regras, seus valores e sua lógica. Esta tem sido a atitude de algumas lideranças de movimentos camponeses, que concordam com políticas como a Cédula da Terra, o Banco da Terra e o Crédito Fundiário. Essa postura é defendida por cientistas vinculados ao paradigma do capitalismo agrário.

tórios diferentes em distintos modelos de desenvolvimento. Desde essa compreensão se pode distender ou tensionar a questão agrária, como forma de administrá-la. O seu tensionamento é gerado por um modelo de desenvolvimento que aumenta a conflitualidade por causa da expropriação e concentração da terra e das riquezas. Quem perde com o tensionamento da questão agrária são os camponeses, que são presos, assassinados, expropriados e veem suas organizações políticas em refluxo. A distensão da questão agrária é gerada por um modelo de desenvolvimento que diminui a conflitualidade, desconcentrando terra e riquezas. A luta pela terra, pela reforma agrária e pela formação da agricultura camponesa são políticas desse modelo. Quem ganha com a distensão da questão agrária é toda a sociedade, por causa da diminuição das desigualdades, do desenvolvimento regional e do fortalecimento da democracia. A história ensina que na conflitualidade da questão agrária não existem trégua perene nem rendição total – há transigência e intolerância.

Estes são os elementos da complexidade, o *paradoxo* e a *contradição*, que, compreendidos, nos desafia a tomar decisões a respeito do tratamento da questão agrária. Ela não pode ser ignorada nem pode se alimentar de nossas incertezas; não pode nos destruir nem nos anular. Embora seja *uma unidade de desunidade*, é sempre uma possibilidade. Todavia, este estado possível depende das compreensões da questão agrária, construídas pelos diferentes paradigmas.

2. PARADIGMAS DA QUESTÃO AGRÁRIA E DO CAPITALISMO AGRÁRIO: CONFLITUALIDADE EM DEBATE

Há um problema original do desenvolvimento da agricultura no capitalismo manifestado na constante indagação a respeito da permanência ou do fim do campesinato. Até o final da década de 1980, esta questão dominou o principal debate das vertentes teóricas do paradigma da questão agrária. Conforme Oliveira (1991, p. 45-64), em uma delas, alguns cientistas asseveravam a destrui-

ção do campesinato por meio da diferenciação interna produzida pelas contradições típicas do processo de integração no mercado capitalista ou pelo processo de "penetração das relações capitalistas de produção no campo" que determinariam a proletarização do campesinato. Em outra, alguns autores negavam essa possibilidade, entendendo que o campesinato é criado, destruído e recriado pelo desenvolvimento contraditório do capitalismo, pela *produção capitalista de relações não capitalistas de produção*, na expressão notável de José de Souza Martins (1986). Essas vertentes teóricas fazem parte do paradigma da questão agrária e têm como principais elementos de análise a renda da terra, a diferenciação econômica do campesinato e a desigualdade social geradas pelo desenvolvimento do capitalismo.[8] Na década de 1990, surgiu um outro paradigma, denominado *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Este é o título do livro, derivado da tese de doutorado de Ricardo Abramovay, publicado em 1992, que se tornou uma referência expressiva para pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento.

Nesta obra, Abramovay propõe uma ruptura com o paradigma marxista (p. 42) ou leninista/kautskyano (p. 249) e apresenta outra leitura: de que o desenvolvimento da agricultura nos países capitalistas ricos atingiu estágios determinados, sendo que a agricultura de base familiar teve participação expressiva e se consolidou, ao contrário do que foi defendido por uma vertente do outro paradigma, em que o trabalho assalariado seria predominante. A leitura de Abramovay traz uma questão ainda pouco debatida sobre a diferença entre campesinato e agricultor familiar, que apresentaremos a seguir. É necessário provocar este debate,[9] pois o paradigma do capitalismo agrário trouxe uma diferenciação teórica e política que

---

[8] Uma obra que reúne trabalhos e explicita essas vertentes é *A questão agrária hoje*, organizada por João Pedro Stedile (1994) e que acaba de ser reeditada pela editora Expressão Popular (Coleção A questão agrária no Brasil, v. 6).

[9] Uma primeira análise dessa questão está em Fernandes, 2001b.

tem se manifestado em políticas públicas e organizações sociais dos trabalhadores, gerando conflitualidades.

Para promover este debate, elegemos dois estudos[10] paradigmáticos:[11] *Questão agrária*, de Kautsky ([1899] 1986), e o já comentado *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*, de Abramovay (1992), que compreendem a permanência ou o fim do campesinato de maneiras diferentes. Para o primeiro, este é um problema estrutural e só pode ser superado com a destruição do sistema capitalista e sua transformação em um regime socialista (Kautsky, 1986, p. 389 e ss.). Para o segundo, é um problema conjuntural, e sua superação pode acontecer desde que o desenvolvimento do capitalismo atinja um determinado estágio no qual as relações sejam determinadas por *estruturas nacionais de mercado* e por um controle rigoroso desse processo pelo Estado (Abramovay, 1992, p. 249 e ss.).

O livro de Kautsky está dividido em duas partes: uma dedicada à análise das desigualdades geradas pelo desenvolvimento do capitalismo[12] na Europa e outra em que apresenta suas perspectivas com relação à sociedade socialista. O autor toma como uma de suas referências principais *O capital* de Karl Marx e analisa a questão agrária a partir de alguns fundamentos da sociedade capitalista, como mais-valia, lucro, renda da terra, classes sociais etc. A organização social camponesa não é analisada a partir da lógica de sua estrutura interna, mas sim no espaço econômico em que se realiza. A partir desse ponto de vista, defende a superioridade técnica do

[10] Neste artigo, trataremos apenas destes dois autores porque consideramos que seus trabalhos são seminais. Outro trabalho importantíssimo é *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, de Lenin, que não analisamos aqui por ser componente e criador do mesmo paradigma de Kautsky.

[11] Consideramos os livros de Kautsky e Abramovay como paradigmáticos pela abrangência teórica e política das obras, pelas influências e potencialidades que se espacializaram em diversas frentes e que se tornaram referências para várias instituições, embora em escalas geográficas distintas.

[12] Há também um capítulo dedicado à análise da agricultura no feudalismo.

grande estabelecimento em relação ao pequeno, que, associado às desigualdades geradas pelo desenvolvimento do capitalismo, condenaria o campesinato à proletarização, pobreza e exclusão.

O livro de Abramovay também tem duas partes: uma dedicada ao debate teórico, a partir de autores clássicos e contemporâneos, e outra voltada à estrutura social da agricultura dos Estados Unidos e da Europa. Concomitante ao "aniquilamento teórico" de Kautsky e Lenin, afirmando ser "impossível encontrar uma questão agrária formulada explicitamente nos escritos de Marx",[13] o autor utiliza diferentes modelos analíticos para explicar as características formadoras da agricultura familiar e sua diferenciação da agricultura camponesa. A partir daí, defende a importância da primeira, demonstrando sua participação no desenvolvimento dos países ricos e afirmando ser um equívoco tentar encontrar benefícios que só uma classe possa ter no desenvolvimento da agricultura em países capitalistas *avançados*.

É importante lembrar que as duas obras têm quase um século de diferença entre suas publicações. Como os autores analisam a questão a partir de diferentes métodos, com distintas e prospectivas visões de mundo, pode-se expor o conflito teórico entre essas obras por duas perspectivas: Kautsky projeta a transformação da sociedade capitalista para a socialista. Nesse processo, a tendência do campesinato é a sujeição e a proletarização no capitalismo e ao Estado no socialismo. Segundo o autor:

---

[13] Abramovay faz esta afirmação na abertura do capítulo 1 (p. 31), todavia não explicita o que compreende por questão agrária, já que trabalha com a expressão "capitalismo agrário em questão". Os paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário possuem métodos diferentes e projetam visões de mundo distintas. Os métodos possibilitam que os estudiosos manipulem os elementos das realidades estudadas de acordo com suas lógicas. Estas são construídas pelas liberdades que eles possuem de escolher seus referenciais teóricos e assim construir seus próprios pensamentos, ou até de se subordinar aos pensamentos de outros cientistas. De qualquer forma, o autor se refere aos escritos de Marx em quase todo o livro.

> (...) é muito mais agradável depender do Estado democrático que ser explorado por meia dúzia de 'tubarões' do açúcar. O Estado nada irá tirar do camponês, mas, antes, lhe dará alguma coisa. A transformação da sociedade capitalista numa sociedade socialista transformará os camponeses e os trabalhadores rurais, sem dúvida alguma, em uma força de trabalho especialmente respeitada (1986, p. 391).

Já Abramovay projeta o desenvolvimento do capitalismo tomando como referência as realidades dos países ricos. Nesse contexto, com a consolidação das estruturas nacionais de mercado, o campesinato não conseguiria sobreviver no capitalismo por sua incompatibilidade com esses ambientes econômicos em que se realizam relações mercantis. Essas estruturas destruiriam a *personalização dos laços sociais, levando consigo o próprio caráter camponês da organização social* (Abramovay, 1992, p. 117). Segundo o autor, a pobreza do campesinato é uma das bases sociais em que se apoiam os *mercados incompletos*. "O capitalismo é, por definição, avesso a qualquer tipo de sociedade e de culturas parciais" (Abramovay, 1992, p. 125 e 129).

Todavia, nesse estágio do desenvolvimento do capitalismo aconteceria um processo de integração plena. Com base na realidade dos camponeses do sul do Brasil, o autor afirma:

> (...) *integram-se plenamente a estas estruturas nacionais de mercado,* transformam não só sua base técnica, mas sobretudo o círculo social em que se reproduzem e *se metamorfoseiam* numa nova categoria social: de camponeses, tornam-se agricultores profissionais. *Aquilo que era antes de tudo um modo de vida converte-se numa profissão, numa forma de trabalho. O mercado adquire a fisionomia impessoal com que se apresenta aos produtores numa sociedade capitalista.* Os laços comunitários perdem seu atributo de condição básica para a reprodução material. Os códigos sociais partilhados não possuem mais as determinações locais, por onde a conduta dos indivíduos se pautava pelas relações de pessoa a pessoa. *Da mesma forma, a inserção do agricultor na divisão do trabalho corresponde à maneira como os indivíduos se socializam na sociedade burguesa: a competição e a eficiência convertem-se em normas e condições da reprodução social* (...). O ambiente no qual se desenvolve

> a agricultura familiar contemporânea é exatamente aquele que vai *asfixiar* o camponês, obrigá-lo a se despojar de suas características constitutivas, minar as bases objetivas e simbólicas de sua reprodução social. (...) *Aí reside então a utilidade de uma definição precisa e específica de camponês.* Sem ela é impossível entender o *paradoxo* de um sistema econômico que, *ao mesmo tempo em que aniquila irremediavelmente a produção camponesa, ergue a agricultura familiar como sua principal base social de desenvolvimento* (Abramovay, 1992, p. 126-127 e 131 – grifos meus, BMF).

Para o paradigma do capitalismo agrário, a permanência ou o fim do campesinato é uma questão conjuntural porque depende de uma *mudança na conjuntura* socioeconômica determinada pelo desenvolvimento do capitalismo.[14] Segundo o autor, num determinado estágio, o capital cria relações mercantis que aniquilam um modo de vida que não se adequaria ao capitalismo. Entretanto, ocorre uma *metamorfose,* e este modo de vida vira uma profissão. Logo, entende-se que o camponês, por não ser um agricultor profissional, é *asfixiado* pelo desenvolvimento do capitalismo e, então, para sobreviver, precisa se *converter* em *agricultor familiar*. A *integração plena* a um *mercado completo* que possui *fisionomia impessoal* define o processo em que o camponês adentra o mundo moderno do capital. Diferentemente do paradigma da questão agrária, em que o camponês é um sujeito subalterno que resiste ao capital, no paradigma do capitalismo agrário ele é um objeto em sua plenitude, a ponto de sofrer uma metamorfose para se adequar à nova realidade em formação. Por que resistir ao capital se a integração é a condição da continuidade? Na resistência está o sentido da descontinuidade, na integração está o sentido da continuidade.

[14] É importante registrar que, para o paradigma do capitalismo agrário, o que está em questão na permanência ou fim do campesinato não é o assalariamento. Esta seria uma questão resolvida porque, nos países ricos, "o peso do trabalho assalariado na agricultura é minoritário e, às vezes, irrisório" (ABRAMOVAY, 1992, p. 255). A questão é o fim do campesinato e a permanência do agricultor familiar.

Seria o modo de vida camponês incompatível com o capitalismo, ou o capitalismo é incompatível com o modo de vida camponês? Esta é uma questão de método, pois, dependendo da lógica que determina o sentido em que o processo acontece, tem-se uma leitura do problema. Como se pode observar, Abramovay inverte o sentido dado pelo paradigma da questão agrária: o problema não está no capitalismo, mas sim no campesinato. A ênfase de Abramovay não está no capital que expropria, mas no camponês, que, por pertencer a uma *sociedade parcial* (1992, p. 101) e ter uma *integração parcial* aos *mercados incompletos* (1992, p. 103), não se adequaria ao capitalismo, pois o capital seria avesso a esse tipo de relação (1992, p. 129).

O paradigma da questão agrária manifesta o sentido da conflitualidade na leitura do desenvolvimento da agricultura como um movimento de destruição e recriação de relações sociais. O paradigma do capitalismo agrário revela o sentido da conflitualidade na interpretação do desenvolvimento da agricultura como um movimento de *metamorfose* do campesinato. Além dessa diferença processual, há também uma diferença na orientação da leitura. No primeiro paradigma, as contradições geradas pelo desenvolvimento do capitalismo são as causas da permanência ou do fim do campesinato. No segundo, as relações sociais parciais e plenas, incompletas e completas, são as causas de permanência ou do fim do campesinato. Essa forma linear de ver o processo de desenvolvimento do capitalismo impossibilita a compreensão de sua contradição, assunto que de fato Abramovay não trata. A adequação por meio da conversão do campesinato ao capitalismo é a condição para a sua existência. É isso ou a morte. Desse modo, há apenas uma diferença entre a sentença de Kautsky e a de Abramovay. É a forma de como o campesinato pode acabar; ou não, se consideramos a contradição.

Partindo da lógica do paradigma do capitalismo agrário, formulamos a seguinte pergunta: um agricultor familiar poderia voltar a ser camponês? Por exemplo, um agricultor familiar residente

em uma região de "mercado completo", plenamente integrado, mas que, por causa de mudanças na base técnica, não podendo acompanhar a escala de produção *na qual ele está integrado*, acaba empobrecendo. Este agricultor familiar compra (ou ocupa) terra em uma região onde o preço é mais barato principalmente pela falta de infraestrutura social e por ter um "mercado incompleto", no qual vigoram *laços sociais personalizados*. Este é o caso de agricultores expropriados que migram dentro do próprio Estado, dentro de uma macrorregião ou para outro Estado de outra macrorregião. São, por exemplo, "agricultores familiares" gaúchos, catarinenses, paranaenses que migram para o Mato Grosso e Rondônia. Nas pesquisas de campo realizadas em 19 Estados, em todas as regiões do país, uma das características presentes foi a migração causada pela "modernização" da agricultura no Sul (Fernandes, 2000).

A distância entre camponês e agricultor familiar encontrada na análise de Abramovay é tão grande quanto a distância que separa dois irmãos agricultores: um em Santa Catarina e outro em Rondônia. O que ficou é competitivo e eficiente, portanto integrado em um mercado completo. O que migrou é incompatível com a plenitude do mercado. Um é agricultor familiar e o outro é camponês. São membros da mesma família, mas separados pelas contradições, diferenciados e *metamorfoseados* pelas desigualdades e pelos paradigmas. Camponeses expropriados, migrantes em busca de condições para sua existência não teriam sido competitivos ou eficientes? Há um enorme conjunto de fatores para explicar esta questão, além de integração parcial ou plena, mercados incompletos e completos, que envolve poder político, conhecimento, acesso à educação, domínio de técnicas, entre outras condições. A competição e a eficiência não são virtudes, mas sim condições sociais em que uns ganham e outros perdem. Ganha quem tem o poder de determinar as regras que vão definir a eficiência.

Mercados completos e mercados incompletos são formados pelo desigual desenvolvimento territorial do capitalismo. Integração parcial e integração plena representam diferentes formas de subordinação do campesinato ao capital. Os camponeses se comportam distintamente diante desses processos de expansão do capitalismo. Os camponeses que contribuíram com o desenvolvimento socioeconômico e político de uma região não tiveram, necessariamente, seus comportamentos transformados, como mostra a pesquisa de Tedesco (1999). O modo de vida camponês não foi substituído por um determinado comportamento "moderno" derivado das práticas mercantis. A cultura camponesa não é avessa às mudanças da base técnica; há centenas de anos que os camponeses vêm modificando essa base (Mazoyer; Roudart, 2001). Da mesma forma como o capital os incorpora, os diferenciando, expropriando e recriando, vamos encontrar camponeses viabilizados, remediados, empobrecidos e excluídos[15] nestas duas realidades, resistindo, construindo estratégias de reprodução. Nesse sentido, a lógica que Abramovay utiliza para denominar a metamorfose (de camponês a agricultor familiar) explicita o *processo de diferenciação do campesinato transformado em dicotomia, além da redundância que faz soar estranha a separação em duas categorias quando, de fato, eles são sujeitos diferenciados de uma mesma classe.*

Mesmo que considerada dicotômica e redundante a separação entre camponeses e agricultores familiares, essa compreensão tem se formado a partir de uma construção teórica. Ela pode ser mais bem compreendida na afirmação de Lamarche (1993, p. 16): "a

[15] São diversas as tipologias para diferenciar os camponeses desde a clássica forma de diferenciação: rico, médio e pobre, apresentada por Lenin (1985) e Kautsky (1986); ou forte, médio, fraco, apresentada por Bloemer (2000, p. 105); ou camponeses viabilizados, remediados, empobrecidos e excluídos (Fernandes, 2003b, p. 21); ou ainda agricultura familiar consolidada, de transição e periférica, (FAO/Incra, 1995, P. 4-5).

exploração camponesa é familiar... mas nem todas as explorações familiares são camponesas". A partir de um conjunto de critérios que explicitam a diferenciação do campesinato, esse autor distingue o camponês do agricultor familiar. Assim, cria-se uma espécie de "preconceito" que termina por definir a agricultura camponesa como residual (Lamarche, 1998, p. 328); a agricultura camponesa produz pouco e utiliza técnicas bastante tradicionais. Ainda segundo Lamarche, "o produtor familiar moderno caracteriza-se, sempre, por um comportamento que recusa um envolvimento pleno num modo de funcionamento extremo, quer seja próximo do modelo camponês ou dos modelos de empresa" (1998, p. 314). Afirma também que

> o estabelecimento familiar moderno define-se como uma unidade de produção menos intensiva, financeiramente pouco comprometida e, principalmente, muito retraída em relação ao mercado, com efeito, a maior parte de suas produções é parcialmente reutilizada para as necessidades da unidade de produção ou autoconsumida pela família, nunca é totalmente comercializada.

De fato, essas referências de Lamarche possibilitam diferentes leituras. Então, como utilizar esses conceitos? Como diferenciar um agricultor familiar periférico de um camponês viabilizado? Ou um agricultor familiar consolidado de um camponês empobrecido? Não poderia ser somente pela renda de cada um deles, nem tampouco pelo acesso e uso de determinadas técnicas; de integração parcial ou plena aos mercados; de diferentes relações sociais personificadas ou impessoais pelos diferentes níveis de subordinação e de resistência; do uso dos termos moderno e atrasado; etc. Mas, principalmente, *pela opção de adotar um determinado paradigma*. É importante deixar claro que os paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário são *diferentes modelos de análise do desenvolvimento da agricultura*. É neste quadro teórico político que se concebe a diferenciação e a metamorfose.

O paradigma do capitalismo agrário não teve uma forte influência somente nas pesquisas acadêmicas, mas também na organização dos movimentos camponeses e nas políticas públicas. Na academia, o uso dos conceitos de campesinato e de agricultor familiar passou a exigir esclarecimentos, que revelam as muitas possibilidades de compreendê-los. As dificuldades em se delimitar o conceito de agricultor familiar contribuíram com definições bastante diferenciadas. Um caso emblemático é a nota de José de Souza Martins:

> Neste livro, uso as palavras "camponês" e "campesinato", ao me referir ao Brasil, porque são palavras incorporadas, ainda que indevidamente, ao nosso discurso político e ao trato da questão agrária. Estou pensando no agricultor familiar e seu mundo, que ainda preserva muitos traços culturais do velho mundo camponês europeu que se adaptou ao nosso país de diferentes modos, em diferentes ocasiões e por diferentes meios. Mas penso, sobretudo, no pequeno agricultor familiar, proprietário ou não da terra, que organiza sua vida mediante diferentes graus e modalidades de combinação da produção para o mercado com a produção direta dos meios de vida. Mas sujeito, portanto, a condutas e relacionamentos e a uma visão de mundo de tipo tradicional (Martins, 2000, p. 45).

Se as palavras "camponês" e "campesinato" foram incorporadas indevidamente, como afirma Martins, não foi diferente a junção de "agricultor familiar". Martins usa a palavra camponês e está pensando no agricultor familiar e seu mundo, que contém características que contemplam tanto a definição de camponês quanto a de agricultor familiar, segundo as referências teóricas de Abramovay. Ainda, Martins afirma que a denominada agricultura familiar amplia possibilidades ao assumir feição empresarial e moderna. Mas essa condição não impede, de forma alguma, que o agricultor pague o preço social de subsidiar o consumo de quem trabalha para o grande capital, na medida em que não se apropria de toda a renda da terra e do lucro médio (Martins, 2000, p. 43). Também utiliza a expressão "camponês modernizado", que é ao

mesmo tempo "empreendedor e comunitário, economicamente moderno e socialmente conservador" (Martins, 2000, p. 45). Mais uma vez, Martins reúne características que Abramovay separa. A territorialização do capital em uma região e suas diferentes formas de intensidade socializa e expropria, incorpora e exclui, não somente os camponeses, mas também os próprios capitalistas. E essa não é somente uma questão de "competitividade" e/ou de "eficiência", mas é um processo complexo por sua amplitude, que, sem dúvidas, contém sobretudo a conflitualidade.

Neste sentido, separar camponês de agricultor familiar ou considerá-los como um único sujeito em processo de mudança é *uma questão de método*. De fato, o conjunto de relações que predominam no processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura possibilita diferentes leituras, que podem levar à compreensão de metamorfose ou de reinvenção. As mudanças engenhadas, no movimento do desenvolvimento do capitalismo, atualizam desse modo um conceito carregado de história, construído no mundo da resistência. Num processo de configurações diversas, de identificação e de estranhamento, formadas pela contradição e pelo paradoxo da questão agrária, ocorrem simultaneidades e descontinuidades, em que o campesinato concebe múltiplas estratégias de recriação da própria existência, subordinando e resistindo, reinventando-se no fazer--se do dia a dia. Martins chama o processo de mudança em que o camponês se insere e é inserido nas relações mercantis modernas de "reinvenção social" (2000, p. 45). No movimento do processo de mudança, acontece a construção de relações sociais, de visões de mundo, de modos de vida, que se opõem à expropriação territorial e ao trabalho altamente subordinado pela anomia gerada por determinado estágio do desenvolvimento capitalista. Enquanto Abramovay vê a metamorfose do camponês em agricultor familiar no desenvolvimento do

capitalismo, podemos ver processos de viabilização econômica, de empobrecimento e de exclusão, ou seja, processos de diferenciação que promovem a destruição e a recriação do campesinato a partir de sua própria reinvenção social. O foco do método do paradigma do capitalismo agrário dá ênfase aos processos determinantes e dominantes do capital que metamorfoseia um sujeito para adequá-lo aos seus princípios. O foco do método do paradigma da questão agrária dá ênfase aos processos determinantes e dominantes do capital que destrói e recria, como também enfrenta estratégias de resistências do campesinato, em constante diferenciação e reinvenção social, permanecendo ele mesmo e mudando em seu tempo presente, projetando o futuro e transformando o passado em história.

Nas organizações dos movimentos camponeses, o paradigma do capitalismo agrário também teve uma influência política extraordinária; os que mais se identificaram e receberam influência deste paradigma foram a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar na região Sul (Fetraf Sul). Esse impacto político não teve tanta repercussão nos movimentos camponeses vinculados à Via Campesina Brasil, constituída pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MAP), Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) e Comissão Pastoral da Terra (CPT). Nos eventos conjuntos desses movimentos camponeses, criou-se uma disputa ideológica pelas denominações, resolvida com os usos das seguintes expressões: *agricultura familiar/camponesa* ou *agricultura camponesa/familiar*, dependendo de quem está à frente da organização do evento.

Nas políticas públicas, o paradigma do capitalismo agrário teve forte influência principalmente a partir do segundo governo

de Fernando Henrique Cardoso. Surgiram diferentes políticas públicas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e o Programa Novo Mundo Rural, que tinha como principais ações a implantação da relação de compra e venda da terra como forma de inibir as ocupações de terra, além de criação de infraestrutura social nos assentamentos rurais. A partir da lógica do paradigma do capitalismo agrário, a ocupação de terra é uma aberração, um atraso, uma violência. A compra da terra, por meio de políticas do tipo Banco da Terra, é uma forma de "integrar" os sem-terra ao mercado. Desse modo, as políticas públicas que o paradigma do capitalismo agrário não conseguiu "aparelhar" foram extintas ou congeladas, como no caso do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera) – substituído pelo Pronaf; do Projeto Lumiar de Assistência Técnica, extinto em maio de 2000[16] – que, pelo menos até janeiro de 2005, deixou as famílias assentadas em projetos de reforma agrária sem assistência técnica por parte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), que havia sido criado a partir do Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária, coordenado por MST, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Unesco; Unicef e Universidade de Brasília (UnB). O Pronera ficou praticamente congelado durante a maior parte do segundo governo FHC, sem recursos e com exiguidade de pessoal, exatamente por não se enquadrar no paradigma do capitalismo agrário.

A potencialidade desse paradigma é extraordinária e admirável. Como demonstramos, ele se espacializou em diferentes frentes por diversas direções e fincou territórios políticos, colocando em xeque

[16] Por causa do aparelhamento dos profissionais do projeto pelos movimentos camponeses, segundo foi revelado por um dos intelectuais que assessoravam o governo FHC.

o paradigma da questão agrária. Neste sentido, é inegável a contribuição do paradigma do capitalismo agrário à crítica do paradigma da questão agrária. Ao mesmo tempo, a contestação dos pressupostos do paradigma do capitalismo agrário demonstra a fragilidade e os amplos limites dos referenciais e de suas interpretações. Este questionamento nasceu da reflexão sobre a teoria e a realidade, que fertilizam os paradigmas e movimentam os métodos e as metodologias nas interpretações possíveis das realidades. É evidente que esses pensamentos e procedimentos geram conflitualidades na criação ou na destruição de políticas públicas, na elaboração de uma tese e no debate em uma mesa-redonda. A conflitualidade acadêmica é salutar e não pode ser impedida pela ausência de debates entre os grupos de pesquisadores que possuem diferentes paradigmas para ler as mesmas realidades.

A facilidade com que o paradigma do capitalismo agrário se instalou na academia, nos movimentos camponeses e nos governos deve-se à carona que pegou no processo de implantação de políticas neoliberais: de flexibilização do trabalho, de fortalecimento do mercado com amplas aberturas, de diminuição do poder do Estado, de refluxo dos movimentos sindicais e camponeses, de aumento do desemprego e da criação de políticas compensatórias. Isso tudo foi acompanhado por uma mudança de intelectuais, políticos e partidos de esquerda para o centro e para a direita, obscurecendo o espectro político, assim como a manifestação iluminada dos intelectuais de direita, que tiveram os holofotes da grande mídia, com generosos espaços em periódicos de circulação nacional. Essas "paragens" do campo das conflitualidades permitiram a exploração de novos territórios políticos pelos cientistas vinculados ao paradigma do capitalismo agrário. Nessas condições propícias, esses intelectuais construíram novas leituras das realidades, tornaram-se referenciais teóricos e compuseram a *intelligentsia agrária* do governo FHC. São diferentes grupos de intelectuais que se apresentaram como

pensadores ofensivos, no melhor estilo dos *think tanks*, e alguns montaram até mesmo empresas de consultoria.[17]

Os paradigmas geram conflitualidades que são expressas nos debates, nas publicações, nas políticas públicas (ou privadas), nos eventos e manifestações através de suas respectivas ideologias.[18] As diferenças teóricas, de método, de metodologia, políticas e ideológicas entre os paradigmas são manifestadas na construção de leituras sobre o desenvolvimento da agricultura no capitalismo.

Para o paradigma do capitalismo agrário, o espaço de análise de seus objetos, coisas e sujeitos é a sociedade capitalista, que é apresentada como totalidade. As perspectivas estão nas possibilidades de se tornarem unidades do sistema. Assim, a agricultura familiar é mais uma unidade do sistema que caminha segundo os preceitos do capital. Daí a facilidade dos movimentos camponeses, que se identificam com o paradigma do capitalismo agrário, em recusar a participação em eventos que confrontam as políticas propostas a partir da lógica do capital, por exemplo, o Banco da Terra. Todavia, as questões relativas às técnicas e ao mercado são muito mais debatidas e praticadas por estes movimentos camponeses.[19] A lógica

---

[17] É o caso de Francisco Graziano Neto, secretário de FHC, depois presidente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, e que preside a ONG AgroBrasil.

[18] O significado do conceito de ideologia aqui utilizado é próximo ao definido por Gramsci, ou seja, o conceito de ideologia orgânica, que compreende o pensamento como força real, como fato, que provoca mudanças na vida das pessoas. A ideologia é uma construção política que representa os interesses, as vontades e os sonhos de classes sociais, segmentos ou grupos (COUTINHO, 1989). Portanto, não há nenhuma relação com a definição marxista de ideologia como falsa consciência.

[19] Interessante notar que, no Fórum Social Mundial, o espaço dos movimentos camponeses identificados com o paradigma do capitalismo agrário era muito mais representativo pela exposição de mercadorias organizadas em uma grande feira com a diversidade da produção agropecuária camponesa, industrializada ou *in natura*. Já o espaço dos movimentos camponeses identificados com o paradigma da questão agrária era mais representativo pelos debates políticos e vendas de livros, bandeiras, camisetas etc. Também havia mercadorias, mas em proporção muito menor que o

do paradigma do capitalismo agrário cria um estado de mal-estar quando o assunto a ser discutido implica contestar o capitalismo, já que isso lhe atinge o âmago. Este é o limite de sua ideologia. A desobediência só é permitida dentro dos parâmetros estipulados pelo desenvolvimento do capitalismo. A partir desse ponto, é subversão. A "integração plena" carrega mais que um estado de subordinação contestada; contém o sentido da obediência às regras do jogo comandado pelo capital. Neste paradigma, o camponês só estará bem se integrado plenamente ao capital.

Para o paradigma da questão agrária, considerando as diversidades presentes em suas vertentes e vieses, o espaço de análise não se limita à lógica do capital, de modo que a perspectiva de enfretamento no capitalismo torna-se uma condição possível. Daí a ocupação de terra ser uma das formas de luta mais presentes nos movimentos camponeses, porque fere seu âmago. Também a compreensão de uma economia da luta, em que a conquista da terra não dever ser transformada na condição única de produção de mercadorias, mas, igualmente, na produção da vida em sua plenitude, bem como do enfrentamento com o capital, para a recriação continuada do campesinato. Desse modo, os camponeses sem-terra organizam ocupações em todo o país, espacializando-se e territorializando-se (Fernandes, 2000). A economia política deste paradigma contempla a integração ao mercado simultaneamente ao uso dessa condição para promover a luta pela terra e pela reforma agrária. A constituição de territórios em diferentes campos – como na educação, na produção, na saúde e na formação política – é condição essencial na construção de sua identidade política. Por essa razão, enfrenta desafios com a realidade comandada pelo capital, já que este quer o camponês apenas como produtor de mercadorias e jamais como

espaço dedicado aos primeiros. Evidente que os conteúdos dos debates dos diferentes espaços tinham como marco a integração e o enfrentamento ao capital.

produtor de conhecimentos avessos aos princípios do capital. Isto é ideologia, de fato.[20]

Para concluir esta parte, é necessário discutir uma questão ideológica. Para onde caminham estes movimentos camponeses identificados com os diferentes paradigmas? Contribuir com o desenvolvimento do capitalismo ou lutar contra ele? A construção das condições para o desenvolvimento e a superação é encontrada no próprio capitalismo. Contraditoriamente, os camponeses destroem e constroem o capitalismo, mas evidentemente numa proporção bem menor do que a capacidade do capitalismo em destruir e recriar o campesinato. Ocupando a terra, destruindo o latifúndio, conquistando o assentamento; comprando terra, migrando, trabalhando, produzindo, industrializando, vendendo, consumindo, contribuindo com o desenvolvimento local, lutando, estudando, participando, reocupando terra, esses camponeses estão promovendo o desenvolvimento do capitalismo e suas estratégias de recriação. Todavia, também estão construindo sonhos, brechas, possibilidades, condicionantes. Os camponeses permanecem como sujeitos históricos, e os movimentos articulados na Via Campesina vão além, pois se manifestam na construção de um outro mundo: socialista? Esta é uma questão cada vez mais presente e mais distante. Presente porque a convicção da luta contra o capital é manifestada de todas as formas; distante porque as referências se esvaem, e o que permanece é a irreverência dos limites e dos desafios de construir espaços e de projetar o futuro.

---

[20] Esta ênfase é para discutir a ideologia construída pelos movimentos camponeses identificados com o paradigma da questão agrária. Recusar a "integração plena ao mercado" – que é, na verdade, uma forma de servilismo, porque não há poder de decisão – e negar ser apenas um produtor de mercadorias não fazem o camponês ser melhor nem pior; nem competitivo, nem incompatível. É uma condição política conquistada e que afronta a lógica do capital. Há perdas e ganhos nesta decisão, por isso ela representa uma visão de mundo, uma forma de compreender o mundo.

Questão agrária, desenvolvimento e conflitualidade são as questões centrais deste artigo. Não é por meio da subserviência do campesinato que acontece o desenvolvimento, mas sim por diferentes formas de enfrentamento ao capital. É esse paradoxo que alimenta o desenvolvimento da sociedade capitalista. Ele é explicitado por Bourdieu:

> A história social ensina que não existe política social sem um movimento social capaz de impô-la, e que não é o mercado, como se tenta convencer hoje em dia, mas sim o movimento social que "civilizou" a economia de mercado, contribuindo ao mesmo tempo enormemente para sua eficiência (2001, p. 19).

Por ser insuperável, a questão agrária do capitalismo carrega em si as possibilidades da transgressão e da insurgência. E, pela mesma razão, carrega em si as possibilidades de cooptação e conformismo. Essas propriedades da contradição da questão agrária compõem a *conflitualidade*. Elas estão presentes nas disputas paradigmáticas entre a questão agrária e o capitalismo agrário, nos processos de espacialização e de territorialização (Fernandes, 2000) e nos projetos de políticas públicas criadas pelo Estado. Urge ao campesinato assumir de fato seu lugar na história, e ao Estado democrático, o papel de garantir a participação efetiva dos camponeses na construção de projetos de desenvolvimento da agricultura camponesa. É evidente que esse processo não acontecerá sem conflitos, porque os capitalistas vão disputar os mesmos recursos e os mesmos territórios. É com base neste referencial teórico que discutiremos os conflitos agrários representados nas ocupações de terra que foram e têm sido tratados de diferentes formas pelos governos FHC e Lula.

3. CONFLITUALIDADE: CRÍTICA E DIÁLOGO

O conceito de conflitualidade é essencial para compreender a questão agrária, porque estorva possíveis visões linear-negativas na leitura do problema. Para compreender a conflitualidade, é

fundamental considerar as contradições e os paradoxos em que, na solução de conflitos, emergem tanto o desenvolvimento quanto novos conflitos. A desigualdade gerada e gerida pelo capitalismo não produz apenas riqueza, pobreza e miséria. Ela também desenvolve o conflito, pois as pessoas não são objetos que compõem unidades de produção, mas sim sujeitos históricos que resistem à exploração e à expropriação, bem como querem compartir os resultados da produção de seu trabalho. Portanto, o desenvolvimento político-econômico é igualmente o desenvolvimento de conflitos. O conflito é o estado de confronto entre forças opostas, relações sociais distintas, em condições políticas adversas, que buscam, por meio da negociação, da manifestação, da luta popular, do diálogo, a superação, que acontece com a vitória, a derrota ou o *empate*.[21] Um conflito por terra é um confronto entre classes sociais, entre modelos de desenvolvimento, por territórios. O conflito pode ser enfrentado a partir da conjugação de forças que disputam ideologias para convencer ou derrotar as forças opostas. Um conflito pode ser "esmagado" ou pode ser resolvido; a conflitualidade, no entanto, não. Nenhuma força ou poder pode esmagá-la, chaciná-la, massacrá-la. Ela permanece fixada na estrutura da sociedade, em diferentes espaços, aguardando o tempo de volta, das condições políticas de manifestação dos direitos – *direito a ter direitos*, como dizia Eder Sader (1988). Os acordos, pactos e tréguas definidos em negociações podem resolver ou adiar conflitos, mas não acabam com a conflitualidade, porque esta é produzida e alimentada dia a dia pelo desenvolvimento desigual do capitalismo.

[21] O termo *empate*, criado pelos camponeses seringueiros do Acre, significa o resultado de um conflito em que ninguém perde nem ganha. Ao fazerem um empate, impedindo a derrubada de árvores e obtendo êxito na empreitada, consideram que nem eles nem a empresa madeireira perdem ou ganham, pois eles estavam garantindo a permanência na terra e impedindo o desmatamento. Com as árvores em pé, todos podem viver da floresta. A floresta, o território e, portanto, a existência não se negociam. A respeito deste termo, ver GONÇALVES, 2003, p. 535 e ss.

A conflitualidade é uma propriedade dos conflitos e está relacionada, essencialmente, à propriedade da terra, à renda da terra, à reprodução capitalista do capital, consequentemente, à concentração da estrutura fundiária e aos processos de expropriação dos camponeses e assalariados por diversos meios e escalas e bases sociais, técnica econômica e política. A resposta é a luta por terra, reforma agrária, resistência e a perspectiva de superação da questão agrária. Esses processos não se referem apenas à questão da terra, mas também às formas de organização do trabalho e da produção, do abastecimento e da segurança alimentar; aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecnológicos; às políticas agrícolas; às formas de inserção ao mercado e aos tipos de mercado; à questão campo-cidade; à qualidade de vida e dignidade humana. Por tudo isso, a questão agrária compreende as dimensões econômica, social, ambiental, cultural e política. A questão agrária é, antes de tudo, uma questão territorial.

A conflitualidade está na natureza do território. O território é um espaço político por excelência. A criação do território está associada às relações de poder, de domínio e controle político. Os territórios não são apenas espaços físicos; são também espaços sociais e culturais em que se manifestam as relações e as ideias, transformando em território até mesmo as palavras. As ideias são produtoras de territórios com suas diferentes e contraditórias interpretações das relações sociais. Os paradigmas são territórios. Na parte anterior, analisamos os paradigmas e o conjunto de conflitualidades geradas no desenvolvimento da sociedade capitalista. Nesta parte, analiso três tipos de conflitualidade selecionadas para enfocar o multidimensionamento dos conflitos em diversos níveis, dimensões e escalas. Aqui se pretende demonstrar que, no desenvolvimento da sociedade, há um conjunto de relações e de condições produtoras de conflitualidades. A política partidária, as ideologias, as ciências, as mídias, os territórios, as instituições num conjunto indissociável

de sistemas e ações que produzem a conflitualidade como espaço político, geográfico: território (Santos, 1996).

3.1. "Nem havia legiões de camponeses prontos para fazer reforma agrária 'na marra', nem abundância de terras para localizá-los"[22]

O tratamento da questão agrária não pode contemplar apenas o momento do conflito, mas sim o movimento da conflitualidade, seu caráter histórico e geográfico em todas as dimensões atingidas pela questão agrária. Considerar esta questão é compreender por que ao se resolver um conflito pode nascer outro. Por não ponderar sobre a conflitualidade é que o ex-presidente do Incra Francisco Graziano Neto ficou perplexo com o que estava acontecendo no Pará, quando, no dia 5 de novembro de 1995, viajou para Curionópolis, onde foi participar do ato oficial de entrega dos lotes do assentamento Palmares. Este assentamento foi criado com a desapropriação da fazenda Rio Branco, de 22 mil ha. Entretanto, ao chegar ao município, encontrou um novo acampamento com 1,5 mil famílias que reivindicavam a desapropriação da fazenda Macaxeira, de 42 mil ha, no município de Eldorado dos Carajás. Francisco Graziano Neto interpretou aquele conflito como um "circo" (1996, p. 23), pois esperava o agradecimento dos sem-terra pela desapropriação da fazenda Rio Branco e implantação do assentamento Palmares, e não outra reivindicação de desapropriação. Ainda mais porque, segundo ele, haveria um compromisso das lideranças do MST de que, com a criação do Palmares, não haveria mais ocupações de terras na região. Graziano Neto acreditava que, com a desapropriação de uma única fazenda, os conflitos estariam resolvidos. Conforme sua tese sobre a questão agrária, intitulada *A verdade da terra*

[22] Palavras de Fernando Henrique Cardoso no prefácio do livro *Tragédia da terra*, com base nas conclusões da tese de doutorado de Francisco Graziano Neto (1991, p. 11).

(1989), aquilo não podia estar acontecendo, afinal não existiria nem tantos latifúndios nem tantos sem-terra. A realidade o desmentia. De acordo com suas palavras, Graziano Neto havia caído "numa arapuca" (1996, p. 24). Mais de cinco meses depois do ocorrido, no dia 17 de abril de 1996, quando as famílias que reivindicavam a desapropriação da fazenda Macaxeira realizaram uma marcha até Belém, bloqueando a rodovia PA-150 para pressionar o governo, houve a conhecida tragédia do Massacre de Eldorado dos Carajás.[23] O sudeste paraense continua em posição de destaque no *ranking* dos Estados com maior número de ocupações de terra. Como pode ser observado na tabela 1 a seguir, as microrregiões de Parauapebas estão em 9º lugar e a de Marabá, em 12º, entre as 15 microrregiões com maior número de famílias envolvidas em conflitos agrários.

Tabela 1: Brasil – Microrregiões com maior número de famílias em ocupações (1988-2003)

Microrregião		UF	N. famílias	N. ocupações
1º	Presidente Prudente	SP	31.700	168
2º	Mata Meridional Pernambucana	PE	26.095	186
3º	Iguatemi	MS	25.736	97
4º	Mata Alagoana	AL	16.386	83
5º	Petrolina	PE	13.143	61
6º	Porto Seguro	BA	12.003	42
7º	Paranavaí	PR	11.006	95
8º	Dourados	MS	9.250	72
9º	Parauapebas	PA	9.051	36
10º	Guarapuava	PR	8.450	33
11º	Vale do Ipojuca	PE	8.320	78
12º	Marabá	PA	8.184	59
13º	Santiago	RS	8.128	17
14º	Cruz Alta	RS	7.997	14
15º	Mata Setentrional Pernambucana	PE	7.793	74

Fonte: Dataluta – Banco de Dados da Luta pela Terra. Disponível em: www.prudente.unesp.br/dgeo/nera

[23] A respeito desse fato, ver FERNANDES, 2000, p. 199-211.

Se a tese de Graziano Neto possui pressupostos facilmente contestáveis pela realidade, não acontece o mesmo no campo da política e da técnica. A precariedade dos dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural, por sua própria natureza de caráter declaratório, permite especulações de todos os tipos. As mudanças de metodologia dos censos agropecuários e os critérios ultrapassados para definição de parâmetros relativos à produtividade da terra e ao cumprimento de sua função social contribuem para que se produzam diversas leituras a respeito da concentração fundiária. Essas indefinições e incertezas possibilitam a maquiagem dos dados com mais facilidade e a confecção de vistorias com resultados ambíguos, criando enormes dificuldades para o desenvolvimento dos processos de desapropriação.

Nesta questão, é necessário abrir um parêntese para dar um exemplo das dificuldades que temos no tratamento dos dados da estrutura fundiária brasileira. Segundo uma estimativa feita por Veiga (2003) no período entre 1995 e 2001, foram obtidos quase 20 milhões de ha por meio de desapropriação de propriedades que não cumpriam a função social, conforme previsto pela Constituição Federal, e por meio de compra através de programas de crédito fundiário. Conforme a tabela 2 mostra, Veiga compara a área total dos estabelecimentos patronais e dos estabelecimentos familiares, nos anos de 1995 e 2000, e verifica que, neste último, houve um acréscimo de 20 milhões de ha na área total dos estabelecimentos familiares e uma queda de 14 milhões de ha da área total dos estabelecimentos patronais. Há, portanto, uma diferença de 6 milhões de ha entre a área total dos estabelecimentos em 1995 e em 2000 que, presumimos, se refere a uma possibilidade de incorporação de terras com a expansão da fronteira agrícola.

Tabela 2 – Perfil agrário do Brasil (1995-2000)

	1995 (milhão ha)	%	2000 (milhão ha)	%
Agricultura patronal	224	63	210	58
Agricultura familiar	130	37	150	42
Total	**354**	**100**	**360**	**100**

Fonte: Estimativa do autor com base no Censo Agropecuário 1995-1996

Comparando a estimativa de Veiga com os dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural, organizados nas tabelas 3 e 4 referentes à estrutura fundiária brasileira em 1992 e 2003, pode-se observar que sua conjectura supervalorizou o impacto da transferência de 20 milhões de ha do grupo patronal para o grupo familiar.

Tabela 3: Estrutura fundiária brasileira (1992)

Estratos de área total (ha)	N. imóveis	% imóveis	Área total (ha)	% de área	Área média (ha)
Até 10	995.916	32	4.615.909	1,4	4,6
De 10 a -25	841.963	27	13.697.633	4,1	16,3
De 25 a -50	503.080	16,2	17.578.660	5,3	34,9
De 50 a -100	336.368	10,8	23.391.447	7	69,6
De 100 a -200	201.564	6,5	27.405.779	8,3	135,9
De 200 a -500	140.609	4,5	43.344.186	13,1	308,2
De 500 a -1.000	51.442	1,6	35.573.732	10,8	697,5
De 1.000 a -2.000	23.644	0,8	32.523.253	9,8	1.414
Mais de 2.000	20.312	0,6	133.233.460	40,2	6.559,3
Total	**3.114.898**	**100**	**331.364.059**	**100**	**106,4**

Fonte: *Atlas fundiário brasileiro*, 1996

Tabela 4: Estrutura fundiária brasileira (2003)

Estratos de área total (ha)	N. imóveis	% dos imóveis	Área total (ha)	% de área	Área média (ha)
Até 10	1.338.711	31,6	7.616.113	1,8	5,7
De 10 a -25	1.102.999	26	18.985.869	4,5	17,2
De 25 a -50	684.237	16,1	24.141.638	5,7	35,3
De 50 a -100	485.482	11,5	33.630.240	8	69,3
De 100 a -200	284.536	6,7	38.574.392	9,1	135,6
De 200 a -500	198.141	4,7	61.742.808	14,7	311,6
De 500 a -1.000	75.158	1,8	52.191.003	12,4	694,4
De 1.000 a -2.000	36.859	0,9	50.932.790	12,1	1.381,8
Mais de 2.000	32.264	0,7	132.631.509	31,7	4.110,82
Total	**4.238.387**	**100**	**420.446.362**	**100**	**99,1**

Fonte: II PNRA, 2003

Para facilitar a leitura desses dados, organizamos a tabela 5 de modo a fazer uma aproximação da forma como Veiga organizou os dados do censo e sua estimativa.

Tabela 5: Mudanças na estrutura fundiária brasileira (1992-2003)

Imóveis em ha	1992 Área em milhões de ha	%	2003 Área em milhões de ha	%
Com mais de 200 (patronal)	245	74	297	71
Com menos de 200 (familiar)	86	26	123	29
Total	**331**	**100**	**420**	**100**

Fonte: *Atlas fundiário brasileiro*, 1996; II PNRA, 2003
Org.: FERNANDES, B. M.

É importante considerar que esta comparação é uma aproximação, pois existem diferenças entre as áreas dos estabelecimentos agrícolas (que é a unidade pesquisada pelo censo agropecuário) e as propriedades fundiárias cadastradas no Incra.[24] Também se deve considerar que os dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural se referem a três anos antes e três anos depois do período comparado por Veiga. O que essa comparação possibilita é a análise dos dados relativos e suas respectivas ordens de grandeza. Assim, através dessa aproximação, observa-se que Veiga acerta na tendência da diminuição da participação relativa da unidade patronal e do aumento da participação relativa da unidade familiar. Todavia, a análise da mudança da participação relativa dos imóveis patronais e familiares apresenta uma diferença pouco menor da estimada por esse autor.

O que chama a atenção de fato, e que a estimativa de Veiga não previu,[25] é o enorme aumento das áreas dos imóveis de 1992 para 2003. Foram 89 milhões de ha em pouco mais de uma década. O

[24] Os dados do Incra são registros de propriedades e de seus detentores. O IBGE registra a ocupação desse espaço pelos produtores rurais.

[25] E de fato seria muito difícil alguém prever esse aumento, pois ele foge do padrão dos censos agropecuários.

aumento de 37 milhões de ha dos imóveis com menos de 200 ha pode ser explicado parcialmente se considerarmos a incorporação de 20 milhões de ha advindos da implantação de assentamentos rurais. Todavia, restam 17 milhões de ha. Pode-se especular que foram terras compradas fora das políticas de crédito fundiário. É uma possibilidade. Pode-se especular também que uma parte foi incorporada pelo avanço da fronteira agrícola. É outra possibilidade. O aumento de 52 milhões de ha dos imóveis de mais de 200 ha contraria a estimativa de Veiga, já que seria coerente a diminuição dessas áreas. Mas, se isso é confuso, mais difícil ainda é entender como um grupo de área que deveria passar de 245 milhões de ha para um número menor ainda teve um aumento tão fabuloso. Se especularmos que esse número deveria ser em torno de 230 milhões de ha, considerando desapropriação e incorporação de novas áreas, como passou para 297 milhões de ha? Nossa hipótese é de que este aumento pode estar associado a, pelo menos, três processos: a) por causa das ocupações, os latifundiários passaram a declarar com precisão as áreas dos imóveis (para não correrem o risco de ser surpreendidos com pedidos de liminares de reintegração de posse, ao requererem áreas maiores do que as declaradas); b) a incorporação de novas áreas em faixas de fronteira e/ou de terras devolutas; c) a incorporação de áreas de menos de 200 ha, o que significaria desterritorialização das propriedades familiares, que parece não ter sido tão intensa.

Por tudo isso, a ocupação de terra ganha eficiência porque revela o que os bancos de dados e os censos apresentam de forma irresoluta e diferenciada – ainda mais quando se considera que 90% desses 20 milhões de ha foram "obtidos" graças à ocupação da terra pelos movimentos sem-terra.[26] Portanto, sem a ocupação, sem o conflito, esta mudança de 20 milhões de ha não existiria.

[26] Ver LEITE, 2004, p. 40; e FERNANDES, 2000, p. 300.

Mas essa mudança nos é muito conhecida. O que precisamos é estudar e explicar a incorporação de mais de 50 milhões de ha pelas propriedades patronais e conferir o que explica o aumento de 17 milhões de ha das áreas dos imóveis familiares. Fecha parênteses.

Portanto, não é de se estranhar a perplexidade de Graziano Neto no Pará, pois os conflitos ferem a lógica dos que acreditam que somente o mercado e o Estado podem mudar a realidade. É assim que se compreendem os artigos que ele escreve, nos periódicos nacionais, condenando os sem-terra e metamorfoseando o latifúndio em empresa rural. Não é difícil compreender a leitura que Graziano Neto faz da questão agrária, porque seus escritos[27] denotam os limites de suas análises no campo cerceadas por sua condição de político ruralista. Essa leitura foi afiançada por Fernando Henrique Cardoso no prefácio do livro *A tragédia da terra*[28] (1991). Este título sarcástico, infelizmente, expressava uma visão da realidade agrária como uma espécie de obra teatral, ou "circo". Nesse contexto, as ocupações, não por acaso, acabaram em fatalidade. A tese de Graziano Neto foi demolida na primeira gestão do governo FHC.

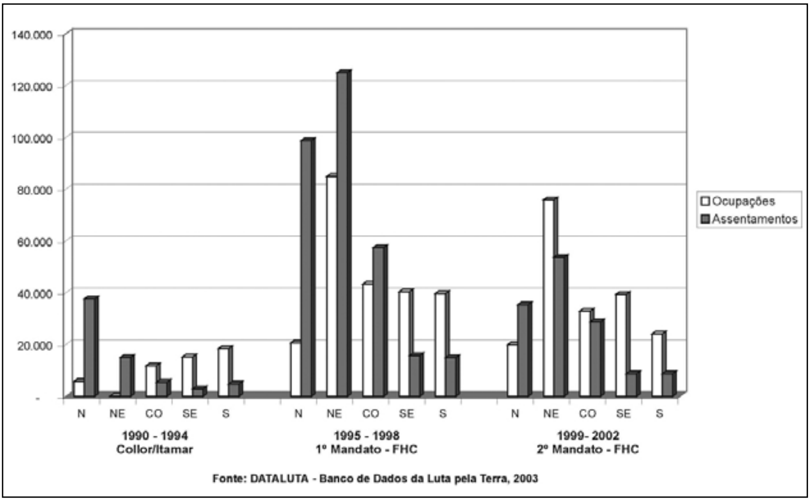
Essa é uma conflitualidade que destaca o paradoxo e a construção política das estratégias. Apesar de não acreditar na existência de um número grande de famílias sem-terra, nem na abundância de terras para assentá-las, a primeira gestão do governo FHC foi o momento da história em que mais famílias foram assentadas e mais assentamentos foram implantados, como demonstra o gráfico 1.

---

[27] Francisco Graziano Neto publica regularmente artigos em periódicos de circulação nacional. Seus escritos são produzidos com base em informações de terceiros e de visitas *in loco*. Pelo teor literário-jornalístico sem referências científicas, os conteúdos mais se parecem com um tipo de "autoajuda" para aqueles que querem acreditar que a reforma agrária não tem mais sentido.

[28] Este livro é a tese de doutorado de Francisco Graziano Neto. Todavia, o título da tese é *A verdade da terra – Crítica da reforma agrária distributivista*.

Gráfico 1: Comparação de ocupações e assentamentos por períodos de governo



Todavia, esta "maior reforma agrária do mundo", como classificou Fernando Henrique Cardoso, não foi resultado de um projeto elaborado previamente. Foi muito mais resultado da luta pela terra, como demonstraremos na última parte deste artigo. Na segunda gestão, a política agrária do governo mudou de paradigma, a questão agrária foi estrategicamente substituída pelo capitalismo agrário. Começava a ocorrer uma mudança do eixo da questão agrária. Por causa do massacre de Eldorado dos Carajás, o governo Fernando Henrique Cardoso criou o Ministério Extraordinário de Política Fundiária e empossou Raul Jungmann, que, com base na diminuição do número de famílias em ocupações de terra, como pode ser observado no gráfico 1, predisse o fim das ocupações de terra.

3.2. Ocupação de terra é página virada[29]

A discussão agora não era mais se existiam terras e famílias. O ano de 1996 foi marcado por tragédia e mudanças radicais. De fato, este foi um divisor de águas para a questão agrária. O paradigma do capitalismo agrário, pela primeira vez, ocupava um espaço político decisivo no ministério.[30] Desde 1996, com a implantação do programa Reforma Agrária Solidária, no Ceará, e, depois, com o debate inaugurado com a criação do Programa Piloto de Reforma Agrária Cédula da Terra, lançado em dezembro de 1997, indicava a criação de um novo espaço na realização de políticas de reforma agrária. A mudança do eixo da questão agrária objetivava transferir a reforma agrária do campo da política para o mercado. Com a criação desse novo espaço, nascia uma nova conflitualidade. Para compreendê-la, é necessário atentar para os efeitos da globalização marcados pelas políticas neoliberais. Em diversos países pobres, o Banco Mundial investiu recursos para a compra de terra e desenvolvimento da agricultura camponesa.[31]

A diminuição das ocupações de terra não era resultado do sucesso da política do mercado de terras, mas sim um refluxo produzido pela judiciarização da luta pela terra e criminalização

---

[29] Declaração de Raul Jungmann ao jornal *O Estado de S.Paulo* de 15 de setembro de 2001.

[30] Chamamos genericamente de ministério como forma de representar os tantos nomes de estruturas políticas: Superintendência de Reforma Agrária (Supra); Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra); Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda); Grupo Executivo da Reforma Agrária (Gera); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra); Ministério Extraordinário para Assuntos Fundiários (Meaf); Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (Mirad); Instituto Jurídico das Terras Rurais (Inter); Ministério Extraordinário de Política Fundiária (MEPF); Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). A respeito dessa superprodução de siglas, ver Fernandes, 2000, p. 46. O que queremos afirmar é que o Paradigma do Capitalismo Agrário entrara pela primeira vez neste espaço político e permaneceu até o final do governo FHC, revivendo no governo Lula.

[31] Não vamos tratar aqui deste tema, que pode ser analisado em MARTINS, 2004; e BUAINAIN, 1999.

dos movimentos camponeses. Essa "ajudinha" política por meio de medidas provisórias[32] era para "desideologizar" a reforma agrária e pacificar o campo. Este é outro caráter da conflitualidade: o reconhecimento da polarização regra/conflito como contradição em oposição à ordem e ao consenso. A mercantilização da reforma agrária estipulava a regra por meio de uma ordem determinada e de um suposto consenso. Os conflitos representavam a oposição a uma política que delimitava os territórios de negociação, subordinando o campesinato à lógica rentista.

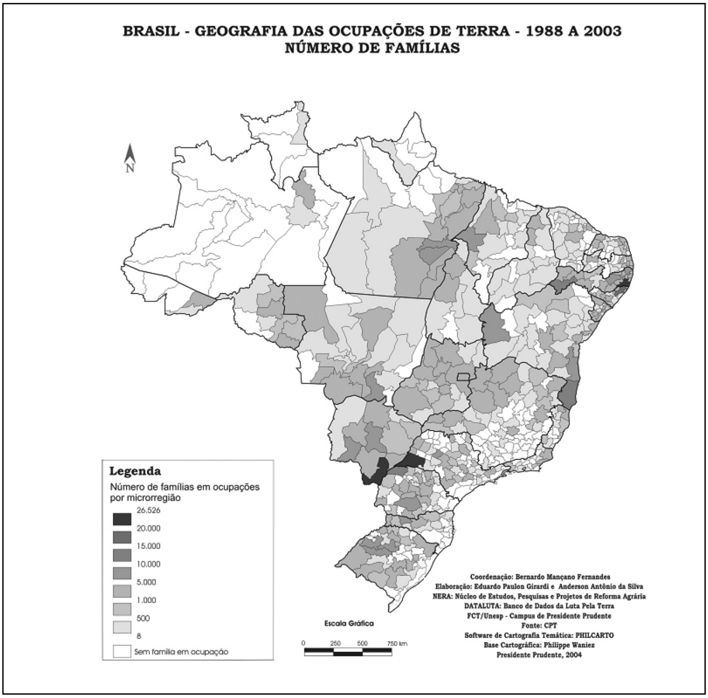
Depois da crença de que não há tantas famílias sem-terra, nem tantos latifúndios, tentou-se criar o autoengano do fim das ocupações de terra, como se essas ações fossem apenas atos subversivos, forçados, sem razão histórica. A conflitualidade contém a historicidade e a espacialidade dos conflitos sociais. A questão agrária está presente em nosso cotidiano há séculos.[33] Está em quase todas as páginas da história. Quando falamos da presença da questão agrária em nosso cotidiano, certamente não é um exagero. Desde 1975, a Comissão Pastoral da Terra registra os conflitos por terra. A partir de 1985 passaram a ser publicados os cadernos *Conflitos no campo*. Desde 1999, também a Ouvidoria Agrária Nacional, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, passou a registrar conflitos. Por meio do Banco de Dados da Luta pela Terra (Dataluta), analisamos os índices levantados pela CPT e Ouvidoria Agrária, com o objetivo de conhecer melhor o desenvolvimento dos conflitos e acompanhar as metodologias de pesquisa. Em uma análise mais apurada dos dados, pode-se observar que eles ocorrem quase todos os dias em nosso país. A temporalidade dos conflitos é acompanhada da sua espacialidade. Observando o mapa a seguir,

---

32 Sobre as medidas provisórias, ver a última parte deste trabalho.

33 Uma referência é o *Dicionário das batalhas brasileiras*, que também traz os registros de conflitos por terra e território desde o século XVI (DONATO, 1996).

constata-se a realização de ocupações de terra em praticamente todo o Brasil. Contudo, é importante destacar que tanto a CPT quanto a Ouvidoria certamente não conseguem registrar todos os conflitos. O movimento da conflitualidade não é totalmente mensurável, mesmo com os esforços dos agentes de pastorais da CPT, dos técnicos do Incra e da grande cobertura que a mídia nacional dá à questão.



A mercantilização da reforma agrária não foi o único elemento da mudança de eixo da questão agrária. As políticas neoliberais demarcadas pela globalização expandiram as potencialidades da agricultura capitalista, dando-lhe, inclusive, um novo nome: agronegócio. A produção primária para exportação aumentou com a abertura de mercados, intensificando a territorialização do

capital, expropriando o campesinato, aumentando o desemprego, produzindo riquezas, misérias e conflitualidades.[34]

3.3. Agronegócio: a conflitualidade "invisível"

O processo de construção da imagem do agronegócio oculta seu caráter concentrador, predador, expropriatório e excludente para dar relevância somente ao caráter produtivista, destacando o aumento da produção, da riqueza e das novas tecnologias. Todavia, a questão estrutural permanece. Do trabalho escravo à colheitadeira controlada por satélite, o processo de exploração e dominação está presente, a concentração da propriedade da terra se intensifica e a destruição do campesinato aumenta. O desenvolvimento do conhecimento, que provocou as mudanças tecnológicas, foi construído a partir da estrutura do modo capitalista de produção, de modo que houve o aperfeiçoamento do processo, mas não a solução dos problemas socioeconômicos e políticos: o latifúndio efetua a exclusão pela improdutividade, o agronegócio promove a exclusão pela intensa produtividade. A agricultura capitalista, ou agricultura patronal, ou agricultura empresarial, ou agronegócio, qualquer que seja o eufemismo utilizado, não pode esconder o que está na sua raiz, na sua lógica: a concentração e a exploração.

A apologia ao agronegócio, realizada pela mídia, pelas empresas e pelo Estado, é uma forma de criar uma espécie de blindagem desse modelo, procurando *invisibilizar* sua conflitualidade. O agronegócio procura representar a imagem da produtividade, da geração de riquezas para o país. Desse modo, aparece como espaço produtivo por excelência, cuja supremacia não pode ser ameaçada pela ocupação da terra. Se o território do latifúndio pode ser desapropriado para a implantação de projetos de reforma agrária,

[34] O jornal *Folha de S.Paulo* publicou uma matéria a respeito desse processo na região Centro-Oeste em 12 de setembro de 2004.

o território do agronegócio apresenta-se como sagrado, que não pode ser violado. O agronegócio é um novo tipo de latifúndio e ainda mais amplo; agora não concentra e domina apenas a terra, mas também a tecnologia de produção e as políticas de desenvolvimento. A fundação do agronegócio expandiu a conflitualidade, ampliando o controle sobre o território e as relações sociais, agudizando as injustiças sociais. O aumento da produtividade dilatou a sua contradição central: a desigualdade. A utilização de novas tecnologias tem possibilitado, cada vez mais, uma produção maior em áreas menores. Esse processo significou concentração de poder e, em consequência, de riqueza e de território. Essa expansão tem como ponto central o controle do conhecimento técnico por meio de uma agricultura científica globalizada.

O agronegócio não cria conflitualidade apenas por sua extraordinária capacidade produtiva. A reação às ocupações de terra tem aumentado e, no último trimestre de 2004, ocorreram vários conflitos entre sem-terra acampados e jagunços que os expulsaram a mando dos fazendeiros. Todavia, a mídia evita fazer relação entre o agronegócio e o conflito, entre o agronegócio e o trabalho escravo. A invisibilidade da conflitualidade gerada pela blindagem apologética feita para o agronegócio cria certo estranhamento quando se critica este modelo. Foi o caso do presidente do Incra, Rolf Hackbart, quando associou a chacina ocorrida no município de Felizburgo (MG), em novembro de 2004, ao agronegócio. Hackbart argumentou que os fazendeiros que mandam matar sem-terras acampados são personagens do *agribusiness*. Essa afirmação quase lhe custou o cargo, e o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, enfatizou que não se pode "misturar as coisas", pois o agronegócio representa 34% do PIB e 42% das exportações brasileiras.[35]

---

[35] Ver matéria em *O Estado de S.Paulo* de 24 de novembro de 2004, p. A8.

Ainda, essa imagem revestida pelos números relativos da produção para exportação ganha mais relevância quando se associa a agricultura camponesa como parte do agronegócio.[36] Essa é a leitura do paradigma do capitalismo agrário, que, ao entender a agricultura familiar como unidade do sistema capitalista, considera parte deste modelo. Nesta acepção, o agronegócio é a única forma de desenvolvimento da agricultura, limitando qualquer análise da conflitualidade. Assim, o conflito perde sentido, aparece como uma coisa de fora, e não de dentro do agronegócio. Essa mudança de eixo da questão agrária desafia os pesquisadores do problema para pensarem outros modelos de desenvolvimento territorial, rompendo com a cooptação do agronegócio e de sua postura totalitária.

4. DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL RURAL: A CONSTRUÇÃO DA MULTITERRITORIALIDADE

O desenvolvimento territorial é compreendido por sua amplitude e multidimensionalidade e em oposição ao desenvolvimento setorial.[37] A ideia de desenvolvimento territorial rural é recente. As primeiras publicações são do começo da década de 1990. Há duas questões fundamentais na construção deste conceito. A primeira refere-se à preocupação das instituições a respeito do desenvolvimento territorial; a segunda, à abordagem *fashion* com que a questão territorial vem sendo tratada. Vejamos um pouco mais sobre cada uma destas questões.

A preocupação das instituições com o desenvolvimento territorial é importante, sem dúvida. Todavia, essa preocupação tem um sentido pouco explicitado, que é o controle político do debate público para a construção de teorias, métodos, metodologias e

---

36 É o que faz Ricardo Abramovay. Ver entrevista a *O Estado de S.Paulo* de 21 de dezembro de 2003, p. 11.

37 Uma referência em escala latino-americana é o Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural. Ver: <www.rimisp.org>.

ideologias que visam o controle territorial. A geografia política do debate amplo que está acontecendo hoje em toda a América Latina revela uma "monocultura institucional", ou seja, a construção das referências teóricas para as definições de desenvolvimento territorial tem como ponto de partida e de chegada o pensamento consensual. Este pensamento é uma construção ideológica fantástica que obscurantiza a sua forma real, que é o pensamento ofensivo. Por pensamento consensual estamos nos referindo ao pensamento que lê a realidade sem considerar suas contradições produtoras de conflitualidade. É um pensamento de cunho neoliberal que tem invadido muitos espaços e organizações populares, principalmente por meio das organizações não governamentais. Constroem cenários e procuram convencer os movimentos populares e as comunidades rurais de que devem procurar o desenvolvimento sustentável sem criar oposições. Outro trabalho intenso dessas ONGs é a integração – subalterna – completa das comunidades ao mercado. O pensamento consensual procura convencer que o desenvolvimento territorial tem o mercado como essência. Essas ações revelam seu caráter de pensamento ofensivo, estruturado para desconstruir os pensamentos oponentes e projetar modelos e padrões de comportamento e de visão de mundo. É uma espécie de política de despolitização, que propõe a autonomia dentro dos marcos do pensamento neoliberal e da obediência às regras capitalistas do mercado. Duas instituições multilaterais – Banco Interamericano de Desenvolvimento e Banco Mundial – têm investido consideravelmente na criação de espaços para o avanço da pesquisa e do debate a respeito do desenvolvimento territorial rural.

Da falta de crítica e até mesmo da distância que muitos pesquisadores[38] mantêm do tema, decorre o conceito de desenvolvimento

[38] Especialmente os geógrafos, fato que é lamentável, considerando que o conceito de território é uma categoria geográfica tão cara a esta ciência.

territorial que aqui chamamos *fashion*. Nestas condições, prevalece o conceito produzido pelas instituições que promovem o controle político do tema em questão. Essa produção conceitual parte de sua visão de mundo e de seus interesses em implantar determinados modelos de desenvolvimento. Esses conceitos tornam-se amplamente usados[39] por governos, cientistas e movimentos sociais, mas sua aplicação pouco contribui para a compressão do território em questão, de modo que o desenvolvimento reproduz mais intensamente a pobreza que se propõe diminuir. O conceito de desenvolvimento territorial que não contém a possibilidade de questionamento, de oposição e conflito, de diferenciação e ruptura, de soberanias; que não reconhece que a construção das decisões coletivas dos sujeitos dos territórios levará aos processos de distintos modelos de desenvolvimento territorial, é na verdade um *conceito fashion*. Território é um termo autológico. Construí-lo significa dominá-lo. Pode-se até mesmo decretar o fim dos territórios[40], o que significa construir um novo território.

O conceito de território pode significar o espaço físico em diversas escalas: desde o espaço geográfico de uma nação, de uma região, de um Estado, de uma microrregião, de um município, de um bairro, de uma rua, de uma propriedade e de partes de uma moradia. Esse é seu sentido absoluto, objetivo, concreto, material e localizado. O conceito de território pode significar também espaços sociais em suas diversas dimensões: culturais, políticas, econômicas, histórica, ou seja, as relações sociais em sua complexidade, espacialidade e temporalidade. Inclusive no plano das ideias, da construção de conhecimentos e de suas diferentes leituras das realidades, do sentido e do significado, das divergências e convergências,

[39] Por causa de uma orquestrada publicidade política, que oferece recursos para projetos de pesquisa e de implantação de políticas públicas desde que se utilizem o método e os referenciais teóricos propostos pela instituição financiadora.

[40] É o caso do ensaio *O fim dos territórios* (BADIE, 1996).

do diálogo e do conflito. Esse é seu sentido relacional, subjetivo, abstrato, representável e indeterminado. Portanto, temos territórios em movimento.

Esses territórios colidem, são destruídos e recriados por meio de relações de poder. São paradigmas que superam outros paradigmas. São ocupações nas periferias, em áreas de proteção de mananciais, localizadas em bairros com áreas abertas à especulação imobiliária. São prédios vazios ocupados por famílias sem-teto, moradores de rua. São ocupações de terra por populações rurais e urbanas. São os despejos realizados pela polícia. São empresas falidas, fechadas, e novas empresas sendo instaladas. São áreas desapropriadas para a construção de novas vias de acesso. São condomínios de luxo e conjuntos populares sendo construídos no processo de urbanização, ocupando áreas antes destinadas à agricultura. São governos recém-eleitos descontinuando projetos de governos anteriores. No interior do território de um município existem múltiplos territórios em escalas e dimensões diferenciadas. Esses territórios em movimento produzem múltiplas territorialidades e territorializações, desterritorializando e reterritorializando relações sociais, gerando conflitos, negociações, acordos, manifestações, prisões (às vezes mortes), superando e resolvendo problemas, criando e recriando-os, desenvolvendo por meio da contradição, manifestando sua conflitualidade. Portanto, a noção de território somente como espaço físico é insuficiente para se pensar o desenvolvimento territorial.

Uma parte importante dos pesquisadores que trabalham com o conceito de desenvolvimento territorial não incorpora o conflito como uma de suas dimensões. Uma das razões de por que isso acontece é o conceito de território que se usa. Grande parte dos economistas e sociólogos que trabalham com esse conceito toma como referência a corrente positivista da Geografia. Desse modo, o conceito de território é importado para representar uma microrregião, que passa a ser concebida como um espaço geográfico

com seus elementos e relações que promovem o desenvolvimento sustentável, sem nenhum tipo de conflito. Um exemplo é o conceito de território da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA):

> O enfoque territorial é uma visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas de intervenção, e tem na equidade, no respeito à diversidade, na solidariedade, na justiça social, no sentimento de pertencimento cultural e na inclusão social metas fundamentais a serem atingidas e conquistadas.[41]

Essa visão "essencialmente integradora" não contempla os processos de desintegração, ou seja, de desterritorialização. O desenvolvimento territorial rural (DTR) acontece por meio de um processo geográfico denominado TDR – territorialização-desterritorialização-reterritorialização –, caracterizando uma multiterritorialidade em que se observam os processos integradores e também excluidores e ressocializadores. É esse movimento contraditório e paradoxal que promove o desenvolvimento; movimento em que o mercado, o Estado e a sociedade conflitam e se reúnem para superar os problemas, criando e prolongando outros. Essa concepção de desenvolvimento territorial rural é muito próxima da apresentada pelo Centro Latino-americano para o Desenvolvimento Rural:

> Definimos desenvolvimento territorial rural (DTR) como um processo de transformação produtiva em um espaço rural determinado, cujo fim é reduzir a pobreza rural. A transformação produtiva tem o propósito de articular competitiva e sustentavelmente a economia do território a mercados dinâmicos. O desenvolvimento institucional tem os propósitos de estimular e facilitar a interação e a conciliação entre os atores locais entre si, entre eles e os agentes externos relevantes e seus benefícios, e de incrementar as oportunidades para

41 Disponível em: <www.mda.gov.br/index.php>. Acesso: 12 jan. 2005.

> que a população pobre participe do processo e de seus benefícios (Schejtman & Berdegué, 2003, p. 32-33).

Uma definição de DTR é um território. Neste caso, a essência econômica e mercantil é ainda mais evidente. A maior parte dos projetos de DTR é ampla, de modo a contemplar o campo e a cidade, os diversos setores da economia e as dimensões política e cultural, com ênfase ao meio ambiente. A questão é: quem e quantos vão definir a "transformação produtiva". Quem vai convencer o trabalhador de que a competitividade também significa desemprego? Quem vai convencer um camponês de que a mudança na base técnica, resultante da transformação produtiva, irá determinar uma escala de produção necessária para garantir a competitividade que sua condição de agricultora familiar não irá comportar? Quem vai determinar as relações com os agentes externos? De fato, em um território com relações precarizadas de trabalho, intenso desemprego, o poder de decisão de como o território será desenvolvido está em alguns lugares e não está em outros. Em um território comandado por empresas nacionais e transnacionais com alto índice de desemprego e forte concentração fundiária, não será numa reunião "conciliadora" que os sem-terra conseguirão convencer empresários e grandes proprietários em desenvolver um projeto de reforma agrária. Na região do Pontal do Paranapanema, a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) terá que convencer a União Democrática Ruralista (UDR) a aceitar a reforma agrária para assentar as famílias acampadas organizadas no MST. Esse é um caso emblemático que desafia a "visão essencialmente integradora de espaços, atores sociais" e "a interação e a conciliação entre os atores locais entre si".

O desenvolvimento territorial rural acontece por meio de relações socializadoras e excludentes em mercados e políticas públicas; com justiça e injustiça social, com conflito e superação, construindo histórias e experiências. Na questão agrária, os projetos

institucionais são desafiados pelos movimentos socioterritoriais.[42] Os movimentos populares constroem formas de luta e resistência para além do controle político das instituições governamentais, não governamentais e multilaterais, e das políticas que transferem para o mercado as possibilidades de transformação territorial. Na última parte deste trabalho, a seguir, analisaremos essas formas de construção de espaços, de luta e resistência, de conflito e desenvolvimento.

5. LUTA PELA TERRA E DESENVOLVIMENTO

Apresentamos aqui uma breve análise das práticas de luta pela terra promovida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e as políticas dos governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. Desde sua gênese, o MST tem se territorializado por todas as regiões do Brasil por meio da ocupação de terra. Essa é uma antiga forma de luta do campesinato brasileiro, todavia nos últimos 20 anos foi intensificada com o aumento do número de famílias sem-terra e do consequente aumento do número de ocupações.

A ocupação da terra não é o começo da luta pela terra, quando as famílias sem-terra ocupam uma propriedade é porque há vários meses elas estão se organizando para este momento (Fernandes, 2001a). A ocupação da terra começa com o trabalho de base, quando os sem-terra do MST visitam as casas de famílias nas periferias das cidades (pequenas, médias e grandes – inclusive nas regiões metropolitanas) para convidar pessoas interessadas em participar da luta pela terra e pela reforma agrária. Essas pessoas reúnem-se

[42] Movimentos socioterritoriais são os movimentos sociais que têm o território como condição de existência, de trunfo, de possibilidades de recriação. Esses movimentos produzem espaços políticos e realizam ocupações de propriedades privadas, reivindicando o direito à terra e à moradia. Em seu processo de recriação, espacializam-se e se territorializam, criando conflitualidades, dialogando e superando a condição de excluídos. A respeito deste conceito, ver FERNANDES, 2001b.

em diferentes lugares: salões paroquiais, escolas, sedes de sindicatos ou na própria casa de uma das famílias participantes. Com esse ato, inauguram um espaço de socialização política. Nesse espaço discutem as possibilidades da luta pela terra e pela reforma agrária. Com essa atitude, iniciam uma dimensão do espaço de socialização política que chamamos de *espaço comunicativo*. Nele as pessoas se apresentam, conhecem as suas histórias, discutem suas trajetórias, pensam as possibilidades de seus destinos. A proposta do MST de ocupar a terra aparece como esperança e medo. Esperança porque é uma possibilidade apresentada por quem lutou e conquistou a terra; medo porque a luta pode levar à conquista da terra, mas também pode levar a outros caminhos, inclusive à morte no enfrentamento com os latifundiários e com a polícia.

Todo esse processo cria outra dimensão do espaço de socialização política que denominamos *espaço interativo*. A interação acontece porque as pessoas se identificam, compreendem que têm trajetórias semelhantes: são migrantes, camponeses expropriados há anos ou décadas, desempregados do campo e da cidade, sem perspectiva de trabalho estável. Ao mesmo tempo em que têm vontade de mudar o rumo de suas histórias, eles têm a insegurança, porque são apenas possibilidades. A interação também acontece porque essa experiência possibilita a construção de conhecimentos sobre a luta pela terra, abrindo novas perspectivas para suas vidas. Já não existe apenas a possibilidade do assalariamento. As reuniões do trabalho de base podem durar meses. Elas acabam quando os coordenadores apresentam a proposta de ocupar uma ou mais propriedades e as famílias decidem pela ocupação. Até esse momento, viviam os efeitos da conflitualidade gerada pelo desemprego e exclusão social. Com essa decisão, abrem uma nova dimensão do espaço de socialização política: o espaço de luta e resistência, que se materializa por meio da ação das famílias que ocupam uma propriedade privada ou uma propriedade pública,

ou apenas acampam nas margens de uma rodovia. A partir dessa ação, mudam o sentido da conflitualidade e transferem o espaço de socialização política para esse novo lugar, onde agora as famílias organizadas tentarão manter-se reunidas por tempo curto ou longo. A permanência dessas famílias naquele espaço político, um "prototerritório", dependerá da conjuntura política e econômica, do seu poder de mobilização junto com outros grupos de famílias acampadas por todo o país.

Agora, o espaço de luta e resistência chama-se *acampamento*. A inversão do sentido da conflitualidade criou um novo fato e ganha as páginas dos jornais. Essa forma de organização espacial causa um impacto na paisagem, demonstrando que aquelas famílias querem mudar suas realidades. Agora ninguém poderá mais ignorar essas pessoas. Elas estão juntas, reivindicando condições dignas de vida. Nem as estatísticas, nem os discursos políticos, nem as teorias poderão ignorá-las. Todavia, se não é possível ignorar, é possível reprimir, repelir, rechaçar, despejar. Assim nasce o conflito, um dos mais antigos da história do Brasil: o latifundiário contra o sem-terra. Os grandes proprietários querem manter seus privilégios em nome dos seus direitos. Os sem-terra querem conquistar os seus direitos em nome da democratização do acesso à terra.

Os conflitos, portanto, envolvem privilégios, interesses e direitos, reivindicações e luta. A instituição competente para solucionar esse conflito é o Estado. E os governos têm dado diferentes respostas para a questão da terra, ora tratando-o com políticas compensatórias, ora ensaiando a questão como desenvolvimento territorial. Por meio das ocupações, os sem-terra mantêm na pauta política a questão da reforma agrária. As ocupações de terra se tornaram uma das principais formas de acesso à terra. São, portanto, uma forma de criação e recriação do campesinato, pois a pressão política das ocupações obriga o Estado a procurar soluções

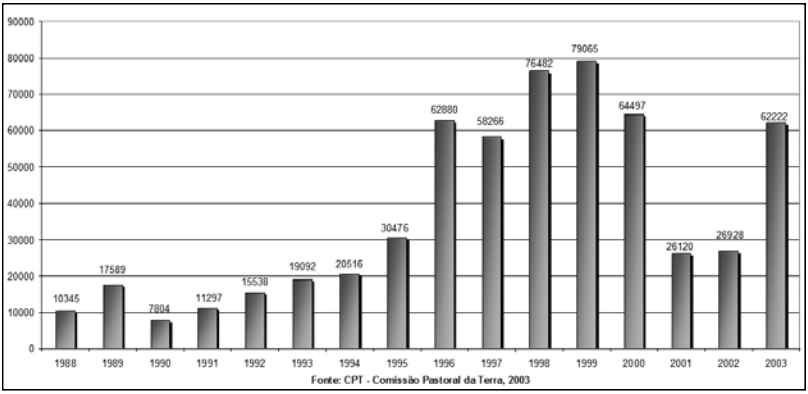
para os conflitos, ora com o assentamento das famílias, ora com a repressão política. A ocupação de terra é, portanto, uma afronta aos princípios da sociedade capitalista. Mas, ao mesmo tempo, também é uma forma de desenvolvimento do sistema, porque as áreas ocupadas, quando transformadas em assentamentos, tornam-se propriedades familiares, que produzem a renda apropriada em sua maior parte pelos capitalistas.

Todavia, não existe tolerância política com as ocupações de terra. Elas são rechaçadas e as famílias são despejadas, de modo que o conflito aumenta e as ocupações se repetem até que as pessoas sejam assentadas ou desistam da luta. A intolerância é enfraquecida, em parte, pela conhecida grilagem de terras e pelo alto grau de concentração fundiária. Em 2003, somente 1,6% dos proprietários de terra controlavam 43,8% das terras; ou seja, quase metade das propriedades está nas mãos de menos de 2% dos proprietários (tabela 3).

A violência física praticada a mando dos latifundiários ou do Estado contra os sem-terra não diminui as ocupações. Todavia, as medidas políticas têm sido eficazes para contê-las. É bom lembrar, no entanto, que contenção não significa solução. As medidas políticas são formas de controle da luta popular. Através do controle político, o Estado pode mudar o rumo das ações dos movimentos camponeses: fazê-los refluir e até desmobilizá-los. Ainda assim o problema agrário continua.

No gráfico 2, a seguir, apresentamos os dados referentes ao crescimento e à diminuição do número de famílias em ocupações de terra. Observa-se que em 1990 e em 2001 aconteceram diminuições abruptas por causa de medidas de controle político da luta pela terra. Contudo, observa-se também que os resultados dessas medidas foram efêmeros, não duraram mais que um ano, e o número de famílias em ocupações de terra voltou a crescer.

Gráfico 2: Números de famílias participantes em ocupações de terra (1988-2003)



Em 1990, o governo do presidente Fernando Collor de Mello reprimiu violentamente as ocupações, com prisões seletivas de lideranças. A Polícia Federal invadiu as diversas secretarias do MST em vários Estados e prendeu muitos de seus membros. Essa ação causou o refluxo do movimento e diminuiu o número de ocupações. No entanto, em 1991, o número de famílias voltou a crescer, e, em outubro de 1992, o presidente Collor foi destituído por *impeachment*, resultado de uma grande mobilização política nacional. Com a eleição de Fernando Henrique em 1994, e a promessa de realização da reforma agrária em 1995, aumentou o número de famílias que ocuparam terra, tendência que continuou até 1999. O primeiro governo FHC foi o período com maior número de famílias assentadas da história do Brasil, de acordo com as questões já apresentadas. O aumento do número de famílias assentadas significava o aumento do número dos que ocupavam terras e vice-versa. A cada assentamento criado, multiplicava-se o número de sem-terra realizando os trabalhos de base, criando espaços de socialização política e espacializando a luta.

Na verdade, o governo FHC percebera que o aumento do número de famílias assentadas e os investimentos realizados por meio das linhas de crédito fortaleciam a organização do MST. Muitas ocupações eram realizadas com o apoio de cooperativas de assentados, que emprestavam caminhões e financiavam os custos da ocupação. Essa prática era uma afronta à lógica do paradigma do capitalismo agrário, que organizava diversas políticas tendo o mercado como território da questão da reforma agrária. O governo FHC denominou esses fatos de aparelhamento político e cortou todas as fontes de recursos para os assentados. No segundo mandato, FHC intensificou as políticas ofensivas contra o MST e obteve sucesso. Em 2000, o número de ocupações começou a diminuir e, em maio de 2001, o governo publicou uma medida provisória de criminalização das ocupações. A MP 2.109-52, de 24 de maio de 2001, criminaliza os que ocupam terra e privilegia os latifundiários com a condição da não desapropriação por dois anos, no caso de uma ocupação, e por quatro anos, quando houver reincidência.

Enquanto o governo Collor colocou a Polícia Federal para reprimir os sem-terra, o governo FHC utilizou-se do Poder Judiciário. As ocupações eram acompanhadas com rigor pelo governo, e as liminares de reintegração de posse e despejo das famílias ocupantes eram expedidas em menos de 24 horas, resultando na maior parte das vezes na prisão das lideranças. A esse processo político denominamos de judiciarização da luta pela reforma agrária. Ocorreram casos em que os juízes mandavam prender lideranças como prevenção às ocupações (Fernandes, 2003a). Com a diminuição do número de ações, diminuiu também o número de assentamentos. Para "manter" o número de assentamentos implantados nos anos anteriores, o governo FHC usou uma estatística imaginária que contava assentamentos de governos anteriores, dos governos estaduais e até as famílias que o governo prometera assentar. Criavam-se dessa

forma "clones" de assentamentos e "assentamentos imaginários", que só existiam nas tabelas de dados do governo (Fernandes, 2003a).

A ocupação de terras é uma afronta aos princípios da sociedade capitalista. Todavia, elas continuavam crescendo, tendo pela frente as reações da Justiça e dos latifundiários. O governo FHC implantou, em 1997, o programa Cédula de Terra, na tentativa de impedir as ações do MST – em especial os trabalhos de base para formar novos grupos de famílias. Desse modo, as famílias sem-terra tinham então duas opções: participar de uma reunião do grupo de base para discutir as ocupações de terra ou participar de reuniões com técnicos de instituições federais e estaduais para organizar um grupo e comprar uma fazenda. Pela primeira vez na história do Brasil ocorreu uma intervenção direta na questão da luta pela terra por meio de política econômica, e isso em escala nacional. Com essa medida, transferia-se a questão da terra do território da política para o território do mercado. Essa ação extraordinária diminuía o poder de negociação dos trabalhadores sem-terra. Aos que aceitaram a política da Cédula da Terra – depois, Banco da Terra –, o espaço de negociação limitou-se ao contrato de compra e venda, ou seja, às políticas do mercado.[43] O governo FHC criou também um projeto denominado reforma agrária pelo correio e iniciou um serviço de cadastramento de pessoas interessadas em ser beneficiadas com um lote de terra. Cerca de 800 mil famílias se cadastraram.

No ano de 2002, houve um pequeno crescimento no número de ocupações. Com a derrota de FHC e a vitória de Lula nas eleições de 2002, as ocupações voltaram a crescer e, em 2003, o número de famílias em ocupações de terra ficou entre os cinco maiores desde 1988. Desde a fundação do MST, o perfil dos participantes das ocupações tem se diferenciado. Na década de 1980, eles eram

---

43 Ver BUAINAIN, 1999 e 2004.

predominantemente de origem rural. Com a intensificação da mecanização da agricultura e com o desemprego estrutural na década de 1990, nos acampamentos das regiões Sul, Sudeste e Nordeste, a participação de trabalhadores de origem urbana aumentou.

Na região Nordeste, o MST começou a organizar migrantes nordestinos retornados da região Sudeste por causa do desemprego. No Estado de São Paulo, o MST e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) passaram a organizar famílias para lutarem por moradia ou terra. Essa ação resultou no aumento do número de famílias de origem urbana nas ocupações de terra. No Pontal do Paranapanema, foram registrados até 50% de trabalhadores urbanos entre as famílias assentadas (Lima e Fernandes, 2001). No Estado do Rio Grande do Sul, surgiu o Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD), que tem ocupado terras nos municípios da região metropolitana de Porto Alegre com o objetivo de desenvolver atividades agrícolas e não agrícolas. Esse fato demonstra que a determinação do governo de assentar apenas as famílias de origem rural tem sido ignorada pelos trabalhadores de origem urbana. Esta é uma das razões do aumento do número de acampados em todas as regiões do país. Isso significa que o processo de criação e recriação do campesinato tem contado com a participação dos trabalhadores desempregados de origem urbana.

As ocupações, o avanço e o refluxo do MST, as conquistas e as derrotas dos movimentos camponeses, o crescimento da participação das famílias de origem urbana na luta pela terra – todas essas realidades são indicadores da resistência, gerando conflitualidades à procura de solução, negociação, terra, trabalho e dignidade.

No ano de 2003, a luta pela terra apresentou nova tendência de crescimento. Nesse ano foram registradas 166 mil famílias acampadas em todo o Brasil.[44] Segundo Dataluta (2004), as famílias

[44] Segundo dados da *Folha de S.Paulo* de 1º de dezembro de 2003.

acampadas organizadas no MST eram 112.532. Esse crescimento é resultado da espacialização da luta pela terra, feita por meio do trabalho de base. É também resultado da ineficaz política de assentamentos implantada pelo governo FHC e do fracasso da criminalização da luta pela terra. É uma forma de pressão ao governo Lula, que até o momento não apresentou indicadores de que irá realizar a reforma agrária.

Em 2003, o governo Lula assentou 36 mil famílias; desse total, 27 mil foram assentadas em assentamentos antigos e 9 mil, em assentamentos novos. Em 2004, foram 81 mil famílias; desse total, 55 mil em assentamentos antigos e 26 mil, em assentamentos novos.

De fato, a reforma agrária não avançou no governo Lula. Nem mesmo a promessa de assentar todas as famílias acampadas foi cumprida. Em setembro de 2004, o governo desistiu do intento, considerando que os trabalhos de base são fontes inesgotáveis de organização de grupos de famílias. Todavia, a relação política com os movimentos camponeses melhorou em relação ao governo FHC. Embora a Medida Provisória que criminaliza a luta pela terra continue vigorando, o governo Lula não a aplicou com o mesmo rigor político contra os sem-terra. Nos dois primeiros anos, as linhas de créditos para os assentamentos foram retomadas com a apresentação de uma nova política de assistência técnica; a formação profissional dos assentados foi ampliada com a intensificação de projetos de alfabetização, escolarização e acesso à universidade (Fernandes e Molina, 2004).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: SUPERAR PARADIGMAS E EMPATAR

Em dezembro de 2004, o Ministério do Desenvolvimento Agrário divulgou os resultados de uma pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (Fipe-USP) a respeito da participação da agricultura familiar no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Os destaques da pesquisa são:

a) Em 2003, o PIB das cadeias produtivas da agricultura familiar alcançou R$ 156,6 bilhões, ou 10,06%. O PIB das cadeias produtivas da agricultura patronal alcançou 20,51%.

b) Em 2003, o PIB da agropecuária familiar alcançou R$ 55,6 bilhões, ou 3,57% [o PIB do setor de extração de petróleo, gás natural, carvão e outros combustíveis, por exemplo, corresponde a 3,34% (valor adicionado a preços básicos)].

c) Em 2003, o PIB das cadeias produtivas da agricultura familiar cresceu R$ 13,4 bilhões, ou 9,37% a mais que no ano anterior. Esse valor é superior ao crescimento do PIB nacional (0,5%) e do PIB das cadeias produtivas da agricultura patronal (5,13%).

d) Em 2003, o PIB da agropecuária familiar cresceu 14,31% em relação ao ano anterior. Esse valor é superior ao crescimento do PIB da agropecuária patronal (11,08%).

e) Em 2003, o PIB das lavouras da agricultura familiar cresceu 18,41% em relação ao ano anterior. Esse valor é superior ao crescimento do PIB das lavouras da agricultura patronal (14,61%).

f) Em 2003, a agricultura familiar foi a base de importantes cadeias de produtos proteicos de origem animal, sendo majoritária no caso do PIB da cadeia produtiva dos suínos (58,8% do PIB total desta cadeia), do leite (56%) e das aves (51%) (MDA, 2004).

A constituição desta realidade econômica é resultado de um conjunto de políticas que envolvem sujeitos, territórios, conflitualidade, ocupações de terra, mercado, Estado, instituições diversas. Entre os agricultores pesquisados, uma parte assentada foi a que lutou pela terra para se ressocializar. E foi essa condição original que a colocou nos resultados desta pesquisa.

Os paradigmas da questão agrária e do capitalismo agrário disputam, com suas interpretações da geografia agrária nacional, os espaços políticos, lócus de decisões para o desenvolvimento da agricultura. Nesse processo, desenvolve-se a conflitualidade na teoria e na realidade. O paradigma do capitalismo agrário

trouxe importante contribuição para a compreensão da questão agrária ao destacar o peso da participação familiar na agricultura e romper com a visão determinista do assalariamento total. Todavia, a visão da dicotomia agricultura camponesa *versus* agricultura familiar representa a criação de uma condição de integração – subalterna – completa ou parcial, dependendo o estágio de desenvolvimento das relações sociais, determinada pela lógica do capital. O paradigma da questão agrária, por sua vez, não tem conseguido teorizar a respeito do desenvolvimento da economia camponesa frente ao mercado como território do capital. Mas tem sido extremamente eficaz em compreender os processos de criação, recriação e reinvenção do campesinato, demonstrando que há possibilidades de construir espaços políticos diversos para resistir ao processo de territorialização do capital e desterritorialização do campesinato.

Se, por um lado, o paradigma do capitalismo agrário não considera a conflitualidade em seu corpo teórico, como processo eficiente e promotor de desenvolvimento, por outro, o paradigma da questão agrária não tem considerado a importância das formas de relação com o mercado. Um paradigma ignora a conflitualidade gerada a partir das relações mercantis; o outro ignora as relações mercantis produtoras de conflitualidade. Neste sentido, parece-nos que a noção de *empate* construída pelos seringueiros projeta um espaço-diálogo em que se pode discutir o desenvolvimento territorial rural com base na sustentabilidade. Essa condição garante os princípios básicos da cidadania e da democracia e mantém abertas as perspectivas de construção de ideias e experiências para transformar o mundo, para lutar contra a exploração, a subalternidade e a expropriação gerida pelo capitalismo. É evidente que todo esse processo acontecerá por meio de conflitos e desenvolvimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *De camponeses a agricultores familiares: paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Tese (doutorado) Departamento de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1990.

_______. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. Campinas: Hucitec/Anpocs/Editora da Unicamp, 1992.

BADIE, Bertrand. *O fim dos territórios.* Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

BLOEMER, Neusa Maria Sens. *Brava gente brasileira: migrantes italianos e caboclos nos campos de Lages.* Florianópolis: Cidade Futura, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *Contrafogos 2.* Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BRYCESON, Deborah; KAY, Cristobál; MOOIJ, Jos. *Disappearing Peasantries? Rural labour in Africa, Asia and Latin America.* London: IT Publications, 2000.

BUAINAIN, Antônio Márcio. *Reforma agrária por conflitos: a gestão dos conflitos de terra no Brasil.* Campinas: inédito, 2004.

_______. *Avaliação do Programa Cédula da Terra: resultados preliminares, desafios e obstáculos.* Campinas, 1999.

CARDOSO, Fernando Henrique. "Prefácio", *in:* GRAZIANO NETO, Francisco. *A tragédia da Terra: o fracasso da reforma agrária no Brasil.* São Paulo: Iglu/Funep/Unesp, 1991.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no campo Brasil 2004.* Goiânia: CPT, 2004.

COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

DANBOM, David B. *Born in the country: A history of rural America.* Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1995.

DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra. *Relatório Pesquisa Nacional – Dataluta – MST.* Presidente Prudente, 2004.

DESMARAIS, Annette. *The Via Campesina: peasant resisting globalization.* Tese (doutorado) Department of Geography of the University of Calgary. Calgary, 2001.

DONATO, Hernani. *Dicionário das batalhas brasileiras*. São Paulo: Ibrasa, 1996.

FAO/INCRA. *Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar*. Brasília: FAO/Incra, 1995.

FERNANDES, Bernardo Mançano. "A judiciarização da luta pela reforma agrária", *in:* SANTOS, José Vicente Tavares (org.). *Violências no tempo da globalização.* São Paulo: Hucitec, 1999.

_______. *A formação do MST no Brasil.* São Paulo: Vozes, 2000.

_______. *The occupation as a form of Access to land.* XXIII International Congress of the Latin American Studies Association. Washington, D.C., 6 a 8 set. 2001a.

_______. *Questão agrária, pesquisa e MST.* São Paulo: Cortez, 2001b.

_______ *et al.* "Insertion socio-politique et criminalisation de la lutte pour la terre: occupations de terre et assentamentos ruraux das le Pontal do Paranapanema – São Paulo". *Cahiers du Brésil Contemporain*. La Riche: v. 51-52, p. 71-94, 2003a.

_______. *O futuro do MPA*. Porto Alegre: MPA, 2003b.

_______. *Questões da Via Campesina*. Anais do 6º Congresso Brasileiro de Geógrafos. Goiânia, 2004. Disponível em: <www.lead.uerj.br/VICBG-2004/Eixo1/e1_contsn4.htm>.

_______ e MOLINA, Monica. "O campo da Educação do Campo", *in: Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo*. Brasília: Nead, 2004.

GOLDBERG, Jake. *The disappearing american farm*. Nova York: Franklin Watts Library, 1996.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. *Geografando nos varadouros do mundo: da territorialidade (o seringal) à territorialidade seringueira (a reserva extrativista)*. Brasília: Ibama, 2003.

_______. "Violência e democracia no campo brasileiro: o que dizem os dados de 2003", *in: Conflitos no campo – Brasil 2003*. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2004, p. 10-26.

_______. "Geografia da violência contra a pessoa no campo brasileiro: agronegócio, grilagem e devastação", *in: Conflitos no campo – Brasil 2004*. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2005, p. 142-156.

GRAZIANO NETO, Francisco. *A verdade da Terra*. Tese (doutorado) em Economia Aplicada à Administração. Curso de Pós-graduação da Fundação Getúlio Vargas/Escola de Administração de Empresas de São Paulo. São Paulo, 1989.

_______. *Qual reforma agrária?* São Paulo: Geração Editorial, 1996.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Plano Nacional de Reforma Agrária*. Brasília, 2003.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural, (1899) 1986.

LAMARCHE, Hugues (coord.). *A agricultura familiar: uma realidade multiforme*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

_______ (coord.). *A agricultura familiar: do mito à realidade*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

LEAL, Gleison Moreira. *Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais do município de Teodoro Sampaio – SP*. Dissertação (mestrado). Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp. Presidente Pudente, 2003.

LEITE, Sérgio; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde. *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

LENIN, Vladimir Ilitch. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Nova Cultural, (1899) 1985.

LIMA, Solange; FERNANDES, Bernardo Mançano. *Trabalhadores urbanos nos assentamentos rurais: a construção de novos sujeitos sociais*. Presidente Prudente, 2001. Relatório CNPq – Pibic, 1999-2001.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.

_______. *O cativeiro da terra*. São Paulo: Hucitec, 1986.

_______. *O poder do atraso*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_______. *Reforma agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: Edusp, 2000.

MARTINS, Mônica. *O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia.* São Paulo: Viramundo, 2004.

MAZOYER, Marcel; ROURDART, Laurence. *História das agriculturas do mundo: do neolítico à crise contemporânea*. Lisboa: Histórias e Monografias, 2001.

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário. *II Plano Nacional de Reforma Agrária.* Brasília, 2003.

_______. *PIB das cadeias produtivas da agricultura familiar.* Brasília: MDA, 2004.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *A agricultura camponesa no Brasil.* São Paulo: Contexto, 1991.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. *Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais do município de Mirante do Paranapanema – Região do Pontal do Paranapanema – SP.* Dissertação (mestrado) Faculdade de Ciências e Tecnologia da Unesp. Presidente Pudente, 2002.

ROMEIRO, Ademar; GUANZIROLI, Carlos; LEITE, Sérgio (orgs.) *Reforma agrária: produção, emprego e renda.* Petropólis: Vozes, 1994.

SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena.* São Paulo: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, José Vicente Tavares. "Por uma sociologia da conflitualidade no tempo da globalização", *in:* SANTOS, José Vicente Tavares (org.). *Violências no tempo da globalização.* São Paulo: Hucitec, 1999.

_______. "Violências e dilemas do controle social nas sociedades da 'modernidade tardia'", *in: São Paulo em Perspectivas*, v. 18, n. 1, São Paulo, jan.-mar. 2004.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo; razão e emoção.* São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHEJTMAN, Alexander; BERDEGUÉ, Julio A. *Desarrollo territorial rural.* Santiago: Rimisp, 2003.

STEDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária hoje.* Porto Alegre: Editora da Universidade, 1994.

_______ e FERNANDES, Bernardo Mançano. *Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

TEDESCO, João Carlos. *Terra, trabalho e família: racionalidade produtiva e ethos camponês.* Passo Fundo: EDIUPF, 1999.

VEIGA, José Eli. *Poverty alleviation through access to land: the experience of the Brazilian agrarian reform process*. Disponível em: <www.fao.org/documents/show_cdr.asp?url_file=/docrep/006/j0415T/j0415t07.htm>. Acesso: 31 dez. 2004.

VELHOS E NOVOS MITOS DO RURAL BRASILEIRO*

JOSÉ GRAZIANO DA SILVA**

De forma muito sintética, podemos dizer que nossas pesquisas no âmbito do Projeto Rurbano,[1] nas suas fases I e II,[2] contribuíram para

* Uma versão deste texto foi publicada na revista *Estudos Avançados* do IEA-USP, dossiê Os desafios para o desenvolvimento rural do país, n. 43, set.-dez. 2001.

** Professor titular de Economia Agrícola do Instituto de Economia da Unicamp, bolsista do CNPq e consultor da Fundação Seade. Agradeço as contribuições da profa. Maria José Carneiro e do dr. Mauro Del Grossi à versão apresentada no II Seminário do Projeto Rurbano, IE-Unicamp, out. 2001. [José Graziano foi ministro extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome e coordenador do programa Fome Zero. Em 2006, ele se tornou representante regional da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) para a América Latina e Caribe. Em 2011, foi eleito diretor-geral da FAO (N. O.)]

1 É um projeto temático denominado "Caracterização do Novo Rural Brasileiro, 1981/1995", apoiado por financiamento parcial da Fapesp e Pronex-CNPq, que pretende analisar as principais transformações ocorridas no meio rural em 11 Unidades da Federação (PI, RN, AL, BA, MG, RJ, SP, PR, SC, RS e DF).

2 A fase I explorou basicamente os tipos de ocupações das pessoas residentes nas áreas rurais; a fase II, as rendas das famílias agrícolas, pluriativas e não agrícolas residentes nas áreas rurais. As principais publicações estão disponíveis na nossa *homepage* e numa coletânea de quatro volumes organizada por CAMPANHOLA, C. e SILVA, José Graziano (2000). *O novo rural brasileiro: uma análise nacional e Regional*. Jaguariúna, Embrapa-Meio Ambiente e IE-Unicamp (4 v.).

derrubar alguns velhos mitos sobre o mundo rural brasileiro, mas que, infelizmente, podem estar servindo para criar outros novos.

Apresentaremos a seguir o que julgamos serem as principais conclusões obtidas pela pesquisa até o momento e um listado do que estamos nos propondo a pesquisar na fase III do projeto, que se iniciou em maio de 2001 e se prolongará até 2003.

OS VELHOS MITOS

1. O rural é sinônimo de atraso

Mostramos que o rural não se opõe ao urbano enquanto símbolo da modernidade. Há no rural brasileiro ainda muito do atraso, da violência, por razões em parte históricas, relacionadas com a forma como foi feita a nossa colonização, baseada em grandes propriedades com trabalho escravo. Mas há também a emergência de um novo rural, composto tanto pelo *agribusiness* como por novos sujeitos sociais: alguns *neorrurais*, que exploram os nichos de mercados das novas atividades agrícolas (criação de *escargot*, plantas e animais exóticos etc.); moradores de condomínios rurais de alto padrão; loteamentos clandestinos que abrigam muitos empregados domésticos e aposentados que não conseguem sobreviver na cidade com o salário mínimo que recebem; milhões de agricultores familiares e pluriativos, empregados agrícolas e não agrícolas; e, ainda, milhões de *sem-sem*, excluídos e desorganizados, que, além de não terem terra, também não têm emprego, não têm casa, não têm saúde, não têm educação e nem mesmo pertencem a uma organização como o MST para poderem expressar suas reivindicações.

Infelizmente, essa categoria dos "sem-sem" vem crescendo rapidamente, especialmente a partir da segunda metade dos anos 1990. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 1999 permitem uma aproximação desse contingente de pobres rurais: são quase 3 milhões de famílias (ou 15 milhões de

pessoas) sobrevivendo com uma renda disponível *per capita* de um dólar ou menos por dia (R$ 34,60 mensais ao câmbio de setembro de 1999).[3]

Mais da metade dessas famílias de pobres rurais tem suas rendas provenientes exclusivamente de atividades agrícolas: são famílias por conta própria (30% do total) com áreas de terras insuficientes e/ou com condição de acesso à terra precária (parceiros, posseiros, cessionários), ou famílias de empregados agrícolas (25%), a grande maioria sem carteira assinada.

Um terço dessas famílias de pobres rurais mora em domicílios sem luz elétrica, quase 90% não tem água canalizada, esgoto ou fossa séptica. E, em quase metade dessas famílias mais pobres, o chefe ou pessoa de referência nunca frequentou a escola ou não completou a primeira série do ensino fundamental, podendo ser considerado analfabeto.

Mas, infelizmente, nada disso é privilégio do "velho rural atrasado": das 4,3 milhões de famílias pobres residentes em áreas não metropolitanas (pequenas e médias cidades), 70% não tem também rede coletora de esgoto ou fossa séptica, quase 30% não tem água encanada, embora menos de 5% não tenha luz elétrica no domicílio. E, em um terço delas, o chefe de família também pode ser considerado analfabeto. Fica patente apenas a diferença entre rural e urbano no que diz respeito ao acesso à energia elétrica, que é um dos serviços básicos fundamentais hoje e sem o qual fica difícil falar em modernidade. E não nos iludamos: o maior acesso das famílias pobres à energia elétrica se deve aos "gatos" – ligações

---

[3] Imputando-se o valor do autoconsumo agrícola e descontando-se os pagamentos de aluguel e da prestação da casa própria quando fosse o caso, essa metodologia adotada pelo Banco Mundial foi desenvolvida por TAKAGI, M.; SILVA, J. Graziano da, e DEL GROSSI, M. (2001). *Pobreza e fome: em busca de uma metodologia para quantificação do fenômeno no Brasil.* Campinas, Instituto de Economia/Unicamp. Texto para discussão 101, disponível em: <www.eco.unicamp.br/publicacoes>.

clandestinas às redes de energia elétrica secundária –, o que não é possível na zona rural, onde as linhas primárias têm voltagem muito superior.[4]

A conclusão é uma só: a origem do atraso e, mais especificamente, da violência é a pobreza, seja ela rural ou urbana, nova ou velha.

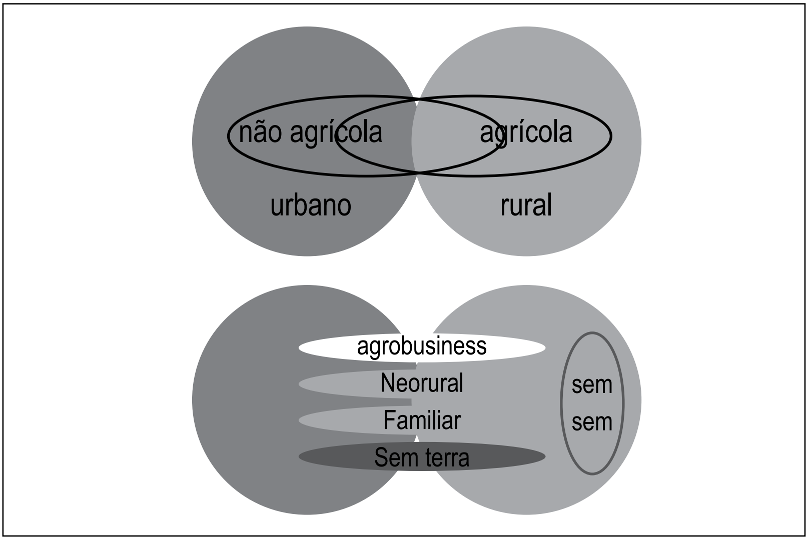


Figura 1: O mundo rurbano

2. O rural é predominantemente agrícola

Mostramos que estão crescendo as pequenas glebas (em geral com menos de 2 ha, tamanho do menor módulo rural), que têm a função muito mais de uma residência rural que de um estabelecimento agropecuário produtivo. Mostramos também que um número crescente de pessoas que residem em áreas rurais está hoje ocupado em atividades não agrícolas. Os dados da Pnad de 1999 (ver tabela 1) mostram que, dos quase

4 Entre os 20% mais pobres, 20% tem gatos de acordo com as estimativas de M. Neri (*Gazeta Mercantil*, p. A3, 13 jun. 2001).

15 milhões de pessoas economicamente ativas no meio rural brasileiro (exceto a região Norte), quase um terço – ou seja, 4,6 milhões de trabalhadores – estava trabalhando em ocupações rurais não agrícolas (Orna), como servente de pedreiro, motorista, caseiro, empregada doméstica etc. Mais importante que isso: as ocupações não agrícolas cresceram na década de 1990 a uma taxa de 3,7% ao ano – mais que o dobro da taxa de crescimento populacional do país.

Enquanto isso, o emprego agrícola, em função da mecanização das atividades de colheita dos nossos principais produtos, vem caindo cada vez mais rapidamente a uma taxa de -1,7% ao ano. Nossas projeções indicam que, se continuar nesse ritmo, no ano de 2014 a maioria dos residentes rurais do país estará ocupada nessas atividades não agrícolas. Em alguns Estados, como São Paulo, isso já deve estar ocorrendo neste ano de 2001.

Tabela 1: Evolução da população do Brasil[a], 1981-1999

Emprego	**Pessoas (em milhões)**				**Taxa de crescimento (% ao ano)**					
	1981	**1992**	**1996**	**1999**	**1981/1992**		**1992/1999**		**1996/1999**	
Urbano	85,2	113,4	122,4	127,8	2,6	–	1,7	–	1,4	–
Ocupados[b]	31,7	46,5	50,4	52,8	3,6	–	1,8	–	1,5	–
Agrícola	2,6	3,7	3,4	3,4	3,3	–	-1,6	–	-0,2	
Não agrícola	29,1	42,9	47	49,3	3,6	–	2	–	1,6	–
Rural	34,5	32	31,7	32,6	-0,7	–	0,2	–	1,1	–
Ocupados	13,8	14,7	13,9	14,9	0,6	–	-0,2	–	2,1	–
Agrícola	10,7	11,2	9,9	10,2	0,4	–	-1,7	–	0,4	
Não agrícola	3,1	3,5	4	4,6	1,2	–	3,7	–	6,1	–
Total	**119,7**	**145,4**	**154**	**160,3**	**1,8**	**–**	**1,4**	**–**	**1,3**	**–**

Fonte: Tabulações especiais das Pnads de 1981 e de 1992 a 1999. Projeto Rurbano, nov. 2000

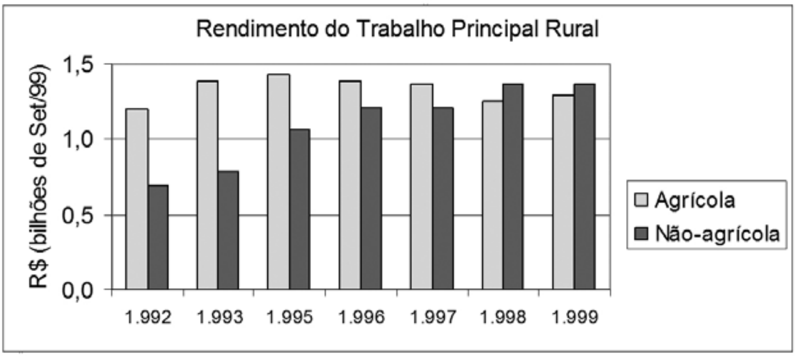
Notas: a) não inclui as áreas rurais da região Norte, exceto Estado de Tocantins.

b) PEA restrita, que exclui os não remunerados que trabalham menos de 15 horas na semana e os que se dedicam exclusivamente ao autoconsumo.

Outro dado que confirma a importância das atividades não agrícolas: a soma dos rendimentos não agrícolas das pessoas residentes nos espaços rurais supera, em 1998 e 1999, os ren-

dimentos provenientes exclusivamente das atividades agrícolas, segundo as Pnads. Ou seja, embora se saiba que as rendas agrícolas declaradas nas Pnads estão fortemente subestimadas, os rendimentos não agrícolas dos residentes em espaços rurais no Brasil superam os rendimentos agrícolas totais desde 1998 (ver gráfico 1).

Gráfico 1: Evolução das rendas do trabalho principal das pessoas ocupadas no meio rural brasileiro, segundo o ramo de atividade (Brasil, 1992-1999)

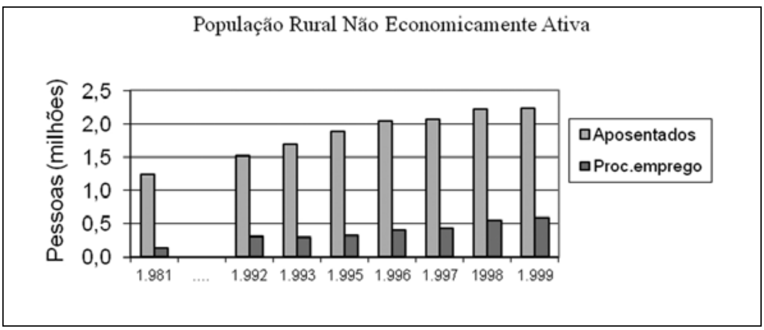


Mostramos também que nas áreas rurais podem ser encontrados os mesmos setores e ramos de atividades existentes nas áreas urbanas. Mais ainda: a conformação produtiva das cidades em termos de ocupações geradas pelos diferentes ramos e setores de atividades econômicas não agrícolas afeta as áreas rurais que lhe são contíguas. Ou seja, numa dada região, a composição setorial do emprego rural não agrícola não difere muito do que existe no urbano. Isso quer dizer que tanto as indústrias como os prestadores de serviços há muito não respeitam mais essa arbitrária linha que delimita os perímetros urbanos.

3. O êxodo rural é inexorável

As estatísticas mais recentes do Brasil rural revelam um paradoxo que interessa a toda sociedade: o emprego de natureza agrícola definha em praticamente todo o país, mas a população residente no campo voltou a crescer; ou pelo menos parou de cair. Esses sinais trocados sugerem que a dinâmica agrícola, embora fundamental, já não determina sozinha os rumos da demografia no campo. O que explica esse novo cenário é o incremento do emprego não agrícola no campo. Ao mesmo tempo, aumentou a massa de desempregados, inativos e aposentados que mantêm residência rural (ver gráfico 2). Se é verdade que ainda persiste algum êxodo, especialmente na região Sul ele já não tem força para condicionar esse novo padrão emergente de recuperação das áreas rurais da maioria das regiões do país.

Gráfico 2: Evolução das pessoas inativas e residentes no meio rural, segundo o ramo de atividade (Brasil, 1981-1999)



Os dados das Pnads mostram que a população rural chegou ao fundo do poço em 1996 (ano de contagem populacional), com 31,6 milhões de pessoas;[5] mas a partir daí vem se recuperando,

[5] Infelizmente, são cada vez maiores as indicações de que os dados da contagem populacional estão fortemente subestimados. No caso das áreas rurais do interior de São Paulo, por exemplo, a subestimação fica evidente ao se constatar uma elevação

tendo atingido 32,6 milhões em 1999, ou seja, quase 1 milhão de pessoas a mais. Isso significa uma taxa de crescimento anual da população rural de 1,1% a.a., muito próximo do crescimento da população total de 1,3% a.a. no mesmo período. No Nordeste, as duas taxas se igualaram (1,1% a.a.), e, em São Paulo, o crescimento da população rural foi o dobro do total (3% a.a. contra 1,5% a.a.), indicando uma verdadeira "volta aos campos" que não se confunde, porém, com uma volta às atividades agrícolas, até porque parte significativa dessa população passou a residir em áreas rurais próximas às grandes cidades do interior e da capital do Estado. Na região Sul, no entanto, a população rural ainda mostra sinais de queda, especialmente nas áreas que denominamos *rural agropecuário* ou *rural profundo*.

Mas é perigoso alimentar ilusões de que o mercado, por si só, tenha implantado um novo dinamismo sustentável no campo brasileiro. Mostramos que o inevitável é o êxodo agrícola, o qual, todavia, pode ser ao menos parcialmente compensado com o crescimento do Orna. Se a isso juntarmos os inativos (principalmente aposentados) que buscam as áreas rurais como local de residência, pode ser factível uma política de contenção do significativo êxodo rural ainda existente em determinadas regiões do país, como a Sul.

4. O desenvolvimento agrícola leva ao desenvolvimento rural

Mostramos que as ocupações agrícolas são as que geram menor renda; e que o número de famílias agrícolas está diminuindo porque elas não conseguem sobreviver só de rendas agrícolas. Nem mesmo o número das famílias pluriativas, em que os membros

generalizada nas taxas de crescimento populacional entre 1996 e 2000, após terem mostrado fortes quedas entre 1991 e 1996. Como a contagem de 1996 foi realizada em conjunto com o Censo Agropecuário de 1995/1996 e há outra pesquisa para as áreas rurais paulistas nessa mesma data (Lupa), é possível evidenciar as regiões mais afetadas.

combinam atividades agrícolas e não agrícolas, vem aumentando. Dada a queda da renda proveniente das atividades agropecuárias, as famílias rurais brasileiras estão se tornando cada vez mais não agrícolas, garantindo sua sobrevivência através de transferências sociais (aposentadorias e pensões) e em ocupações não agrícolas.

Infelizmente, não se pode comparar os rendimentos do período anterior ao Plano Real em função das distorções introduzidas pelas mudanças monetárias ocorridas na primeira metade dos anos 1990. Mas os dados que dispomos para o período 1995/1999, inteiramente sob vigência do Plano Real, mostram que, para as famílias rurais de conta-própria agrícolas e de pluriativas, a única parcela da renda familiar *per capita* que cresceu significativamente no período foi aquela proveniente das transferências sociais (+6,7% e +4,9% a.a., respectivamente). A fração da renda proveniente das atividades agrícolas (que representa três quartos ou mais da renda total dessas famílias) caiu tanto para as famílias rurais de conta-própria agrícola (-4,2% a.a.) como para as pluriativas (-5,3% a.a.). E, para agravar ainda mais o quadro, as rendas não agrícolas só cresceram para as famílias rurais de conta-própria não agrícola, permanecendo estagnadas para as pluriativas.

Em resumo, as famílias agrícolas e pluriativas ficaram mais pobres na segunda metade dos anos 1990. E a queda das suas rendas *per capita* só não foi maior pela "compensação" crescente das transferências sociais da aposentadoria e das pensões. É por essa razão que as famílias rurais estão se tornando crescentemente não agrícolas.

Mostramos também que, no caso de países como o Brasil, as demandas de geração de emprego e renda originadas dos aglomerados urbanos, independentemente das atividades agrícolas locais, podem vir a ter uma importância decisiva para o crescimento do Orna. Isso porque o país possui em praticamente todas as suas regiões grandes aglomerados metropolitanos que determinam o sentido dos fluxos

dos produtos e das pessoas, seja no sentido metropolitano-não metropolitano, seja no sentido urbano-rural. Assim, as atividades agrícolas de uma dada região podem ser redefinidas a partir da busca de áreas para lazer, turismo e preservação ambiental pela população desses grandes centros urbanos que lhe são contíguas às suas áreas rurais. Gera-se assim uma outra dinâmica de criação de emprego rural não agrícola (Erna) baseada no que chamamos em outra oportunidade de "novas atividades agrícolas",[6] como é o caso exemplar dos pesque-pague, das fazendas de caça, da criação de plantas e animais para fins ornamentais etc.

Ou seja, no "novo rural" brasileiro, podem ser encontradas também as mesmas "velhas" dinâmicas de geração de emprego e renda associadas aos complexos agroindustriais. Mas elas não representam mais as únicas – e, em muitos casos, nem mesmo as principais – fontes geradoras de Erna, especialmente naquelas regiões onde a população rural agrícola é relativamente pequena, onde as cidades são muito grandes e uma parte significativa da população ocupada na agricultura há muito tem domicílio urbano, como ocorre no Centro-Sul do país (Graziano da Silva, 1996). Mais importante que isso: nas regiões onde o processo de modernização agropecuária foi mais intenso (como é o caso do Estado de São Paulo e da região Sul, por exemplo), as atividades agropecuárias geram uma demanda por mão de obra muito pequena e quase sempre qualificada, que

---

[6] Essas "novas" atividades agrícolas são, no fundo, o resultado da agregação de serviços relativamente artesanais, mas de alta especialização e conteúdo tecnológico, a produtos animais e vegetais não destinados tradicionalmente a alimentação e vestuário. Assim, apesar de serem também atividades agropecuárias em última instância, a forma de organização da produção e, principalmente, o seu circuito de realização, assentado em nichos específicos de mercados, recomendam que essas "novas" atividades agrícolas sejam tratadas de forma separada da dinâmica *a* que engloba a produção agropecuária *strictu sensu*; e que seja considerada também como uma demanda derivada do consumo final das populações urbanas, o que a aproximaria da dinâmica *d* já mencionada (SILVA, 1999).

é atendida por empresas de prestação de serviços localizadas nas cidades próximas.

Assim, a demanda da população urbana de altas rendas por áreas de lazer e/ou segunda residência (casas de campo e de veraneio, chácaras de recreio), bem como a prestação de serviços pessoais a elas relacionados (caseiros, jardineiros, empregados domésticos etc.), a demanda da população urbana de baixa renda por terrenos para autoconstrução de suas moradias em áreas rurais e, ainda, a demanda por terras não agrícolas por parte de indústrias e empresas prestadoras de serviços que buscam o meio rural como uma alternativa favorável de localização para fugir das externalidades negativas dos grandes centros urbanos (condições de tráfego, poluição etc.).

Essas três dinâmicas – que poderíamos chamar de imobiliárias – são muito importantes no caso brasileiro, especialmente na região Centro-Sul, que concentra a grande maioria da população de rendas mais altas e também a agricultura mais moderna do país. Cada uma delas tem sua especificidade muito marcada, resultando em tipos muito distintos de Erna gerados. Mas derivam todas de situações em que o elemento fundamental que as impulsiona nada tem a ver com o desempenho das atividades agrícolas que porventura aí se localizem. Na verdade, são dinâmicas do Erna de origem tipicamente urbanas impulsionadas muito mais pelo crescimento das grandes e médias cidades da região onde se inserem que das próprias áreas rurais onde ocorrem, e não de transformações ocorridas no interior do setor agropecuário. Nesse caso, o motor de crescimento do Erna não são as mudanças internas do setor agrícola, mas sim as demandas urbanas por bens e serviços não agrícolas: é isso, em essência, o que há de novo no rural brasileiro e latino-americano.[7]

---

7 Infelizmente, esse ponto essencial à compreensão de por que chamamos "novo rural" não nos parece suficientemente destacado na literatura disponível sobre geração de Erna na América Latina. Ver, a respeito, o número especial de *World Development* (v. 20, n. 3, mar. 2001) dedicado ao tema.

E reflete, no fundo, uma tentativa de ampliar os mercados agrícolas, cada vez mais restritos pela incorporação de novos mercados – na verdade, novas mercadorias que não têm origem agropecuária no seu sentido estrito.

5. A gestão das pequenas e médias propriedades rurais é familiar

A gestão das pequenas e médias propriedades agropecuárias está se individualizando, ficando o pai e/ou um dos filhos encarregado das atividades enquanto os demais membros da família procuram outras formas de inserção produtiva, em geral fora da propriedade. Também uma parte cada vez maior das atividades agropecuárias antes realizadas no interior das propriedades está sendo hoje contratada externamente, por meio de serviços de terceiros, independentemente do tamanho das explorações. Ou seja, quem dirige os estabelecimentos agropecuários hoje não é mais a família como um todo, e sim um (ou alguns) de seus membros, o que coloca por terra a ideia de uma divisão social do trabalho assentada na disponibilidade de membros da família, distinta de uma divisão do trabalho capitalista.

O fato de a mulher rural também sair para trabalhar fora, ainda que como doméstica, assim como boa parte dos filhos (e filhas), influencia cada vez mais uma divisão do trabalho em atributos como sexo, idade e disponibilidades individuais. Cada vez mais o mercado interfere nessa divisão de trabalho no interior da família, tendo como parâmetro não mais as capacidades (ou disponibilidades) de seus membros, mas sim as suas necessidades individuais, e não apenas a necessidade da família. Ou seja, multiplicam-se os "projetos pessoais", e a família passa a ser mais uma arena em que esses conflitos são hierarquizados e/ou compatibilizados (ou não).

A família rural típica não se reúne mais em torno da exploração agropecuária. O patrimônio familiar a ser preservado inclui as terras e, acima de tudo, a casa dos pais, que se transforma numa espécie

de base territorial que acolhe os parentes próximos em algumas ocasiões festivas e que vem se tornando cada vez mais um ponto de refúgio nas crises, especialmente de desemprego, além de permanecer como alternativa de retorno para a velhice. Além disso, a gestão familiar inclui agora outros "negócios" não agrícolas como parte de sua estratégia de sobrevivência (maioria dos casos) ou mesmo de acumulação. Em outras palavras, o centro das atividades da família deixou de ser a agricultura porque ela deixou de ser agrícola e se tornou pluriativa ou não agrícola, embora permaneça residindo no campo.

OS NOVOS MITOS

1. Orna é a solução para o desemprego

Uma análise desagregada das principais ocupações exercidas pelas pessoas residentes em áreas rurais no período 1992/1999 mostra que quase todas as ocupações agropecuárias apresentaram uma forte redução, especialmente aquelas mais genéricas, como "trabalhador rural" e "empregado agrícola", que agregam os trabalhadores com menor grau de qualificação: cerca de 1 milhão a menos de pessoas ocupadas no ano de 1999 em comparação a 1992.

Ao contrário, quase todas as ocupações rurais não agrícolas apresentaram um crescimento significativo no mesmo período, acumulando mais de 1,1 milhão a mais de pessoas em 1999, como que "compensando" a queda das ocupações agrícolas. Destacam-se aqui, também, aquelas atividades pouco diferenciadas, como a de empregados em serviços domésticos, ajudantes de pedreiro e prestadores de serviços diversos, que, somadas, perfazem um terço dos empregos rurais não agrícolas gerados no período.

Nossos trabalhos têm mostrado que as atividades agrícolas continuam sendo a única alternativa para uma parte significativa da população rural, especialmente dos mais pobres. E que aquela parcela da força de trabalho agrícola que vai se tornando excedente

pelo progresso tecnológico e pela reestruturação produtiva (substituição de cultivos, por exemplo) não encontra automaticamente ocupações não agrícolas onde se engajar. Isso se deve fundamentalmente à inadequação dos atributos pessoais dos trabalhadores agrícolas que são dispensados (homens e mulheres de meia-idade sem qualificação profissional e sem escolaridade formal) para exercerem as Orna's disponíveis.

A maior parte das ocupações rurais não agrícolas no Brasil, embora propiciem uma renda geralmente maior que as agrícolas e não sejam tão penosas como estas, é também de trabalhos precários e de baixa qualificação. São basicamente serviços pessoais derivados da alta concentração da renda existente no Brasil, e não da modernização das atividades agrícolas, nem da prestação de serviços voltados ao lazer e preservação ambiental e muito menos de atividades não agrícolas produtivas da agroindústria e da construção civil. Não é à toa que encontramos em todas as regiões do país um forte crescimento do emprego doméstico de pessoas residindo na zona rural. O emprego doméstico desempenha hoje, para as mulheres, o papel da construção civil nas décadas passadas para os homens: é a porta de entrada na cidade, pois propicia, além de um rendimento fixo, também um local de moradia. Especialmente para as mais jovens, esta parece ter sido uma das poucas formas de inserção no mercado de trabalho nos anos 1990, dadas as restrições crescentes à sua inserção na força de trabalho agrícola.

2. Orna pode ser o motor do desenvolvimento nas regiões atrasadas

Uma das mais importantes contribuições do Projeto Rurbano foi mostrar que as novas dinâmicas em termos de geração de emprego e renda no meio rural brasileiro têm origem urbana, ou seja, são impulsionadas por demandas não agrícolas das populações urbanas, como é o caso das dinâmicas imobiliárias por residência no campo e dos serviços ligados ao lazer (turismo rural, preservação ambiental etc.).

Mostramos também que as Orna têm maior dinamismo justamente nas áreas rurais que têm uma agricultura desenvolvida e/ou estão mais próximas de grandes concentrações urbanas. Ou seja, nas regiões mais atrasadas, não há emprego agrícola e muito menos ocupações não agrícolas. Aí não há alternativa senão políticas compensatórias, tais como a de renda mínima e de previdência social ativas, por exemplo. Além disso, há uma certa "reversão cíclica" à produção de subsistência nessas regiões mais atrasadas.[8]

É o que parece estar ocorrendo no Nordeste: as ocupações agrícolas, que vinham caindo, voltaram a crescer em 1999, em parte devido ao fim da seca que assolou a região nos últimos anos. A Pnad registrou aí mais 450 mil pessoas ocupadas nas áreas rurais em 1999 em relação ao ano anterior, a grande maioria das quais em atividades agrícolas não remuneradas; e uma pequena redução do Orna, situação similar ao que já havia acontecido entre 1993 e 1995. E essa "retomada da produção de subsistência" é financiada em grande parte pelas transferências sociais de renda (sendo a principal delas as provenientes da aposentadoria rural) e pelo trabalho das mulheres dos pequenos produtores, que se tornam empregadas domésticas nas cidades da região e respondem por parte significativa das rendas monetárias das famílias de empregados rurais no Nordeste.

Em resumo, a falta de desenvolvimento rural na grande maioria das regiões "atrasadas" do país se deve tanto à falta de desenvolvimento das atividades agrícolas como das não agrícolas. Daí a necessidade de superarmos essa dicotomia do rural-urbano e do agrícola-não agrícola e pensarmos no desenvolvimento do local, da região.

---

8 Esse fato é importante e chama a atenção para funções da agricultura que não a de produção de mercadorias quaisquer, mas de alimentos, o que, além de exercer um papel fundamental, matar a fome das pessoas, também promove trocas e alimenta mercados locais (feiras locais e pequenos comércios dos distritos).

3. A reforma agrária não é mais viável

Mostramos que a agricultura não é mais a melhor forma de reinserção produtiva das famílias rurais sem terra, especialmente em função do baixo nível de renda gerado pelas atividades tradicionais do setor. Pequenas áreas destinadas a produzir apenas arroz e feijão, assim como outros produtos agrícolas tradicionais, especialmente grãos, realmente não são mais viáveis. Mas, felizmente, as atividades agrícolas tradicionais também não são mais as únicas alternativas disponíveis hoje para a geração de ocupação e renda para as famílias rurais. Assim, é possível, e cada vez mais necessária, uma reforma agrária que crie novas formas de inserção produtiva para as famílias rurais, seja nas "novas atividades agrícolas", seja nas Orna. Por exemplo, na agroindústria doméstica, que lhes permite agregar valor à sua produção agropecuária, como também nos nichos de mercado propiciados pelas novas atividades agrícolas que nos referimos anteriormente, ou até mesmo na prestação de serviços pessoais ou auxiliares de produção.

4. O novo rural não precisa de regulação pública

Mostramos que o novo rural não é composto somente de "*amenidades*", para usar uma expressão muito em moda nos países desenvolvidos. Como já dissemos, no Brasil, a maior parte das Ornas, por exemplo, não passa de trabalhos precários, também de baixa remuneração. Mostramos também que o crescimento dos desempregados no meio rural superou a taxa dos 10% a.a. no período 1992/1999, sendo que apenas uma parte desse montante se deve ao "retorno temporário" dos filhos que haviam migrado anteriormente para as cidades e voltam à casa dos pais até que encontrem outro trabalho. E há, acima de tudo, milhões de *sem-sem* para engrossar o êxodo rural assim que o crescimento industrial gerar novas oportunidades de trabalho nas cidades, porque não há as mínimas condições de educação, saúde, habitação etc.

O traço comum entre o novo e o velho rural é a sua heterogeneidade, o que impede a generalização de situações locais específicas. Há novas formas de poluição e destruição da natureza associadas tanto às novas atividades agrícolas como às não agrícolas. Mesmo nos condomínios rurais habitados por famílias de altas rendas, o tratamento do lixo e o esgotamento sanitário são, na grande maioria dos casos, muito precários. Da mesma maneira, embora até mesmo a empregada doméstica ganhe melhor que o boia-fria, o maior nível de renda monetária propiciado pelas Ornas nem sempre significa uma melhoria nas condições de vida e trabalho das famílias agrícolas, especialmente quando isso implica a perda do acesso à terra e à possibilidade de se combinarem rendas não agrícolas com atividades de subsistência.

A emergência das novas funções (principalmente lazer e moradia) para o rural e a perda da regulação setorial (via políticas agrícolas e agrárias) resultante do esvaziamento do Estado nacional deixaram espaços que demandam novas formas de regulação públicas e privadas. É o caso exemplar das prefeituras que se batem contra a proliferação desordenada dos condomínios rurais, que não passam, no fundo, de novas formas de loteamentos clandestinos que acabam demandando serviços como luz, água, coleta de lixo etc. Ou dos chamados "pesque e pague", que têm que se submeter à fiscalização do Serviço de Saúde, do Ibama e do Incra, responsáveis por legislações contraditórias para o enquadramento de uma mesma atividade. Ou, então, das novas reservas florestais fora da propriedade, que não são reconhecidas legalmente, embora tenham maior valor ecológico do que a manutenção de pequenas áreas descontínuas no interior das pequenas e médias propriedades rurais. Esses são apenas alguns exemplos gritantes de que precisamos de *uma nova institucionalidade para o novo rural brasileiro,* sem a qual corremos o risco de vê-lo envelhecer prematuramente.

5. O desenvolvimento local leva automaticamente ao desenvolvimento

O novo enfoque do desenvolvimento local sustentável tem o inegável mérito de permitir a superação das já arcaicas dicotomias urbano-rural e agrícola-não agrícola. Como sabemos hoje, o rural, longe de ser apenas um espaço diferenciado pela relação com a terra – e mais amplamente com a natureza e o meio ambiente –, está profundamente relacionado ao urbano que lhe é contíguo. Também podemos dizer que as atividades agrícolas são profundamente transformadas pelas atividades não agrícolas, de modo que não se pode falar na agricultura moderna deste final de século sem mencionar as máquinas, fertilizantes, defensivos e toda as demais atividades não agrícolas que lhe dão suporte.

Nossos trabalhos mostraram que a busca do desenvolvimento da agricultura através de uma abordagem eminentemente setorial não é suficiente para levar ao desenvolvimento de uma região. Mostramos também que a falta de organização social – especialmente da sociedade civil – tem se mostrado como uma barreira tão ou mais forte que a miséria das populações rurais, especialmente no momento em que a globalização revaloriza os espaços locais como arenas de participação política, econômica e social dos grupos organizados.

O enfoque do desenvolvimento local pressupõe que haja um mínimo de organização social para que os diferentes sujeitos sociais possam ser os reais protagonistas dos processos de transformação de seus lugares. Mas essa organização nem sempre existe em nível local e, quando existe, está restrita àqueles "velhos" atores sociais responsáveis, em última instância, pelo próprio subdesenvolvimento do local.

Nesse sentido podemos dizer que o desenvolvimento local sustentável precisa ser também entendido como desenvolvimento político no sentido de permitir uma melhor representação dos di-

versos atores, especialmente daqueles segmentos majoritários e que quase sempre são excluídos do processo pelas elites locais.

No caso brasileiro, por exemplo, as ações voltadas exclusivamente para o desenvolvimento agrícola, se bem lograram uma invejável modernização da base tecnoprodutiva em alguma áreas do Centro-Sul do país, não se fizeram acompanhar pelo tão esperado desenvolvimento rural. Uma das principais razões para isso foi a de privilegiar as dimensões tecnológicas e econômicas do processo de desenvolvimento rural, relegando a segundo plano as mudanças sociais e políticas, como a organização sindical dos trabalhadores rurais sem-terra e dos pequenos produtores. E, com a globalização, as disparidades hoje existentes em nosso país, seja em termos regionais, seja em relação à agricultura familiar *vis-à-vis*, o *agrobusiness*, tendem a se acentuar ainda mais.

É fundamental também que se diga que o escopo desses atores não se restringe aos produtores agrícolas – familiares ou não – por maior que seja a diferenciação deles. Precisam ser considerados também os sujeitos urbanos que habitam o meio rural ou que simplesmente o têm como uma referência quase idílica de uma nova relação com a natureza. Isso porque outro componente, cada vez mais importante no fortalecimento dos espaços locais, tem sido as exigências e preocupações crescentes com a gestão e a conservação dos recursos naturais. Aqui também a organização dos atores sociais pode impulsionar a participação e a implementação de planos de desenvolvimento local voltados aos seus interesses, apesar de haver ainda muitas restrições quanto às formas de participação e representação não só devido à sua pouca mobilização como também à dificuldade de todos os segmentos sociais serem devidamente representados, diante da presença de impedimentos e vieses operacionais vinculados às estruturas institucionais vigentes em nível local e à dominação das decisões pelos grupos mais fortes.

O QUE FALTA PESQUISAR

Iniciamos em maio de 2001 o que denominamos Fase III do Projeto Rurbano, com os objetivos de:

a) identificar os principais condicionantes de distribuição da renda das pessoas e das famílias rurais e/ou agrícolas, tais como o grau e a intensidade da pluriatividade na agropecuária brasileira, a distribuição da terra segundo a posição da ocupação dos membros dos domicílios, o efeito das diferentes formas de acesso à terra (proprietário, parceiro, arrendatário e conta-própria) sobre os rendimentos das famílias, as diferentes formas de ocupação dos membros da famílias segundo sexo, grau de escolaridade, as características dos domicílios e sua disponibilidade de bens e serviços essenciais etc.;

b) pesquisar a importância do trabalho doméstico como alternativa de ocupação e renda da famílias rurais, isolando essa categoria de trabalhadores como uma nova posição na ocupação e um outro tipo específico de atividade;

c) pesquisar a importância da agroindústria e da indústria rural como geradoras de emprego e renda no meio rural, em particular nos Estados de São Paulo e Minas Gerais, que têm um dos maiores parques agroindustriais do país;

d) realizar uma caracterização das famílias rurais e/ou agrícolas com aposentados e/ou desocupados, com o objetivo de propor uma política previdenciária ativa para as regiões desfavorecidas do meio rural brasileiro;

e) realizar uma caracterização das famílias sem-terra em relação a renda e ocupação de seus membros no nível de grandes regiões e principais unidades da Federação, visando delimitar o que se poderia chamar o "núcleo duro" (*core*) da pobreza rural com o objetivo de subsidiar a política nacional de assentamentos rurais.

Além desses temas que decorrem das conclusões e resultados preliminares já obtidos, na Fase III do Projeto Rurbano pretende-se realizar alguns *estudos de caso* com vistas a:

a) identificar as possíveis causas da subestimação das rendas variáveis nas Pnads, em particular das rendas agrícolas;

b) aprofundar as dinâmicas de geração de ocupações não agrícolas identificadas no Brasil para algumas regiões específicas que se destacaram nas análises anteriores (turismo no Nordeste, chácaras de recreio no Sudeste etc.);

c) investigar a questão da identidade das famílias rurais pluriativas e/ou não agrícolas frente aos novos sujeitos sociais do novo mundo rural, tais como caseiros, moradores de condomínios fechados, aposentados etc.;

d) aprofundar o tema das relações entre o desenvolvimento local e o poder local destacando a competência dos diferentes níveis de ação do poder público (municipal, estadual e federal), bem como quais seriam as principais formas de intervenção pública e privada sobre as áreas;

e) avaliar o impacto ambiental e socioeconômico das "novas" atividades desenvolvidas no meio rural, introduzindo a questão da legislação ambiental e trabalhista e a necessidade de um código do uso do solo, da água e de outros recursos naturais para a gestão do território rurbano;

f) aprofundar o tema das políticas públicas para o novo rural brasileiro, com ênfase na política de turismo rural como alternativa de geração de novas oportunidades de negócios e ocupações no meio rural.

Para cumprir os objetivos anteriormente descritos, foram delineados 20 subprojetos de pesquisa, oito teses de doutoramento, sete dissertações de mestrado e vários projetos de iniciação científica. Nosso projeto de pesquisa envolve atualmente 45 pessoas, entre professores universitários, profissionais liberais de várias origens e estudantes de graduação e pós-graduação distribuídos por 20 instituições de pesquisa em 11 Estados brasileiros, sendo que 25 possuem título de doutor ou superior.

Além desses estudos de caso, pretendemos, em 2002, iniciar a análise dos dados do Censo Demográfico de 2000, que nos possibilitarão um tratamento territorial inferior ao corte metro/não metro permitido pelas Pnads, como microrregiões, bacias hidrográficas e até mesmo municípios.

A DIMENSÃO RURAL DO BRASIL*

JOSÉ ELI DA VEIGA**

1. INTRODUÇÃO

No debate científico internacional sobre os possíveis destinos da ruralidade no mundo contemporâneo, há muito tempo foi desfeito o equívoco de se identificar a agropecuária com o rural, como se alguma vez tivesse havido coincidência entre tal grupo de atividades econômicas e o espaço (físico e social) no qual elas necessariamente mais ocorrem. Além disso, a dinamização de muitas áreas rurais por atividades que pouco ou nada têm a ver com a agropecuária faz com que se discutam intensamente as características e tendências do que tem sido chamado de "nova economia rural". Nos países mais desenvolvidos, chega a ser comum que tal ruralidade seja caracterizada como "pós-industrial", "pós-moderna" ou "pós-fordista".

* Publicado na revista *Estudos, Sociedade e Agricultura*, n. 22, abr. 2004.

** Agrônomo, economista e professor titular do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA-USP). É graduado pela École Supérieure d'Ingénieurs et de Techniciens pour l'Agriculture, mestre em Economia Agrícola pela Universidade Paris IV, doutor em Desenvolvimento Econômico e Social pela Universidade Paris I e livre-docente pela Universidade de São Paulo.

A imensidão territorial do Brasil e a profunda desigualdade de seu desenvolvimento fazem com que o país abrigue situações rurais extremadas. Se por um lado foi possível preservar nas vastas florestas amazônicas formas de pressão antrópica que mantêm um metabolismo pré-neolítico com a natureza, por outro, várias manifestações de uma economia rural das mais avançadas já ocorrem em algumas áreas de clima temperado do domínio da mata atlântica e, sobretudo, dos campos e florestas meridionais. Não há motivo, portanto, para que o caso brasileiro seja excluído desse crucial debate sobre os possíveis destinos da ruralidade.

Todavia, há pelo menos duas questões que o precedem e lhe são básicas: o que é ruralidade e como ela deve ser medida. Duas questões que já são suficientemente complicadas para que este artigo se restrinja a elas. Assim, antes de propor uma maneira de avaliar a importância relativa do Brasil rural (seção 3) e chamar a atenção para algumas implicações teórico-históricas do problema (seção 4), abordaremos a dicotomia urbano-rural, procurando explicações para a surpreendente inércia dessa maneira de pensar o espaço e apresentando os principais expedientes alternativos que vêm sendo adotados em outros países (seção 2).

2. TENTATIVAS DE SUPERAR A INÉRCIA DA DICOTOMIA URBANO-RURAL

A ascensão das cidades na Europa, entre os séculos X e XII, foi um ponto de mutação na história ocidental e, portanto, do mundo. Todavia, já nos subsequentes séculos XIII e XIV, suas relações com o entorno passaram a ser radicalmente alteradas, rompendo-se, assim, as marcas da "dicotomia cultural urbano *versus* rural", conforme palavras do historiador Carlo M. Cipolla (1976). Seu colega Georges Duby (1973) situa ainda mais precisamente nas duas últimas décadas do século XII o início do domínio da economia urbana naquele continente. Por isso, uma pergunta parece

inevitável: qual seria a razão da sobrevivência de tal dicotomia nas estatísticas demográficas até o início do século XXI?

Mesmo que sua agonia já dure uns seis ou sete séculos, a dicotomia urbano-rural continua nas estatísticas porque alguns de seus significados permaneceram válidos até meados do século XX. Por exemplo, no que se refere à saúde. Quando a ONU publicou sua primeira análise sobre as características e tendências da urbanização – no *Demographic Yearbook for 1952* –, dois fatos marcantes pareciam confirmar que a dicotomia mantinha todo o seu sentido: tanto a fertilidade quanto a mortalidade infantil eram bem distintas entre as populações urbanas e rurais. Em 1940, a fertilidade rural ainda chegava a ser o dobro da urbana em países tão diferentes quanto Finlândia e Panamá. E a mortalidade das crianças rurais era superior em mais de 80% dos países que dispunham de estatísticas razoáveis. Cinquenta anos depois, o *Demographic Yearbook* mostra que a fertilidade permanece sistematicamente inferior entre as populações urbanas, embora o mesmo já não ocorra com a mortalidade infantil (Champion & Hugo, 2003).

No Brasil, um dos indicadores que mais parecem confirmar a atualidade estatística da dicotomia é a razão de sexo. Nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul, são poucos os casos em que ocorre predominância masculina entre populações urbanas. E, em todas as regiões, o número de homens é sistematicamente superior ao número de mulheres entre as populações rurais. O *Atlas do Censo Demográfico de 2000*, recentemente publicado pelo IBGE, traz em sua página 42 um gráfico que só pode ser visto como um poderoso exemplo das razões que justificam a inércia estatística da dicotomia urbano-rural.

Todavia, o fato de fenômenos como a fertilidade e a predominância masculina permanecerem sistematicamente superiores entre os rurais não pode ser razão suficiente para que se continue a pensar que esta seja a principal fronteira espacial entre categorias

populacionais. Diferenças internas às populações urbanas (ou rurais) podem se mostrar até mais significativas. Estudos recentes indicam, por exemplo, que a fertilidade também varia na razão inversa do tamanho populacional das cidades. Por estas e outras razões, foram crescendo nas últimas décadas as insatisfações com a simples dicotomia urbano-rural. O que não quer dizer, entretanto, que tais diferenças espaciais (ou territoriais) possam ser irrelevantes. Por isso, é fundamental examinar as outras opções de abordagem demográfica dos territórios que surgiram no final do século XX.

Durante os anos 1970, foram feitas insistentes recomendações internacionais para que a população passasse a ser classificada em quatro categorias: "metropolitana urbanizada", "metropolitana rural", "não metropolitana urbanizada" e "não metropolitana rural" (Champion & Hugo, 2003). No entanto, essa disposição de aprofundar a dicotomia acabou dando resultados heterogêneos e bem diferentes da intenção original.

Nos Estados Unidos coexistem duas classificações oficiais: a do U.S. Census Bureau e a do Office of Management and Budget (OMB). Para o primeiro, as áreas urbanas são as mais adensadas, mas não correspondem a divisões político-administrativas. E podem ser de dois tipos: áreas urbanizadas ou *clusters* urbanos. Numa área urbanizada deve haver mais de 50 mil pessoas (mesmo que não haja uma cidade específica com esse número de habitantes) e um núcleo (*core*) com densidade superior a 386 habitantes por quilômetro quadrado (hab./km^2), podendo ter uma zona adjacente com um mínimo de metade dessa densidade (193 hab./km^2). Já os *clusters* urbanos – noção adotada somente a partir do Censo de 2000 – são localidades com população inferior (entre 50 mil e 2,5 mil), mas que atinjam os mesmos níveis de densidade demográfica. Assim, para o Census Bureau, a população rural é a que está fora tanto de áreas urbanizadas quanto de *clusters* urbanos. Em 2000, 68% da população americana vivia em 452 áreas urbanizadas; 11%, em

3.158 *clusters* urbanos; e os restantes 21% viviam nas imensas áreas rurais (59 milhões).

Contrariamente ao que ocorre com essa classificação censitária, cujos dados são decenais, a do OMB fornece estimativas anuais de população, emprego e renda. Ela é de ordem político-administrativa e separa essencialmente condados metropolitanos (*metro*) e não metropolitanos (*nonmetro*). Um condado é considerado economicamente ligado a uma aglomeração metropolitana se 25% dos trabalhadores residentes estiverem ocupados nos condados centrais, ou se 25% de seus empregados fizerem o movimento pendular inverso (*reverse commuting pattern*). Além disso, os condados *nonmetro* são agora subdivididos em duas categorias: as *micropolitan areas*, centradas em núcleos urbanos com mais de 10 mil habitantes, e *noncore* para o restante dos condados.

Para propósitos analíticos, o Serviço de Economia Rural, vinculado ao Departamento de Agricultura (ERS/Usda), utiliza um híbrido que resulta de uma mescla das duas classificações normativas oficiais. Os últimos resultados dessa abordagem estão nas tabelas 1 e 2.

Tabela 1: Comparação dos padrões de residência, EUA, 2000

	Rural		**Urbano**		**Total**	
	Milhões	**%**	**Milhões**	**%**	**Milhões**	**%**
Nonmetro	29	49,2	20,2	9	49,2	17,4
Metro	30,1	50,8	202,2	91	232,3	82,6
Total	**59,1**	**100**	**222,4**	**100**	**281,5**	**100**

Fonte: Cálculos do ERS/Usda com dados do Censo de 2000

Tabela 2: Participação dos residentes "metro" e "nonmetro" vivendo em áreas rurais e urbanas, EUA, 2000 (porcentagens)

	Rural (%)	**Urbano (%)**	**Total (%)**
Nonmetro	58,9	41,1	100
Metro	12,9	87,1	100
Total	**21**	**79**	**100**

Fonte: Cálculos do ERS/Usda com dados do Censo de 2000.

Em resumo, pode-se dizer que o caso dos Estados Unidos é bem ambíguo. Por um lado, a dicotomia urbano-rural foi substituída pelo Census Bureau por uma interessante tricotomia formada pelas categorias "áreas urbanizadas", "*clusters* urbanos", e "áreas rurais". Por outro, o OMB preferiu uma nova dicotomia – "*metro*" *versus* "*nonmetro*". E, para efeitos analíticos, o ERS/ Usda intensificou a visão dicotômica ao propor uma mescla que faz desaparecer a tricotomia recentemente introduzida pelo Census Bureau.

Bem diferente foi a solução encontrada pela OCDE. Após minuciosa análise das estatísticas referentes a 50 mil comunidades das 2 mil microrregiões existentes nos 26 países membros, a equipe de seu Serviço de Desenvolvimento Territorial passou a distinguir dois níveis analíticos. No nível local, foram classificadas apenas como urbanas ou rurais as menores unidades administrativas, ou as menores unidades estatísticas. Por exemplo: *kreise* na Alemanha, *municípios* na Espanha, *counties* nos EUA, *cantons* na França, *comuni* na Itália, *concelhos* em Portugal e *districts* no Reino Unido. Numa segunda etapa, de nível microrregional, agregações funcionais – como províncias, *commuting zones*, ou *Local Authority Regions* – foram classificadas como mais urbanas, mais rurais, ou intermediárias.

A OCDE considera rurais as localidades que tenham densidade populacional inferior a 150 hab./km^2 (ou, no caso específico do Japão, 500 hab./km^2). Conforme esta definição, cerca de um terço (35%) da população da OCDE vive em espaços rurais que cobrem mais de 90% de seu território. Claro, essas participações variam bastante conforme o país considerado. Os habitantes de comunidades rurais são menos de 10% em países como a Holanda e a Bélgica, e mais de 50% nos países escandinavos.

Todavia, como as opções e oportunidades abertas para essas localidades rurais dependem essencialmente do relacionamento

que possam manter com centros urbanos, o que realmente importa é a abordagem microrregional. Assim, para os propósitos analíticos da OCDE, suas 2 mil microrregiões foram classificadas em três categorias, conforme a participação da população que vive em comunidades rurais. Em regiões consideradas predominantemente rurais, essa participação é superior a 50%. Nas consideradas significativamente rurais, ela fica entre 15% e 50%. E, nas regiões predominantemente urbanas, a população que vive em comunidades rurais deve estar abaixo de 15%.

Cerca de um quarto (28%) da população da OCDE vive em regiões predominantemente rurais, em geral bastante remotas, nas quais a maioria das pessoas pertence a pequenas povoações pulverizadas pelo território. No extremo oposto, cerca de 40% da população da OCDE está concentrada em menos de 3% do território, nas regiões predominantemente urbanas. O terço restante (32%) vive nas regiões da categoria intermediária, que são chamadas de significativamente ou relativamente rurais. Enfim, cada um dos três tipos de regiões contém comunidades rurais e urbanas, só que em diferentes graus. Enquanto em alguns países escandinavos as participações relativas das regiões predominantemente ou significativamente rurais são superiores, ocorre exatamente o contrário em países como a Bélgica, o Reino Unido ou a Alemanha. Em 1996, só 30% da população americana vivia em *commuting zones* predominantemente urbanas. As predominantemente rurais abrigavam 36% dos habitantes, e 34% estavam nas de tipo intermediário. Além disso, 44% da população americana vivia em condados rurais, com menos de 150 hab./km^2 (OCDE, 1996).

Resumindo, pode-se dizer que a dicotomia urbano-rural foi mantida no nível local pela OCDE como uma etapa a ser superada no nível microrregional por uma tricotomia formada por áreas essencialmente urbanas, ambivalentes e essencialmente rurais.

3. O PECULIAR CASO BRASILEIRO

O entendimento do processo de urbanização do Brasil é atrapalhado por uma regra que é única no mundo. O país considera urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), sejam quais forem suas características estruturais ou funcionais. O caso extremo está no Rio Grande do Sul, onde a sede do município União da Serra é uma "cidade" na qual o Censo Demográfico de 2000 só encontrou 18 habitantes.

Nada grave se fosse extravagante exceção. No entanto, é absurdo supor que se trate de algumas poucas aberrações, incapazes de atrapalhar a análise da configuração territorial brasileira. De um total de 5.507 sedes de município existentes em 2000, havia 1.176 com menos de 2 mil habitantes, 3.887 com menos de 10 mil e 4.642 com menos de 20 mil, todas com estatuto legal de cidade idêntico ao que é atribuído aos inconfundíveis núcleos que formam as regiões metropolitanas, ou que constituem evidentes centros urbanos regionais. E todas as pessoas que residem em sedes, inclusive em ínfimas sedes distritais, são oficialmente contadas como urbanas, alimentando esse desatino segundo o qual o grau de urbanização do Brasil teria atingido 81,2% em 2000.

Muitos estudiosos procuraram contornar esse obstáculo pelo uso de outra regra. Para efeitos analíticos, não se deveriam considerar urbanos os habitantes de municípios pequenos demais, com menos de 20 mil habitantes. Por tal convenção, que vem sendo usada desde os anos 1950, seria rural a população dos 4.024 municípios que tinham menos de 20 mil habitantes em 2000, o que por si só já derrubaria o grau de urbanização do Brasil para 70%.

A grande vantagem desse critério é a simplicidade. Todavia, há municípios com menos de 20 mil habitantes que têm altas densidades demográficas, e uma parte deles pertence a regiões metropolitanas e outras aglomerações, dois indicadores dos que melhor caracterizam o fenômeno urbano. Ou seja, para que a análise da

configuração territorial possa de fato evitar a ilusão imposta pela norma legal, é preciso combinar o critério de tamanho populacional do município com pelo menos outros dois: sua densidade demográfica e sua localização. Não há habitantes mais urbanos que os residentes nas 12 aglomerações metropolitanas, nas 37 demais aglomerações e nos outros 77 centros urbanos identificados pela pesquisa que juntou excelentes equipes do Ipea, do IBGE e da Unicamp (Nesur) para produzir a série *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil* (1999 e 2002). Nessa teia urbana, formada pelos 455 municípios dos três tipos de concentração, estavam 57% da população em 2000. Esse é o Brasil inequivocamente urbano.

O problema, então, é distinguir entre os restantes 5.052 municípios existentes em 2000 aqueles que não poderiam ser considerados urbanos dos que se encontravam no "meio de campo", em situação ambivalente. E, para fazer este tipo de separação, o critério decisivo é a densidade demográfica. É ela que estará no âmago do chamado "índice de pressão antrópica" quando ele vier a ser construído. Isto é, o indicador que melhor refletiria as modificações do meio natural que resultam de atividades humanas. Nada pode ser mais rural do que as áreas de natureza praticamente inalterada, e não existem ecossistemas mais alterados pela ação humana do que as manchas ocupadas por megalópoles. É por isso que se considera a "pressão antrópica" como o melhor indicador do grau de artificialização dos ecossistemas e, portanto, do efetivo grau de urbanização dos territórios.

A maior dificuldade não está, contudo, na seleção desse critério. A principal incógnita é a "dose". Como saber qual seria o melhor corte (ou os melhores cortes)? Isto é, qual seria, por exemplo, o limite de densidade demográfica a partir do qual um território deixaria de pertencer à categoria mais rural e passaria a alguma outra categoria? Durante muito tempo, foi considerado razoável 60 hab./km^2 como um bom critério de corte; esta foi a convenção adotada por Davidovich & Lima (1975) à luz dos dados do Censo de 1970. No

entanto, um exame dos dados do Censo de 2000 parece justificar uma atualização dessa convenção para 80 hab./km^2.

Quando se observa a evolução da densidade demográfica conforme diminui o tamanho populacional dos municípios, não há como deixar de notar duas quedas abruptas. Enquanto nos municípios com mais de 100 mil habitantes – considerados centros urbanos pela citada pesquisa Ipea/IBGE/Unicamp – a densidade média é superior a 80 hab./km^2, na classe imediatamente inferior (entre 75 e 100 mil habitantes) ela desaba para menos de 20 hab./km^2. Fenômeno semelhante ocorre entre as classes superior e inferior a 50 mil habitantes (50-75 mil e 20-50 mil) quando a densidade média torna a cair, desta vez para 10 hab./km^2. São esses dois "tombos" que permitem considerar de pequeno porte os municípios que têm simultaneamente menos de 50 mil habitantes e menos de 80 hab./km^2, e de médio porte os que têm população no intervalo de 50 a 100 mil habitantes, ou cuja densidade supere 80 hab./km^2, mesmo que tenham menos de 50 mil habitantes.

Com a ajuda desses dois cortes, estima-se que 13% dos habitantes, que vivem em 10% dos municípios, não pertencem ao Brasil indiscutivelmente urbano, nem ao Brasil essencialmente rural. E que o Brasil essencialmente rural é formado por 80% dos municípios, nos quais residem 30% dos habitantes. Ao contrário da absurda regra em vigor – criada no período mais totalitário do Estado Novo pelo decreto-lei 311/38 –, esta tipologia permite entender que só existem verdadeiras cidades nos 455 municípios do Brasil urbano. As sedes dos 4.485 municípios do Brasil rural são vilarejos, e as sedes dos 567 municípios intermédios são vilas, das quais apenas uma parte se transformará em novas cidades.

O principal, contudo, não é a abordagem instantânea da configuração territorial do Brasil. Mais importante é ressaltar uma tendência que não deveria ser tão ignorada. Mesmo que se acrescente ao Brasil urbano todos os municípios intermédios, considerando-

-os como vilas de tipo ambivalente que poderão se transformar em centros urbanos, chega-se a um total de 1.022 municípios, nos quais residiam em 2000 quase 118 milhões de pessoas. Nesse subconjunto ampliado, o aumento populacional entre 1991 e 2000 foi próximo de 20%, com destaque para as aglomerações não metropolitanas e para os centros urbanos. Em ambos houve crescimento demográfico um pouco superior, mas não se deve deduzir daí, como se faz com extrema frequência, que todos os outros municípios – de pequeno porte e características rurais – tenham sofrido evasão populacional. Isto ocorreu na metade desses municípios. Todavia, em um quarto deles houve um aumento populacional de 31,3%, bem superior, portanto, aos que ocorreram no Brasil urbano, e mais do que o dobro do crescimento populacional do Brasil como um todo, que foi de 15,5% no período intercensitário de 1991-2000.

Muito pouco se sabe sobre os fatores que levaram esses 1.109 municípios com características rurais a terem um crescimento populacional tão significativo. Há casos que se explicam pelo dinamismo econômico de pequenas empresas do setor de serviços, principalmente nas regiões Sul e Sudeste. Há casos que se explicam pelo dinamismo político de prefeituras, particularmente no Nordeste. Mas se está muito longe de uma interpretação satisfatória sobre esse fenômeno, espalhado por todo o território nacional.

Mesmo assim, o que já se sabe é suficiente para que se rompa com a visão de que todo o Brasil rural é formado por municípios que estão se esvaziando. Não é admissível que se considere a maior parte do território brasileiro, 80% de seus municípios e 30% de sua população, como mero resíduo deixado pela epopeia urbano-industrial da segunda metade do século XX. Pior, não é possível tratá-lo como se nele existissem milhares de cidades imaginárias.

Resumindo, esta primeira abordagem propõe que os municípios brasileiros sejam separados em cinco escalões, dos quais os três primeiros correspondem exatamente à caracterização da rede urbana

feita pelo estudo do Ipea/IBGE/Unicamp e os dois outros distinguem os municípios que ficaram fora da rede urbana como "ambivalentes" e "rurais", mediante combinação do tamanho e da densidade populacionais. Resultam, portanto, cinco tipos de municípios, cuja classificação decorre do cruzamento de três critérios: a localização, o tamanho e a densidade. Estimou-se, assim, que algo como 4,5 mil sedes de municípios brasileiros sejam cidades imaginárias, o que parece ser agora confirmado pelos indicadores funcionais da tabela 3.

Até seria possível aceitar que, no Brasil de 2001, um autêntico núcleo urbano ainda não tivesse sua página na internet, não dispusesse de provedor, não oferecesse ensino superior e só escutasse rádio FM. Mas será que faz algum sentido imaginar que eram cidades as sedes de município que não tinham sequer lei de zoneamento, plano diretor, coleta de lixo domiciliar, IPTU progressivo, varredura de ruas, manutenção de vias e esgoto (para nem falar de museu ou casa de espetáculo)? Será possível que seja apenas uma mera coincidência o fato de esses municípios terem poucos e esparsos habitantes, além de estarem distantes de aglomerações?

Tabela 3: Número de municípios que não dispõem de selecionadas funções urbanas, Brasil, 2001

Municípios	**Número**
Sem serviço de esgotamento sanitário terceirizado	4.837
Sem manutenção de estradas e vias terceirizada	4.749
Sem varredura de ruas e limpeza terceirizadas	4.680
Sem museu	4.598
Sem plano diretor	4.577
Sem guarda municipal	4.549
Sem teatro ou casa de espetáculo	4.515
Sem IPTU progressivo	4.512
Sem instituição de ensino superior	4.467
Sem estação de rádio AM	4.415
Sem coleta de lixo domiciliar terceirizada	4.317
Sem provedor de internet	4.297
Sem lei de zoneamento ou equivalente	4.293
Sem página na internet	4.215
Média	**4.502**

Fonte: IBGE – Perfil dos municípios brasileiros 2001

Mesmo que esta hierarquia em cinco andares permita concluir que o Brasil rural está concentrado em cerca de 4,5 mil municípios, nos quais residem pouco mais de 30% de seus habitantes, isso ainda não é suficiente para que se tenha uma boa visão da configuração territorial do país. Para tanto, parece ser bem melhor a hierarquia de suas microrregiões.

É simples perceber que as 12 aglomerações metropolitanas afetam diretamente 22 microrregiões, que as 37 outras aglomerações afetam diretamente 41 microrregiões, e que os 77 centros urbanos estão localizados no interior de 75 microrregiões. Bem mais difícil é estabelecer distinções no interior das outras 420, isto é, de 75% das microrregiões. É inevitável que se pergunte, então, qual poderia ser um bom critério de classificação desse oceano de microrregiões que não abrigam sequer um centro urbano. Provavelmente nunca haverá resposta consensual a esta questão, pois ela depende dos inevitáveis pressupostos que condicionam qualquer construção de tipologia. O fundamental, então, é que tais pressupostos sejam bem explicitados na justificação do critério adotado.

Esta estimativa admite que a densidade demográfica também é um critério razoável para diferenciar essas microrregiões que sequer abrigam um centro urbano. Por isso, no exercício proposto mais adiante será usado o mesmo critério de corte – 80 hab./km^2 – para separar essas microrregiões que não contêm sequer um centro urbano, isto é, diferenciar as 420 microrregiões distantes de aglomerações e de centros urbanos em duas categorias separadas por esse corte de densidade demográfica. Disso resulta uma tipologia das microrregiões que está apresentada na tabela 4.

Tabela 4: Tipologia das microrregiões do Brasil e crescimento populacional, 1991-2000

Tipos de MRG	Número	População 1991 (milhões)	População 2000 (milhões)	Variação %
Metropolitanas	22	48,1	57	18,5
Não metropolitanas	41	21,7	26,1	19,9
C/centros urbanos	75	23,5	27,7	18
Mais de 80 hab./km^2	32	5,6	6,4	14,8
Menos de 80 hab./km^2	388	47,9	52,4	9,3
Total	**558**	**146,8**	**169,6**	**15,5**

Fonte dos dados brutos: Censos demográficos, IBGE

Todavia, a última coluna dessa tabela mostra que o comportamento populacional do quarto tipo (formado por microrregiões que não têm centros urbanos, mas que têm mais de 80 hab./km^2) é mais próximo do constatado para os anteriores, onde há centros urbanos e aglomerações. Ou seja, essas poucas 32 microrregiões certamente têm significativo grau de urbanização, mesmo na ausência de um município com mais de 100 mil habitantes, critério usado pelo estudo Ipea/IBGE/Unicamp para definir centro urbano. Parece mais razoável, portanto, que a estratificação das microrregiões agrupe esses cinco tipos em apenas três grandes categorias: a) microrregiões com aglomeração (metropolitana ou não); b) microrregiões significativamente urbanizadas (com centro urbano ou com mais de 80 hab./km^2); e c) microrregiões rurais (sem aglomeração, sem centro urbano e com menos de 80 hab./km^2). A tabela 5, a seguir, resume os resultados desse exercício, mostrando que o peso populacional relativo do Brasil rural estava, em 2000, em torno de 30%, como também havia indicado a abordagem anterior de caráter municipal. Enfim, o que parece poder variar é o peso das outras categorias, a depender dos critérios utilizados para hierarquizar o Brasil urbano. Mas o lado rural do Brasil tende, nos dois casos, a se situar em 30% da população.

Tabela 5: Configuração territorial básica do Brasil, 2000

Tipos de MRG	Número	População em 2000 (milhões)	Variação 1991-2000 (%)	Peso relativo em 2000
Marcadas por aglomerações	63	83,1	19	49
Significativamente urbanizadas	107	34,1	17,4	20,1
Predominantemente rurais	388	52,4	9,3	30,9
Total	**558**	**169,6**	**15,5**	**100**

Fonte dos dados brutos: Censos demográficos, IBGE

É preciso enfatizar que o uso dessa tricotomia para visualizar a configuração territorial do Brasil se baseia numa hierarquia que combina vários critérios funcionais e estruturais. Começa pelo reconhecimento de que as aglomerações são fatores marcantes – em termos funcionais ou estruturais –, e que este é um critério suficiente para definir o topo da hierarquia. O extremo oposto é definido pela menor pressão antrópica, razoavelmente detectada pelo critério da densidade populacional e, de certa forma, também pelo menor crescimento populacional. Finalmente, na categoria intermediária estão as microrregiões que atingiram um grau ainda ambivalente de urbanização ou, o que dá no mesmo, mantêm-se relativamente rurais.

Ao insistir na oposição entre os pontos de maior artificialização ecossistêmica e as áreas de menor pressão antrópica, esta abordagem tricotômica evita uma ingenuidade tão comum quanto traiçoeira: a de se basear exclusivamente no critério do tamanho municipal. No México, por exemplo, o Indesol (Instituto Nacional de Desarrollo Social) diferencia os municípios em quatro categorias definidas exclusivamente pelo tamanho populacional. Considera urbanos todos os municípios com mais de 50 mil habitantes; como "semiurbanos" os que ficam na faixa entre 10 mil e 49.999; como "semirrurais" os que ficam na faixa entre 2.500 e 9.999; e como

rurais os que têm menos de 2.500 habitantes. No entanto, um pequeno município de poucos milhares habitantes, mas que seja adjacente a uma aglomeração, pode ser muito mais urbano que um município com população bem maior, mas que tenha baixíssima densidade populacional e que esteja distante das aglomerações e dos centros urbanos. Mesmo assim, não deixa de ser surpreendente que 61% dos municípios mexicanos fiquem na categoria rural e 19% na categoria "semirrural".

Enfim, esse critério de tamanho populacional nem de longe reflete o que mais interessa: as alterações dos ecossistemas provocadas pela espécie humana. E já estão disponíveis estimativas que permitem que se agregue mais uma dimensão – a espacial – a esta estimativa da importância relativa do Brasil rural. A tabela 6 traz uma comparação entre os dados continentais e os brasileiros.

A primeira observação a ser feita é sobre o contraste entre o grau de artificialização dos ecossistemas da Europa e do resto do mundo. Estão intensamente alterados uns 65% do território europeu (tanto por assentamentos humanos quanto por agropecuária intensiva). Nos demais continentes, essa fração não chega a um terço, atingindo mínimos 12% na América do Sul e na Australásia. Em seguida, é importante notar que mais da metade dos territórios das Américas e da Australásia foram considerados praticamente inalterados, pois mantêm a vegetação primária, com baixíssimas densidades demográficas. Finalmente, pode-se dizer que metade da área planetária permanece praticamente inalterada, e mais uma quarta parte parcialmente alterada com formas extensivas de exploração primária. Ou seja, apenas uma quarta parte da área global está mais artificializada pela urbanização e pelas formas mais intensivas de agropecuária.

Tabela 6: Habitat e alteração humana por continente e no Brasil

	Área total	Praticamente inalterada (1)	Parcialmente alterada (2)	Fortemente artificializada (3)
	Milhões de km²	**%**	**%**	**%**
Europa	5,8	15,6	19,6	64,9
Ásia	53,3	43,5	27	29,5
América do Norte	26,2	56,3	18,8	24,9
África	34	48,9	35,8	15,4
América do Sul	20,1	62,5	22,5	12
Australásia	9,5	62,3	25,8	12
Total s/Antártica	148,8	49,7	26,6	23,8
Antártica	13,2	100	0	0
Total mundo	162,1	53,8	24,4	21,8
Brasil	8,5	63	18	19

(1) áreas com vegetação primária e com baixíssimas densidades humanas.
(2) áreas com agropecuária extensiva, vegetação secundária e outras evidências de alteração humana, como pastoreio acima da capacidade de suporte, ou exploração madeireira.
(3) áreas com agropecuária intensiva e assentamentos humanos nas quais foi removida a vegetação primária, ou com desertificação e outras formas de degradação permanente.
Fonte: Hannah *et al.*(1994) para os continentes. Para o Brasil, ver Embrapa Monitoramento por Satélite. Disponível em: <www.cobveget.cnpm.embrapa.br/resulta/brasil/leg_br.html>.

Informações recentemente disponibilizadas pela Embrapa Monitoramento por Satélite mostram que a repartição do território brasileiro segundo essas três intensidades de alteração humana está a meio caminho entre as situações da América do Sul e da América do Norte. A parte das áreas inequivocamente artificializadas (urbanas e agropecuárias) não chega a 20%. Outros 18% ficam na categoria intermediária, constituída essencialmente por mosaicos de vegetação alterada, outras formas ultraextensivas de lavouras e pastoreios (mas também por rochas e solos nus, ou com vegetação dispersa, e corpos d'água). E nos demais 63% estão as florestas úmidas (43,2%), florestas secas (6,4%), florestas inundáveis (1,7%), florestas de transição (2,9%) e campos ou savanas (8,6%).

Enfim, juntando-se todas essas observações sobre a configuração territorial do Brasil, é possível chegar à síntese apresentada na tabela 7.

Tabela 7: Síntese da hierarquia urbano-rural do Brasil

Blocos	% da população	% do território	% das microrregiões	% dos municípios
Urbano	50	20	10	10
Ambivalente	20	20	20	10
Rural	30	60	70	80
Total	**100**	**100**	**100**	**100**

Fonte: Estimativas do autor com base nos dados das tabelas anteriores.

4. IMPLICAÇÕES TEÓRICO-HISTÓRICAS

Apesar da separação urbano-rural ter começado a se dissolver na Europa a partir do ano 1180, essa dicotomia não perdeu seu poder cognitivo até finais do século XX, quando começaram a desaparecer contrastes básicos (sanitários) entre populações residentes no interior e no exterior das cidades (pelo menos no que se refere ao punhado de países nos quais o capitalismo realmente se desenvolveu). Hoje, tais diferenças até podem permanecer idênticas em países do mundo periférico, mas já não são tão marcantes nos países ditos "emergentes", isto é, que não conseguiram se tornar desenvolvidos, mas que já não podem ser confundidos com a maioria dos países do chamado "Sul".

Como se viu, as alternativas à dicotomia são classificações que não eliminam os polos que a constituem. Podem ser até mais dicotômicas ao subdividirem as classes originais em outras duas, como quer o ERS/Usda ao cruzar urbano/rural com *metro/nonmetro*, ou como se fez no México com as noções de "semiurbano" e "semirrural". Ou podem ser ímpares, como são os casos dos exercícios aqui apresentados sobre o Brasil, que utilizam três ou cinco estratos hierárquicos. No entanto, em nenhuma dessas várias formas empíricas de abordar a configuração territorial foi possível prescindir do contraste urbano/rural. Nenhuma das opções apresentadas conseguiu "se libertar" do jugo dessa oposição. Tudo se passa como se a dicotomia resistisse a todas as tentativas de superá-la, permanecendo onipresente, mesmo que criticada e rejeitada.

É que há aqui uma questão básica de lógica. Dicotomia é uma divisão em dois ramos, ou a divisão de um gênero em duas espécies que absorvem o total. É uma classificação em que se divide cada coisa ou cada proposição em duas, subdividindo-se cada uma destas em outras duas, e assim sucessivamente. Contradição não é subdivisão, e sim oposição entre duas ideias, ou duas proposições. Para o senso comum, em qualquer oposição entre duas proposições contraditórias, uma delas exclui necessariamente a outra. E, neste sentido, de fato, contradição e dicotomia seriam expressões sinônimas. Se a dicotomia é uma divisão em dois ramos, cada um exclui o outro, sendo, pois, também uma contradição.

Todavia, a noção de contradição sempre foi algo bem diferente na filosofia ocidental. Pelo menos desde que Heráclito – há cerca de 2,5 mil anos – transformou em solução o que até ali parecia um grande mistério. Para ele, o mundo deveria ser entendido justamente pela unidade dos contrários, tese que só foi ganhar mais consistência com Kant e Hegel, há menos de 200 anos. E, no século XX, ela gerou um imenso e confuso debate – que está longe de se encerrar – sobre a chamada relação Marx/Hegel e seus eventuais desdobramentos sobre os marxismos e seu declínio. Como um aprofundamento deste tema foge ao escopo deste artigo, o leitor mais interessado certamente tirará muito proveito de uma consulta comparativa a três livros já publicados no Brasil: Tambosi (1999), Giannotti (2000) e Holloway (2003). Mas isso não impede que ela seja aqui brevemente retomada, sob um prisma distinto, proposto por Nicholas Georgescu-Roegen (1971), o pesquisador que certamente mais contribuiu para o esclarecimento daquilo que Marx chamava de "metabolismo" que os seres humanos mantêm com a natureza e entre si.

Desde logo é preciso lembrar que muitos conceitos podem ser diferenciados de forma discreta, no sentido matemático dessa palavra. Entre os conceitos de círculo e de quadrado, não há qualquer

"zona cinzenta". São conceitos que simplesmente não se sobrepõem. Todavia, não é desse tipo a relação entre o quadrado e o retângulo. É quase impossível ter certeza de que um retângulo concreto seja de fato um quadrado concreto. Além disso, o quadrado é "um" no âmbito das ideias, mas "muitos" no âmbito dos sentidos. Até os conceitos de "vida" e de "morte" já escaparam da relação binária desde que os biólogos afirmaram que certos vírus/cristais estão na penumbra entre os reinos animado e inanimado. E praticamente todos os grandes conceitos que envolvem julgamento, ou que são valores (como justiça, ou democracia), pertencem à segunda categoria. Como diz Georgescu-Roegen, não há entre eles fronteiras "arithmomórficas", pois são cercados por uma penumbra na qual estão sobrepostos aos seus contrários. O autor os chama de conceitos "dialéticos", fazendo questão de registrar que sua abordagem é bem diferente das de Hegel e Marx, muito embora inspirada na lógica do primeiro. E não há necessidade alguma de esticar este raciocínio para afirmar que as noções de urbano e rural são desse tipo, mesmo que possam ter sido realmente "arithmomórficas" na Europa dos séculos X a XII.

Como movimento dos contrários, a relação urbano-rural evoluiu tanto nos países mais avançados que, na década de 1970, o grande filósofo e sociólogo marxista Henri Lefebvre foi levado a sustentar a hipótese teórica de que a sociedade pós-industrial seria completamente urbana. Ou seja, que o polo rural da contradição tenderia a desaparecer. No entanto, as tendências mais recentes indicam o quanto pode ser equivocado tratar o rural como sinônimo de agrário, o tropeço básico de Lefebvre. Encantos como paisagens silvestres ou cultivadas, ar puro, água limpa, silêncio, tranquilidade etc., muito valorizados por aposentados, turistas, esportistas, congressistas e alguns tipos de empresários, já constituem a principal fonte de vantagens comparativas da economia rural (Galston & Baehler, 1995).

Claro, em qualquer lugar a qualidade de vida se refere, em última instância, ao acesso de seus habitantes a alternativas de emprego, serviços sociais públicos essenciais, facilidades educacionais e médicas, a um conjunto amplo de serviços culturais e comerciais e à natureza, ou seja, espaços abertos para recreação. Para todos os critérios, exceto o último, o acesso é, normalmente, maior nos grandes complexos metropolitanos. E também são vistos com crescente inquietação os aspectos negativos da concentração da população – muito tempo gasto em transporte, congestionamentos, unidades de serviços públicos desnecessariamente grandes e impessoais, estresse, alienação individual e do grupo, e poluição (Pred, 1979).

Além disso, o crescimento econômico não poderá se basear por muito mais tempo na extração da baixa entropia contida no carvão, gás e petróleo. Logo, deverá se basear em formas mais diretas de exploração da energia solar, com destaque para a biomassa. Não há como imaginar futuras formas de compensação entrópica sem considerar que as biotecnologias terão papel crucial em propiciar, por um lado, um aumento na produtividade da biomassa e, por outro, uma expansão do leque de produtos delas derivado, que costuma ser chamado de "5-F": alimento (*food*), combustível (*fuel*), fertilizantes (*fertilizers*) e ração animal industrializada (*feedstock*). Na busca de uma moderna civilização da biomassa, serão decisivos os esforços direcionados em favor da viabilização de uma "química verde", no início como complemento, mais tarde como substituto, da petroquímica, trocando-se energia fóssil por biocombustíveis (Sachs, 2002).

Quando se evoca a necessidade de conservação da biodiversidade, o mais comum é que se pense em espécies que estão mais ameaçadas de extinção e nas consequentes perdas de informação genética. Contudo, além de não serem estes os únicos prejuízos impostos pela redução da biodiversidade, talvez nem sejam os principais. Bem pior é o enfraquecimento dos ecossistemas que os torna

vulneráveis aos choques, isto é, uma diminuição da capacidade de enfrentar calamidades ou destruições provocadas pelas sociedades humanas sem que desapareça seu potencial de auto-organização. É o que se chama de resiliência: a capacidade de superar o distúrbio imposto por um fenômeno externo (Dasgupta, 2001, p. 127-131).

Em resumo, há muitas razões para se afirmar que está em curso uma forte revalorização da ruralidade, em vez de sua supressão por uma suposta completa urbanização. São rurais as amenidades que já sustentam o novo dinamismo interiorano dos países mais avançados. E também são rurais tanto as fontes de baixa entropia quanto a biodiversidade, das quais dependerão as futuras gerações. O valor do espaço rural está cada vez mais ligado a tudo o que o distingue do espaço urbano.

CONCLUSÃO

O Brasil é mais rural do que oficialmente se calcula, pois a essa dimensão pertencem 80% dos municípios e 30% da população. Um atributo que nada envolve de negativo, já que algumas das principais vantagens competitivas do século XXI dependerão da força de economias rurais. São estas as duas principais conclusões a que se chega quando se analisa a atual configuração territorial do país tendo presentes os mais recentes indicadores sobre o destino da ruralidade nas sociedades humanas mais avançadas. Para isso, é preciso superar a abordagem dicotômica, mas sem cair na ilusão de que estaria desaparecendo a histórica contradição urbano-rural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAMPION, Tony & Graeme Hugo (eds). *New forms of urbanization: beyond the urban-rural dichotomy*. International Union for the Scientific Study of Population (IUSSP) & Ashgate, 2003.

CIPOLLA, Carlo M. *Before the industrial revolution; European society and economy 1000-1700*. 3ª ed. Londres: Routledge, 1993 [c1976].

DASGUPTA, Partha. *Human well-being and the natural environment*. Oxford Univ. Press, 2001.

DAVIDOVICH, Fany R. & LIMA, Olga M. B. “Contribuição ao estudo de aglomerações urbanas no Brasil”. *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, p. 50-84, 1975.

DUBY, Georges. *Guerriers et paysans; VII-XII siècle; Premier essor de l'économie européenne*. Paris: Gallimard, 1978 [c1973].

EMBRAPA Monitoramento por Satélite. Disponível em: <www.cobveget.cnpm.embrapa.br/resulta/brasil/>.

ERS/USDA – Economic Rural Service, United States Department of Agriculture. Disponível em: <www.ers.usda.gov/briefing/rurality>.

GALSTON, William A. & BAEHLER, Karen J. *Rural development in the United States; Connecting theory, practice, and possibilities*. Washington, D.C.: Island Press, 1995.

GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. *The entropy law and the economic process*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1999 [c1971].

GIANNOTTI, José Arthur. *Certa herança marxista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

HANNAH, L.; LHOSE, D.; HUTCHINSON, C.; CARR, J. & LANKERANI, A. “A preliminary inventory of human disturbance of world ecosystems”, *Ambio*. 23 (4-5), p. 246-250, 1994.

HOLLOWAY, John. *Mudar o mundo sem tomar o poder*. São Paulo: Viramundo, 2003.

IBGE. *Atlas do Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

_______. Perfil dos Municípios Brasileiros, Gestão Pública, 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

INDESOL – Instituto Nacional de Desarrollo Social – *Perfil y perspectivas de los municipios mexicanos para la construcción de una política social de Estado*. México, DF: 2002.

IPEA/IBGE/NESUR-IE/UNICAMP. *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil*. Campinas: Unicamp. 2 v., 1999.

_______. *Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil*. 6 v., Brasília: Ipea, IBGE, Unicamp, CEF e Finep, 2002.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002 [c1970].

OCDE – Organization for economic co-operation and development. *Territorial indicators of employment; Focusing on rural development*. Paris: OCDE, 1996.

PRED, Allan. *Sistemas de cidades em economias adiantadas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

TAMBOSI, Orlando. *O declínio do marxismo e a herança hegeliana. Lucio Colletti e o debate italiano* (1945-1991). Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.